

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

*“Ganhamos a batalha, mas não a guerra”:
A visão da Campanha Nacional contra a Alca
sobre a não-assinatura do acordo*

Autora: Suylan de Almeida Midlej e Silva

**Brasília
2008**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

***“Ganhamos a batalha, mas não a guerra”:
A visão da Campanha Nacional contra a Alca
sobre a não-assinatura do acordo***

Autora: Suylan de Almeida Midlej e Silva

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Brasília, agosto de 2008

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Tese de doutorado

***“Ganhamos a batalha, mas não a guerra”:
A visão da Campanha Nacional contra a Alca
sobre a não-assinatura do acordo***

Autora: Suylan de Almeida Midlej e Silva

Orientadora: Prof. Dra. Maria Francisca Pinheiro Coelho (UnB)

Banca Examinadora:

Prof^a Doutora Maria Francisca Pinheiro Coelho (SOL/UnB)

Prof^a Doutora Maria da Glória Gohn (Unicamp)

Prof^a Doutora Nair Heloisa Bicalho de Sousa (Serviço Social/UnB)

Prof^a Doutora Simone Rodrigues Pinto (Ceppac/UnB)

Prof^a Doutora Debora Messenberg (SOL/UnB)

Prof^o Doutor Caetano Ernesto Pereira de Araújo – suplente (SOL/UnB)

DEDICATÓRIA

A Luiza, minha alegria

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma tese de doutorado é um dos desafios mais impressionantes, porque o trabalho é necessariamente solitário, mas ao mesmo tempo requer muita solidariedade. É uma oportunidade única de combinar ajudas. Por isso também um período especial na vida de cada pessoa que se dispõe a mergulhar nesse universo. As cooperações vieram de toda parte.

Quero agradecer aos meus pais, Suanci e Orlando, e às minhas irmãs Cyntia e Allana, pelo eterno incentivo e amor incondicional. À minha filha Luiza, pelo aconchego e espera. Ao meu sobrinho, Samuca, pelo forte carinho. Às minhas primas Sandra e Cibelle, pela força mesmo de longe, e a toda minha família.

Às queridas amigas Kity, Juliana, Cida, Renata e Tiane, pela torcida e solidariedade. À Marli, meu braço direito dentro de casa, pela dedicação e cuidado. À dona Arlete, Poliane e Yananda pelo apoio e companhia. À Virgínia, que me aliviou as tensões musculares e também da alma no estágio final da tese. As duas Márcias da minha vida (Acioli e Guedes), pelo carinho e vibração. A Luizinho, pelo apoio inicial.

Muitas pessoas contribuíram para esta pesquisa. A começar pela minha orientadora, Maria Francisca, que sempre me encorajou no trabalho empírico e participou da evolução da tese com confiança e respeito. Aos professores Caetano Araújo e Nair Bicalho, que deram valiosas contribuições na qualificação do projeto. Quero dizer obrigada principalmente aos entrevistados e entrevistadas, essenciais para o processo de construção de uma pesquisa social. Sem a ajuda dessas pessoas, que doaram tempo, energia e atenção, nada seria como foi.

Agradeço à Rosilene Wansetto por facilitar o acesso às informações sobre a Campanha Nacional contra a Alca e pela disposição em ajudar na pesquisa. Também foi muito importante a colaboração das lideranças dos comitês estaduais para a realização dos grupos focais, especialmente Célio, Lindomar, Ruth, Joilson, Ricarte, Vitélio, Waldemar, Penha, Raimunda e Padre Luiz Ceppi. À Ana Rosa, Douglas e Penha, pela acolhida em

Curitiba, São Luis e Vitória. A Mário Dráusio, pela ajuda na coleta de dados na Secretaria da Comissão Especial de Acompanhamento das Negociações da Alca.

À Marilda, Nádia, Magda e Josi, pelo apoio no registro dos relatos e na cobertura fotográfica dos grupos focais da Bahia e do Distrito Federal. À Leônia e Saulo pela ajuda nas transcrições, à Renina e Edma agradeço pela disposição em colaborar e pelo carinho. A Ademair, por ter caprichado na confecção dos gráficos e a Bernardo, pelo tratamento geoestatístico dos dados para a produção dos mapas. À Débora, pela prontidão em traduzir o resumo para o francês. À Eliane, pelo incentivo.

À Nádia e à Raquel, pela amizade e estímulo constantes, inclusive com a cuidadosa leitura dos primeiros manuscritos. Aos meus amigos e colegas do Departamento de Sociologia Sayonara e Erlando, pela dedicada e essencial ajuda. À Isabela, pela contribuição na reta final. A Eduardo, Magda e Roberto Goulart, pela leitura e dicas importantes. A Roberto Marinho Alves, que colaborou no tratamento de dados.

Meu agradecimento vai também para a Cáritas Brasileira, que me possibilitou conhecer por dentro a Campanha Nacional contra a Alca. Além do mais, suas ações sempre serviram como fonte de inspiração para ir além no estudo do movimento social.

Também tenho muito a agradecer ao Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, do qual sou uma das suas colaboradoras, pela compreensão nesta reta final e pela oportunidade de vivenciar na prática uma nova cultura política.

Agradeço especialmente a Márlon, por seu apoio fundamental nas várias etapas do trabalho.

Por fim, sou grata também ao Departamento de Sociologia da UnB e ao CNPq, que me concederam bolsa de estudo para a pesquisa.

RESUMO

Este trabalho reflete sobre o agir político dos movimentos sociais contemporâneos a partir da Campanha Nacional contra a Alca, rede de organizações da sociedade civil que nasce com o objetivo de impedir a assinatura do acordo da Área de Livre Comércio das Américas. A pesquisa mostra como este movimento, ao mesmo tempo local e global, integra o Movimento por uma Nova Globalização, categoria geral de análise deste estudo. Com base na discussão dos conceitos de movimento social, rede de movimentos sociais e democracia radical, o trabalho demonstra como o movimento social contemporâneo resgata a esfera pública por meio das suas ações. O Plebiscito Popular sobre a Alca, que obteve mais de 10 milhões de votos, é analisado e apresentado como uma dessas ações e, na visão dos representantes da Campanha, foi a principal influência no posicionamento do governo brasileiro para a não-assinatura do acordo, sendo menor a influência do Parlamento nesta decisão. Para este trabalho, foi realizada uma pesquisa empírica, na qual se utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: observação participante, entrevistas individuais semi-estruturadas, grupos focais e pesquisa documental. Foram realizadas 28 entrevistas e sete grupos, com 44 participantes, perfazendo um total de 72 entrevistados.

Palavras-chave: movimento social, democracia radical, plebiscito popular, Alca

ABSTRACT

This paper reflects on the political workings of contemporary social movements based on the National Campaign against the FTAA, a network of civil society organizations established with the goal of preventing the signing of the Free Trade Area of the Americas. The paper shows how this at once local and global movement integrates the Movement for a New Globalization - this being the broad category analyzed in this study. Based on a discussion of the concepts “social movement” “social movement network” and “radical democracy”, it demonstrates how this contemporary social movement recovers the public sphere through its actions. It furthermore analyzes the Popular Plebiscite on the FTAA, which obtained more than 10 million votes, and presents it as one of these actions, which according the representatives of the Campaign had a greater influence on the Brazilian government’s position against the agreement than the Parliament itself. In order to write this paper an empirical study was conducted using the following methodological procedures: participant observation, semi-structured individual interviews, focal groups and documentary research. A total of 72 people were interviewed distributed in 28 individual interviews and 7 groups with 44 members.

Key-words: social movement, radical democracy, popular plebiscite, FTAA

RESUMÉ

Ce travail se penche sur l'agir politique des mouvements sociaux contemporains en prenant comme base la Campagne Nationale contre la Zone de Libre Échange des Amériques (ZLEA), un réseau d'organisations de la société civile ayant pour but d'empêcher la signature de l'accord de la ZLEA. La recherche montre la façon dont ce mouvement, qui est à la fois local et global, intègre le Mouvement pour une Nouvelle Globalisation, une catégorie générale d'analyse dans le cadre de cette étude. Fondé sur la discussion des concepts de mouvement social, réseau de mouvements sociaux et démocratie radicale, ce travail démontre la manière dont le mouvement social contemporain récupère la sphère publique à l'aide de ses actions. Le Referendum Populaire sur la ZLEA, qui a obtenu plus de 10 millions de voix, est analysé et présenté en tant qu'une de ces actions. Selon la perspective des représentants de la Campagne, il est devenu la plus importante influence sur la position du gouvernement brésilien pour la non-signature de l'accord, l'influence du Parlement étant la moindre dans cette décision. Pour effectuer ce travail, une recherche empirique a été mise en œuvre avec l'utilisation des procédures méthodologiques suivantes: observation participante, entretiens individuels semi-structurés, groupes focaux et recherche documentaire. Vingt-huit entretiens ont été réalisés et sept groupes avec quarante-quatre participants ont été constitués ce qui parfait un total de soixante-douze interviewés.

Mots-clé: mouvement social, démocratie radicale, referendum populaire, ZLEA

LISTA DE SIGLAS

ALBA	Alternativa Bolivariana das Américas
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMI	Acordo Multilateral para Investimento
ASC	Aliança Social Continental
ASPAN	<i>North American Security and Prosperity Agreement</i>
BID	Banco Interamericano
Bird	Banco Mundial
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Cealca	Comissão Especial de Acompanhamento das Negociações da Alca
CEB	Coalizão Empresarial Brasileira
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Cefuria	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
Cepis	Centro de Educação Popular do Instituto Sedes <i>Sapientiae</i>
CIEM	Centro de Estudos da Economia Mundial
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CNA	Campanha Nacional contra a Alca
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC	Comitê de Negociações Comerciais
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPPT	Centro de Pesquisas de Populações Tradicionais Cuniã
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
Dalca	Divisão de Coordenação da Alca
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EPA	<i>Economic Partnership Agreement</i>
EUA	Estados Unidos da América
FENADV	Federação Nacional dos Advogados
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
G20	Grupo de 20 países em desenvolvimento
GF	Grupo Focal
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
Ibrades	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento
IRSA	Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAI	<i>Multilateral Agreement on Investment</i>
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNG	Movimento por uma Nova Globalização
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores

MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Nafta	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
Nalca	Núcleo da Alca
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
PACs	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
Rebrip	Rede Brasileira pela Integração dos Povos
Sasp	Sindicato dos Advogados de São Paulo
Senalca	Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Alca
Sindpec	Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas
Sinttel	Sindicato Trabalhadores em Telecomunicações
SSB	Semanas Sociais Brasileiras
TLC	Tratado de Livre Comercio
UF	Unidade da Federação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
Unafisco	Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal
Unip	Universidade Paulista
USP	Universidade Federal de São Paulo
USTA	<i>United States Trademark Association</i>
WTO	<i>World Trade Organization</i>

LISTA DE QUADROS, MAPAS E FIGURAS

Quadros

Quadro 1	Cronologia das negociações da Alca	Página 66
Quadro 2	Presidência das Negociações do Comitê de Negociações Comerciais	Página 69
Quadro 3	Organizações participantes da CNA	Página 72
Quadro 4	Organizações entrevistadas da CNA	Página 73
Quadro 5	Grupo dos coordenadores da CNA	Página 77
Quadro 6	Participantes dos Grupos Focais	Página 92
Quadro 7	Cúpula das Américas/ Cúpula dos Povos	Página 154
Quadro 8	Encontros Hemisféricos em Havana (Cuba)	Página 163
Quadro 9	Parlamentares da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania e da Cealca entrevistados	Página 199
Quadro 10	Causas da não-assinatura do acordo da Alca	Página 244

Mapas

Mapa 1	Votação do Plebiscito sobre a Alca por UF	Página 124
Mapa 2	Eleitorado Brasileiro por UF – setembro de 2002	Página 125
Mapa 3	Votação proporcional ao eleitorado brasileiro – setembro 2002	Página 128
Mapa 4	Participação do Eleitorado nas Eleições de 2006	Página 133
Mapa 5	Número de votantes por urna	Página 137

Figuras

Figura 1	Capa da cartilha Para entender a Alca	Página 102
Figura 2	Cordel sobre a Alca	Página 107

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos

Gráfico 1	Coordenadores da CNA por escolaridade	Página 79
Gráfico 2	Coordenadores da CNA por faixa etária	Página 79
Gráfico 3	Coordenadores da CNA por gênero	Página 80
Gráfico 4	Participantes por segmento	Página 94
Gráfico 5	Número de participantes por organização	Página 95
Gráfico 6	Participação no Movimento Consulta Popular	Página 96
Gráfico 7	Grau de importância da CNA	Página 96
Gráfico 8	Tempo de participação na CNA	Página 97
Gráfico 9	Responsável por urna	Página 97
Gráfico 10	Participação em plenárias nacionais da CNA	Página 98
Gráfico 11	Escolaridade Grupo Focal	Página 98
Gráfico 12	Profissão Grupo Focal	Página 99
Gráfico 13	Gênero Grupo Focal	Página 100
Gráfico 14	Faixa etária Grupo Focal	Página 100
Gráfico 15	Participação dos integrantes do Grupo Focal em cursos de formação	Página 110
Gráfico 16	Número de votantes do plebiscito e eleitorado brasileiro	Página 123
Gráfico 17	Votação do Plebiscito sobre a Alca por UF	Página 124
Gráfico 18	Eleitorado Brasileiro por UF – setembro de 2002	Página 125
Gráfico 19	Votação proporcional ao eleitorado brasileiro – setembro de 2002	Página 127
Gráfico 20	Variação plebiscito/eleitorado	Página 130
Gráfico 21	Número de voluntários por urnas	Página 134
Gráfico 22	Número de voluntários por urna	Página 135
Gráfico 23	Número de votantes por urna	Página 136
Gráfico 24	Palavras mais lembradas por participantes do Grupo Focal	Página 148

Tabelas

Tabela 1	Questão 1 - O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?	Página 118
Tabela 2	Questão 2 - O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?	Página 119
Tabela 3	Questão 3 - O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?	Página 119
Tabela 4	Plebiscito Nacional Sobre a Alca – Resultado Final – 2002	Página 122

SUMÁRIO

Dedicatória	4
Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract.....	8
Resumé	9
Lista de Siglas.....	10
Lista de Quadros, Mapas e Figuras	12
Lista de Gráficos e Tabelas	13
Sumário.....	14
Introdução.....	15
1 A pesquisa: relatos de sentidos.....	19
1.1 A observação na sociologia reflexiva.....	19
1.2 Pesquisa de campo.....	25
2 O movimento social e o novo agir.....	35
2.1 Rede de Movimentos Sociais	51
2.2 Democracia participativa: a política radical	57
3 A Campanha Nacional contra a Alca e o livre comércio	63
3.1 Proposta e recepção da Alca no Brasil	63
3.2 Começo de uma luta	69
3.3 As organizações e a Campanha	80
3.4 Comitês Populares	90
3.5 Material didático e de divulgação.....	101
3.6 Estratégia pedagógica: formação para formadores.....	108
4 O Plebiscito Popular de 2002	118
4.1 Ápice de uma Campanha.....	118
4.2 Votação por estado	123
4.3 Voluntários envolvidos.....	134
4.4 As motivações para participar	139
5 O processo negociador da Alca e a participação da sociedade.....	149
5.1 As Reuniões Ministeriais e as mobilizações paralelas	149
5.2 Encontros Hemisféricos.....	163
5.3 As visões da CNA sobre a Alca e o livre comércio.....	167
5.4 Alternativa à Alca.....	174
6 A Campanha e a democracia participativa	180
6.1 Relações com o Governo Brasileiro	180
6.2 Relações com o Parlamento.....	192
6.3 A visão dos parlamentares	199
7 A visão da CNA sobre a não-assinatura do acordo	209
7.1 Fim de uma “batalha”	209
7.2 A não-assinatura do acordo	216
7.3 Movimento nacional e integração latino-americana.....	244
Considerações finais	252
Referências	258
Anexos	270

INTRODUÇÃO

Entender um determinado movimento social e, a partir disso, como e em que sentido os movimentos sociais configuram a cultura política contemporânea foi a motivação inicial desta pesquisa. Portanto, este trabalho pretende perceber o agir político de um movimento caracteristicamente novo: a Campanha Nacional contra a Alca (CNA). Essa Campanha foi composta por uma rede informal de organizações da sociedade brasileira que atuou entre o período de 2002 a 2006.

Esse movimento, ao mesmo tempo em que acontece localmente é também global, o que levou a situá-lo dentro de uma categoria geral de análise: Movimento por uma Nova Globalização. Com base nessa categoria foi possível delinear os contornos e a influência desse movimento global na construção da Campanha Nacional contra a Alca. Para ambos os movimentos o neoliberalismo foi considerado um “inimigo” comum. No Brasil, a Campanha nasce com o objetivo de impedir a criação de uma área de livre comércio nas Américas, tida como a maior expressão do sistema neoliberal no continente.

Conhecer as dimensões da Campanha Nacional contra a Alca bem como as estratégias empreendidas para combater esse “inimigo” e impedir a assinatura do acordo da Alca foram os principais desafios do presente trabalho. A CNA pretendia provocar impactos nos processos decisórios do governo brasileiro a partir das suas lutas sociais, a começar pela realização de um Plebiscito Popular. Porém, essa ação não foi única, desencadeou muitas outras, que foram acompanhadas pela presente pesquisa, a exemplo da interlocução com os Poderes Executivos e Legislativos e a interface com o movimento continental. A pesquisa procurou averiguar, principalmente, qual a visão e a avaliação da Campanha Nacional contra a Alca sobre as causas da não-assinatura do acordo da Alca.

Foi possível acompanhar várias dessas ações ainda quando a pesquisadora fazia parte da Campanha Nacional contra a Alca como integrante de uma das suas organizações, a Cáritas Brasileira. No processo da pesquisa foram efetuadas entrevistas individuais com representantes da coordenação da Campanha e realizados grupos focais, a partir de comitês estaduais. Além de componentes do movimento social, foram entrevistados parlamentares

e representantes do governo brasileiro e do Fórum Social Mundial. Foi realizada também uma pesquisa documental de grande ajuda no aprofundamento da investigação.

A tese foi construída dentro da abordagem sociológica reflexiva, na qual os resultados da pesquisa de campo têm um papel central nas interpretações dos sentidos presentes no trabalho. Nessa perspectiva, a própria narrativa contém a “reflexividade”. Trata-se de um tipo de escrita em que os discursos na primeira e na terceira pessoa se alternam, de modo a influenciarem-se reciprocamente. Essa escrita não se furta a oferecer uma descrição e uma análise o mais possível fiel e documentada das relações e dos acontecimentos. Neste caso, a pesquisa oferece detalhes sobre como a pesquisadora trabalhou e sobre como foram construídos os próprios dados, explicitando as questões que orientam a pesquisa e os obstáculos encontrados.

Muitas vezes, como se faz aqui no primeiro capítulo, a narrativa na primeira pessoa do singular ajuda a explicitar as próprias motivações, emoções e inclinações do pesquisador, que torna visível o “eu-narrador”. Posteriormente, com o discurso na terceira pessoa, a pesquisadora se distânciava do campo estudado para analisá-lo com base em referências, metodologias e teorias que se aplicam “a sua profissão de cientista social”.

As diversas teorias existentes sobre a temática estudada servem de suporte para refletir sobre o agir político da Campanha Nacional contra a Alca. Dessa forma, são discutidos os conceitos de movimento social, rede de movimentos sociais e democracia participativa, dentro da formulação da democracia radical. Com base na teoria da democracia radical é feita uma discussão sobre o resgate da esfera pública pelos atores sociais que compõem esse movimento social contemporâneo.

A pesquisa exploratória redundou na elaboração de dados primários a partir de entrevistas e discussões em grupos focais, e também de pesquisa documental e cruzamento de dados numéricos do Plebiscito Popular sobre a Alca. O levantamento de informações com base em diferentes fontes permitiu realizar inferências no decorrer das análises e interpretações resultantes do conteúdo pesquisado.

O trabalho está estruturado em sete capítulos. No primeiro, são apresentados relatos e experiências da pesquisadora desde o começo da Campanha Nacional contra a Alca e os caminhos da construção da pesquisa de campo. Esse capítulo apresenta os objetivos, os pressupostos e a metodologia utilizada para o estudo do campo, incluindo os

procedimentos da pesquisa: entrevistas, grupos focais, análise documental e análise de conteúdo.

O segundo capítulo descreve o contexto sociopolítico em que surge o Movimento Social por uma Nova Globalização e mostra como o neoliberalismo, ao disseminar as leis do livre mercado, provocou a reação de grupos e movimentos sociais em várias partes do mundo, que se coordenaram com este movimento mundial. Um deles nasce no Brasil – a Campanha Nacional contra a Alca – diante da ameaça de criação da Área de Livre Comércio das Américas. Este capítulo também discute o conceito de movimento social na perspectiva de diversos autores e demonstra como a ação coletiva tem sido construída em rede de movimentos sociais. Por fim, traz uma reflexão sobre a democracia participativa dentro de uma nova formulação, a democracia radical.

O terceiro capítulo narra a experiência da Campanha Nacional contra a Alca desde a sua gênese, e mostra como a mesma foi organizada e estruturada para realizar ações de mobilização em torno da Alca. São apresentadas as organizações componentes da Campanha, com informações detalhadas sobre aquelas cujos representantes fizeram parte das fontes entrevistadas. Também demonstra como ocorre o funcionamento dos comitês nos estados, ressaltando-se a atuação de alguns deles a partir dos grupos focais realizados. Aqui mais dois aspectos da Campanha são descritos: a produção de material didático e a estratégia pedagógica. Por fim, faz uma síntese de todas as etapas de suas atividades.

O quarto capítulo se detém no Plebiscito Popular, a ação mais importante da Campanha. Seus resultados e sua repercussão são analisados, sobretudo em sete Unidades da Federação, aquelas em que a pesquisa realizou discussão em grupos focais: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná e Rondônia. Gráficos e mapas ilustram a votação nessas localidades bem como os voluntários envolvidos. Também são analisadas as principais motivações que levaram mais de 120 mil voluntários a participar do Plebiscito.

O quinto capítulo aborda a chegada da Alca no Brasil e mostra como se deram as suas negociações nas Américas. É feito um resgate histórico desde a primeira tentativa de se implantar uma área de livre comércio nas Américas até chegar à última investida nesta direção, com o projeto da Alca, de 1994. A partir daí, a pesquisa apresenta a estrutura das negociações do acordo e demonstra como a sociedade civil participou desse processo tanto

no Brasil como no Continente Americano. São discutidas as visões da Campanha sobre a Alca e o livre comércio e apresentada a linha geral do que seria uma alternativa à Alca.

O sexto capítulo compreende uma análise de como na prática ocorreram as relações entre a Campanha Nacional contra a Alca e os Poderes Executivo e Legislativo, representados principalmente pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Frente Parlamentar de Acompanhamento às Negociações da Alca e em Defesa da Soberania. São mostradas as visões dos representantes da Campanha, do Governo e do Parlamento, sempre na perspectiva do anseio de participação da sociedade civil no processo decisório político brasileiro em torno da Alca.

O sétimo e último capítulo analisa três perspectivas sobre as razões da não-assinatura do acordo da Alca. Inicialmente, relata como a Campanha Nacional contra a Alca deixou de existir como detentora de estrutura própria, no final de 2006. Mostra como se chegou à conclusão de que “a batalha tinha sido ganha, mas não a guerra”, uma vez que acordos bilaterais de livre comércio passaram a ser assinados quando a Alca não foi implementada de forma abrangente, conforme seu projeto original. Em um segundo momento traz a visão da Campanha Nacional contra a Alca sobre a não-assinatura do acordo, indicando suas principais causas. Também é apresentada a visão do representante do governo brasileiro e dos parlamentares entrevistados.

Por fim, este capítulo retrata os principais ganhos obtidos pela Campanha Nacional contra a Alca na visão dos seus representantes e, no geral, mostra algumas conclusões acerca do processo vivido pelo movimento social desde a construção do Plebiscito Popular até as outras etapas da Campanha, como a interlocução com os espaços institucionais e a integração com os países do continente.

1 A PESQUISA: RELATOS DE SENTIDOS

Este estudo é resultado de uma pesquisa sobre os processos e as relações sociais construídos com o fim de provocar impacto junto ao Poder Executivo brasileiro. Quem queria provocar esse impacto? Um movimento social que talvez poucas pessoas tenham se inteirado da sua existência: a Campanha Nacional contra a Alca (CNA), que reuniu entidades, igrejas, movimentos sociais, políticos e sindicais, partidos políticos e organizações não-governamentais com o objetivo de lutar pela não-assinatura do acordo para a criação da Área de Livre Comércio das Américas. Esta Campanha foi responsável pela organização de um Plebiscito Popular sobre a Alca no ano de 2002, que obteve mais de 10 milhões de votos. Não só o resultado, mas o processo de construção da Campanha, foi o que motivou inicialmente a realização da pesquisa.

1.1 A observação na sociologia reflexiva

O lugar de observadora participante ou de participante observadora me despertou para conhecer melhor as mobilizações contra a Alca que estavam fervilhando em todo o Brasil, com reflexos nos demais países da América Latina. Como assessora de comunicação de uma das entidades da coordenação da Campanha, a Cáritas Brasileira, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pude acompanhar de perto tais mobilizações, o que me levou mais tarde ao estudo e ao aprofundamento do tema, possibilitando olhar o “fenômeno social” de outra maneira. Interessava-me entender, antes de mais nada, qual a real motivação daquelas pessoas envolvidas na preparação do plebiscito. O que provocava aquela excitação, aquele voluntarismo, aquele ânimo.

Particularmente, foi muito interessante participar da contagem dos votos do plebiscito contra a Alca. As urnas sendo abertas, a seriedade das pessoas, como se o plebiscito tivesse um caráter oficial, quando ele foi caracteristicamente popular. Foi montada uma sessão de contagem na TV Comunitária de Brasília, onde pude participar. O clima de “estamos fazendo história” era contagiante. O tempo todo me perguntava onde

aquilo iria chegar, como uma mobilização daquela poderia mexer com o Brasil, influenciar nos processos decisórios do Poder Executivo para a assinatura ou não do acordo da Alca.

Os resultados da votação iam chegando de cada canto do País, pois o movimento estava organizado em todos os estados, vários municípios e diversas localidades, por meio de comitês. Uma planilha com a contagem de cada estado foi se configurando. Os números iam surpreendendo, afinal a referência que se tinha era o primeiro plebiscito sobre a Dívida Externa, realizado em 2000, com 6 milhões de votos, considerado ótimo resultado. No caso da Alca, foram 10.234.143 de votos computados. Desses, 10.062.224 (98.32%), disseram **não** à assinatura do acordo e 115.277 (1.17%), optaram pelo **sim**.

Os resultados foram entregues aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário durante evento no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, dias depois da consolidação dos dados. Foi exatamente naquele momento que decidi estudar a fundo a Campanha que tinha mobilizado tanta gente e que tinha alcançado expressivo resultado.

Para mim, a pertinência sociológica desse estudo estava inicialmente na realização da própria Campanha e no seu resultado. O tamanho do movimento, a junção de forças sociais e políticas, o envolvimento de muitas pessoas voluntárias, o plebiscito e o resultado da votação. Com o tempo, comecei a perceber que a Campanha Nacional contra a Alca tinha extrapolado os muros nacionais e adentrado a América Latina e o Caribe, provocando uma integração na luta contra o livre comércio. Foi possível, então, identificar outros resultados, para além dos 10 milhões de votos, por si só muito representativos.

Comecei a me perguntar se realmente aquele movimento social poderia influenciar de alguma forma na não-assinatura do acordo. Passado o plebiscito, a CNA começou a estabelecer uma espécie de “relação” tanto com o Poder Executivo, via Ministério das Relações Exteriores, como com o Poder Legislativo, por meio da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania, da Câmara dos Deputados, que me despertou para a investigação dessa interlocução.

Outra perspectiva também instigante foi a discussão do tema com a sociedade civil. Como se tratava de um assunto complexo e de difícil compreensão, indagava até que ponto a sociedade tomou conhecimento do que era a Alca e o que representaria a sua criação para a população brasileira.

Esses aspectos me levaram a formular as seguintes questões:

- a) A Campanha Nacional contra a Alca influenciou no posicionamento do governo brasileiro para a não-assinatura do acordo da Alca?
- b) A criação da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania influenciou no desfecho das negociações do acordo da Alca?

O estudo partiu dos seguintes pressupostos:

- 1 - A Campanha Nacional contra a Alca conseguiu introduzir o debate sobre a Alca no Brasil a partir dos seus comitês e organizações, de forma a preparar a população para participar do Plebiscito Popular;
- 2 - A Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania, criada a partir do apelo da Campanha Nacional contra a Alca, foi vista pelo movimento como uma instância que poderia influenciar no posicionamento do governo brasileiro para a não-assinatura do acordo da Alca.

Estava dado o pontapé inicial para o começo da investigação, definida aqui como uma “pesquisa social”, no sentido da abordagem reflexiva postulada por Alberto Melucci (2005). Para o autor, a pesquisa social não tem a pretensão de explicar uma realidade em si, independente do observador, mas se transforma em uma forma de tradução do sentido produzido pelo interior de um certo sistema de relações sobre um outro sistema de relações, que é aquele da comunidade científica ou do público. Segundo Melucci:

Passa-se, então, da conexão linear entre hipóteses e verificação das hipóteses, que era o modelo clássico da pesquisa científica, à explicação emergente e recorrente dos processos nos quais o conhecimento é produzido através da troca dialógica entre observador e observado; a explicação não é entendida como verificação objetiva de hipóteses, mas como um processo de produção de conhecimento que se adequa progressivamente através da interação entre observador e observado (2005, p. 34).

Segundo o autor, estamos vivendo uma virada epistemológica que caracteriza a definição de um novo campo de pesquisa em que há uma redefinição profunda entre o observador e o campo, passando-se da dicotomia “campo/observador” à conexão “observador no campo”. Para ele, “tudo o que é observado na realidade social é observado por alguém, que se encontra, por sua vez, inserido em relações sociais e em relação ao campo que observa” (2005, p.32 e 33).

Outra particularidade da pesquisa social, de acordo com a visão de Melucci, diz respeito ao que o autor chama de “interpretações plausíveis”. Não se trata de produzir conhecimentos absolutos, mas interpretações que buscam dar sentido aos sentidos que os atores pesquisados dão às suas ações. Trata-se de “relatos de sentidos” ou de “narrações de narrações”. Para ele, esse é um conceito que abre questões ao invés de fechá-las, e que, por isso, inaugura uma nova fase da reflexão epistemológica contemporânea (2005, p.33).

Como observa o autor, exatamente diante dessa abertura de questões, a metodologia reflexiva possui alguns limites, como a relação entre realidade e representação, o relativismo provocado pela pluralidade de interpretações e de paradigmas, que questiona a comunidade científica como única portadora do conhecimento científico, bem como a espiral que a reflexibilidade provoca diante dos vários níveis reflexivos sobre as práticas. Apesar dessas limitações, considerei esta metodologia apropriada para refletir sobre o agir de um movimento social como a Campanha Nacional contra a Alca.

A observação participante foi fundamental para a execução desta pesquisa. Comecei como participante observadora, quando ainda fazia parte de uma das entidades da coordenação da Campanha, mas depois deixei de ter uma participação ativa, inclusive para melhor compreender o fenômeno estudado¹. Minha condição de militante, envolvida na Campanha desde o início, foi um fator que contribuiu, principalmente, na seleção de entrevistados e na execução das entrevistas.

Mais do que participar, como diz Constanzo Ranci (2005), o pesquisador pode se deixar interrogar pela realidade social “viva” que está explorando. Não é necessário se refugiar na mera análise das explicações racionais produzidas. Deixei-me interrogar e também interroguei, mas não só isso. Vivi a Campanha contra a Alca. Pertenci àquela identidade coletiva que empreendia uma luta social contra o neoliberalismo. O tempo todo o envolvimento com a realidade empírica estudada era uma preocupação, até conhecer melhor as possibilidades oferecidas pela metodologia reflexiva, que ajudou a situar o meu lugar na pesquisa de modo a favorecer o entendimento desse movimento social representado pela Campanha Nacional contra a Alca.

¹ Trabalhei na Cáritas Brasileira como assessora de comunicação de 2000 a 2006, quando me desliguei da entidade principalmente para criar as condições de finalizar a tese. Uma das razões do desligamento era trabalhar na pesquisa de campo com mais distanciamento.

Desde o lançamento do Plebiscito Nacional sobre a Alca, no Fórum Social Mundial (FSM)², em fevereiro de 2002, comecei a achar que a junção de tantas forças sociais levaria a um movimento social de monta. O FSM constituiu-se o espaço privilegiado da luta contra a globalização neoliberal e o livre comércio e foi palco também para a CNA em vários momentos. Em seu interior foram realizadas oficinas sobre o tema, palestras, discussões, articulações e mobilizações, como a marcha de abertura do evento, realizada na edição de 2002, quando se lançou oficialmente a Campanha Nacional e Continental contra a Alca. Sabia-se que a marcha não era unicamente contra a Alca, mas o tema foi predominante, tamanha presença de faixas, cartazes, bandeiras e gritos de guerra em alusão à Área de Livre Comércio das Américas.

Participar de três Fóruns no Brasil nos anos de 2002, 2003 e 2005 foi essencial para a experiência como observadora³. Nos Fóruns pude observar como era feita a aproximação das entidades brasileiras componentes da Campanha com as entidades participantes do Movimento por uma Nova Globalização. De lá saiam os calendários mundiais de lutas contra o livre comércio. Organizavam-se as Ações Globais dos Povos, as Marchas Mundiais, se elaboravam as cartas dos movimentos sociais. Era um momento presencial para um movimento global que acontecia em espaços virtuais.

O Fórum Social Mundial gestou e nutriu a CNA. Foi uma oportunidade singular para ampliar a participação de outros atores sociais tanto na Campanha Nacional contra a Alca como no Movimento por uma Nova Globalização. O tema da Alca estava em cada espaço das atividades do FSM. Em 2005, último Fórum que participei, meu olhar estava mais atento, pois tinha acabado de ingressar no doutorado e ávida por assumir outra posição no campo de observação. Passei, então, a me considerar observadora participante, e não mais o contrário. Queria entender esse “movimento”, descobrir, desvendar, sentir o que se passava na cabeça dos colegas militantes e também o que mudaria na minha. Achava que as pessoas tinham pressa. Pressa em barrar um processo que também para mim era prejudicial ao Brasil e à América Latina. Era como se tudo que fosse acontecer naquele ano

²Muitas entidades componentes da CNA integram o conselho internacional do Fórum, como Aliança Social Continental (ASC), Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos (Attac- Brasil), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Grito dos Excluídos, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Marcha Mundial da Mulheres e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

³ Em 2004, o Fórum foi realizado na Índia e, como a entidade da qual eu fazia parte tinha como critério a seleção de poucos assessores para participação em eventos internacionais em função da questão financeira, não pude participar, como havia acontecido nos anteriores.

em relação às negociações da Alca tivesse que ser discutido ali, naquele espaço, naquele momento, com aquelas pessoas.

Particpei também de algumas plenárias nacionais da Campanha, de encontros de formação e da preparação do Plebiscito Popular. Coordenei urnas de votação e ajudei na produção de material de divulgação. Estive presente no lançamento da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e acompanhei a coleta de assinaturas para a realização do plebiscito oficial.

A minha participação na CNA não foi forjada para diminuir a distância entre pesquisadora e atores sociais, o chamado “alistamento provisório”⁴, do interacionismo simbólico⁵. Foi uma participação que se deu pelo pertencimento ao mesmo sistema de referência dos atores sociais pesquisados, uma vez que fazia parte de uma das entidades coordenadoras da Campanha. Chamo de observação participante pelo fato de esta nascer da idéia, como define Ranci, de que é possível, precisamente, “observar” no momento mesmo no qual “se participa” (2005, p. 56). Mas não se trata aqui de interpretar uma realidade a partir da cooperação dos atores sociais em função de uma interação observador/observado.

Na abordagem aqui adotada, a investigação é vista como um jogo relacional no qual participam o pesquisador e os atores sociais que colaboram na pesquisa.

Isto implica, antes de tudo, que se modifique a concepção do papel que o ator social joga no processo cognoscitivo. O ator não pode mais ser reificado na figura redutiva do informador; ora ele é o portador dos códigos necessários para atribuir um significado adequado aos fenômenos que são explorados: não um simples ‘transferidor’, mas um sujeito que seleciona e ordena a realidade com base em estruturas precisas de significados (RANCI, 2005, p.61).

Segundo Ranci, o pesquisador vive uma situação paradoxal, em que, de um lado, está imerso em um campo de investigação, na relação com o ator social, e, de outro, deve observar de fora esta mesma relação: “A flexibilidade se desenvolve apenas no momento

⁴ Essa espécie de “alistamento provisório” vivenciei durante pesquisa etnográfica junto ao baile funk “Black Bahia”, em um bairro periférico de Salvador, no período do mestrado em Comunicação e Cultura Contemporâneas, do Programa de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1996.

⁵ Para compreender melhor a teoria do interacionismo simbólico cf. JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, Anthony, e TURNER, Jonathan. Teoria Social Hoje. São Paulo: Unesp, 1999. Segundo o autor, o enfoque dessa linha de pesquisa sociológica “são os processos de interação – ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca – ao passo que o exame desses processos se baseia num conceito específico de interação que privilegia o caráter simbólico da ação social” (p.130).

em que o pesquisador se distancia do campo de relação; ela, todavia, não pressupõe absolutamente que o pesquisador se subtraia da relação concreta com o ator social, mas exige somente a capacidade de observar a interação” (2005, p.63).

No caso da pesquisa em foco, essa observação aconteceu de forma mais satisfatória quando me distanciei da entidade da qual fazia parte, pouco antes de começar o trabalho de campo propriamente dito, que se deu por meio de entrevistas e de grupos focais. A primeira entrevista, por exemplo, resultou em alterações substanciais em relação ao ator social. Foi uma construção pesquisadora/pesquisada porque a metodologia reflexiva serviu como referência desde o início. A minha interpretação baseou-se no sentido também que a entrevistada deu às suas ações e a partir do debate gerado durante o processo da entrevista. E assim ocorreu em todas as entrevistas e grupos focais.

Como afirma Melucci (2001), a pesquisa social passa a ser um processo auto-reflexivo construído socialmente no interior dos vínculos de um ecossistema: “Dois interesses diversos, aquele do pesquisador de captar informações e aquele do ator de aumentar a própria capacidade de ação por meio da auto-reflexão, podem se encontrar temporariamente e tornar possível uma troca” (MELUCCI, 2001, p. 163-165).

1.2 Pesquisa de campo

Uma vez que o campo a ser pesquisado era a Campanha Nacional contra a Alca, comecei a tentar delinear a categoria geral de análise da pesquisa, ou seja, a tentar perceber onde essa Campanha se localizava.

Os trabalhos de Maria da Glória Gohn (2002; 2003) ajudaram nessa delimitação ao situar as mobilizações contra a Alca dentro de um contexto mundial, que ela chama de “movimento social antiglobalização”. Em 2001, o movimento antiglobalização foi fortalecido com o Fórum Social Mundial (FSM), que consolidou uma tendência de se passar de uma lógica “anti” globalização para proposições de “uma globalização alternativa”. Foi então que essa denominação foi sendo alterada para movimento por uma “Nova Globalização” ou por uma “Outra Globalização”. Assim, foi se delineando a categoria de análise geral desta pesquisa, quando escolhi trabalhar com a nomenclatura Movimento por uma Nova Globalização, conceito que será utilizado por esta pesquisa.

O Movimento por uma Nova Globalização tem sido estudado por vários pesquisadores e uma pesquisadora me chamou atenção pelo fato de ter realizado pesquisa de campo junto a grupos pertencentes a este movimento social global, a socióloga italiana Donatella della Porta. Além de discutir teoricamente o conceito e trabalhar a questão da identidade coletiva desse movimento, Della Porta (2007) utiliza a denominação Movimento por uma Nova Globalização para nomear o movimento socialmente constituído por meio de redes de interação social que identifica a globalização neoliberal como inimigo comum. Ela e outros estudiosos realizaram pesquisa de campo no decorrer do Fórum Social Europeu de Florença, em novembro de 2002, entrevistando mais de 2.300 ativistas. Segundo ela, a grande maioria deles, sem diferenças significativas entre os países, compartilha a imagem de um único movimento, se identifica com ele e se sente parte dele.

O entendimento sobre a existência do movimento social global ajudou a planejar melhor a pesquisa de campo. A observação participante propiciou construir relações com a Campanha, os atores sociais e o tema da Alca. E essas relações possibilitaram a construção de uma outra: a relação de confiança, responsável, sobretudo, pela fluidez da pesquisa de campo.

A parte empírica se dividiu, então, em observação, entrevistas individuais semi-estruturadas, grupos focais, análise de conteúdo e análise documental. As entrevistas e grupos focais foram gravados em aparelho de áudio e realizados entre outubro de 2006 e dezembro de 2007. Ao todo, 72 entrevistados compuseram o universo pesquisado. Foram em média 28 horas de gravação das entrevistas e 13 horas de gravação dos grupos focais, totalizando mais de 41 horas.

A partir desse material e da adoção das estratégias metodológicas apontadas neste capítulo, foi possível construir uma interpretação sobre o ator social por meio do sentido que eles atribuíam às suas próprias ações. E como se tratava de uma rede de movimentos, esse universo foi bastante heterogêneo, o que enriqueceu sobremaneira o debate, provocado propositadamente por um “jogo relacional” entre pesquisadora/pesquisados, conforme definida na metodologia reflexiva.

A pesquisa de campo exigiu muita determinação, pois os percalços foram diversos, afinal a margem de governabilidade do pesquisador não é tanta, depende também da possibilidade dos entrevistados, e os recursos financeiros disponíveis menores ainda. No entanto, procurei combinar impressões pessoais com o ponto de vista dos participantes da

Campanha e com o de outros envolvidos com esse movimento. Tornou-se necessário “decompor a unidade empírica dos fenômenos para compreender os seus efeitos e questionar-se, eventualmente, se e quanto os movimentos contribuem para a mudança social” (MELUCCI, 2001, p.8).

Entrevistas

A pesquisa procurou averiguar se a Campanha Nacional contra a Alca influenciou na não-assinatura do acordo da Alca. Para fazer essa sondagem, resolvi partir dos próprios atores sociais envolvidos: os representantes da coordenação e dos comitês estaduais da Campanha, da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e do Ministério das Relações Exteriores. A idéia era compreender qual seria o pensamento coletivo dos grupos e fazer um debate entre os diversos participantes, tanto da Campanha Nacional contra a Alca, como do Parlamento e do Governo. O “debate” foi apreendido principalmente por meio do conteúdo das entrevistas individuais e dos grupos focais, sem perder de vista a minha mediação como observadora. Como definem Fernando Lefevre e Ana Maria Lefevre:

Em termos metodológicos, o pensamento coletivo está mais validamente presente no indivíduo que no grupo, uma vez que o pensamento coletivo é a presença, internalizada no pensar de cada um dos membros da coletividade, de esquemas sociocognitivos ou de pensamento socialmente compartilhado (2005, p.20).

Na formulação dos autores, “é preciso convocar os indivíduos, um a um, o universo ou uma amostra representativa de uma coletividade, para que cada indivíduo possa expor seu pensamento social internalizado, livre da pressão psicossocial do grupo” (2005, p.20). Também para que o conjunto dessas individualidades possa representar, sociológica e estatisticamente, uma coletividade.

Sem dúvida, a parte mais trabalhosa da pesquisa – e ao mesmo tempo mais enriquecedora – foi a realização das entrevistas. Convida, agenda, desmarca, remarca, marca de novo foi uma prática que vivi durante meses. E assim foram realizadas 16 entrevistas individuais semi-estruturadas com representantes de organizações da coordenação da Campanha; oito com parlamentares da Frente de Acompanhamento das Negociações da Alca e da Comissão Especial de Acompanhamento das Negociações da Alca (Cealca); uma com um executivo do Ministério das Relações Exteriores; uma com

um membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial; e uma com um cientista político, especializado em relações entre Brasil e Estados Unidos.

A experiência de entrevistar representantes das organizações coordenadoras da CNA me levou a perceber que se tratou de uma rede de movimentos sociais e de entidades com características variadas e ações de base específicas. O interessante foi verificar como que as especificidades provocavam conflitos, mas não impediam a execução de uma ação social unificada em torno do tema. Diversos movimentos e organizações sociais compunham um novo movimento, que no Brasil foi identificado por uma Campanha Nacional.

O critério para a seleção dos representantes da coordenação foi o grau de participação e de influência destes na própria Campanha. Também foi levado em conta o meu nível de relação com eles e a viabilidade material e temporal. Os movimentos e as organizações foram selecionados conforme a participação do sujeito social. Diria que a prioridade foi sujeito social/entidade e não o contrário. Foram selecionados representantes dos seguintes movimentos: **religioso** (Pastorais Sociais, Grito dos Excluídos e organismos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB: Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra/CPT, Comissão Indigenista Missionária/Cimi e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento/Ibrades); **social** (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST); **político** (Movimento Consulta Popular e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado/PSTU); e **sindical** (Central Única dos Trabalhadores/CUT, Sindicato dos Advogados de São Paulo/SASP, Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal/Unafisco). Além da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), a Aliança Social Continental (ASC), o Centro de Educação Popular do Instituto *Sedes Sapientiae* (Cepis) e uma representante da Secretaria Executiva da Campanha Nacional contra a Alca.

Outras organizações também tiveram importância na Campanha, mas a falta de disponibilidade de alguns representantes e a limitação de tempo inviabilizaram a realização de entrevistas. No entanto, o grupo selecionado foi significativo para compreender o sentido comum dos representantes da Campanha em relação às questões suscitadas pela pesquisa.

Com os parlamentares, foram utilizados os critérios de participação efetiva na Frente de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania e na Comissão

Especial de Acompanhamento das Negociações da Alca (Cealca) e de representação por partido com base na composição dessas duas instâncias.

A Frente funcionou por cerca de seis meses (não foi possível descobrir o número de reuniões por falta de documentação) e a Cealca por oito meses, com a realização de 12 reuniões. Como as Frentes não são institucionalizadas, foi difícil localizar a documentação, mas no caso da Cealca, foram obtidas as notas taquigráficas de todas as reuniões e audiências públicas, o que ajudou na seleção de entrevistados por nível de participação e pelos posicionamentos durante as sessões.

No caso da representação da Frente, entrevistei o seu presidente, que não fez parte da Cealca, e alguns deputados, que participaram de ambas as instituições. Da Cealca, procurei entrevistar o presidente, o vice-presidente e a relatora, obtendo sucesso apenas com os dois últimos, pois as entrevistas aconteceram na legislatura posterior à existência da última Cealca, quando o presidente já não fazia parte da Câmara dos Deputados, por motivo de não reeleição, e residindo em Maceió (AL). Contudo, fiz contato telefônico com ele, que se dispôs a dar entrevista durante rápida estada em Brasília, mas por problema de saúde do próprio a entrevista teve que ser desmarcada, sendo inviabilizada depois.

A Cealca era composta por 28 deputados titulares e 22 suplentes. Desses, foram entrevistados oito: seis titulares e dois suplentes. Talvez esse tenha sido o grupo mais difícil, haja vista a ocupação dos mesmos e a residência temporária em Brasília, restando apenas os horários comerciais, tão concorridos por várias demandas. Contudo, foram válidas as insistências, pois consegui averiguar tanto a visão de alguns parlamentares sobre a CNA como as razões da criação de uma instância parlamentar para acompanhar o tema da Alca.

No caso do Poder Executivo, o retorno foi mais difícil. Inicialmente, pensei em entrevistar o ministro das Relações Exteriores e o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Consegui falar pessoalmente com o secretário-geral, Samuel Pinheiro Guimarães, que não aceitou ser entrevistado e argumentou que seria difícil a entrevista com o ministro. No entanto, me sugeriu entrevistar o embaixador Antonio José Ferreira Simões, que foi chefe do Núcleo da Alca (Nalca) no MRE e o embaixador Adhemar Bahadian, que tinha sido co-presidente das negociações da Alca. Entrevistei apenas o primeiro indicado; o segundo estava em missão permanente no Uruguai, o que inviabilizou a entrevista. Paralelamente a essas investidas, tentei inúmeras vezes, sem

resultado positivo, entrevista com o secretário-geral do Governo, ministro Luiz Dulci, responsável pela interlocução do governo com os movimentos sociais e que também tinha participado da primeira fase da CNA, como representante do Partido dos Trabalhadores, antes das eleições presidenciais de 2002.

As outras duas entrevistas aconteceram uma com o cientista político especializado em relações entre Brasil e Estados Unidos, Luiz Alberto Moniz Bandeira, que, tendo vasta bibliografia sobre política internacional, me concedeu alguns minutos para falar sobre a política externa brasileira. A outra entrevista foi com o membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, Francisco Whitaker, que abordou a relação entre a Alca e o FSM.

Cada entrevista me levou a ter vários *insights*. As falas, os gestos, a concentração diante da provocação de uma questão colocada, as indignações frente ao tema, as alegrias ou dúvidas com o resultado da Campanha, a esperança, a desesperança, a utopia, o desconsolo, a curiosidade com a pesquisa, a garra de uma luta, a desconfiança no movimento social, a aposta na sociedade. Essas sensações nortearam cada momento das entrevistas com esses grupos.

Grupos Focais

Além das entrevistas individuais com a coordenação da CNA, achei que deveria contemplar os comitês estaduais e locais. Mas essa rede era muito grande, só de voluntários durante o plebiscito foram contabilizados mais de 120 mil, segundo documento oficial divulgado pela CNA. Outros documentos totalizavam mais de 150 mil voluntários⁶. Diante do tamanho do universo pesquisado, e com a limitação de tempo e de recurso financeiro, utilizei a técnica do grupo focal (GF) para realização de debate com alguns comitês estaduais em sete Unidades da Federação: Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná e Rondônia, além de uma entrevista individual com um dos coordenadores do Comitê do Estado do Acre.

Essa técnica de investigação foi escolhida principalmente pela viabilidade material, mas não unicamente. No decorrer da pesquisa pude perceber que foi de grande valia porque, além de ser uma técnica de avaliação que oferece informações qualitativas, também revela experiências, sentimentos e percepções. Os grupos devem ser formados

⁶ A informação sobre a participação de mais de 150 mil voluntários foi divulgada em relatórios das reuniões da coordenação da Campanha e em diversos artigos.

com participantes que têm características em comum, que nesta pesquisa foram os participantes dos comitês estaduais da CNA, e são incentivados por um moderador a conversarem entre si, trocando experiências e interagindo sobre suas idéias e sentimentos. O papel do moderador, que no caso fui eu mesma, é promover a participação de todos, evitar a dispersão dos objetivos da discussão e a monopolização de alguns participantes sobre outros.

É uma técnica apropriada para estudos que buscam entender atitudes, preferências, necessidades e sentimentos e é utilizada, por exemplo, para investigar questões complexas relacionadas a conflitos nem sempre explicitados. Dentre as vantagens da técnica está o baixo custo, mas também a agilidade na obtenção de resultados, uma vez que o debate em si traz resultados mais aprofundados, com maior probabilidade na fidedignidade dos dados, pois o ambiente de grupo minimiza opiniões falsas ou extremadas.

Quanto ao número de participantes, segundo a literatura, o ideal é que haja de 5 a 10 participantes. No caso da presente pesquisa, os grupos variaram de 5 a 7 pessoas e a duração de cada encontro foi de uma a duas horas. O roteiro foi preparado com perguntas abertas, cujo resultado funcionaria como um dos indicadores para responder às questões da pesquisa, e a discussão foi registrada nos dois primeiros grupos focais com ajuda de duas voluntárias que fizeram o relato por escrito, e, nos demais, por mim, porque não tive recurso para providenciar apoio de um relator ou relatora. As discussões foram gravadas em aparelho de áudio, com a devida autorização dos participantes.

O critério utilizado para a seleção dos grupos, formados por representantes dos comitês estaduais da CNA, foi, primeiro, regional. Seria, então, realizado um GF pelo menos em cada região do País. Esse critério foi combinado com outro: o resultado da votação, tanto em valores absolutos quanto em número proporcional de eleitores. Ou seja, estados em que a votação tivesse sido expressiva e não tão expressiva, para que pudessemos obter alguma comparação. Além desse critério quantitativo, levei em consideração a minha relação com algumas lideranças populares nos estados e o perfil das ações coletivas vividas por eles durante o processo da Campanha.

No caso da Região Norte e Nordeste houve dois grupos. Na Região Norte: Rondônia, por ter sido a maior votação proporcional, pelo fato de o plebiscito ter acontecido na totalidade dos municípios e por ter tido o maior número de voluntários por votantes; e Pará, por ter ficado em um lugar mediano nas votações absoluta e proporcional

e pela atuação ativa do comitê. Na Região Nordeste: Bahia, por ter sido a terceira maior votação em números absolutos e pela atuação ativa do comitê; e Maranhão, principalmente por uma das questões ter sido referente à Base Militar de Alcântara, localizada no estado.

Na Região Sul, o Paraná, que coincidentemente ficou em 5ª colocação no plebiscito, tanto em números absolutos como proporcionais. Na Região Sudeste, Espírito Santo, 2º colocado na votação proporcional e com uma particularidade: único estado que não tinha um comitê formado nos moldes da Campanha, sendo coordenado quase que unicamente pela Igreja Católica. No Centro-Oeste, o Distrito Federal, primeiro pela proximidade, segundo porque foi um comitê que participei representando algumas vezes a entidade da qual fazia parte.

A composição de cada grupo foi montada com base na participação dos militantes na coordenação dos comitês e nas ações da Campanha. Foi seguido o mesmo critério das entrevistas junto à coordenação da Campanha: participantes dos movimentos religioso, social, político, sindical e ONGs. No entanto, nem sempre foi possível conseguir essa representação em todos os comitês, sendo mais utilizado o critério de maior participação.

A experiência de ter realizado esses debates foi surpreendente. Primeiro, porque nunca tinha utilizado esta técnica de pesquisa, e depois, porque a emoção foi contagiante. É uma técnica que provoca consenso e dissenso, alegria e tristeza, nostalgia e desconforto, além de mexer muito com a memória. Cada debate suscitava uma descoberta e uma nova alteração nos meus sentidos e nas minhas interpretações.

Outro aspecto relevante é que fotografei todos os debates. Nos dois primeiros contei com ajuda de duas amigas fotógrafas amadoras e voluntárias e, nos últimos, eu mesma fotografei, pois não tive como contar com esse tipo de apoio. Foi uma experiência rica, além do que, quando assumia a tarefa de fotógrafa o debate se dava quase sem a minha participação – estava escondida atrás da câmara, mesmo que vendo e ouvindo tudo. Quando descobri que o debate fluía mais entre eles durante o tempo em que eu fotografava, escolhia os momentos mais cruciais para “me esconder”⁷.

A técnica tem suas limitações, como o trabalho e desgaste de entrar em contato com um por um dos colaboradores por telefone, mandar e-mails com carta formal solicitando a participação, telefonar novamente para checar o recebimento do e-mail, depois ligar de novo na véspera da viagem para confirmar a participação. E em alguns casos ainda havia

⁷ Como na tese priorizei a análise de conteúdo dos grupos focais e os registros fotográficos geraram um grande número de imagens, deixei para realizar um estudo mais aprofundado do material posteriormente.

furos. Também era trabalhoso preparar a logística: escolher o local, de preferência o mais “neutro”, aquele que não despertasse resistência, que fosse acessível, que tivesse as condições necessárias para a gravação, depois conseguir autorização do responsável pelo local. Tudo isso de longe, por telefone ou pela internet, mas sempre contando com o apoio de uma pessoa de referência.

Outras limitações também são comuns, como a susceptibilidade ao ponto de vista do moderador e o domínio das discussões por algum participante. Contudo, creio que a realização de grupos focais foi fundamental para “incluir” o ponto de vista daquelas pessoas que “seguraram as urnas”, realizando o intenso trabalho de base da Campanha, principalmente no que se refere ao plebiscito. Acredito que sem o nível de relação que eu tinha com as pessoas de referência nos estados, que me conheciam como militante e não como pesquisadora, não teria obtido tanto êxito em tão pouco tempo. A relação de confiança com essas pessoas foi fundamental, mas o desafio de estender essa confiança para todo o grupo durante o debate foi melhor ainda.

Análise de conteúdo

A análise de conteúdo das entrevistas foi feita depois da categorização das respostas por critério de semelhança, o que ajudou a nomear o sentido comum dos depoimentos. A intenção era gerar um debate a partir das próprias comunicações dos entrevistados e não unicamente produzir um discurso teórico da realidade fora do espaço dos depoimentos.

Para Laurence Bardin, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações e uma busca de outras realidades, através das mensagens. Segundo ela, “a análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (1977, p. 44).

O roteiro das entrevistas semi-estruturadas, em anexo nesta tese, foi sendo alterado de acordo com cada entrevistado, seja na ordem das questões, seja na supressão ou inclusão de novas demandas. Mas a estrutura principal foi sempre mantida, pois os principais indicadores para ajudar a responder as minhas indagações iniciais eram as comunicações dos entrevistados. A partir daí se deu a categorização, e a análise de conteúdo foi sobremaneira importante para produzir inferências que me levaram a rever

idéias iniciais. Como orienta Bardin, “um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos” (1977, p. 120).

Análise documental

O tratamento da informação documental nesta pesquisa teve como objetivo auxiliar a observação e a análise de conteúdo das entrevistas e não a classificação das informações. A análise documental, segundo Bardin, ajuda a evitar a interpretação espontânea e a evidência do saber subjetivo. Isso significa também que é um sinal de aceitação do caráter provisório das hipóteses (1977, p. 28). E diria que os documentos ajudaram a reavivar a minha memória como observadora e a checar ou complementar as comunicações dos entrevistados.

Recorri a alguns documentos, matérias jornalísticas e materiais produzidos sobre a temática pesquisada, sobretudo aqueles elaborados pela CNA. O acesso a cada documento dependeu de buscas em várias entidades e na internet, mas também contei com o fato de ter participado da Campanha, quando fui catalogando e arquivando documentos e fotos.

Foram pesquisados arquivos da Secretaria Nacional da Cáritas Brasileira, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco-Sindical), em Brasília (DF); da Secretaria Nacional da Campanha e no Centro de Documentação da CUT Nacional, em São Paulo (SP); no Centro de Documentação do Centro de Formação Urbano-Rural Irmã Araújo (Cefuria), em Curitiba (PR); do Centro de Documentação e Antecedentes, do Ministério das Relações Exteriores, além da coleta de documentos junto a Secretaria das Comissões Especiais da Câmara dos Deputados.

De acordo com a abordagem reflexiva, adotada aqui, a apresentação dos resultados é uma forma de narração e isso introduz a perspectiva da aceitação da polifonia e do pluralismo das formas de relatos, o que exige do pesquisador uma atitude auto-reflexiva: “A pesquisa não tem mais a pretensão de descrever fatos reais, mas se apresenta como construção de textos que dizem respeito a fatos socialmente construídos e que mantêm a consciência da distância que separa a interpretação da realidade” (MELUCCI, 2005, p.34).

2 O MOVIMENTO SOCIAL E O NOVO AGIR

A década de 1990 foi marcante para a construção de um novo movimento social, referenciado tanto nas dimensões simbólicas do agir coletivo não institucionalizado como nas dimensões estratégicas da ação política⁸. Esse novo modo de agir configurou-se, no caso específico do movimento social estudado nesta pesquisa, a Campanha Nacional contra a Alca, como uma reação frente à investida capitalista neoliberal, que se proliferou mundialmente, provocando mudanças em vários âmbitos e interferindo sobremaneira na vida das pessoas.

2.1 O Neoliberalismo como elemento aglutinador

No contexto da nova ordem mundial do neoliberalismo, as leis do livre mercado passam a funcionar como um dos seus imperativos. E como o postulado fundamental do neoliberalismo é a “liberdade econômica”, a liberdade política e o espaço público da participação não assumem relevância. Os papéis da política, do sujeito e do Estado são, assim, subordinados à nova ordem. Dá-se em toda parte a hegemonia do capital.

As idéias neoliberais não são tão recentes. Remontam à década de 1940, no cenário pós-guerra, quando ao mesmo tempo se discutia o papel do Estado como garantidor da ordem econômica (avanço do capitalismo) e da ordem social (direitos sociais para os cidadãos). Estava posto naquela época um panorama social e político balizado por um lado pela superação da crise de acumulação do capital e, de outro, pela resolução de questões sociais fundamentais para o bem estar do cidadão, que exigia a presença do Estado provedor. Recaía-se no paradoxo liberdade individual e igualdade social. Colocavam-se frente a frente dois modelos de Estado e sociedade: um regido pela lógica neoliberal e outra pela do *welfare state*, assentado em uma social-democracia.

⁸ Nos termos de Hannah Arendt, “agir significa tomar iniciativa, iniciar, imprimir movimento a alguma coisa”. Segundo a pensadora, “o fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável” (ARENDR, 2003a, p.190-191).

O neoliberalismo originou-se na Europa e América do Norte no período posterior à II Guerra Mundial, baseado nas idéias de Friedrich Hayek e promovido nos anos 70 por Milton Friedman em Chicago. Constituiu-se como uma intervenção teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar defendido por Keynes, na década de 30, para fazer face à depressão experimentada na Europa e Estados Unidos (SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003, p.4).

Esse sistema doutrinário, bem articulado a partir do Consenso de Washington (1989), é um conjunto de princípios de reordenamento dos mercados desenhado pelo governo estadunidense e pelas instituições financeiras multilaterais as quais exercem influência por toda parte do planeta, em particular controlam economias e políticas setoriais em países menos desenvolvidos⁹. Entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird) traduzem-se nos baluartes da política neoliberal no cenário internacional. A estabilização da economia, centrada na dolarização e sobrevalorização das moedas nacionais; reformas estruturais com redução do Estado e privatizações, desregulação dos mercados e liberalização financeira e comercial; e a abertura da economia visando atrair investimentos internacionais e a retomada do crescimento econômico são os objetivos principais do referido sistema.

Grupos sociais de diversas partes do mundo passaram a manifestar seu descontentamento com resistências e protestos contra a hegemonia deste modelo político e econômico. Os ativistas repudiam os efeitos negativos do neoliberalismo, tais como a liberalização do comércio, orientado unicamente pelas leis de mercado, a ingerência das multinacionais nas economias locais e a degeneração dos direitos sociais adquiridos em processos de lutas coletivas desde as revoluções industriais. Eles criticam a pouca transparência nos processos de negociação, que contam, em geral, com diplomatas e tecnocratas, e reivindicam a participação dos cidadãos nos destinos dos seus países.

Há até quem pergunte: se o neoliberalismo é bem anterior à década de 1990, por que só neste final de século surgiu um movimento global contrário a esse sistema? Dentre as possíveis causas, pode-se dizer que foi nesse período que os grupos hegemônicos capitalistas intensificaram a busca pela consolidação do livre comércio. Em 1998, foi

⁹ Segundo Boaventura Sousa Santos, “o Consenso de Washington está hoje relativamente fragilizado em virtude dos crescentes conflitos no interior do campo hegemônico e da resistência que tem vindo a ser protagonizada pelo campo subalterno ou contra-hegemônico” (2002, p.27)

assinado o Acordo Multilateral para Investimentos (AMI)¹⁰, cujo objetivo era reduzir a intervenção do Estado em assuntos sociais e ambientais. A semente do movimento global foi lançada quando um grupo de organizações impediu a assinatura desse acordo. A ONG norte-americana *Public Citizen* foi quem denunciou essa empreitada por meio de artigo publicado no jornal francês *Le Monde Diplomatique*, em janeiro de 1998, com o título “O novo manifesto do capitalismo mundial”, provocando em seguida o ajuntamento de grupos sociais que se mobilizaram para derrubar o acordo.

Esse mesmo grupo, em 1999, organizou a conhecida “Batalha de Seattle”, em que dezenas de milhares de militantes protestaram contra a globalização neoliberal, enfrentando a polícia local e paralisando a terceira conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) realizada nessa cidade norte-americana onde está sediada a *Microsoft*. Esse foi um marco para o movimento global, pois o encontro tinha como objetivo dar início à Rodada do Milênio, que seria um novo ciclo de negociações para posterior liberalização dos mercados, especialmente sobre investimentos e serviços públicos.

As manifestações contra a Rodada do Milênio – precedidas de assembléias e iniciativas de informação em todo o mundo – foram organizadas por 1.387 organizações não governamentais, sindicatos, ambientalistas e Igrejas de várias denominações. Entre os lemas da manifestação: *The world is not for sale; No globalization without participation; We are citizens, not only consumer; WTO = Capitalism without conscience; Trade: clean, green and fair* (DELLA PORTA, 2007, p.7-8).

Entre esses dois grandes momentos, três acontecimentos provocaram reações que levaram ao fortalecimento do movimento social global. Em 1994, entra em vigor o **Tratado Norte-Americano de Livre Comércio** (Nafta) e começam as negociações para a construção da **Área de Livre Comércio das Américas** (Alca), e, em 1995, começa a funcionar a **Organização Mundial do Comércio** (OMC). Tais feitos levaram à realização de grandes mobilizações que tiveram como referência o que os movimentos sociais consideravam como inimigo comum: o livre comércio, orquestrado pelas idéias neoliberais personificadas nas grandes instituições financeiras multilaterais.

¹⁰ O AMI ou *Multilateral Agreement on Investment* (MAI) foi um projeto discutido no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na segunda metade da década de 1990, com o fim de criar um estatuto mundial de desregulamentação do investimento externo estrangeiro a partir das grandes corporações internacionais. Ele foi vetado em 1998 (GOMES, 2004: 11).

O levante de Chiapas, no México, realizado pelos zapatistas¹¹, em contraposição ao Nafta, em 1994; as mobilizações realizadas durante a III Reunião Ministerial do processo negociador oficial da Alca, em Belo Horizonte, Brasil, em 1997; as diversas mobilizações “anticúpulas”, ocorridas em vários países por ocasião das reuniões da OMC; as Ações Globais dos Povos e as Marchas Mundiais foram dando corpo ao que aqui se chama de movimento social global.

Um exemplo do desdobramento desse movimento global foi a criação, em janeiro de 2001, do Fórum Social Mundial (FSM), evento que acontece paralelamente ao Fórum Econômico Mundial de Davos (Suíça). Na sua carta de princípios, o FSM está definido como:

... um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra (Apud WHITAKER, 2005, p.27-28).

O Fórum, inicialmente realizado em Porto Alegre (RS) e alargado anos depois para outros países, chegou em 2007 em sua sétima edição internacional e contou com várias edições regionais e locais. Com essa experiência, as contestações e resistências que vinham acontecendo contra o neoliberalismo passaram para uma fase mais de proposição do que seria um novo mundo, fundamentado nas idéias de justiça e igualdade social, solidariedade e paz. Vários atores sociais engajados em movimentos, organizações, entidades e Igrejas passaram a ter um local de encontro, em que o pensamento único do capitalismo hegemônico passou a ser contestado pela utopia de que “um outro mundo é possível”, *slogan* do Fórum Social Mundial¹².

As políticas neoliberais foram aplicadas majoritariamente na América Latina, África e Ásia e se tornaram hegemônicas nos anos 1980 e 1990, o que acabou por despertar essa reação da sociedade civil¹³ em várias partes do planeta. Foi assim que surgiu um

¹¹ “Na origem do movimento zapatista está, entre outras coisas, a defesa do *ejido*, ou seja, das terras comuns da tradição maia, garantidas pela constituição mexicana pelo artigo 27, que foi revogado após os acordos Nafta de liberalização econômica entre México, Canadá e Estados Unidos” (Della Porta, 2007, p.61).

¹² Sobre o FSM cf. SANTOS, Boaventura de Sousa. O Fórum Social Mundial: Manual de Uso. São Paulo: Cortez, 2005.

¹³ Para efeito deste trabalho foi adotado o conceito de sociedade civil como instância social caracterizada pelas ações individuais e coletivas que se articulam em segmentos organizados com linhas de ação centradas no protagonismo

movimento político internacional contra as formas de exclusão provocadas pela hegemonia capitalista do final do século XX. Esse movimento, caracterizado como movimento social global, ficou conhecido por vários nomes: Movimento por uma Nova Globalização, Movimento Altermundialista, Movimento Antiglobalização, dentre outros.

Como o nome já diz, o movimento social global tem um caráter planetário, arregimentando forças de várias localidades do mundo. E como não poderia deixar de ser, lançou bases na América Latina, com a criação da Campanha Continental contra a Alca, e também no Brasil, com a Campanha Nacional contra a Alca. Esta última, coordenada pela Campanha Jubileu Sul¹⁴, iniciou um movimento em novembro de 2001 com o objetivo principal de impedir a assinatura do acordo referente à Área de Livre Comércio das Américas, previsto para entrar em vigor em janeiro de 2005.

A Campanha Nacional contra a Alca realizou uma série de mobilizações que resultou no Plebiscito Popular sobre a Alca em 2002. A contagem das urnas chegou ao resultado de mais de 10 milhões de votos e a Campanha permaneceu ativa até 2006, quando os participantes entenderam que a batalha contra a Alca tinha sido ganha, mesmo que a guerra contra o livre comércio ainda não tivesse acabado.

A entrada em cena desse novo movimento suscita uma reflexão sobre em que base tem se construído uma nova cultura política mundial e sobre a atuação dos atores sociais na esfera pública¹⁵, preocupação inicial dessa pesquisa. Se havia quem dissesse que a sociedade brasileira estava acometida pela apatia política ou que se assistia ao fim dos movimentos sociais, principalmente com o advento da globalização e suposto isolamento do indivíduo, o movimento social global pôs em dúvida essa máxima¹⁶.

A conjuntura do século XXI tem gerado não só novas formas de ação coletiva, mas de luta pela democracia, a exemplo da Campanha Nacional contra a Alca que, além de combater o livre comércio, tinha como um dos seus pilares a defesa da democracia, levada a cabo desde a exigência do cumprimento da Constituição Federal para a realização de um

cidadão. Norberto Bobbio define sociedade civil “como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político” (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1992, p.1210).

¹⁴A Campanha Jubileu Sul nasce no bojo das Campanhas do Jubileu 2000, coordenadas pelo Vaticano para o cancelamento das dívidas em todo o mundo. O conceito SUL foi incorporado porque, além dos critérios geográficos, reflete critérios políticos e ideológicos em função da pobreza generalizada dos países que compõem o Hemisfério sul.

¹⁵O conceito de esfera pública utilizado na tese é o mesmo postulado por Hannah Arendt (2003a): a esfera pública como espaço do bem comum, que interessa a todos os indivíduos, ainda que sob perspectivas diferentes.

¹⁶Sobre a relação do brasileiro com a política cf. COELHO, Maria Francisca Pinheiro. O gosto pela política. In: ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de; SANTOS, Eurico Gonzalez Cursino dos; SOUZA, Jessé; e COELHO, Maria Francisca Pinheiro. *Política e Valores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

plebiscito oficial, até a interlocução com os Poderes Executivos e Legislativos, com o fim de impedir a assinatura do acordo da Área de Livre Comércio das Américas¹⁷.

Esse agir dos movimentos sociais contemporâneos possui características diferenciadas em relação a outros tipos de movimentos. Torna-se essencial traçar um pouco essa diferenciação a partir das reflexões e dos conceitos trabalhados fundamentalmente por Maria da Glória Gohn, Alberto Melucci, Donatella della Porta, Alain Touraine, Chantal Mouffe e Ilse Scherrer-Warren. As contribuições desses autores são essenciais para o tratamento do tema neste trabalho e para a compreensão do movimento denominado Campanha Nacional contra a Alca, o foco desta análise.

2.2 O Movimento por uma Nova Globalização

Maria da Glória Gohn (2002) explica que o tema dos movimentos sociais ganhou maior visibilidade nas décadas de 1960, 70 e 80. Contudo, define, os movimentos sociais são muito anteriores, não sendo possível condicionar sua existência ao momento de produção sociológica do conceito e suas variações. Para a autora, alguns confundem “a própria existência concreta do fenômeno e suas manifestações empíricas, seus ciclos de fluxos e refluxos, com a produção acadêmica sobre aqueles ciclos” (p.329).

Segundo Gohn, o conceito de movimentos sociais tem sofrido uma série de alterações¹⁸. Em sua delimitação, movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (2003, p.13). Essas formas de organização podem adotar diferentes estratégias, como a pressão direta, por meio de mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, atos de desobediência civil, negociações etc, e a pressão indireta, como a utilização de cartas, manifestos, declarações e outras.

A autora apresenta algumas diferenciações entre os movimentos anteriores e posteriores à globalização da economia, que teve seu ápice na década de 1990. Dentre as mudanças apontadas por ela, neste novo paradigma a ênfase vai para a sociedade civil em geral e não mais para a questão da autonomia dos grupos. Essa sociedade civil não se

¹⁷ A Constituição Federal, em seu o artigo 14, prevê a realização de consulta à população em caso de assinatura de tratados e acordos internacionais.

¹⁸ Para conhecer as diversas teorias sobre Movimentos Sociais ver: GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

contrapõe ao Estado, mas às forças do mercado. Também há o retorno das “massas” ao cenário político internacional como forma de pressão, a exemplo das marchas e concentrações. Dessa forma, os movimentos se redefinem segundo códigos criados pela agenda global e são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais.

Gohn considera que no início deste milênio os movimentos sociais no Brasil se organizam em torno de dez eixos temáticos: 1) lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia; 2) mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação político-administrativa da cidade; 3) mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais; 4) mobilizações e movimentos contra o desemprego; 5) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV e de deficiências físicas; 6) mobilizações e movimentos dos sem-terra; 7) movimentos étnico-raciais; 8) movimentos envolvendo questões de gênero; 9) movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais; e 10) movimentos contra as políticas neoliberais e os efeitos da globalização - contra a Alca, Fórum Social Mundial etc. (2003, p.31-32).

A Campanha Nacional contra a Alca se localiza no último eixo e dentro do que Maria da Glória Gohn denomina como “Movimento Antiglobalização”. Segundo a autora, esse movimento se revela distinto dos outros movimentos sociais existentes no século XX porque “nega a forma como a ordem capitalista instituída vigente se reproduz e não a ordem em si. Ele é movido para a busca de soluções alternativas aos problemas sociais e à própria preservação da vida no planeta”. Ou seja, “o Movimento Antiglobalização é, em si, um novo ator sociopolítico e está recolocando o tema do sujeito no processo de mudança social, um sujeito político configurado de forma nova, plural e fragmentado pela diversidade de frentes que abrange” (2003, p.33,49).

Enquanto nos anos 80 os grupos sociais lutavam pelo reconhecimento da identidade sociocultural de seus participantes, segundo Gohn, o Movimento Antiglobalização une as causas dessas lutas às geradas pela estrutura econômica e às imposições do mercado em uma economia globalizada. Em resumo, este movimento está baseado na crítica aos efeitos da globalização, em uma perspectiva das assimetrias sociais geradas a partir dela, como o desemprego estrutural, a desigualdade e a exclusão social. É um movimento que luta pela soberania das nações frente à interdependência mundial dos mercados.

“Movimento Antiglobalização” foi uma das primeiras nomenclaturas utilizadas para denominar o movimento contra a globalização neoliberal, que na presente pesquisa está sendo chamado de Movimento por uma Nova Globalização. Este, portanto, passa a ser a categoria central de análise desta pesquisa, uma vez que a Campanha Nacional contra a Alca se insere nesse movimento global. Tal delimitação levou a pesquisa a trabalhar com o conceito de *movimento social* a partir dessa perspectiva.

No contexto dos movimentos sociais contemporâneos, o primeiro pressuposto é de que o surgimento e a ação dos movimentos sociais são diretamente proporcionais à existência de um adversário ou de um antagonismo, ou, como diria Melucci, de um conflito. “Um movimento é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos” (2001, p.35). Segundo o autor, nem sempre um movimento se limita a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que a ação se destina, como, por exemplo, propõe objetivos não negociáveis ou coloca em questão a legitimidade do poder.

De acordo com ele, muitas vezes um movimento social é encarado como um fenômeno coletivo homogêneo, dotado de unidade interna. Mas na verdade trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que, muitas vezes, destinam energias e recursos para equilibrar suas diferenças. São também considerados como resultado de uma situação histórica ou conjuntural, como se as suas motivações, o seu sentido e a sua ação coletiva fossem irrelevantes, prevalecendo apenas as variáveis estruturais.

Por essa razão, para se estudar um movimento social, antes de mais nada, é preciso conhecer quais os elementos que propiciam a construção da sua identidade coletiva. Hoje, é possível dizer que as identidades estão mais transitórias e flexíveis, sem que isso, no entanto, autorize a visão simplista de acreditar que elas estão completamente dissociadas dos processos estruturais. Ocorre que a identidade não é mais unicamente atribuída e sim também adquirida.¹⁹

A identidade não se apresenta mais como um ‘dado’ da natureza, nem simplesmente como o conteúdo de uma tradição na qual os indivíduos se identificam. Ela não é mais fundada unicamente sobre o pertencimento a “associações reguladas normativamente” (estados, partidos,

¹⁹ Essa diferenciação foi trabalhada na dissertação de mestrado da autora desta pesquisa: “O pertencimento na festa: sociabilidade, identidade e comunicação midiática no baile funk “Black Bahia” do Periperi”, UFBA, 1996 (mimeo).

organizações). Os indivíduos e os grupos participam com a sua ação na formação de sua identidade, que é o resultado de decisões e de projetos, além de condicionamentos e de vínculos (MELUCCI, 2001, p. 90).

Para o autor, nas sociedades complexas amplia-se a capacidade reflexiva de produzir sentido e motivação para a ação humana: “É a ação mesma nas suas raízes motivacionais que se transforma em produto de relações sociais. Essa “socialização” crescente torna disponível um potencial de “diferenciação”, de apropriação individual do sentido da ação, nunca antes experimentado” (2001, p.91). A experiência de pertencer ou não a uma coletividade conforme uma escolha é o que garante essa transitoriedade e flexibilidade, relativizando o pertencimento com base em categorias clássicas, como a questão étnica ou de classe. Entram em cena gênero, geração, temas, esses últimos escolhidos conforme identificação, a exemplo dos movimentos ecologistas, pacifistas, de direitos humanos e outros.

Por isso, está-se diante do desaparecimento da ação e dos sujeitos sociais que coincidem com a nossa idéia tradicional de movimento. A dificuldade está, portanto, no ter que se colocar no interior de categorias, hoje obsoletas, fenômenos que não podem ser interpretados por meio delas. Os movimentos seriam, então, sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social: “A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores” (2001, p.10 e 23).

Conforme Melucci, é possível enumerar alguns princípios de análise dos movimentos sociais, pois estes seguem três tipos de conduta: **Movimento reivindicativo**, em que “o ator coletivo reivindica uma distribuição dos recursos no interior da organização, luta por um funcionamento mais eficiente do aparato, mas se confronta também com o poder que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho”; **Movimento político**, que exprime um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político, luta pela ampliação da participação nas decisões e enfrenta o desequilíbrio do jogo político que privilegia certos interesses em detrimento de outros. Esse movimento tende a melhorar a posição do ator nos processos decisórios ou a garantir-lhe acesso, abrindo novos canais para a expressão de questões exclusas, impulsionando a participação além dos limites previstos pelo sistema político; **Movimento antagonista**, que é uma ação coletiva portadora de um conflito que atinge a produção de recursos de uma sociedade. Esse

movimento luta não só contra o modo pelo qual os recursos são produzidos, mas coloca em questão os objetivos da produção social e a direção do desenvolvimento.

Para Melucci, os fenômenos coletivos que atravessam as sociedades avançadas são os sintomas de movimentos antagonistas, mesmo não sendo este o seu único significado. Nessas sociedades, o modo de produzir o desenvolvimento e de definir identidade e necessidades é invertido: “Produzir não significa mais transformar os recursos naturais e humanos em mercadorias para a troca, organizando as formas da produção, dividindo o trabalho e integrando-o no complexo técnico-humano da fábrica. Significa, ao contrário, controlar sistemas complexos de informações, de símbolos, de relações sociais” (2001, p.80).

Nesse contexto, para ele, o sistema político desenvolve um papel central na transformação das sociedades complexas, porque assegura a redução da incerteza por meio da produção de decisões e da representação dos interesses. O sistema político é o único nível de um sistema em condição de captar o potencial de transformação que os conflitos exprimem. Mas, segundo o autor, as demandas coletivas não assumem uma forma política, facilmente se fragmentando e resultando em violência. E só a representação política poderia evitar que as demandas coletivas se dispersassem. Ocorre que essas demandas resistem à representação e ao sistema político e tendem a se manifestar para além dos canais de representação. A relação entre movimentos e sistemas de representação e de decisão é um nó crucial para as sociedades complexas:

A capacidade das formas “políticas” de representação de recolher as demandas coletivas expressas pelos movimentos, transformando-as em decisões sem anular-lhe a autonomia; e a capacidade dos movimentos de dar-se formas de ação e de organização que supõem a mediação política, sem identificar-se com ela, são os desafios que podem tornar os conflitos em motores de transformação (MELUCCI, 2001, p.94).

Em uma linha de raciocínio semelhante, Donatella della Porta também considera o antagonismo um elemento essencial na constituição do movimento social nas sociedades contemporâneas. Este “se refere à presença de redes de interações predominantemente informais, baseadas em crenças compartilhadas e na solidariedade, que se mobilizam acerca de temáticas conflituosas mediante o uso freqüente de várias formas de protesto” (2007, p.23).

Para a autora, a característica fundamental de um movimento social é a elaboração de uma interpretação comum da realidade, capaz de alimentar solidariedades e identificações coletivas. Os movimentos elaboram novas visões de mundo e sistemas de valores alternativos em relação aos dominantes. E vai além: “A criação de um movimento global comporta a elaboração de um discurso que identifique, em um nível supranacional, tanto a identidade comum – o nós – quanto o alvo do protesto – outro” (2007, p.23).

Della Porta afirma que, em geral, os movimentos sociais na contemporaneidade se caracterizam por adotar formas “incomuns” de participação política, como a utilização do protesto com o fim de fazer pressão sobre as instituições: “Quem protesta se dirige, por meio de uma forma não-convencional de ação que interrompe a rotina cotidiana, à opinião pública, antes de se dirigir aos representantes eleitos ou à burocracia pública” (p.25). Se antes as ações de protesto se concentravam no Estado nacional, a globalização produziu protestos organizados em nível transnacional, contra atores internacionais.

Esses movimentos sociais, segundo Della Porta, não são organizações, e sim redes de relações entre atores diferentes, que geralmente incluem também organizações dotadas de uma estrutura formal. Dessa forma, uma característica peculiar dos movimentos é o fato de se poder fazer parte deles, “sentindo-se, portanto, envolvidos em uma ação coletiva, sem ter de automaticamente aderir a uma organização específica” (p. 26-27). Essa estrutura organizativa flexível, com manifestações convocadas via internet por equipes de coordenação criadas especialmente para isso, é uma característica dos movimentos sociais globais, mas para alguns é considerada como sinal de incapacidade de adquirir estruturas duradouras.

A autora afirma que o movimento social global é composto por grupos heterogêneos, mas reunidos por um esquema de referência que identifica o neoliberalismo como o inimigo comum: “A interação entre os diversos elementos do movimento não se baseia, contudo, apenas no compartilhamento de um elemento de rejeição, mas também em valores convergentes na definição de *um outro mundo possível*” (p. 30). O discurso do movimento “baseia-se em uma miscelânea de temáticas de movimentos diferentes, reunidos por valores tipicamente de esquerda – da justiça social à participação a partir da base” (idem).

A heterogeneidade tanto da composição do movimento como das suas propostas é percebida pelos seus representantes como uma característica fundamental. E, segundo

Della Porta, é apresentada com orgulho pelos ativistas, a exemplo do conteúdo da Carta dos Movimentos Sociais, divulgada em Porto Alegre, em janeiro de 2001:

Nós, forças sociais provenientes de todas as partes do mundo, reunimo-nos aqui, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Somos sindicatos e ONGs, movimentos e organizações, intelectuais e artistas. Juntos queremos construir uma grande aliança, para criar uma nova sociedade, livre da lógica atual, que utiliza o mercado e o dinheiro como a única unidade de medida... Somos mulheres e homens: camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras, profissionais, estudantes, desempregados e desempregadas, populações indígenas e negros, somos provenientes do Sul e do Norte, estamos empenhados em lutar pelos direitos dos povos, por liberdade, segurança, trabalho e educação (DELLA PORTA, 2007, p.34-35).

Nesse sentido, um elemento inovador na composição do movimento social global é o encontro entre o “velho” movimento operário e os “novos” movimentos, dentre os quais se incluem os ecologistas e as feministas. De maneira geral, nos protestos sobre a globalização reúnem-se atores normalmente definidos “como materialistas, ou seja, ligados à defesa dos interesses econômicos na base do conflito em uma sociedade industrial, e novos movimentos, definidos como pós-materialistas ou libertários, ressaltando a superação do conflito puramente econômico sobre os temas da produção em favor da atenção às liberdades individuais” (2007, p.50-51). Segundo Della Porta, o encontro entre “materialistas” e “pós-materialistas” é realizado em função da ligação simbólica entre os temas clássicos dos novos movimentos e a identificação de um inimigo comum na globalização neoliberal.

Enquanto para Della Porta esse encontro entre materialistas e pós-materialistas é um traço marcante do movimento social global, para Alain Touraine (2006b) essa relação não é estabelecida tão facilmente. Segundo o autor, essa modalidade de movimento social, que ele também chama de antiglobalização ou altermundialista, é o movimento histórico mais visível neste início do século XXI. No entanto, as relações deste com “os movimentos sociais propriamente ditos” são distantes. Para ele, os altermundialistas, conduzidos pela modernização, transbordam o quadro do político para colocar em questão uma organização sistêmica e amplas redes de comunicação. E essa seria a razão da dificuldade que eles encontram quando tentam estabelecer as ligações com os movimentos propriamente

sociais, “que resistem a dar importância central à mundialização, em face de seu enraizamento local, social ou profissional” (p.26-27).

Touraine explica que ao redor do tema geral da antiglobalização agrupa-se uma variedade de reivindicações que desejam convergir num projeto de altermundialização: “O sucesso do fórum de Porto Alegre provém do fato de ter tentado reunir movimentos sociais e correntes de opinião que procuram dar um sentido positivo às manifestações de Seattle, Göteborg, Gênova e tantas outras, que tinham, sobretudo, uma função crítica” (2006a, p. 36). Segundo ele, organizou-se assim “um movimento poderoso e ao mesmo tempo diversificado, que desafia os mais importantes dirigentes da economia global” (idem).

Para o autor, o movimento altermundialista é tão importante hoje como foi o socialismo nos primeiros decênios da sociedade industrial: “Um e outro lutam, sobretudo, contra o rumo capitalista da economia e da sociedade. Um e outro, por conseguinte, combateram e combatem um modo de desenvolvimento mais que um tipo de sociedade definido por formas de produção, de organização e de autoridade” (2006a, p.36-37). Segundo ele, o papel do movimento altermundialista, de convocar uma gestão democrática das grandes transformações históricas, é diferente do papel do sindicalismo na sociedade industrial, que foi um movimento social de importância capital num tipo determinado de sociedade.

No entanto, mesmo sendo considerado um movimento importante, para Touraine o altermundialismo apresenta uma fraqueza: não define claramente em nome de quem, de quais interesses ou de qual concepção de sociedade ele luta, “de maneira que se instaura uma certa confusão entre a defesa de certos interesses adquiridos e reivindicações conduzidas efetivamente em nome das categorias mais diretamente dominadas” (2006a, p.37). Diante disso, para ele, este movimento não passa de “um amontoado frouxo de grupos minoritários”.

Touraine (2006b) faz uma distinção entre o conceito de movimentos sociais e movimento social. Sobre o primeiro, ele considera que se refere ao conjunto dos fenômenos que receberam esse nome no decorrer de uma longa tradição histórica, e movimento social seria uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada:

Um movimento social é a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um

mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito (p. 18-19).

Segundo Touraine, o antagonismo é o elemento caracterizador de um movimento social. Porém, “não há necessidade que um conflito social ou que uma ação coletiva se apresente armada de uma ideologia muito elaborada para que possamos concluir a presença de um movimento social” (2006b, p.20). Ideologias que apelam a conflitos fundamentais na sociedade não são obrigatoriamente manifestações de um movimento social ou de antagonismos sociais. O mais importante, para o autor, é que falar sobre movimento social significa “colocarmo-nos no ponto de vista dos atores”. Isto é, dos atores que são, ao mesmo tempo, “conscientes do que têm em comum, ou seja, dos mecanismos de conflitos e dos interesses particulares que os definem uns contra os outros” (idem).

Também nessa linha, Ilse Scherrer-Warren conceitua o movimento social como “um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional e no planetário” (2002a, p. 248). Para ela, a idéia de movimento social como categoria analítica deve ser distinguida das várias práticas concretas denominadas de “movimentos sociais” ou “movimentos populares”. E a construção da categoria “deve ser buscada nos processos que transcendem os sujeitos coletivos em suas práticas particulares” (idem).

No caso das sociedades globalizadas e complexas, para Scherrer-Warren “o movimento social se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia” (2006, p.113). Em relação às identidades, a autora alerta que elas tendem a ser cada vez mais plurais tanto em relação ao *self* como nas dimensões da afinidade ou de opções políticas e de valores.

Quanto ao adversário, Scherrer-Warren (2002a) destaca que os movimentos sociais da atualidade fazem um discurso de combate ao neoliberalismo como uma política hegemônica e homogeneizadora do novo sistema capitalista mundial, apontando como consequência dessa política o crescimento do desemprego, a exclusão de trabalhadores do processo produtivo e a decadência do *welfare state*. Nessa perspectiva, defendem a participação da sociedade civil na construção de uma sociedade que não seja guiada pelo

mercado. A autora cita como expressão dessa oposição às políticas neoliberais as grandes marchas mundiais realizadas por ocasião das Cúpulas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das Cúpulas das Américas para a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Segundo Scherrer-Warren, na atual fase da globalização é preciso entender a lógica da inserção dos atores sociais nos condicionantes econômicos da nova ordem mundial, como também a “relocalização desta lógica no interior de suas comunidades específicas”. Além disso, para ela, paralela à internacionalização da economia, acontece uma transnacionalização da política e da cultura: “Os atores, através de suas redes, reagem a suas formas de inserção ou de exclusão neste cenário e recriam utopias de transformação. A informatização do mundo reacende nos atores o desejo de terem vozes na esfera pública e de participarem nos mecanismos políticos que regem seus destinos. A democracia coloca-se na ordem do dia” (2002, p.247).

A ocupação da esfera pública por meio da participação política é nitidamente uma demanda do Movimento por uma Nova Globalização, assim como também o antagonismo é uma característica forte dessa modalidade de movimento, haja vista, por exemplo, o próprio nome da Campanha Nacional contra a Alca.

Chantal Mouffe (1996) argumenta e define o surgimento do antagonismo como algo que se dá diante da criação de um “nós” pela delimitação de um “eles”, no qual a relação passa a ser de inimizade:

Se aceitarmos que todas as identidades são relacionais e que a condição de existência de qualquer identidade é a afirmação de uma diferença, determinação de um ‘outro’ que desempenhará o papel de ‘elemento externo constitutivo’, torna-se possível compreender a forma como surgem os antagonismos. No domínio das identificações coletivas, onde o que está em causa é a criação de um “nós” pela delimitação de um “eles”, existe sempre a possibilidade de esta relação nós- eles se transformar numa relação do tipo amigo-inimigo; por outras palavras, pode sempre tornar-se política ... Isto pode acontecer quando o outro, que até aí só era considerado sob o prisma da diferença, começa a ser compreendido como negando a nossa própria identidade, como pondo em causa a nossa própria existência. Desse momento em diante, qualquer relação do tipo nós-eles, seja religiosa, étnica, nacional, econômica ou outra, torna-se o centro de um antagonismo político (1996, p.13).

Segundo a autora, depois que se aceita a necessidade do político e a impossibilidade de um mundo sem antagonismos, “o que será necessário encarar é a forma como, *nessas*

condições, poderemos criar ou manter uma ordem democrática pluralista” (1996, p.15). Mouffe defende que o resgate do político pelo estabelecimento de novas instituições para dar espaço ao pluralismo é propiciado pelo que chama de democracia radical, conceito que será trabalhado adiante.

Frente às reflexões dos autores, com enfoques às vezes distintos, e com base nas investigações realizadas nessa pesquisa, pode-se afirmar que algumas características dos movimentos sociais contemporâneos são predominantes. Quais sejam:

Grandes mobilizações temáticas - Os movimentos são mais voltados para grandes mobilizações temáticas e menos para a institucionalidade da qual os atores sociais são pertencentes. Um tema ou uma questão tem sido capaz de reunir milhares de pessoas e grupos sociais, muitas vezes, simultaneamente, em diversas localidades, independentemente de o apelo ter uma correlação direta com missão ou objetivos de cada entidade envolvida. Aqui, as mobilizações em formato de Campanha adquirem destaque.

Participação e ação direta - Nessa perspectiva são rejeitadas as decisões impostas pelos aparatos e aumenta a vontade de participar dos processos decisórios a partir de demandas dos próprios movimentos. A participação democrática passa a ser uma exigência desses movimentos em contraposição ao poder instituído que dita regras sem considerar a participação dos cidadãos nas decisões públicas.

Atuação em rede - Os movimentos sociais têm se articulado em redes locais, regionais, nacionais e internacionais, com utilização dos novos meios de comunicação, principalmente a internet. Criam-se redes virtuais com capacidade de realizar grandes mobilizações a um custo baixo. As relações são construídas à distância com diversas entidades e movimentos de variados lugares, e o resultado são ações concretas, com grande número de participantes, muitas vezes realizadas simultaneamente em várias partes do mundo.

Papel central do indivíduo – Os movimentos sociais defendem a autonomia dos indivíduos e dos grupos de agir sobre o seu ambiente, de se tornarem atores da sua própria história pessoal e coletiva. As crises sociais não seriam resolvidas unicamente pelo Estado, mas também pela intervenção dos atores sociais na vida pública. As ações de alguns movimentos têm contemplado consideravelmente questões que afetam o indivíduo e sua vida cotidiana, inclusive como um dos motores para a construção da identidade coletiva.

Essas características serão analisadas à luz da pesquisa empírica empreendida neste trabalho, que tem como categoria central de análise em nível macro o Movimento por uma Nova Globalização (MNG) e em micro a Campanha Nacional contra a Alca (CNA)²⁰, também compreendida como o Movimento Social Brasileiro contra a Alca.

2.1 Rede de Movimentos Sociais

Uma das características principais do Movimento por uma Nova Globalização e que se reflete também na Campanha Nacional contra a Alca é a atuação em rede. A existência dessas redes, sobretudo àquelas conectadas à internet, tem provocado um redimensionamento das distâncias e uma reterritorialização das ações coletivas, que muitas vezes acontecem em localidades distantes do lugar de origem dos grupos e movimentos sociais. O MNG tem demonstrado uma capacidade de organização dessas ações, inclusive com resultados palpáveis, como foi a “batalha de Seattle”, em que os manifestantes vindos de diversos países impediram a realização da reunião da OMC.

No caso da Campanha Continental contra a Alca, várias foram as manifestações paralelas às Cúpulas das Américas e às Reuniões Ministeriais das negociações da Alca, em diversos países do Hemisfério. No entanto, o movimento em rede não é caracterizado apenas em função das conexões provocadas pelas tecnologias de comunicação, mas da sua composição variada de entidades e movimentos. A Campanha Nacional contra a Alca, por exemplo, é composta por uma rede de organizações, movimentos sociais, políticos, religiosos e sindicais, bem como partidos políticos, e faz parte da Campanha Jubileu Sul, uma das redes que integra o MNG. Trata-se, portanto, de uma “rede de movimentos sociais”, como define Ilse Sherrer-Warren ou “movimento de movimentos”, na compreensão de Della Porta.

Segundo Sherrer-Warren (1996), é preciso passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação destas organizações nas redes de movimentos. Também é necessário entender as interconexões de sentido entre o local e o global. Trata-se de uma nova cultura política que tem levado os movimentos locais a alargarem a sua visão e a unificarem as suas forças em frentes comuns de ação. Essa nova cultura política permite confrontar uma pluralidade

²⁰ As siglas MNG e CNA serão utilizadas neste trabalho como forma de facilitar a redação.

de orientações e atores políticos, o que aponta para o pluralismo democrático, elemento central para a democracia radical, conforme veremos a seguir.

No conceito da autora, “rede de movimento social pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos comuns, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (2006, p.113). Sherrer-Warren (2002b) segue a mesma linha de reflexão de Alberto Melucci ao lembrar que as redes só se constituem movimento social à medida que são reativas às contradições sistêmicas e buscam superar esses limites. É nesse sentido que a rede pode assumir um caráter “propositivo”, tendo em vista seu efeito multiplicador e difusor de novos valores e de empoderamento dos movimentos. Segundo a autora, nessa ótica, a rede pode desempenhar um papel estratégico, organizando, articulando e empoderando o movimento na sociedade civil e na relação com e contra outros poderes instituídos.

Sherrer-Warren afirma que além do caráter intrínseco de rede de solidariedade, a rede torna-se estratégica, por exemplo, quando as mobilizações e manifestações simbólicas vêm acompanhadas de contestações políticas e de possíveis pautas reivindicativas e de negociação. Ao analisar esta dupla face, a estratégica e a de solidariedade, a autora observa que a idéia de rede tem sido utilizada como uma metáfora pelos atores coletivos “para representar a idealização de um formato organizacional democrático e participativo no interior dos movimentos sociais, e com um potencial de fortalecimento da sociedade civil, por meio da articulação de uma multiplicidade de atores diversificados existentes na contemporaneidade” (1998, p.60).

Para Sherrer-Warren a sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. As redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras territoriais, temporais e sociais. Estas últimas compreendem o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia, por meio do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. Para ela, essa é a nova utopia do ativismo: “mudanças com engajamento com

as causas sociais dos excluídos e discriminados e em defesa da democracia na diversidade” (2006, p.126-127).

Melucci caracteriza os movimentos nas sociedades complexas como redes submersas de grupos, de pontos de encontro e de circuitos de solidariedade que diferem “profundamente” da imagem do ator coletivo politicamente organizado:

Trata-se de uma transformação profunda do modelo organizativo que se apresenta como uma estrutura qualificante e específica das formas emergentes do conflito em sociedade de alta complexidade. Antes de tudo, observa-se a estrutura segmentada, reticular, policéfala. Trata-se de uma estrutura “submersa”, ou melhor, de latência; cada célula vive uma vida própria, completamente autônoma do resto do movimento, mesmo mantendo uma série de relações através da circulação de informações e de pessoas; estas relações se tornam explícitas somente em ocasião de mobilizações coletivas e de saídas em torno das quais a rede latente ascende à superfície, para então mergulhar-se novamente no tecido cotidiano. A agregação tem caráter cultural e se situa no terreno da produção simbólica na vida quotidiana. Existe um inter-relacionamento crescente entre os problemas da identidade individual e a ação coletiva; a solidariedade do grupo não está separada da busca pessoal e das necessidades afetivas e comunicacionais dos membros, na sua existência cotidiana. (2001, p.97)

Segundo ele, a forma mais adequada às características dos movimentos sociais contemporâneos parece ser a da campanha ou mobilização em vista de objetivos. Para o autor, as dimensões de uma forma semelhante de ação são as seguintes:

- a) o objetivo em torno do qual se realiza a mobilização tem um caráter geral, toca um problema que interfere, direta ou indiretamente, na lógica do sistema, no seu modo de definir o desenvolvimento e de intervir na definição do sentido; porém, há ainda o referente concreto, que deve ser levado em conta para a modificação de uma política;
- b) a mobilização envolve interesses e benefícios que devem corresponder à experiência direta e ao espaço-tempo de vida cotidiana dos participantes; e
- c) a mobilização age em tempos estabelecidos e exige coerência com o objetivo, não uma identificação com uma organização; a militância, desse ponto de vista, não é uma escolha de vida, mas uma característica do percurso individual no coletivo (2001:140).

Melucci afirma que as características de “provisoriedade” das campanhas não se restringem à mobilização propriamente dita, mas a todas as instâncias “decisionais” e representativas que se formam com o fim de prepará-la ou que surgem a partir dela. “A política vive, também, por meio desta rede de experiências de participação que já tem todos os requisitos do agir político. Destas experiências podem nascer formas mais estáveis que se transformam em instituições, ou elas podem exaurir-se quando o problema que as fez surgir enfraquece” (2001, p.142).

Também para Della Porta, as campanhas, que na perspectiva do Movimento por uma Nova Globalização seriam para ela “o conjunto de ações de protesto sobre temas específicos”, representam mais uma estratégia de mobilização. As campanhas favorecem o desenvolvimento de vínculos tanto entre países como entre grupos atuantes em diversas temáticas: “São inúmeras as agregações constituídas em torno de campanhas para a redução da dívida dos países em via de desenvolvimento, contra o Nafta e o MAI, pela anulação da dívida externa dos países pobres” (2007 p.100). No caso do Brasil, a Campanha Nacional contra a Alca, ao mesmo tempo em que atuava como um movimento social se caracterizava como uma campanha, por realizar ações de mobilização em torno do tema específico da Alca, com objetivos bem definidos.

Dentro da mesma lógica da campanha, as anticúpulas, reuniões promovidas por organizações da sociedade civil que ocorrem paralelamente e se contrapõem às reuniões de cúpula oficiais das grandes organizações internacionais (OMC, Nafta, Alca etc.), são típicas da rede de movimentos. Della Porta registra que as anticúpulas foram definidas, em um estudo realizado por Mario Pianta, como arenas de participação internacional, em coincidência com cúpulas oficiais, sobre os mesmos temas, mas em perspectiva crítica, sensibilização mediante protestos e informações, com ou sem contatos com as cúpulas. Dessa forma, as organizações internacionais acabaram favorecendo a formação de vínculos entre ativistas de diversos países (2007, p.96).

A oposição às políticas das instituições financeiras, lembra Della Porta, adquiriu visibilidade em 1988 quando 80 mil manifestantes contestaram, em Berlim Ocidental, na cúpula do Banco Mundial e do FMI. “Preparada como uma longa ação de ligação entre centenas de grupos atuantes em campos diferentes, a manifestação criticou as instituições

de *Bretton Woods*²¹ por suas políticas consideradas responsáveis pelo subdesenvolvimento no Sul do mundo – pedindo, já naquela época, a anulação da dívida externa dos países pobres” (2007, p.97-98). Nessa ocasião, identificaram-se aqueles que seriam os principais inimigos para o movimento: as instituições internacionais portadoras de uma ordem econômica mundial considerada injusta.

As anticúpulas possibilitaram a formação de redes transnacionais, facilitando as mobilizações para além das fronteiras de cada país e resultando na construção de vínculos supranacionais entre os atores sociais participantes. Como aponta Della Porta, a participação nessas manifestações aumentou notavelmente: “entre 2001 e a primeira metade de 2002, em um terço das anticúpulas ocorreram passeatas de mais de 10 mil participantes; em sete ocasiões, elas ultrapassaram o número de 80 mil participantes” (2007, p.100). A autora lembra que anticúpulas internacionais, campanhas e até os protestos em nível local normalmente são organizados por estruturas de coordenação de centenas ou milhares de grupos.

Para Della Porta (2007), como em geral as grandes cúpulas internacionais são momentos particularmente delicados para a gestão da ordem pública, as autoridades de vários países reagiram às diversas formas de resistência com a criação de áreas fechadas em torno das cúpulas e limitando a liberdade de movimento entre os países.

Essas mobilizações contra a globalização neoliberal, segundo Della Porta, assumem características próprias dos movimentos sociais, com o diferencial de possuir uma acentuada dimensão supranacional e uma identidade multifacetada em função da pluralidade de atores sociais. Para a autora, a participação de múltiplos movimentos caracteriza o movimento global como um “movimento de movimentos”.

Nessa nova modalidade de movimento social, a comunicação midiática²² adquire um papel determinante, não só na interligação dos atores sociais, mas na definição de sua identidade e na amplificação de seus protestos. A capacidade de mobilização de grupos heterogêneos é muitas vezes atribuída à disponibilidade de novas tecnologias de comunicação, que além de reduzir os custos da mobilização, permite a manutenção de

²¹ Bretton Woods é o nome do sistema de gerenciamento econômico internacional estabelecido em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, pela Conferência das Nações Unidas. O sistema Bretton Woods nasceu com o objetivo governar as relações monetárias entre Nações-Estado independentes. Na ocasião, foram criados o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

²² “A comunicação mediática é um tipo de comunicação mais mediado que outros (...). Aponta para a mídia, para a intermediação necessária de meios sócio-tecnológicos” (Rubim, 1991, p.6). Este tema foi também aprofundado na dissertação de mestrado da autora desta tese, já mencionada.

estruturas mais leves e flexíveis e facilita uma interação transversal entre áreas e movimentos diferentes. Mas, como afirma Della Porta (2007), as tecnologias comunicativas emergentes contribuem também para a elaboração de uma identidade comum pela troca de opiniões e como instrumento de protesto.

A integração dos ativistas funciona tanto por meio de canais virtuais como nas arenas de encontro real, em nível local, nacional e supranacional, a exemplo dos fóruns sociais. Nesses espaços, afirma Della Porta, é experimentada “uma forma de democracia que foi definida no debate científico, mas não só nele, como democracia deliberativa, participativa, discursiva, de base”. Esse ideal da democracia deliberativa, baseado em uma abertura às argumentações dos outros, “exige efetivamente altas doses de confiança recíproca e solidariedade, muitas vezes mais presentes em nível local que em nível nacional” (2007:127-142).

Esse é um dos pontos característicos do Movimento por uma Nova Globalização: a discussão e a prática da democracia participativa, aquela que reclama a participação cidadã na construção do próprio processo democrático. Segundo Maria da Glória Gohn (2003), a participação cidadã funda-se também numa concepção democrática radical cujo objetivo é fortalecer a sociedade civil para construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social, sem desigualdades ou exclusões. Neste caso, “a participação passa a ser concebida como uma intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo circuito de formulação e implementação de uma política pública” (2003, p. 19). Como explica Gohn, para que venha a ocorrer a participação cidadã, “os sujeitos de uma localidade-comunidade precisam estar organizados-mobilizados de uma forma que ideários múltiplos fragmentados possam ser articulados” (idem).

Por essa razão, Gohn argumenta que os movimentos passaram a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais “dentro dos marcos da institucionalidade existente e não mais à margem, de costas para o Estado, somente no interior da sociedade civil, como no período anterior, na fase ainda do regime militar. A nova fase gerou práticas novas, exigiu a qualificação dos militantes. ONGs e movimentos redefiniram seus laços e relações” (2003, p.30). Para a autora, foram essas redes que criaram o novo movimento social contra a globalização predominante, que, em si, é um novo ator sociopolítico.

Esse novo ator sociopolítico, como já dito por Maria de Glória Gohn e também por outros autores, tem como uma de suas bandeiras a participação democrática nas decisões

que dizem respeito a todos os cidadãos e cidadãs. Essa demanda, no que se refere ao Movimento por uma Nova Globalização, surge principalmente diante da falta de transparência nos mecanismos decisórios, como afirma Della Porta, particularmente “sigilosos” no caso da OMC e do FMI, “que não apenas não oferecem canais de acesso a organizações da sociedade civil, mas mantêm em segredo as suas decisões políticas e, inclusive, até há pouco tempo, seu organograma” (2007, p.75).

Como antecipa Della Porta, a denúncia de um “déficit democrático” das estruturas supranacionais de governo não se conjuga, porém, com uma solicitação de mero fortalecimento da soberania dos Estados nacionais: “Se se critica a falta de estruturas representativas na maior parte das organizações intergovernamentais, considera-se, no entanto, que a democracia representativa é insuficiente para garantir transparência e efetiva participação dos cidadãos” (idem).

De fato, como aponta a autora, os vários integrantes do movimento concordam sobre a necessidade de conceber uma política diferente, baseada em um amplo envolvimento dos cidadãos, não só durante os períodos eleitorais, e um modelo de decisão baseado no consenso. Sob esse ponto de vista, Della Porta revela que as propostas apresentadas pelos ativistas não se voltam apenas contra o caráter neoliberal imposto ao desenvolvimento econômico global, mas põem o problema da participação democrática nos processos de globalização²³.

2.2 Democracia participativa: a política radical

O exercício da democracia participativa, tão decantado pelo Movimento por uma Nova Globalização, encontra eco também no Brasil, como é o caso da Campanha Nacional contra a Alca, que aposta nessa modalidade de democracia como forma de interferir no resultado das negociações da Alca. A presente pesquisa visa demonstrar como as ações da Campanha buscaram, na prática, fazer valer a participação popular no processo democrático brasileiro.

²³ Em relação as negociações do Mercosul, também existem trabalhos sobre o déficit democrático, como os elaborados por BARBIERO, Alan; CHALOULT, Yves. Poder e déficit democrático no Mercosul: estado, centrais sindicais e sociedade civil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Em sua compreensão da democracia, Hannah Arendt afirma que o poder precisa do apoio e da organização popular para se manter. É do consentimento da opinião pública que vem a legitimidade do governo democrático. Arendt (1994) cita rebeliões e revoluções históricas que se tornaram legítimas pelo apoio que receberam da sociedade, como os movimentos estudantis na França e o *Black Power*, nos Estados Unidos. Defende também a “democracia participativa” como o denominador comum mais significativo das rebeliões no Leste Europeu e no Ocidente, nas décadas de 1950 e 1960. Esses movimentos por uma democracia participativa questionavam a atuação da democracia representativa ocidental e o partido único do Leste Europeu, que excluía a participação popular.

Para Arendt, a democracia participativa surge como “novo exemplo” diante de um cenário de desintegração, em que se instala o declínio de serviços públicos, como escolas, polícia, coleta de lixo, transporte e outros. Para a autora, isso é resultado do descontrole das necessidades das sociedades de massa, acompanhado pelo declínio simultâneo dos vários sistemas de partidos que deveriam ser destinados a servir às necessidades políticas da população.

Na sua concepção, a democracia participativa pressupõe a co-participação de cidadãos livres. Estes deixariam de ser governados “por uma elite” que deriva seu poder dos conselhos de assessorias intelectuais e o espaço de participação seria a própria esfera pública, o mundo comum, o mundo compartilhado.

Contemporaneamente, alguns autores apresentam uma nova formulação de democracia participativa, que assume a designação de democracia radical. Chantal Mouffe, por exemplo, tem investido nessa reflexão. Em sua concepção, a política da democracia radical representa o aprofundamento do projeto democrático da modernidade, em que é necessário um novo tipo de articulação entre o universal e o particular.

Segundo Mouffe (1996;2005;2006), a democracia radical propicia o resgate do político pelo estabelecimento de novas instituições para dar espaço ao pluralismo. Dessa forma, a democracia precisa ser exercitada para além da esfera estatal, pois a democratização das relações sociais deve ser baseada nos princípios da igualdade e da liberdade, o que mostra que a luta pela democracia no espaço estatal é insuficiente. Portanto, novas formas de participação política devem ser implantadas, levando em conta as amplitudes e especificidades das lutas democráticas atuais.

É preciso também, segundo Mouffe, radicalizar a idéia de pluralismo, de forma a

transformá-lo em um meio de aprofundamento da revolução democrática. Para isso, é necessário “romper com o racionalismo, o individualismo e o universalismo. Só nessa condição será possível apreender a multiplicidade de formas de sujeição que existem nas relações sociais e facultar um enquadramento para a articulação das diferentes lutas democráticas – em torno do gênero, da raça, da classe, do sexo, do ambiente e de outros fatores” (1996, p.18).

Segundo Mouffe, isso não significa rejeitar qualquer idéia de racionalidade, individualidade ou universalidade, mas essas lutas são necessariamente plurais, racionalmente construídas e comprometidas com relações de poder. Para a autora, significa “o reconhecimento da existência do político em toda a sua complexidade: a dimensão do “nós”, a construção do campo do amigo, bem como a dimensão do “eles”, o aspecto construtivo do antagonismo” (1996, p. 19). Na sua concepção de democracia radical e plural, Mouffe acredita que é preciso reconhecer a existência permanente do conflito e do antagonismo, afinal a existência de multiplicidade, de pluralidade e de conflito é a própria razão de ser da política.

Para Mouffe, a restauração do valor da participação política é o que vai garantir o ressurgimento da esfera pública. Daí a necessidade de uma nova cultura política, em que haja uma nova concepção de cidadania e, assim, a construção de uma hegemonia democrática radical. Porém, a autora analisa que um projeto de democracia plural e radical reconhece a impossibilidade de uma completa realização da democracia e a conquista final da comunidade política: “O seu objetivo é utilizar os recursos simbólicos da tradição democrático-liberal para lutar pelo aprofundamento da revolução democrática, sabendo que se trata de um processo interminável” (1996, p.99).

De acordo com Stanley Aronowitz (1992), esse projeto seria uma reivindicação resultante da análise empírica e histórica das práticas dos movimentos sociais, cujo veículo de intervenção tem sido as lutas sociais. Ele afirma que a democracia radical como posição política deve ser *um a priori ético* para não ser confundida com uma manifestação do desdobramento da história das lutas de classe ou das lutas pela formação de classes. A democracia radical não acarreta necessariamente desterritorialização, mas a construção de decisões a partir de baixo. “Baixo”, para ele, inclui comunidades geograficamente definidas, como fábricas, escritórios e bairros, ou comunidades não agrupadas por um

critério. O espaço desta política poderia situar-se nas comunidades intencionais ensaiadas por várias contraculturas.

O termo “radical” implica uma concepção de democracia que ultrapassa as formas parlamentares, ainda que inclua também a noção de governo representativo. Para Aronowitz, o socialismo, por exemplo, deve ser entendido como uma extensão da revolução democrática. E para os democratas radicais, a propriedade social, o Estado e o sistema legislativo já não são vistos como formas transitórias para uma ordem superior especificada pela história e sim como elementos importantes de uma formação social plural na qual os movimentos sociais têm papel crucial e independente (1992, p.170; 172).

Da mesma forma, Mouffe e Laclau (2004) afirmam que a democracia radical supõe uma dimensão socialista, mas o socialismo é um dos componentes dessa democracia e não o contrário. Neste caso, é necessário abandonar a idéia do socialismo entendido como um sistema social que exige o abandono dos princípios políticos do regime democrático-liberal. Mas, para os autores, não se pode abandonar os objetivos do socialismo, e estes devem ser concebidos como uma das dimensões da luta pelo aprofundamento da democracia.

Boaventura de Sousa Santos (2003; 2005) também tem refletido sobre a democracia na perspectiva de uma política radical. Para ele, a renovação da teoria democrática requer a formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. “Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa”. Para isso, o campo político deve ser “radicalmente” redefinido e ampliado. Segundo ele, “a nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso que daí resultará permitir desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania” (p.270-271).

Santos (2003) propõe reinventar a democracia por meio da construção de um novo contrato social, conflitual e inclusivo, uma vez que a nova democracia também exige uma repolitização do Estado, com outras concepções do bem comum. Para o autor é preciso reinventar o espaço-tempo onde seja favorecida a deliberação democrática. Um dos princípios defendidos por ele para que isso aconteça é a construção de um pensamento alternativo que permita o protagonismo das pessoas socialmente excluídas e, assim, uma democracia participativa.

A proposta teórica de Santos (2005) se apóia em uma “exigência radical”. Para ele, “só haverá emancipação social na medida em que houver resistência a todas as formas de poder”. Por isso, postula uma globalização alternativa, contra-hegemônica, “organizada da base para o topo das sociedades” (p.13-27). Ele cita as redes transnacionais de democracia participativa como um exemplo de modelo paralelo ao modelo hegemônico, em que grupos sociais que lutam contra as formas de exclusão estão interligados entre si em busca de formas de inclusão política.

Como visto, os autores referenciados discutem conceitos que ajudam a refletir sobre as ações dos movimentos sociais contemporâneos. A começar pelo conceito de movimento social, em que são abordados três aspectos fundamentais: a identidade ou identificação, a definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia. Esses elementos são sistematizados dessa forma por Ilse Scherer-Warren, mas trabalhados também pelos outros autores, que enumeram principalmente a questão do adversário ou do antagonismo como elemento definidor, sobretudo na formação do Movimento por uma Nova Globalização.

Esse adversário ou “inimigo”, no caso específico do MNG, seria o neoliberalismo, responsável pela propagação do “livre comércio” e, conseqüentemente, pela subordinação dos povos a uma lógica de mercado, o que para ele tem resultado, dentre outras coisas, no desemprego estrutural. Em âmbito local, para a CNA também esse antagonismo é baseado no livre comércio, mais precisamente na Área de Livre Comércio das Américas.

No entanto, além do antagonismo, tanto o MNG quanto a CNA se preocupam com a construção de propostas visando uma contraposição ao neoliberalismo. O próprio nome “por uma nova globalização” sugere uma alternativa a esse sistema político. Quanto à Campanha contra a Alca, também analisando a nomenclatura, o antagonismo é o traço mais presente, mas ao mesmo tempo, em seu discurso, a globalização alternativa desponta como uma saída à globalização neoliberal. As propostas desse movimento têm sido apresentadas no marco da representação de “um outro mundo é possível”, a partir, principalmente, de valores ligados à justiça social. Nesse caso, o motor motivacional, ou a utopia, passa a ser a transformação social e a construção de uma nova sociedade, em que não só a solidariedade entre os povos seja a tônica, mas também a participação política seja o caminho para essa transformação.

Dessa forma, é possível observar que a CNA se torna, além de um movimento antagonista, um movimento político, nos moldes apresentados por Melucci. Ou seja, luta

pela ampliação da participação nos processos decisórios e, sobretudo, busca a abertura de novos canais para a expressão de questões que estão fora da agenda ou que estão, na visão do movimento, colocadas de forma equivocada. Outro aspecto da Campanha contra a Alca, que a caracteriza como um movimento político é o esforço para superar os limites previstos pelo sistema político, a exemplo da constante solicitação de transparência nas negociações da Alca.

Nesse sentido, a contribuição dos defensores da democracia radical torna-se essencial para refletir sobre as ações desse movimento social que desponta no cenário contemporâneo, que enxerga a participação democrática como meio para o fortalecimento da sociedade civil. Especialmente, o enfoque dado por Chantal Mouffe, em que o antagonismo e o pluralismo são elementos preponderantes para a afirmação do projeto de democracia radical, parece ser apropriado para analisar a realidade empírica estudada nesta pesquisa, que é a Campanha Nacional contra a Alca .

3 A CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA E O LIVRE COMÉRCIO

No início do milênio, um assunto questiona o futuro do Brasil, reúne diversos atores sociais e evoca uma Campanha Nacional: a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A proposta de um Tratado para a criação da Alca foi apresentada pelos Estados Unidos em 1994. Anos depois, a sociedade civil começou a debater o tema de diversas formas, inclusive por meio de uma Campanha e de um Plebiscito Popular. Mas sabe-se que antes mesmo da década de 1990, houve várias tentativas de se implantar uma área de livre comércio nas Américas.

3.1 Proposta e recepção da Alca no Brasil

A primeira discussão sobre uma Área de Livre Comércio das Américas, segundo o historiador e cientista político Moniz Bandeira (2004) se deu com a organização da I Conferência Pan-Americana, realizada entre outubro de 1889 e março de 1890, em Washington²⁴. O projeto recebeu o apoio do Brasil, que nesse ínterim proclamou sua república, em 15 de novembro, mas não teve sucesso, dada a reação da Argentina e do Chile. Contudo, os Estados Unidos procuraram negociar com as repúblicas americanas, separadamente, tratados de comércio.

Em 1933, durante a 17^a Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Montevideú, os Estados Unidos voltaram a propor a redução das barreiras tarifárias. Dessa vez, por meio de um tratado multilateral, ou acordos bilaterais. Novamente os países da América Latina não aceitaram as condições sugeridas e, assim, como afirma Moniz Bandeira, fracassou a nova tentativa de aprofundar e consolidar a Doutrina Monroe em sua dimensão econômica, mediante a implantação de uma área de livre comércio no Hemisfério (BANDEIRA, 2004, p.112).

²⁴ A conclusão da reunião foi a criação de um Escritório Comercial das Repúblicas Americanas, embrião da União Pan-Americana e de sua sucessora, a Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo criada mesmo após a Guerra Fria, em 1948, na IX Conferência Pan-Americana, em Bogotá, Colômbia (Jakobsen: 2002, p. 42).

A terceira investida estadunidense para a criação de uma área de livre comércio nas Américas voltou a acontecer em 1967, durante a Cúpula de Punta Del Este. Outra vez a proposta não foi adiante, ressurgindo em 1994 com a I Cúpula das Américas, em Miami, quando os chefes de Estado latino-americanos assumiram o compromisso de formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) até janeiro de 2005. (BANDEIRA, 2004, p. 112-113)

Essa quarta tentativa, segundo Moniz Bandeira, ocorreu após a assinatura do *North America Free Trade Agreement* (Nafta), firmado entre Estados Unidos, Canadá e México, em 1994. Na ocasião, os déficits da balança comercial dos Estados Unidos ultrapassavam 200 bilhões de dólares por ano, levando-os à necessidade de abrir os mercados na América do Sul com o objetivo de aumentar suas exportações. O autor afirma que ao mesmo tempo em que os Estados Unidos necessitavam enfrentar a União Européia, que tinha acabado de entrar em vigor em 1992, e expulsá-la da competição no continente, pretendiam também “desestabilizar e atropelar o Mercosul”, cuja conformação estava prevista para 1º de janeiro de 1995. (2004, p. 114).

O Nafta foi a primeira configuração da Alca, como explica Bandeira, e esta, por sua vez, não passaria de “mera zona de livre comércio”, diferente do Mercosul, que tinha como proposta, a exemplo da União Européia, unificar um espaço econômico supranacional, criando um mercado comum com livre circulação de todos os fatores produtivos, inclusive força de trabalho. Segundo ele, em princípio, não haveria contradição entre as duas iniciativas, não fossem os outros interesses estadunidenses.

A proposta dos Estados Unidos, porém, não consistia no estabelecimento de uma simples área de livre comércio, com a remoção das barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio de bens, dentro das Américas – o que para o Brasil já se afigurava bastante problemático. Ela visava a possibilitar que os Estados Unidos incrementassem suas exportações, penetrando ainda os mercados latino-americanos, bem como garantir-lhes o acesso aos recursos naturais da região, como o petróleo, o minério, a água e a biodiversidade da Amazônia. E incluía a fixação de normas comuns para investimentos e capitais, compras do Estado, propriedade intelectual e tecnologia, empresas de serviços, permitindo que bancos, escolas, hospitais, seguradoras, transportadoras, construtoras etc., de todos os países, pudessem funcionar em qualquer um deles, em igualdade de condições com as empresas locais. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos buscavam resguardar os setores menos competitivos de sua economia, preservando os instrumentos não-tarifários, tais como a legislação *antidumping* e os subsídios agrícolas (2004, p. 116-117).

Para Bandeira, a conformação da Alca tornava-se, portanto, fundamental para os Estados Unidos, uma vez que a América Latina era a segunda região do mundo que apresentava mais rápido crescimento e, como apontavam as estimativas, “absorveria mais exportações norte-americanas, por volta do ano 2010, do que a Europa e o Japão juntos” (2004, p.133).

Foi nesse contexto político-econômico que os Estados Unidos propuseram a criação de uma área de livre comércio para a América Latina. E a idéia foi lançada, como dito anteriormente, em 1994, durante a realização da I Cúpula das Américas, em Miami. A preparação das negociações para a formação da Alca começou, então, durante esse encontro. De lá saíram a Declaração de Princípios e o Plano de Ação para a negociação de uma Área de Livre Comércio das Américas, na qual as barreiras ao comércio e ao investimento seriam progressivamente eliminadas a partir de 2005. Ao todo fariam parte da Alca 34 países, exceto Cuba²⁵.

Com esses dois documentos, os países participantes assumiram compromisso em torno de quatro pontos: a) a preservação e o fortalecimento da comunidade de democracias das Américas; b) a promoção da prosperidade por meio da integração econômica e do livre comércio; c) a erradicação da pobreza e da discriminação no nosso Hemisfério; e d) a garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do nosso meio natural para as gerações futuras²⁶.

A partir da I Cúpula das Américas, os ministros responsáveis pelo comércio do Hemisfério ficariam encarregados pela preparação das negociações sobre a Alca. Nesse mesmo encontro, foram estabelecidas mais duas instâncias intergovernamentais: reuniões de vice-ministros e grupos de trabalho técnicos. Estes últimos teriam como tarefa reunir subsídios especializados para as decisões políticas sobre o início e as modalidades das negociações.

A estrutura das negociações

O processo negociador da Alca aconteceu em três etapas: **preparação** das negociações (de 1994 a 1998), quando foram definidos princípios, objetivos gerais e prazos para a implementação da Alca; **início** das negociações (de 1998 a 2002); estágio em que

²⁵ Cuba ficou excluída das negociações da Alca sob o argumento de se tratar de um país não democrático.

²⁶ PRESIDENTES DO HEMISFÉRIO. Plano de Ação da I Reunião de Cúpula das Américas, 1994.

foram redigidos os acordos e discutido cada um dos temas em negociação; e **finalização** das negociações (de 2002 a 2004), fase em que se deu a definição de direitos comuns para todos os países e a construção das ofertas. Essas ofertas significariam o passo anterior à assinatura do acordo, o que nunca ocorreu. Veremos adiante, na visão do embaixador do Ministério das Relações Exteriores entrevistado pela pesquisa, como a Campanha Nacional contra a Alca interferiu no adiamento dessas ofertas.

Quadro 1 – Cronologia das negociações da Alca

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
9/12 I Cúpula das Américas Miami (EUA)			19/04 IICúpula das Américas Miami (EUA)			19/04 IIICúpula das Américas Quebec (Canadá)			13/01 Cúpula extraordinária das Américas Reunião Monterrey (México)	04/11 IV Cúpula das Américas Mar del Plata (Argentina)
	30/06 I Reunião Ministerial de Comércio Denver (EUA)	21/03 II Reunião Ministerial de Comércio Cartagena (Colômbia)	16/05 III Reunião Ministerial de Comércio Belo Horizonte (Brasil)	19/03 IV Reunião Ministerial de Comércio São José (Costa Rica)	03/11 V Reunião Ministerial de Comércio Toronto (Canadá)	07/04 VI Reunião Ministerial de Comércio Buenos Aires (Argentina)	01/11 VII Reunião Ministerial de Comércio Quito (Equador)	20/11 VIII Reunião Ministerial de Comércio Miami (EUA)		

Fonte: elaboração da autora

As negociações foram estruturadas a partir de três instâncias. A principal delas foi constituída pelos representantes governamentais, que tinham a incumbência de estabelecer os objetivos e princípios gerais do projeto da Alca. Esse grupo de chefes de Estado e de governo se reunia nas Cúpulas das Américas. Durante o processo negociador, foram realizadas quatro edições: Miami (1994), Santiago (1998), Québec (2001), Mar del Plata (2005), além de uma reunião extraordinária em Monterrey (2004).

A segunda instância de negociação foi formada pelos ministros de comércio, encarregados de elaborar as diretrizes e o plano de trabalho da Alca e de estabelecer as responsabilidades e as metas das outras instâncias de negociação. Essas deliberações ocorriam durante as Reuniões Ministeriais, realizadas em oito edições até o final das negociações, conforme Quadro 1. Dentro dessa instância foi formado, a partir do começo das negociações, em 1998, o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), integrado pelos vice-ministros de comércio, que eram responsáveis pela orientação permanente das negociações. Esse Comitê realizou 17 reuniões entre junho de 1998 e fevereiro de 2004.

A terceira instância foi constituída por nove **Grupos de Negociação**, pelos **Comitês Não Negociadores** e pela **Comissão Tripartite de Apoio Técnico**.

Os Grupos de Negociação discutiam os seguintes temas, com os respectivos objetivos²⁷:

1. **Acesso a mercados** - eliminar progressivamente as tarifas e as barreiras não-tarifárias, bem como outras medidas de efeito equivalente que restringem o comércio entre os países participantes, de forma congruente com as disposições da OMC. Todo o universo tarifário estará sujeito à negociação, podendo ser negociados diferentes cronogramas de liberalização comercial.

2. **Agricultura**- os objetivos do Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados deverão ser aplicados ao comércio de produtos agrícolas. Os temas de regras de origem, procedimentos aduaneiros e barreiras técnicas ao comércio serão tratados no Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados. Competia a este grupo: assegurar que as medidas sanitárias e fitossanitárias não sejam aplicadas de maneira protecionista, devendo ser aplicadas apenas para obter o nível adequado de proteção da saúde e da vida humana, animal e vegetal; eliminar os subsídios às exportações agrícolas que afetem o comércio no Hemisfério e identificar, e submeter a maior disciplina, outras práticas que distorçam o comércio de produtos agrícolas, inclusive aquelas que tenham efeito equivalente ao dos subsídios às exportações agrícolas.

3. **Investimentos** - Estabelecer um marco jurídico justo e transparente que promova os investimentos mediante a criação de um ambiente estável e previsível que proteja os investidores, seu investimento e os fluxos a eles relacionados, sem criar obstáculos aos investimentos de fora do Hemisfério.

4. **Subsídios, *antidumping* e medidas compensatórias** - examinar maneiras de aprofundar, caso seja apropriado, as disciplinas existentes que figuram no Acordo da OMC sobre subsídios e medidas compensatórias e lograr um maior cumprimento dessas disposições. Alcançar um entendimento comum com vistas a melhorar, onde possível, as

²⁷ MINISTROS DE COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO. Declaração da IV Reunião Ministerial de São José, 1998.

regras e procedimentos relativos à operação e aplicação das legislações sobre dumping e subsídios, a fim de não criar barreiras injustificadas ao comércio no Hemisfério.

5. Compras governamentais - Alcançar um marco normativo que assegure a abertura e a transparência nos procedimentos das compras governamentais, sem que isso implique necessariamente o estabelecimento de sistemas idênticos de compras governamentais em todos os países. Assegurar a não-discriminação nas compras governamentais dentro de um alcance a ser negociado. Assegurar um exame imparcial e justo para a solução das reclamações e recursos de fornecedores sobre as compras governamentais, e a implementação efetiva de tais soluções.

6. Direitos de propriedade intelectual - reduzir as distorções no comércio hemisférico e promover e assegurar uma adequada e efetiva proteção dos direitos de propriedade intelectual. As mudanças tecnológicas deverão ser tomadas em conta.

7. Serviços - estabelecer disciplinas para liberalizar progressivamente o comércio de serviços, de modo que permita alcançar uma área hemisférica de livre comércio, em condições de previsibilidade e transparência. Assegurar a integração das economias menores no processo da Alca.

8. Políticas de concorrência - garantir que os benefícios do processo de liberalização da Alca não sejam prejudicados por práticas empresariais anticompetitivas. Avançar em direção ao estabelecimento de uma cobertura jurídica e institucional de âmbito nacional, sub-regional ou regional que proscra o exercício de práticas empresariais anticompetitivas. Desenvolver mecanismos que facilitem e promovam o desenvolvimento de políticas de concorrência e garantam o cumprimento dos regulamentos relativos à livre concorrência entre os países do Hemisfério e no seu interior.

9. Solução de controvérsias - estabelecer mecanismo justo, transparente e eficaz para a solução de controvérsias entre os países da Alca, tomando em conta, entre outros fatores, as regras e os procedimentos que regem a solução de controvérsias da OMC. Identificar meios para facilitar e fomentar o uso da arbitragem e outros mecanismos alternativos de solução de controvérsias para resolver disputas comerciais privadas no âmbito da Alca.

Os Comitês Não-Negociadores foram formados pelo Grupo Consultivo sobre Economias Menores, vinculado diretamente ao Comitê de Negociações Comerciais, para manter sob exame os interesses específicos das economias menores do continente; Comitê de Representantes Governamentais para a Participação da Sociedade Civil, para receber e analisar os pontos de vista dos diferentes setores da sociedade civil; e Comitê Conjunto sobre Comércio Eletrônico, integrado por especialistas governamentais e do setor privado e encarregado de formular recomendações para ampliar os benefícios do mercado eletrônico.

A Comissão Tripartite, formada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Banco Interamericano (BID) e pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal) era responsável pelo apoio técnico e logístico aos grupos de negociação.

A presidência das negociações da Alca foi rotativa e o país que sediava a reunião ministerial também presidia o Comitê de Negociações Comerciais (Quadro 2). Os grupos de negociação se reuniam em sede única, no mesmo local onde funcionava a Secretaria Administrativa, que seguiu o seguinte rodízio: Miami (1998 a 2001); Cidade do Panamá (2001 a 2003); Cidade do México (2003 a 2004).

Quadro 2 - Presidência das Negociações do Comitê de Negociações Comerciais

Período	Presidente	Vice-presidente
1º de maio de 1998 a 31 de outubro de 1999	Canadá	Argentina
1º de novembro de 1999 a 30 de abril de 2001	Argentina	Equador
1º de maio de 2001 a 31 de outubro de 2002	Equador	Chile
	Co-presidentes	
1º de novembro de 2002 até o final das negociações	Brasil e Estados Unidos	

Fonte: Declaração Ministerial de São José

3.2 Começo de uma luta

A fim de impedir que as negociações do acordo para a implementação da Área de Livre Comércio das Américas avançassem rumo à sua assinatura em 2005, um grupo de organizações, coordenado pela Campanha Jubileu Sul, resolveu construir uma Campanha

Nacional contra a Alca. A idéia surgiu durante uma plenária, em novembro de 2001, quando a Alca apareceu como um dos fatores principais de ameaça à soberania dos países.

A Campanha Jubileu Sul, rede ampla e plural de movimentos sociais, organizações populares e religiosas da América Latina e Caribe, África e Ásia, tem como objetivo lutar pelo cancelamento e repúdio às dívidas externas e pela reparação e restituição do dano que o seu pagamento provoca nos povos empobrecidos. Ela nasce no bojo das Campanhas do Jubileu 2000, coordenadas pelo Vaticano para o cancelamento das dívidas em todo o mundo. O conceito SUL foi incorporado porque, além dos critérios geográficos, reflete critérios políticos e ideológicos em função da pobreza generalizada dos países que compõem o hemisfério sul.

No Brasil, a Campanha tem o nome de Jubileu Sul/Brasil e surge como consequência da 3ª Semana Social Brasileira, em 1999, sob a coordenação do Setor Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 2000, esta Campanha organiza o plebiscito sobre a Dívida Externa, coletando cerca de seis milhões de votos em favor da realização de uma auditoria da dívida externa. E se valendo dessa experiência, em 2001 lança a proposta de realizar um plebiscito sobre a Alca.

Também em novembro de 2001 realiza-se o I Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca, em Havana, Cuba, com o objetivo de impulsionar mobilizações continentais para repudiar o acordo de livre comércio. Na ocasião, foi elaborado um plano de ação, em que um dos itens era preparar o processo de consultas populares e plebiscitos sobre a Alca, como uma forma de conscientizar e mobilizar os povos e pressionar os governos²⁸.

Esses encaminhamentos discutidos e deliberados no final de 2001 ganham visibilidade no II Fórum Social Mundial, em fevereiro de 2002, quando o Plebiscito Popular sobre a Alca é lançado, tanto para dentro do Brasil como para todo o continente. A Campanha Continental vai ser coordenada pela Aliança Social Continental (ASC), movimento formado por organizações sociais, redes temáticas e organizações setoriais de todo o Hemisfério americano que, no Brasil, haja vista a amplitude do movimento, passa a integrar a Campanha Nacional contra a Alca.

A ASC foi criada durante um fórum da sociedade civil realizado em maio de 1997, paralelo à III Reunião Ministerial do processo negociador oficial da Alca, com o objetivo de impedir a criação de uma área de livre comércio na América Latina. Anteriormente,

²⁸ CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Declaração do Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca, 2001.

tinham acontecido experiências internacionais de resistência à Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) por meio de algumas redes com presença na América do Norte e no restante do continente. Diversas organizações e movimentos começaram a se rearticular e formou-se a Aliança Social Continental, que se consolidou na primeira Cúpula dos Povos, em Santiago do Chile, em 1998²⁹.

Nota-se que o início do movimento contra a Alca ocorreu em 1997, mas foi na II Cúpula dos Povos, realizada em Québec, em abril de 2001, que começou a se desenvolver a idéia de uma Campanha Continental. Para Gonzalo Berrón, secretário-executivo da ASC, em Québec “a discussão sobre Alca, livre comércio e OMC cobrou uma dimensão enorme, produto, talvez, do impacto de Seattle, em 1999”. E no Brasil, a Campanha tomou corpo no início de 2002.

Ambos os movimentos começam praticamente juntos, mas a Campanha Continental nos primeiros anos acaba tendo um aspecto mais informativo e de fortalecimento da sociedade civil, impulsionando o debate sobre a Alca em todo o Hemisfério, enquanto a Campanha Nacional se volta principalmente para o Plebiscito Popular, gerando um debate em âmbito nacional por meio de cursos massivos de formação.

No Brasil, a Campanha foi organizada por diversas organizações. Destacaram-se a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com suas pastorais sociais e organismos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e alguns segmentos do Partido dos Trabalhadores (PT)³⁰. Ao todo, foram 55 organizações nacionais, conforme mostra o quadro abaixo.

²⁹ A Cúpula dos Povos será mais detalhada no quinto capítulo desta tese.

³⁰ Durante a sua realização, a Campanha Nacional contra a Alca contou com a contribuição financeira de alguns organismos internacionais de cooperação, em sua maioria ligados a Igreja Católica, tais como: Ação Quaresmal Fastnopfer (Suíça), Cáritas Alemã, Misereor e Henriche Bööl (Alemanha), Manos Unidas (Espanha), Catholic Agency for Overseas Development/Cafod, Oxfam e Action Aid (Inglaterra), Catholic Organisation for Relief and Development/Cordaid (Holanda), Developpment et Paix (Canadá), Catholic Relief Services (CRS), Fundação Solidago e Public Citizen (Estados Unidos), Entraide et Fraternité (França). No Brasil, contribuíram: Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase/Saap), Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris/CNBB), além das próprias organizações integrantes da Campanha.

Quadro 3 – Organizações participantes da CNA

COORDENAÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA	
1.	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)
2.	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes)
3.	Cáritas Brasileira/CNBB
4.	Central dos Movimentos Populares (CMP)
5.	Central Única dos Trabalhadores (CUT)
6.	Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis)
7.	Comissão Pastoral da Terra (CPT/CNBB)
8.	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
9.	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
10.	Conselho Federal de Economia
11.	Conselho Federal de Engenharia
12.	Conselho Federal de Psicologia
13.	Conselho Indigenista Missionário (Cimi/CNBB)
14.	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic)
15.	Consulta Popular
16.	Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese)
17.	Federação dos Sindicatos de Engenheiros do RJ (Fisenge)
18.	Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra)
19.	Federação Nacional dos Advogados
20.	Grito dos Excluídos
21.	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs)
22.	Marcha Mundial das Mulheres
23.	Movimento de Pequenos Agricultores (MPA)
24.	Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
25.	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
26.	Pastoral da Criança /CNBB
27.	Pastoral do Migrante/CNBB
28.	Pastoral Operária/CNBB
29.	Rede Brasil
30.	Rede Brasileira para a Integração dos Povos (Rebrip)
31.	Setor Pastoral Social/Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
32.	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco/Sindical)
33.	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)
34.	União Nacional dos Estudantes (UNE)
ENTIDADES PARTICIPANTES DA CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA/ PLENÁRIAS SOCIAIS	
35.	Ação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac)
36.	Associação dos Docentes
37.	Catholic Relief Service (CRS Brasil)
38.	Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais (Ceris/CNBB)
39.	Conferência Nacional dos Leigos (CNL)
40.	Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro (Corecon)
41.	Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase)
42.	Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul
43.	Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase)
44.	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (Ibrades/CNBB)
45.	Juventude Operária Católica
46.	Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
47.	Missão Urbana e Rural da América Latina
48.	Missionários de Maryknoll
49.	Partido Comunista do Brasil – PCdoB
50.	Partido dos Trabalhadores – PT

51. Partido Socialista Brasileiro – PSB
52. Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados – PSTU
53. Pastoral da Juventude do Brasil/CNBB
54. Sindicato dos Aposentados
55. Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro – Sindecon

Fonte: Elaborado pela Campanha Nacional contra a Alca, 2002.

Além dessas organizações, outras ainda se somaram ao longo da Campanha, como foi o caso da Aliança Social Continental. A presente pesquisa selecionou 17 delas para compor o grupo das organizações coordenadoras, como se pode acompanhar no quadro a seguir. Ressalta-se que a pesquisa considerou não apenas organizações definidas a partir de uma constituição formal, mas também espaços ou formas de mobilização com identidade própria, como as Semanas Sociais Brasileiras e o Grito dos Excluídos, ambos coordenados pela Pastoral Social da CNBB, tendo um representante para cada uma delas. Essa escolha se deu em função da forte influência que ambos os espaços tiveram na criação e no desenvolvimento da Campanha, respectivamente.

Um dos critérios para a seleção das organizações foi a representação estadual, bem como a capilaridade junto à sociedade brasileira e o trabalho de base durante a realização da Campanha. Outro aspecto observado foi a contribuição na elaboração do material didático, pois algumas delas se destacaram neste quesito.

Quadro 4 – Organizações entrevistadas da CNA

ORGANIZAÇÕES DA CNA	CARACTERÍSTICAS	REPRESENTAÇÃO ESTADUAL
1. Aliança Social Continental (ASC)	A ASC é um movimento formado por mais de 50 organizações sociais, redes temáticas e organizações setoriais de todo o Hemisfério americano. Foi criado em 1997 para intercambiar informação, definir estratégias e promover ações conjuntas visando enfrentar a proposta de criação da Alca e todas as diferentes modalidades de livre comércio.	Possui representação em cinco blocos sub-regionais (América do Norte, América Central, Caribe, Região Andina e Cone Sul).
2. Cáritas Brasileira	A Cáritas Brasileira é um organismo da CNBB e foi criada em 1956. Desenvolve trabalho junto a pessoas socialmente excluídas visando à construção de uma sociedade justa, igualitária e plural. Faz parte da rede católica Cáritas Internacional.	Atua em 18 estados por meio de 13 regionais e em 170 municípios por meio de entidades membros. Integra uma rede internacional com presença em 200 países e territórios.
3. Cepis	Criado em 1978, o Cepis é um centro de assessoria político-pedagógica no campo da educação popular que atua junto aos oprimidos que se dispõem a um processo de luta e organização visando romper com o sistema capitalista e resgatar a perspectiva humanista.	Sua sede é em São Paulo e não dispõe de representação estadual.
4. Cimi	Criado em 1972, o Cimi é um organismo da CNBB que atua em defesa da autonomia dos povos indígenas. Dentre os seus	Atua nos 26 estados por meio de 11 regionais. Possui 418

	princípios estão a opção e o compromisso com a causa indígena dentro de uma perspectiva mais ampla de uma sociedade democrática, justa, solidária, pluriétnica e pluricultural.	missionários, 114 equipes locais e atende cerca de 200 povos indígenas.
5. Consulta Popular	A Consulta Popular é um movimento político criado em 1997 visando debater propostas para construção de um novo projeto para o Brasil. Ele é composto por militantes que já atuam em entidades e movimentos sociais de expressão nacional.	Atua em todo o Brasil por meio do engajamento de seus militantes em entidades diversas.
6. CPT	A CPT é uma pastoral vinculada à CNBB. Foi criada em junho de 1975 para desenvolver um serviço junto aos trabalhadores da terra. Ela nasceu ligada à Igreja Católica, mas tem caráter ecumênico, sendo apoiada também por outras igrejas cristãs, a exemplo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).	Atua nos 26 estados por meio de 21 regionais e em 87 municípios por meio de equipes locais.
7. CUT	A CUT é uma organização sindical fundada em 1983 em São Bernardo do Campo (SP). Considerada a maior central sindical da América Latina, é uma entidade classista, mas que tem como um de seus objetivos o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.	Atua nos 26 estados e no Distrito Federal por meio de escritórios estaduais. Possui 3.489 entidades filiadas, 7.690.598 trabalhadores associados e 22.487.987 trabalhadores representados.
8. FENADV / Sindicato dos Advogados de São Paulo (Sasp)	A Federação Nacional dos Advogados é uma organização sindical fundada em 11 de março de 1989 que representa a categoria nacional dos Advogados. O Sasp é um sindicato de base estadual que representa os advogados de São Paulo. Criado em 1953, o Sindicato foi suspenso em 1964 pela ditadura militar. Em 1991, reabre tendo como objetivo central a resistência ao projeto neoliberal, defesa do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho e defesa de um Estado de Direito que se legitime pela Justiça Social.	Atua no Estado de São Paulo com cerca de 6 mil sindicalizados.
9. Grito dos Excluídos	O Grito dos Excluídos é um espaço de convergência entre vários atores sociais que promovem eventos e mobilizações durante a Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, com o intuito de chamar a atenção da sociedade para as condições de crescente exclusão social. É organizado pelo Setor Pastoral Social da CNBB desde 1995.	Atua em 1200 cidades simultaneamente com a ajuda de 1300 articuladores voluntários nos 26 estados e Distrito Federal.
10. Ibrades/CNBB	O Ibrades foi fundado, em 1966, como organismo anexo da CNBB para serviço de assessorias e de formação no campo da educação popular e da pastoral social. Trabalha articulando fé e justiça a serviço da democracia e da cidadania. Seu objetivo é contribuir para a construção e o aprimoramento de uma sociedade democrática, pluralista, justa, solidária e participativa, à luz do Evangelho e do ensino social da Igreja.	Sua sede é em Brasília e não dispõe de representação estadual.
11. MST	Criado em 1984, o MST é um movimento social composto por camponeses que lutam pela reforma agrária como um meio para eliminar a pobreza e a desigualdade social.	Atua em 24 estados, exceto Acre, Amapá e Amazonas por meio de secretarias estaduais e cerca de 50 secretarias regionais.
12. Pastoral dos Migrantes/CNBB	A Pastoral dos Migrantes é uma pastoral da CNBB encarregada de articular trabalhos com migrantes urbanos e imigrantes temporários em âmbito nacional. Foi criada em 1985 e participa de diversas articulações dos movimentos sociais.	Atua em 20 estados, exceto Acre, Alagoas, Amapá, Pará, Sergipe e Tocantins, por meio de equipes regionais e/ou locais.
13. PSTU	O PSTU foi fundado em 1994 por um grupo de militantes que romperam com o Partido dos Trabalhadores. Sua base é fundamentalmente construída por setores dos movimentos sindical e estudantil e seu objetivo é derrubar o sistema capitalista por meio da revolução socialista.	Atua em 22 estados e Distrito Federal, exceto Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins por meio de sedes estaduais e 49 sedes municipais.
14. Rebrip	A Rebrip é uma articulação de ONGs, movimentos sociais, entidades sindicais e associações profissionais autônomas e pluralistas composta por 42 membros. Foi criada em 1998 e formalizada em 2001, constituindo-se como um pólo de	Sua sede é no Rio de Janeiro e não dispõe de representação estadual.

	articulação e divulgação de iniciativas sociais frente aos tratados de desregulamentação financeira e comercial, nos quais inclui-se a Alca.	
15. Semana Social/CNBB	A Semana Social é uma iniciativa do Setor Pastoral da CNBB em articulação com diversas entidades e movimentos sociais. Nasce em 1991 com o objetivo de promover a articulação das pastorais sociais e dos movimentos sociais para debater temas sociais em torno de novos projetos para o Brasil. A Semana Social dura em torno de três anos e já foram realizadas 4 edições.	Conta com o envolvimento dos agentes pastorais da Igreja Católica organizados em todos os estados e em diversos municípios por meio de regionais, dioceses, paróquias e demais espaços.
16. Setor Pastoral Social/CNBB	O Setor Pastoral Social abriga onze Pastorais e faz parte da 8ª Comissão da ação evangelizadora da CNBB, que é a Comissão para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz. A CNBB foi criada em 1952 e o Setor Pastoral Social organizado como setor na década de 1970, com o objetivo de promover ações sociais e políticas junto aos mais pobres e indefesos para a construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna.	Atua em 26 estados e Distrito Federal, por meio dos regionais da CNBB, de 270 dioceses e 9.606 paróquias.
17. Unafisco-Sindical	O Unafisco é um sindicato que congrega e representa os Auditores-Fiscais da Receita Federal. Criado em 1989, é uma organização independente, sem caráter político-partidário ou religioso.	Atua em 21 estados e Distrito Federal por meio de delegacias sindicais, presentes também em mais 51 municípios, além de 21 representações. Ao todo são 18.616 associados.

Fonte: Elaboração da autora a partir de várias fontes: documentos e entrevistas, 2007 e 2008; textos disponibilizados nos sites das respectivas organizações, em março de 2008; informações fornecidas pelos entrevistados ao longo de 2007; Diretório Litúrgico 2008, CNBB.

Com base nesse grupo de organizações entrevistadas, é possível classificar em três períodos o surgimento das mesmas. Nas décadas de 1950/60 surgiram quatro organizações, com destaque para as entidades da igreja católica. Em 1952, a CNBB foi criada, desencadeando o surgimento de alguns organismos, como a Cáritas e o Ibrades. Essas entidades combateram a ditadura militar e sobreviveram a ela. Em 1953, foi criado o Sasp, fechado em 1964 pela ditadura militar e só reaberto em 1991.

Nas décadas de 1970/80 surgiram sete das organizações: o Cepis, Cimi, CPT, CUT, MST, Pastoral dos Migrantes e Unafisco. Nesse período também foi criado o Setor Pastoral Social da CNBB, quando na reorganização interna da Conferência se dividiu a ação pastoral em seis dimensões, sendo a 6ª, a Dimensão Sócio-Transformadora, na qual o Setor se localizava. Todas nasceram praticamente durante o período de redemocratização do Brasil, impregnadas dos valores democráticos que imperavam na época, como o espírito de mudança social.

A década de 1990 impulsionou o surgimento de um novo agir social, como abordado no capítulo dois, e foi nesse período que surgiram seis das organizações entrevistadas, dentre elas duas nasceram exatamente para combater a Alca, que foram a Rebrip e a ASC. As demais organizações e espaços de mobilizações foram: a Consulta Popular, o Grito dos Excluídos, o PSTU e a Semana Social Brasileira.

Pelas características da maioria dessas organizações-movimentos, percebe-se que se trata de uma rede plural, mas com algumas semelhanças entre elas. A principal é a própria organização em rede, observando-se que a maior parte atua em âmbito nacional. Mesmo a Rebrip, que não possui representação estadual, é uma articulação de ONGs, movimentos, entidades e associações, composta por 42 membros, que também fazem parte de outras redes e organizações. O mesmo ocorre com a ASC, movimento formado por mais de 50 organizações e redes da América Latina.

Essa atuação em rede, como já dito, é uma das características dos movimentos sociais contemporâneos. No caso da CNA, pode-se considerar que se trata de uma rede de movimentos sociais dentro do conceito trabalhado por Ilse Scherer-Warren, de ser uma articulação de entidades e movimentos unida por uma frente comum de ação, no caso, a luta contra a Alca. Outro elemento que também proporciona uma unidade a essa rede é a construção de uma nova sociedade, com base em três pilares: democracia, justiça social e solidariedade. Foi possível observar que a organização quando não explicita essa missão, a incorpora quando se engaja na Campanha, por acreditar que a Alca representa a negação dessa nova sociedade.

A nova sociedade não se baseia apenas em idéias e valores solidários e humanos, mas enfatiza a participação do sujeito social na transformação da realidade. Essa concepção foi cunhada pela Teologia da Libertação e influenciou muitas organizações, para além da Igreja Católica.

Scherer-Warren (1996) considera a Teologia da Libertação uma importante utopia para a sociedade contemporânea. Essa Teologia nasce e se desenvolve como expressão da realidade social latino-americana e com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Nesta visão, a Igreja assume novo papel para a sua prática cristã. Trata-se de uma utopia da libertação baseada principalmente no engajamento nas lutas contra as variadas formas de opressão, em que o homem deve ser o sujeito de seu destino pessoal e da história, visando desencadear um processo histórico de libertação dos povos latino-americanos³¹.

Como se pode observar, nas organizações da CNA selecionadas para as entrevistas o segmento religioso é o mais representado. São oito organizações ligadas à CNBB, cuja

³¹ Para saber mais sobre Teologia da Libertação cf. BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador. Rio de Janeiro: Vozes, 2003; BOFF, Leonardo. Como Fazer Teologia da Libertação. Rio de Janeiro: Vozes, 2005; GUTIÉRREZ, G. Teologia da Libertação. Perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.

utopia humanista da construção de uma nova sociedade perpassa todas elas. Mas não foi essa a única causa da ênfase nas organizações religiosas, a grande maioria tem um amplo trabalho de base e está presente em praticamente todo o Brasil, exceto o Ibrades, um instituto de assessoria sem representação estadual. Essa presença em todo o País, aliada ao trabalho de educação popular inerente à própria ação das organizações, foi fundamental para a Campanha.

Foram selecionados para as entrevistas individuais 16 representantes dessas 17 organizações da CNA, incluindo uma representante da Secretaria Executiva³², conforme o quadro abaixo. Dois dos entrevistados representam duas organizações. São os casos do Grito dos Excluídos/Pastoral dos Migrantes e Cepis/Cimi.

Quadro 5 – Grupo dos coordenadores da CNA

ENTREVISTADOS	ORGANIZAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO	PROFISSÃO
1. Rosilene Wansetto	Secretaria Executiva da CNA	Secretária-executiva	Socióloga
2. Padre Alfredo José Gonçalves	Setor Pastoral Social/CNBB	Assessor da Pastoral Social	Sacerdote religioso/padre
3. Dom Demétrio Valentini	Semana Social Brasileira (SSB) /CNBB	Coordenador da 3ª SSB (1997-1999) e da 4ª SSB (2003-2006) Presidente da Cáritas Brasileira (2003-atual)	Sacerdote religioso/bispo
4. Paulo Maldos	Cepis/Cimi (CNBB)	Assessor	Psicólogo
5. Padre Bernard Lestienne	Ibrades/CNBB	Integrante e pesquisador	Sacerdote religioso/padre
6. Ivo Poletto	Cáritas Brasileira/CNBB	Assessor nacional	Sociólogo
7. Carlos Alberto Almeida	Consulta Popular	Membro da coordenação	Jornalista
8. Luiz Bassegio	Grito dos Excluídos/Pastoral dos Migrantes	Secretário-executivo/membro da coordenação	Bacharel em filosofia, teologia e sociologia
9. Gonzalo Berrón	Aliança Social Continental	Secretário-executivo	Cientista político/doutorado em ciências políticas
10. Ricardo Gebrim	Sindicato dos Advogados de São Paulo(Sasp) Consulta Popular	Sasp - Presidente (2001-2006) Membro da coordenação da Consulta Popular	Advogado
11. Gustavo Codas	CUT	Assessor da Secretaria de Relações Internacionais	Jornalista
12. Maria Lúcia Fattorelli	Unafisco	Delegada sindical de Belo Horizonte (2000-2002) Presidente nacional (2003-	Bacharel em administração e ciências

³² A Secretaria Executiva da CNA, ou secretaria operativa, como passou a ser denominada posteriormente, era uma instância de apoio ao Comitê Nacional da Campanha, responsável pela execução das ações definidas pela coordenação.

		2005) Vice-presidente nacional (2005-2007)	contábeis/auditora fiscal
13. Isidoro Revers	CPT	Coordenador (1997-2006)	Historiador
14. João Pedro Stédile	MST	Membro da coordenação nacional	Economista/mestrado em economia
15. José Maria de Almeida	PSTU	Presidente/membro da direção nacional	Torneiro mecânico
16. Fátima Melo	Rebrip	Secretária Executiva	Historiadora/mestrado em relações internacionais

Embora a Campanha faça uma diferenciação entre entidades coordenadoras e entidades participantes, esse grupo está sendo chamado de grupo dos **coordenadores**, uma vez que todos os selecionados tiveram relevada participação na coordenação. Está incluída nesse grupo a secretária-executiva da CNA, que esteve na Campanha do início ao fim.

As organizações são uma parte importante da Campanha e a institucionalidade das mesmas foi adotada como critério para a seleção, mas a relevância dos papéis desempenhados pelos agentes sociais também foi levado em conta nessa seleção. Cada militante selecionado cumpriu um papel estratégico em todo o processo, seja de decisão, de articulação ou de produção intelectual na CNA. E são, por isso, representativos dentro do grupo de coordenadores. Possuem também, em sua maioria, a prerrogativa de terem participado do plebiscito da dívida externa, experiência inspiradora para a realização do plebiscito sobre a Alca.

O perfil dos coordenadores no tocante à escolaridade é muito semelhante. A grande maioria possui nível superior, sendo três com pós-graduação, e apenas um possui nível médio. Profissionalmente, predomina a formação na área de ciências humanas e a faixa etária entre 45 e 56 anos, somando onze dos entrevistados.

Gráfico 1 - Coordenadores da CNA por escolaridade³³

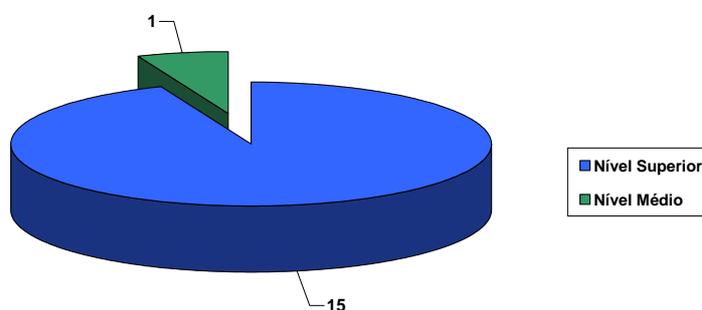
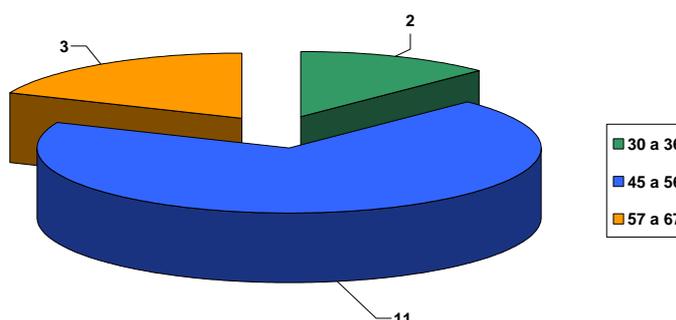


Gráfico 2 - Coordenadores da CNA por faixa etária

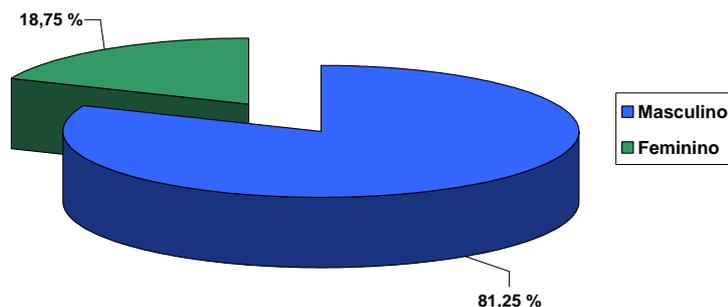


Embora na pesquisa se tenha dado atenção à seleção dos entrevistados considerando o equilíbrio de gênero, a representação ainda ficou em 81,25% do sexo masculino, e somente 18,75% do sexo feminino, com a participação de apenas três mulheres. Essa proporção vai melhorar nos grupos focais, como se verá adiante, mas ainda

³³ Os gráficos apresentados são construção da tese, com base nos dados coletados.

assim, os homens são maioria³⁴. No caso dos parlamentares, já é de amplo conhecimento a menor proporção do sexo feminino no âmbito do Congresso Nacional.

Gráfico 3 - Coordenadores da CNA por gênero



3.3 As organizações e a Campanha

Os entrevistados ressaltaram a importância de a CNA ter sido composta por uma rede de organizações, na qual cada entidade ou movimento deu a sua contribuição. Todos eles também foram unânimes ao apontar o peso da Igreja Católica no processo da Campanha, sobretudo do plebiscito. Segundo João Pedro Stédile, membro da coordenação do MST, “tudo quanto é Campanha é um somatório de energias. Então nós temos que relativizar, tem vários tipos de contribuição, agora eu acho que, sem dúvida, a estrutura da Igreja Católica foi preponderante para amplificar a Campanha por todos os municípios do Brasil”.³⁵

Também para Gustavo Codas, assessor da Secretaria de Relações Internacionais da CUT, a Igreja Católica teve um papel fundamental, principalmente em função da Semana Social Brasileira e pelo fato de a igreja valer-se habitualmente de campanhas como instrumentos internos de mobilização: “Se fosse para dizer quem teve maior envolvimento

³⁴ A pesquisa não pretende aprofundar o tema do gênero, mas acha importante salientar essa questão, uma vez que se observou a predominância do sexo masculino junto aos três grupos pesquisados (coordenadores, comitês estaduais e parlamentares).

³⁵ Todas as citações sem a indicação da referência são de entrevistas concedidas à autora.

cotidiano e permanente não somente na coordenação nacional, mas também na tentativa de levar permanentemente a Campanha, eu diria que foi à Igreja”.

Para D. Demétrio Valentini, coordenador da Semana Social Brasileira/CNBB, o plebiscito teve credibilidade e possibilitou um número expressivo de participantes pelo fato de estar associado às pastorais sociais e, com isso, à Igreja:

Na base, a gente constatava que muitos votos foram dados na frente das igrejas, depois dos cultos e das celebrações. Era um ambiente onde havia mais receptividade. Como não era plebiscito oficial, não adiantava fazer postos oficiais de recolhimento dos votos, então a Igreja teve uma atuação muito grande, porque o plebiscito foi colocado como componente das atividades das Semanas Sociais Brasileiras, que eram atividades assumidas pela Igreja.

A Semana Social Brasileira foi um espaço privilegiado da Igreja na gestação da Campanha Jubileu Sul/Brasil, que foi quem organizou e coordenou o primeiro Plebiscito Popular da história do Brasil, o plebiscito da Dívida Externa. Foi a partir daí, segundo D. Demétrio Valentini, que surgiu a idéia de se fazer um segundo plebiscito sobre a Alca, colocando dentro o tema específico da Base Militar de Alcântara, no Maranhão³⁶. Ele conta que a SSB tem como objetivo interno ser um projeto de unificação e de articulação das diversas pastorais sociais com os movimentos sociais. Segundo D. Demétrio: “O processo de decisão do plebiscito foi uma atividade fruto do consenso das diversas entidades que participaram da terceira Semana Social Brasileira”.

O Grito dos Excluídos foi outra articulação importante, pois no Brasil ele acontece exatamente no período em que foi realizado o plebiscito sobre a Alca, de 1º a 7 de setembro de 2002, e todos os seus slogans fizeram alusão à Campanha entre 2002 e 2006. Segundo Luiz Bassegio, secretário-executivo do Grito dos Excluídos, o objetivo do Grito é possibilitar que os excluídos tenham vez e voz e que possam se expressar a partir deles mesmos. São várias as formas: caminhadas, celebrações, jejum, teatro, música. Ao longo do ano, o Grito se soma a algumas campanhas e articulações. “O trabalho de base é um trabalho de formação para a cidadania, para a política, para a compreensão da realidade e para o controle público da sociedade sobre os governos”. Sua versão continental, iniciada

³⁶ A Base de Alcântara foi o tema da terceira questão do plebiscito da Alca: O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?

em 1999, acontece sempre no dia 12 de outubro, dia da ocupação da América e também considerado dia da resistência dos povos³⁷.

O Setor Pastoral Social, que é quem coordena as demais pastorais, foi, desde o início, um dos principais atores sociais da CNA. Foi quem impulsionou o tema dentro da própria CNBB e seus organismos, como Cáritas Brasileira, Cimi, CPT e Ibrades, e quem ajudou na articulação entre as demais organizações participantes, principalmente por estar na coordenação da Campanha Jubileu Sul/Brasil. Para Padre Alfredo Gonçalves, assessor do Setor até 2004, nas décadas de 1980/90, o Setor Pastoral Social funcionava como portavoz das forças de oposição existentes no País, da mesma forma que era esse o papel da CNBB durante a ditadura militar nos anos de 1970:

O Setor Pastoral Social tinha um papel de aglomerar essas forças, de articular essas forças, de levar essas forças a metas comuns. Então o plebiscito representou uma meta comum e a presença da CNBB na Campanha de alguma forma diluía contrastes e divergências. Talvez durante esses anos só a CNBB tenha conseguido reunir tanta gente diferente, gente que em outros âmbitos estava em briga frontal.

A Pastoral dos Migrantes foi uma das pastorais participantes que mais se envolveu, principalmente em função do tema das migrações, que tem correlação direta com a área de livre comércio. Uma das discussões da Campanha contra a Alca era até que ponto a livre circulação de mercadorias garantiria a livre circulação de pessoas. Luiz Bassegio, do Grito dos Excluídos e também coordenador da Pastoral dos Migrantes, participou da CNA representando as duas organizações.

Cáritas, Cimi e CPT, além de serem organismos da CNBB, realizam um trabalho de base em todo o Brasil por meio de seus escritórios regionais e suas representações em municípios e localidades, muitas vezes articulados com outros movimentos e entidades. Portanto, têm uma ramificação e um poder de articulação muito grande. Outra característica dessas três entidades é que houve um envolvimento completo dos seus agentes e missionários, inclusive sendo a CNA uma das prioridades das suas ações durante maior parte do tempo da Campanha.

Para Ivo Poletto, assessor da Cáritas, essa entidade, que trabalha pela promoção e libertação das pessoas socialmente excluídas, deu uma contribuição qualitativa para o

³⁷ Para saber mais sobre o Grito dos Excluídos cf. VIEIRA, Margarete (org.). Grito dos Excluídos: 10 anos de luta. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

processo, por ser uma rede presente em muitos lugares no Brasil, na América Latina e no mundo. Segundo ele, a Campanha provocou na Cáritas “uma maior co-responsabilidade internacional” e em todos os estados e municípios onde havia representação da Cáritas seus agentes se mobilizaram quase que completamente para o plebiscito.

O mesmo ocorreu com a CPT. Como conta Isidoro Revers, coordenador nacional, a Campanha foi uma prioridade para a sua pastoral e era a tarefa principal para as suas equipes durante aquele período: “Eu diria que tudo aquilo foi feito fora das capitais. O que foi feito no interior, é fruto do trabalho das pastorais sociais, incluindo a Cáritas”. Segundo Revers, a CPT nasceu em 1975 para atender aqueles camponeses que sofriam as consequências do modelo econômico implantado na agricultura brasileira pela ditadura militar. Foi o processo de modernização da agricultura que moveu boa parte de cristãos e não cristãos a fazer o trabalho da CPT. Sobre essa consideração, Revers afirma: “Em grande parte o trabalho de base da CPT vai dar a fisionomia, a imagem e a cara para o MST, para o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)”.

Segundo Paulo Maldos, assessor do Cimi/CNBB, os missionários também atuaram bastante na Campanha, pois a entidade percebeu o perigo e traduziu para sua base social os riscos da Alca. Ele conta que a Campanha trabalhou muito a questão indígena. Na época, foi elaborado um texto de análise de conjuntura sobre Alca e povos indígenas. Para ele, havia muita informação sobre a realidade de outros países da América Latina, como Guatemala, Equador e Bolívia, além da experiência dos povos indígenas do México com o Nafta:

Concretamente, a gente tinha convicção de que essa linha de livre comércio vinha atacando constituições nacionais e a gente sabia que eles iam atacar o texto constitucional que defendia os direitos indígenas, direitos territoriais. Por exemplo, não está ainda normatizada e regulamentada a questão da exploração mineral em terras indígenas. Tem centenas de pedidos de alvarás de multinacionais poderosíssimas ou de empresas nacionais para mineração em terras indígenas. Então, a gente tinha certeza de que com a Alca essa turma ia entrar com tudo para arrebentar a legislação indígena brasileira, depois ia tentar enfiar seus projetos de lei.

Dentre os entrevistados, o segmento social foi representado pelo MST, um movimento de relevância nacional e internacional que tem um trabalho de base abrangente

em 24 estados brasileiros e em localidades, que necessariamente não são municípios, uma vez que sua atuação é junto aos trabalhadores rurais. O MST, segundo João Pedro Stédile, se envolveu muito na Campanha:

Houve uma compreensão de que a Alca era um mecanismo do projeto do capital internacional para dominar a economia brasileira e de que isso iria trazer conseqüências gravíssimas, quiçá irreversíveis para a organização da produção agrícola. Portanto, também geraria um processo de maior concentração da propriedade e de maior concentração da produção, com um agravante: agora dominado pelas empresas transnacionais que, além de tudo, teriam na Alca um aparato jurídico que lhes dava a liberdade de ação no nosso território.

As organizações políticas Consulta Popular e PSTU também participaram intensamente da Campanha. Como define Carlos Alberto Almeida, um dos coordenadores da Consulta Popular, trata-se de um movimento político destinado a organizar forças sociais para discutir um projeto de nação. Ao contrário dos partidos tradicionais, que só têm metas ou objetivos eleitorais. Ou seja, segundo ele, não basta se limitar ao conjunto de reivindicações que hoje aparecem nas eleições. Afirmo que a Consulta Popular se organizou para discutir outro projeto para o país e outro modelo de desenvolvimento econômico, social e político:

A Consulta existe desde 97, quando houve a primeira reunião em Itaici-SP, porque se pressentia, analisando o processo de institucionalização do PT, o conjunto das esquerdas, uma perda de vocação, de interesse e de decisão política do PT para sustentar um projeto de transformação social que exige ruptura com o capitalismo. Então, nós, através da Consulta, nos organizamos para digamos emular, finalizar, recuperar, e dialogamos com todos os movimentos. Nós não temos esse problema de o cara estar num partido, estar no PT ou não estar no PT, queremos é que ele tenha compromisso com a ruptura com o capitalismo, com o modelo de desenvolvimento capitalista..

Ricardo Gebrim, representante do SASP e também membro da coordenação da Consulta Popular, afirma que a Consulta começou a debater o significado da Alca em 2001. Para ele, esse debate casava muito com a caracterização de uma crise de destino que o país atravessava: “Nós tínhamos essa identificação de que a Alca era um projeto estratégico dos Estados Unidos e que era um elemento central combater e impedir a viabilização da Alca, então ele sempre foi uma prioridade para nós”. Gebrim analisa que a Consulta ajudou a despertar a sensibilidade da militância sobre o tema, quando ainda havia

um pensamento majoritário nas organizações de esquerda, principalmente por parte das ONGs, de que a Alca era inevitável:

A Consulta esteve de corpo e alma desde o início da Campanha, desde que começamos a conceber essa idéia e a pensar na proposta do plebiscito. E, ao construir conjuntamente essa proposta do plebiscito, nós fomos mobilizando intensamente a militância da Consulta. Toda a militância da Consulta estava envolvida. Chegou a um ponto que eu me lembro que dos coordenadores da Campanha nos estados só um ou dois não eram da Consulta, todos eram da Consulta.

Em 1998, a coordenação da Consulta Popular lançou o livro “Opção Brasileira” com a síntese das propostas do movimento, explicitados em cinco compromissos:

a) O compromisso com a soberania. Representa a determinação de dar continuidade ao processo de construção nacional, buscando recuperar para o Brasil um grau suficiente de autonomia decisória.

b) O compromisso com a solidariedade. Sugere que a continuidade deve se dar em novas bases, voltadas para a edificação de uma nação de cidadãos, eliminando-se a exclusão social e as desigualdades na distribuição da riqueza, da renda, do poder e da cultura.

c) O compromisso com o desenvolvimento. Expressa a decisão de pôr fim à tirania do capital financeiro e à condição brasileira de economia periférica, mobilizando todos os recursos produtivos nacionais e rejeitando a imposição, interna ou externa, de políticas que frustrem o potencial do País.

d) O compromisso com a sustentabilidade. Estabelece uma aliança com as gerações futuras, pois se refere à necessidade da busca de um novo estilo de desenvolvimento, que não se baseie na cópia de modelos socialmente injustos e ecologicamente inviáveis. Que submeta as diretrizes desse desenvolvimento a padrões éticos bem definidos.

e) O compromisso com a democracia ampliada. Aponta para a refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas e verdadeiramente plurais, nas quais se inclui o resgate da dignidade da função pública em todos os níveis. (BENJAMIN, 1998).

No livro, a Alca já foi lembrada e mencionada como um projeto das políticas neoliberais: “Se não forem detidas, essas políticas desaguarão na desastrosa (para nós) criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que integrará o território da

América do Sul – leia-se do Brasil – ao território econômico norte americano” (BENJAMIN, 1998, p.136).

É interessante conhecer um pouco mais as propostas da Consulta Popular porque nitidamente seus militantes, pulverizados em várias organizações, participaram da coordenação da CNA, sobretudo no conteúdo dos diversos materiais pedagógicos. Também participaram com destaque da coordenação dos comitês estaduais. Do grupo dos coordenadores entrevistados, além dos citados acima, faziam parte da Consulta ou fizeram em algum momento: Isidoro Revers, João Pedro Stédile, Luiz Bassegio, Paulo Maldos e Rosilene Wansetto.

O PSTU foi um dos responsáveis pela amplificação do tema, uma vez que utilizou seu espaço televisivo e radiofônico eleitoral para falar sobre a Alca. O conteúdo da mensagem nesse espaço até o plebiscito foi basicamente de anunciar as conseqüências que a Alca traria para a vida dos trabalhadores. Para José Maria, presidente do PSTU, a CNA era uma prioridade política para o partido, que envolveu a maior parte do tempo da militância na Campanha. Ele explica que os militantes se envolveram nas várias dimensões da Campanha: organização, cursos, debates, panfletagens, discussões na base, conversas no local de trabalho e o plebiscito. Na fase final, os 30 segundos de tempo na televisão destinados à divulgação da candidatura de José Maria à Presidência da República eram destinados à divulgação da Campanha, o que, segundo ele, ajudou também a reforçar a presença do partido naquela mobilização: “O partido moveu talvez 20 ou 30 mil pessoas, que trabalharam de forma organizada”.

O movimento sindical também teve o seu papel, inclusive foi a principal ponte com a Campanha Continental contra a Alca, por meio da CUT, organização que faz parte da ASC. É certo que a CUT por ser a maior central de trabalhadores da América Latina, abrangendo milhares de associados e os mais diversos sindicatos, não participou em toda a sua completude da CNA, como conta Gustavo Cudas, assessor da Secretaria de Relações Internacionais, mas participou desde o início, por todo o tempo. Havia uma questão mais geral como o perigo da Alca para a nação. Sentia-se também, segundo ele, uma preocupação de a CUT interligar essa questão com a situação de cada setor:

Por exemplo: no setor químico e petroquímico, onde a concretização da Alca significaria uma ameaça à estrutura do setor no Brasil, a CUT levava essa discussão a este ramo e disseminava isso através de boletins. A CUT teve boletins específicos sobre a Alca, um pouco apresentando o

questionamento que se fazia sindicalmente, do quanto se tinha de ameaça trabalhista. Agora tinha categorias que, além dessa atividade assim mais focada no próprio setor, participava de forma mais ampla, como o pessoal da CNTE e da Fasubra, que tinha uma atuação mais direta nos comitês estaduais. Dependia muito das características das CUTs estaduais, tiveram CUTs estaduais envolvidas nos comitês estaduais, mas isso dependia muito do tipo de engajamento de cada uma.

Gustavo Cudas elucida que a CUT participou de duas fases da Campanha: uma de 1997 a 2001, que ele chama de fase prévia à Campanha, e outra de 2002 a 2005, que foi a Campanha em si. Ele lembra que em 1997 o tema da Alca foi identificado como prioritário para o movimento sindical e a CUT levou o tema para a agenda dos sindicatos em nível continental. É nesse período que inicia um processo de articulação com outros movimentos sociais e ONGs e é quando surge a Aliança Social Continental. Também foi quando teve a primeira manifestação contra a Alca do continente, em Belo Horizonte, reunindo milhares de pessoas, inclusive algumas representações estrangeiras.

Na fase da Campanha propriamente dita, que para Gustavo começa no Fórum Social Mundial, em 2002, o leque das organizações que participava da ASC se amplia, abrangendo outras organizações, para além daquelas que vinham se dedicando ao tema do comércio. Codes comenta: “Esse é um fenômeno que vai acontecer tanto no Brasil como em vários outros países: a Campanha contra a Alca vai ser mais ampla que a própria ASC, e o espaço onde essa amplitude vai se expressar são os Encontros Hemisféricos de Luta contra a Alca que começam a acontecer em Havana”. No período do plebiscito, ele conta que houve um esforço da direção da CUT, dos sindicatos e das estruturas de se envolver, de participar, e em alguns desses momentos houve também mobilizações realizadas desde o campo estritamente sindical.

Além da CUT representando o movimento sindical, estiveram presentes na CNA, dentro do grupo dos coordenadores entrevistados, a Federação Nacional dos Advogados/Sindicato dos Advogados de São Paulo e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal. No caso do primeiro, aconteceu uma particularidade: a Federação foi representada pelo Sasp, que foi quem participou mais efetivamente da CNA e acabou sendo a referência no estado, inclusive abrigando a secretaria do comitê estadual da Campanha nas dependências do Sindicato. Segundo Ricardo Gebrim, presidente do Sasp, que participou assiduamente da coordenação da Campanha também pela Consulta Popular,

toda a diretoria do sindicato e o conselho de representantes, que na época contava com mais de 80 deles, participaram ativamente.

O SASP já havia participado do plebiscito sobre a Dívida Externa e esteve desde o início na Campanha contra a Alca, conta Ricardo Gebrim. A participação na Campanha foi aprovada por todas as instâncias do sindicato em assembléia. “Vamos dizer que a Campanha fez parte do programa político da direção do sindicato, e isso ajudou ele inclusive a ser uma certa referência junto a outros movimentos sociais e entidades sindicais, pelo papel que ele tinha na época”, destaca. O sindicato ajudou na infra-estrutura e também montou urnas nos fóruns e no centro da cidade, chegando a ter contato com outros estados. Foram realizadas palestras e debates junto aos cerca de seis mil sindicalizados, segundo ele, no começo sem grande receptividade, mas na reta final da Campanha, principalmente com a distribuição de boletins informativos, houve uma grande adesão de advogados que participaram e votaram.

O Unafisco foi um sindicato que também teve grande participação na CNA, desta vez em âmbito nacional, por meio de suas 73 delegacias sindicais, 21 representações e mais de 18 mil associados³⁸. Maria Lucia Fattorelli representou a presidência do sindicato desde o início da Campanha, mesmo na condição de delegada sindical em Belo Horizonte em 2002, passando a presidir a organização a partir de 2003. Da mesma forma que a CUT, Maria Lúcia explica que grande parte da organização se envolveu, principalmente as instâncias coordenadoras, mas a participação era variada. Por exemplo, em Minas Gerais o movimento foi muito forte, com grande presença dos auditores, já nos outros estados dependia do envolvimento desses profissionais. “Às vezes o delegado sindical não se envolvia, mas algum auditor na base que era ligado à igreja ou a algum outro movimento ou partido político, se envolvia”, comenta Maria Lucia.

Maria Lúcia explica que o envolvimento do sindicato se deu em função de a gestão na época ter assumido uma bandeira social a partir do entendimento de que o exercício da cobrança de tributos e de contribuições federais é uma atividade que lida diretamente com a vida das pessoas. Relata que no final de 2001, o conselho de delegados sindicais aprovou o apoio do Unafisco na luta contra a Alca:

³⁸ Tanto as delegacias sindicais como as representações significam localidades em que há escritórios do Unafisco. A diferença é que nos locais onde existem menos de 30 auditores fiscais são montadas representações, só quando ultrapassam esse número se transformam em delegacias sindicais. Mas em termos de representação do sindicato, podemos somar as 73 delegacias com as 21 representações. Ao todo, 94 localidades.

Percebemos a nossa responsabilidade, no sentido de lutar por um modelo tributário mais justo. O modelo tributário brasileiro é muito injusto, regressivo. Os mais pobres pagam proporcionalmente muito mais do que os mais ricos. Mais de 60% dos tributos no Brasil incidem sobre o consumo, e o pobre paga da mesma forma que o rico sobre a conta de luz, telefone, água e transporte. A tributação não respeita um dos princípios constitucionais que é a capacidade contributiva.

Segundo Maria Lucia, a conjuntura política ajudou no engajamento do Unafisco na CNA, pois ao longo dos oito anos do governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso não ocorreram reajustes salariais e a categoria estava descontente. Para ela, foi esse descontentamento que fez com que a categoria se abrisse mais para as questões sociais, fazendo a conexão entre a destinação de recursos para o endividamento e o achatamento salarial. As delegacias sindicais passaram a contribuir para a produção de cartilhas sobre a dívida externa e de panfletos para subsidiar a Campanha contra a Alca, sempre buscando fazer a correlação entre os dois temas.

Também contribuíram, sobretudo com assessoria, a Organização Não-Governamental Rebrip, que nasceu com a finalidade de combater a Alca e o livre comércio; o Cepis, um centro de educação popular que trabalha para resgatar a perspectiva humanista frente à sociedade capitalista; e o Ibrades, organismo da CNBB, que realiza um trabalho de educação popular baseado no ensino social da Igreja, visando à construção e o aprimoramento de uma sociedade democrática.

Como explica a secretária-executiva da Rebrip, Fátima Mello, desde o início, o objetivo da Rede sempre foi lutar contra a Alca: “A Campanha contra a Alca sempre foi importantíssima para nós. Isso sempre foi afirmado e reafirmado em todas as reuniões da coordenação e assembléia. Ali [a CNA] era o espaço onde a gente podia transformar o nosso material de capacitação, o nosso monitoramento em algo que chegasse às bases da sociedade”.

Segundo Fátima, como a Rebrip não era uma “entidade de massa”, tinha um papel específico na CNA: dar suporte para a preparação de material de formação e fazer o monitoramento técnico das negociações.

Nós sempre tivemos o entendimento de que a Campanha era um espaço mais amplo e que tinha capacidade de mobilização de massas. No embalo da atividade de Belo Horizonte, em 1997, onde foi criada a Aliança Social Continental, a gente pensava: a gente precisa ter uma rede mais permanente no Brasil. Depois, obviamente a gente percebeu que a

Campanha contra a Alca era algo muito maior do que a gente, então a gente se agregou à Campanha como um dos seus membros.

Paulo Maldos, que trabalhou no Cimi de 1991 até 2001, retornando à entidade em 2005, foi assessor do Cepis entre 2001 e 2005, contribuindo principalmente na questão pedagógica, na formação política e no planejamento estratégico da CNA. Ele conta que o Cepis já assessorava outros movimentos e entidades, como MST, MAB, MPA e CPT: “A permanência na Campanha sempre foi voltada para a questão pedagógica, mais para aquele lado de educador popular”. Paulo foi o responsável pela elaboração da primeira cartilha da Campanha: “Para entender a Alca”, um dos principais materiais da Campanha.

Padre Bernard Lestienne, assessor do Ibrades e também em alguns momentos representante da CNBB na coordenação da CNA, também contribuiu na elaboração de textos e assessoria à Campanha. O Ibrades trabalha na formação cristã para a cidadania no campo da educação popular.

Foi possível observar, a partir das comunicações dos coordenadores, que a Campanha adquiriu muita importância para as suas organizações. Percebe-se também que todos reconhecem o papel que cada uma delas desenvolveu no processo, sobretudo, há um consenso sobre a relevância da Igreja Católica para as mobilizações, principalmente durante o plebiscito. Essa impressão vai se confirmar também no grupo dos comitês estaduais.

3.4 Comitês Populares

A CNA foi estruturada em um comitê nacional, 27 comitês estaduais e diversos comitês municipais e locais³⁹. O comitê nacional, responsável pela coordenação política da Campanha, possuía uma Secretaria Executiva sediada em São Paulo, mas as mobilizações aconteceram em todo o Brasil de forma descentralizada. Cada estado e também o Distrito Federal possuía um comitê contra a Alca, que reunia representantes de diversas entidades, principalmente daquelas organizadas nacionalmente. Os comitês municipais e locais não precisavam ser formados a partir de representantes de organizações, podendo-se ter uma

³⁹ A Secretaria Executiva do Comitê Nacional não dispunha de informações sobre a quantidade de comitês municipais e locais, mas pela participação no plebiscito, sabia-se que eram centenas.

participação individual. A estrutura seguiu a mesma do Plebiscito da Dívida Externa, o que facilitou a organização.

Eram duas instâncias de participação: as Reuniões da Coordenação Nacional e as Plenárias Nacionais. As primeiras aconteciam entre o grupo de representantes das entidades nacionais e as Plenárias reuniam a coordenação e os representantes estaduais. Ambas eram responsáveis pelas decisões políticas, com preferencial atenção para as decisões tomadas na Plenária Nacional por contar com maior representatividade.

Entre novembro de 2001 e novembro de 2006 foram realizadas 24 reuniões da coordenação e nove plenárias nacionais⁴⁰. As reuniões da coordenação eram mais frequentes, porque além de ser espaço de decisão, era também de execução das ações.

Havia uma linha política geral, mas os comitês estaduais e locais eram livres para programar e executar suas atividades, conforme as especificidades de cada lugar. Em nível local, os comitês populares, que realizavam o trabalho de base, sobretudo durante o plebiscito, podiam ser organizados em bairros, vilas, povoados, distritos, empresas, fábricas, estabelecimentos comerciais, paróquias de igrejas católicas ou evangélicas, sindicatos, escolas, universidades, assentamentos e demais locais em que houvesse uma pessoa responsável pelo comitê. Havia uma preocupação em manter uma articulação entre comitês estaduais, municipais e locais, sendo o comitê estadual responsável pela motivação para formação desses comitês.

A coordenação da Campanha orientava que dentre as atividades de um comitê local se incluísse a realização de reuniões periódicas para estudo sobre a Alca, difusão do tema em meios de comunicação, principalmente rádios ou auto-falantes, confecção de material, como panfletos e cartazes e distribuição de material produzido pela coordenação, como o jornal. Outra atividade orientada era a realização de mutirões de esclarecimentos, em que os representantes dos comitês percorreriam casas e escolas distribuindo material e informando sobre as conseqüências da Alca para a população brasileira.

Outra orientação dada pela coordenação era que se desenvolvesse nos comitês o aspecto lúdico, por meio de atividades culturais para difundir o tema, como noites

⁴⁰ Foram analisados 24 relatórios referentes às reuniões da coordenação, da coordenação ampliada e da equipe executiva de São Paulo. Todas estão sendo tratadas na tese como reuniões da coordenação. Nos relatórios, são explicitados os assuntos tratados e os encaminhamentos para a execução das ações da CNA. Como a pesquisa teve acesso apenas a alguns relatórios das plenárias, se fixou na análise dos relatórios da coordenação, uma vez que nestas reuniões sempre eram retomados os encaminhamentos das plenárias. Até novembro de 2006, foram realizadas 16 Plenárias da Campanha Jubileu Sul, mas a contagem foi feita a partir da 8ª Plenária, quando foi criada a Campanha. Muitas informações contidas nesta seção foram baseadas em dados desses relatórios.

culturais, shows musicais, peças de teatro, recitais. Também era indicado que em cada reunião e encontro se explorasse o aspecto místico. O objetivo era animar a Campanha com a utilização de música, poesia, textos, também cuidando da ambientação com cartazes e diversos materiais da Campanha, com a Bandeira do Brasil e demais bandeiras dos movimentos.

A composição de cada comitê variava conforme a realidade local. Dentre os sete comitês estaduais selecionados pela pesquisa, grupos entre 5 e 7 pessoas, todos eram ligados a organizações, tendo uma forte presença de representantes da Igreja Católica, via pastorais e organismos, e também muita presença do movimento Consulta Popular. Vale ressaltar que em alguns casos um militante representava outra organização, mas também fazia parte da Consulta. A pesquisa contou como representante da Consulta Popular apenas quem estava no grupo focal representando exclusivamente esta organização.

Foram feitos contatos junto ao MST nos estados para garantir a participação deste movimento nos grupos focais, mas houve alguns desencontros e cancelamentos de última hora por problemas de agenda dos seus militantes, que realizam trabalho no campo e nem sempre se encontram na cidade. Mas de forma geral, os participantes dos grupos focais afirmaram a assídua participação deste movimento nos trabalhos de base durante a Campanha.

Quadro 6 – Participantes dos Grupos Focais

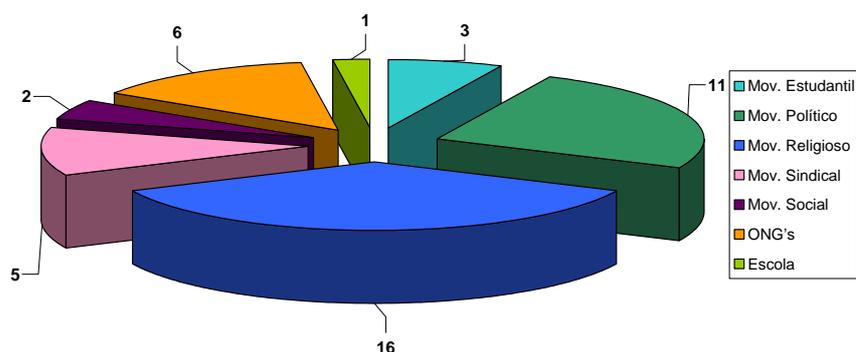
UF	ENTREVISTADOS	ORGANIZAÇÃO	PROFISSÃO
BA	1. Célio Maranhão 2. Edenice Santana 3. José Carlos Zanetti 4. Lourival Lopes 5. Luiz Cláudio Mandela	Consulta Popular Direção Estadual da CUT ONG Cese Sindpec/CUT Cáritas Brasileira /CNBB	Engenheiro Pedagoga Economista Geólogo Engenheiro agrônomo
DF	1. América Bonfim 2. Fernando Carneiro 3. Mara Fonseca 4. Mara Botelho 5. Rodrigo Ávila 6. Vitélio Pasa	PT (Gabinete Deputado Paulo Tadeu) Consulta popular Consulta popular Escola Classe 304 Samambaia Unafisco Cáritas Brasileira /CNBB	Professora Biólogo Assessora parlamentar Professora Economista Professor
MA	1. Francisco Elias Araújo 2. Hertz Dias 3. Ir. Anne Wihbey 4. Joilson Costa 5. Marcos Silva 6. Ricarte Almeida 7. Valdeny Barros	MST ONG Quilombo Urbano Comissão Justiça e Paz/CNBB Pastoral da Juventude/CNBB PSTU Cáritas Brasileira /CNBB PT	Agricultor Professor Pedagoga Estudante Eletricista Sociólogo Economista

PA	1. Ápio Nazareth Dias 2. José Oeiras 3. Lindomar deSousa Silva 4. Paulo Sérgio Dutra 5. Raimundo Valdomiro 6. Ruthleide Matos 7. TâniaNazarena Miranda	Centro Acadêmico de Fisioterapia ONG Cepepo Cáritas Brasileira/CNBB Cimi /CNBB Consulta Popular Pastoral da Juventude /CNBB Pastoral do Menor/CNBB	Fisioterapeuta Educador Sociólogo Téc. Patologia clínica Professor Estudante Socióloga
PR	1. Adenival Alves Gomes 2. Antônio Carlos Bez 3. Darli de Fátima Sampaio 4. Fernanda Baggio 5. Gustavo Erwin 6. Waldemar Simão Júnior	PT (vereador) CEB's Consulta Popular Cefuria Sindicato dos Bancários/CUT Pastorais Sociais	Assessor Político Educador Administradora Fisioterapeuta Assessor sindical Funcionário público
ES	1. Alessandra Effgen 2. Ana Maria Lemos 3. Ana Rita Esgario 4. Lázaro Costalonga 5. Marta Falqueto 6. Penha Dalva Marcondes	Cáritas Brasileira/CNBB ONG CDDH-Serra PT (vereadora) Pastoral Social/Cachoeiro do Itapemirim MNDH CEB's	Assistente social Educadora Assistente social Comerciário Secretária Do lar
RO	1. Carlos André Oliveira 2. Eronildes de Jesus 3. Marcos Sussuarana 4. Maysa Albuquerque 5. Pe. Paulo Barausse 6. Raimunda Brito 7. Ramon Freitas	Pastoral da Juventude/CNBB Consulta Popular ONG CPPT - Cuniã Sinttel/CUT Comissão Justiça e Paz/CNBB Centro Acadêmico de História Centro Acadêmico de História	Professor Eletricitário Professor Agricultora Religioso Funcionária pública Funcionário público
			TOTAL = 44 participantes

Foram 44 pessoas participantes dos grupos focais. Destes, 16 são ligados ao movimento religioso (CNBB), portanto mais de duas pessoas deste segmento por comitê; 11 participantes do movimento político – seis da Consulta Popular, sendo um dos comitês, o do Distrito Federal, com dois representantes e dois Comitês, Espírito Santo e Maranhão, sem nenhuma representação; cinco participantes de partido, sendo quatro do PT e um do PSTU, exceto os Comitês da Bahia, Espírito Santo, Pará e Rondônia, com dois participantes de partido no Comitê do Maranhão –; seis ONGs, geralmente centros de educação popular, exceto no Comitê do Distrito Federal; cinco participantes do movimento sindical, sendo um da direção estadual da CUT, três ligados a sindicatos filiados à CUT e um do Unafisco, exceto nos Comitês do Maranhão, Pará e Espírito Santo; dois participantes ligados ao movimento social, um do MST, no Maranhão, e um do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, no Espírito Santo; três representantes do movimento

estudantil, um no Pará e dois em Rondônia; e um representante de uma escola pública, no Distrito Federal.

Gráfico 4 - Participantes por segmento

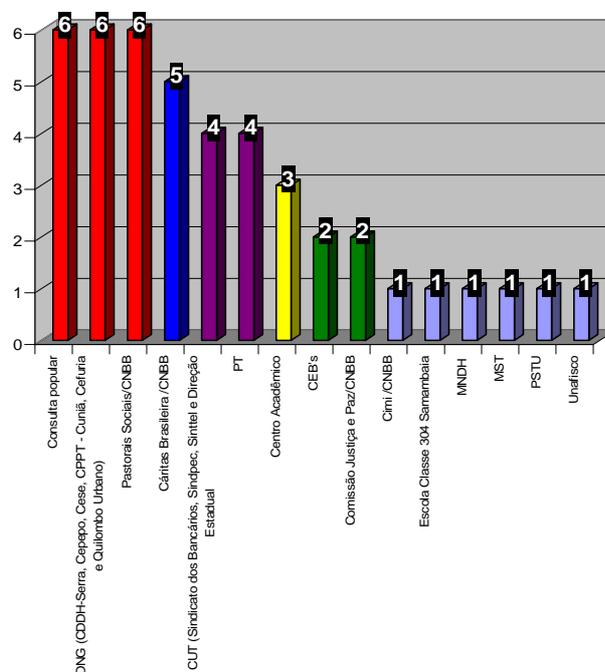


O universo pesquisado abrangeu sete estados (26% do total), enquanto a Campanha se desenvolveu em todos os 27 estados e no Distrito Federal. Entretanto, como houve uma linha similar no tocante à participação das organizações, tanto na composição dos comitês como no trabalho de base, é possível que estas características tenham se reproduzido nos demais comitês, com as devidas diferenciações, haja vista a diversidade brasileira⁴¹. Segundo os participantes dos grupos focais, o trabalho dos comitês teve uma participação predominante da igreja, seguida do MST e da CUT. Esta última e também os partidos, principalmente o PT, muitas vezes tiveram uma participação pontual nas reuniões da coordenação estadual, mas ambas realizaram intenso trabalho de base, sobretudo durante o plebiscito, apesar de a direção do PT ter se retirado da Campanha⁴².

⁴¹ A pesquisa tentou selecionar os participantes conforme critérios de representação dos vários movimentos componentes da coordenação da Campanha. Mas nem sempre foi possível garantir o mesmo equilíbrio em todos os grupos. Foi dada a opção para que os próprios coordenadores dos comitês estaduais indicassem os participantes do grupo focal, sempre buscando a participação por segmentos, mas nem sempre isso ocorreu, sendo predominante o critério “grau de participação”.

⁴² A direção do PT saiu da coordenação da CNA em julho de 2002 por discordar principalmente da terceira questão sobre Alcântara. No relatório da Reunião da Executiva Nacional do PT, realizada em 29 de julho de 2002, a Comissão

Gráfico 5 – Número de participantes por organização



A participação da Igreja nos grupos pesquisados se deu fundamentalmente por meio das pastorais sociais e da Cáritas Brasileira, como é possível observar no gráfico 5. Esta última entidade, por possuir ramificação em todo o Brasil, cerca de 170 entidades membros, contribuiu para a interiorização da Campanha, com a presença de Cáritas Diocesanas e Ações Sociais em diversos municípios, alguns bem longínquos⁴³. A Igreja também foi essencial no processo, segundo alguns depoimentos, porque já tinha a experiência de ter sido uma das principais coordenadoras do Plebiscito da Dívida Externa. Na pesquisa, a Igreja tem sido citada como Setor Pastoral da CNBB, mas é preciso registrar a presença de outras igrejas cristãs, representadas pelo Conic. Alguns comitês afirmaram a presença das igrejas luterana, anglicana, metodista e presbiteriana. No Espírito

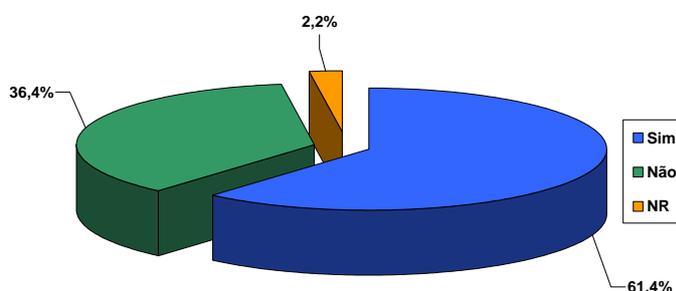
Executiva Nacional do partido afirma: “A coordenação do plebiscito decidiu que ele será convocado e dirigido exclusivamente por entidades e movimentos, sem a participação institucional de partidos políticos. O PT sempre defendeu que o plebiscito fosse centrado exclusivamente na questão da Alca...O entendimento da coordenação da Campanha contra a Alca foi outro. Seja pelo estreitamento social do processo, seja pela decisão, que respeitamos, de convocar o plebiscito exclusivamente através das entidades, sem os partidos, o PT não apoiará institucionalmente o plebiscito”. In: Uma Outra Integração é possível. Comissão Executiva Nacional do PT, 1º de agosto de 2002.

⁴³ Como fiz parte da equipe nacional da Cáritas Brasileira durante a CNA, pude perceber que a entidade se envolveu em sua plenitude, com amplo trabalho de base por parte de suas entidades membros.

Santo, por exemplo, o comitê foi formado por um Fórum Ecumênico e todos os participantes do grupo focal no estado pertenciam ao Fórum.

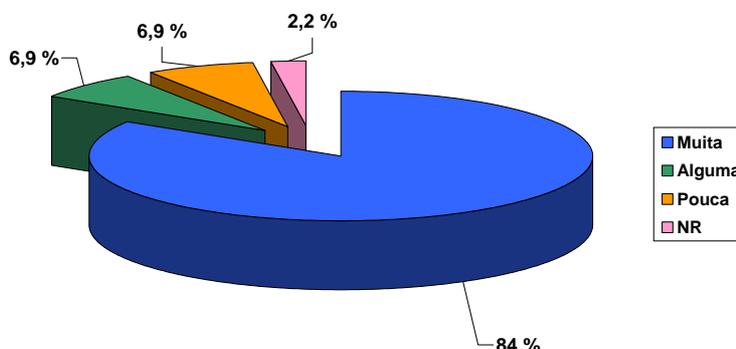
Outro destaque que se deve fazer sobre a composição dos comitês é a forte presença da Consulta Popular. Mesmo que as pessoas não estivessem no comitê representando a Consulta, a grande maioria, 61,4%, integrava o movimento. Dos 16 representantes da Igreja, 12 fazem parte da Consulta. Ainda que a Consulta constitua um movimento político com contornos bem definidos, sua inserção se estende por outros segmentos mobilizados da sociedade.

Gráfico 6 - Participação no Movimento Consulta Popular



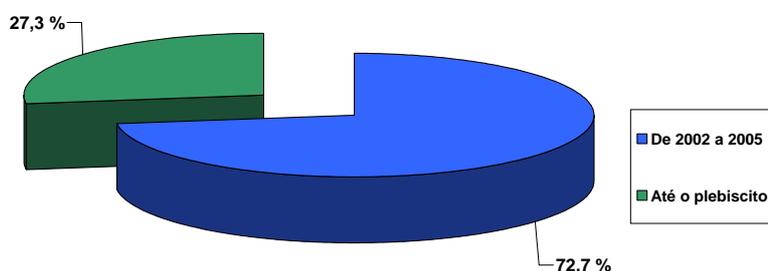
Para a grande maioria, representada por 84%, a CNA teve muita importância para a sua organização, contra 6,9% alguma importância e mais 6,9% pouca importância. Esse dado demonstra o grau de envolvimento das organizações e não apenas dos sujeitos sociais representados nos grupos focais.

Gráfico 7 – Grau de importância da CNA



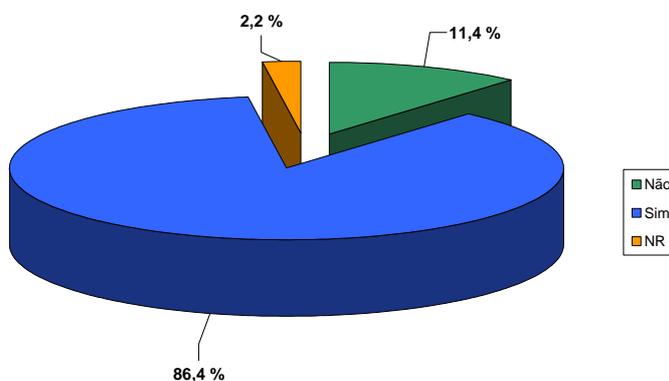
A maioria dos participantes dos Grupos Focais, 72,7%, o correspondente a 32 pessoas, participou da CNA do início ao fim. O período citado é de 2002 a 2005, mesmo sabendo que a Campanha foi deixada em compasso de espera apenas no final de 2006. Mas foi em 2005 que aconteceu a última grande mobilização, com as Assembléias Populares, conforme veremos mais a frente, período em que alguns comitês ainda estavam ativos. Desse grupo, 27,3% participaram até o plebiscito.

Gráfico 8 – Tempo de participação na CNA



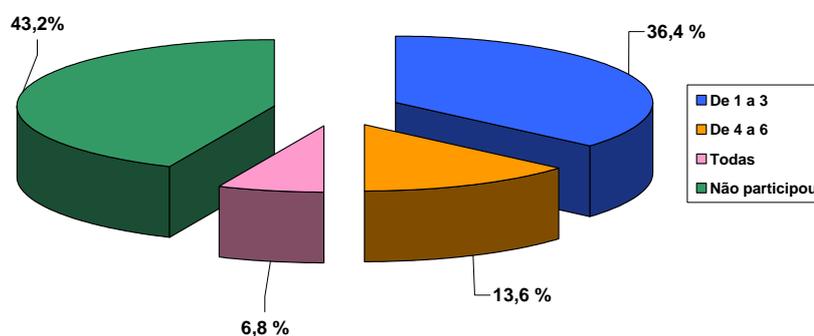
Esse público demonstrou envolvimento na Campanha ao afirmar que 86,4% foram responsáveis por urnas durante o plebiscito. Dos 11,4% que não se responsabilizaram por urnas, muitos explicaram que estavam em outras funções durante o plebiscito, como coordenação e infra-estrutura, mas que outras pessoas das suas organizações se envolveram nesta tarefa.

Gráfico 9 - Responsável por urna



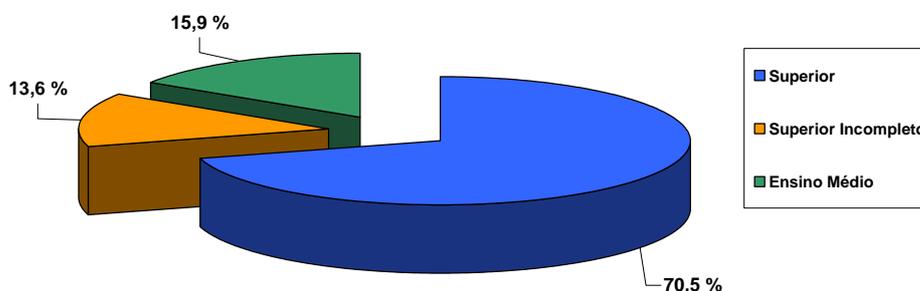
Embora o trabalho de base tenha sido o forte dos comitês estaduais, a participação nos processos decisórios pareceu ser de muita importância, uma vez que 56,8% dos presentes nos Grupos Focais participaram de plenárias nacionais. Desses, apenas 6,8% foram a todas, o correspondente a nove plenárias, e cerca de 43% não participaram de nenhuma.

Gráfico 10 – Participação em plenárias nacionais da CNA



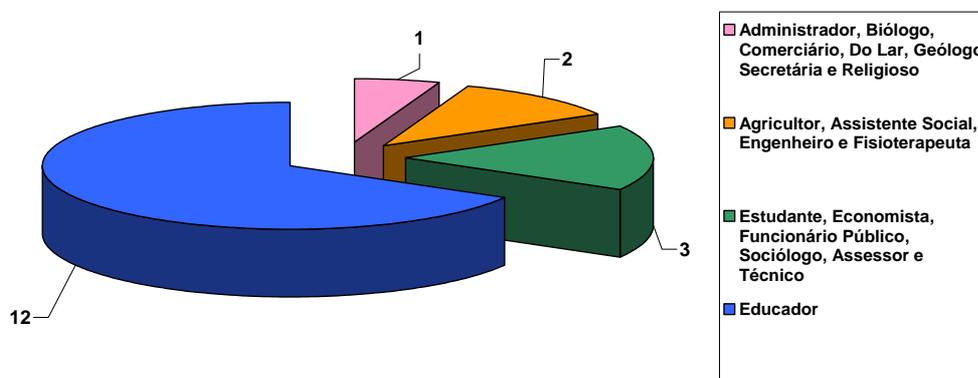
O perfil desse público é variado no tocante ao aspecto profissional, embora a escolaridade os aproxime, sendo a maioria, 31 participantes, com nível superior, quatro deles com pós-graduação; sete possuem nível médio e seis nível superior incompleto.

Gráfico 11 – Escolaridade Grupo Focal



A profissão preponderante é a de educador, incluindo professores e pedagogos, com 12 participantes. As outras principais profissões que aparecem com três representantes de cada, são: estudantes, economistas, funcionários públicos, sociólogos, assessores (sindical, político e parlamentar) e técnicos (eletricista, eletricitário e patologia clínica). Também em número de dois representantes, estão: agricultores, assistentes sociais, engenheiros (civil e agrônomo) e fisioterapeutas.

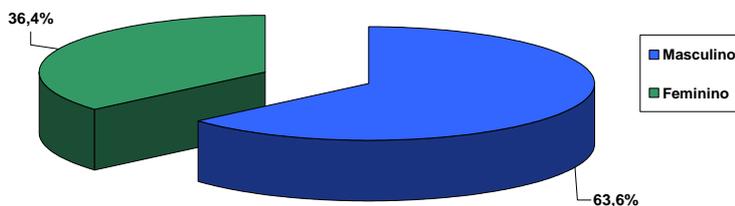
Gráfico 12 – Profissão Grupo Focal



Em relação a gênero, 63,6% foram do sexo masculino e 36,4% do sexo feminino, seguindo a tendência do perfil dos coordenadores, mas com a diferença proporcional de quase o dobro de mulheres. A razão da maior participação masculina, pelo que se pôde perceber, deve-se à presença de mais homens na coordenação, tanto em âmbito nacional como estadual, pois poucos nomes de mulheres foram sugeridos durante a seleção⁴⁴. A não ser o Comitê do Espírito Santo, onde participaram cinco mulheres e um homem, e o Comitê do Distrito Federal em que houve empate, todos os outros comitês tiveram maior participação masculina, conforme é possível observar no Quadro 6.

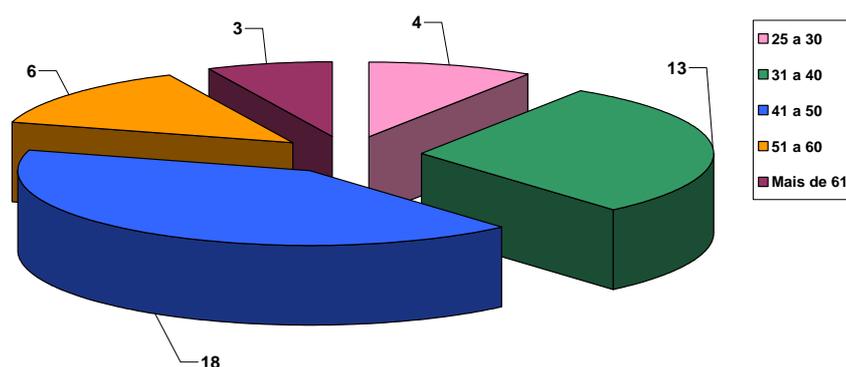
⁴⁴ Embora tivesse surgido outros nomes de mulheres, as mesmas não tiveram disponibilidade de participar do debate na data prevista.

Gráfico 13 – Gênero Grupo Focal



A faixa etária predominante neste grupo foi de 31 a 50 anos, com 31 entrevistados; acima de 50 anos, participaram nove pessoas, e entre 25 e 30 anos houve quatro entrevistados. Apesar de muitos entrevistados afirmarem que houve forte presença da juventude na Campanha, esta geração, no caso da presente pesquisa, não teve tanta participação nas instâncias decisórias, participando mais do trabalho de base.

Gráfico 14 – Faixa etária Grupo Focal



3.5 Material didático e de divulgação

A coordenação nacional, que contava com a participação de uma ou duas pessoas das entidades, era responsável pela elaboração de material didático e informativo, que, muitas vezes, era produzido e enviado aos estados. Outras vezes, a arte final dos jornais, cartilhas, folhetos, cartazes, ou mesmo o material eletrônico, como *spots* para rádio e vídeos, eram disponibilizados para reprodução e os próprios comitês estaduais e locais se encarregavam dessa tarefa.

Houve uma produção numerosa e diversa de material sobre a Alca. Em 2002, alguns deles foram mais difundidos entre a militância. A cartilha nº1 “Para entender a Alca” teve quase meio milhão de exemplares; o jornal, uma tiragem de 4 milhões na primeira e segunda edições; o primeiro vídeo, uma reprodução de quatro mil cópias e os *spots* para rádio, veiculados em cerca de 800 rádios comunitárias, além das centenas de rádios católicas. Neste ano, foi também editado pela coordenação da Campanha o livro “Soberania sim, Alca não: análises e documentos”, com a tiragem de 15 mil cópias, e impressos 45 mil cartazes. Essa soma é relativa apenas à produção nacional, pois muito desse material foi reproduzido nos estados⁴⁵.

A cartilha “Para entender a Alca”, lançada em março de 2002, foi a primeira de uma série de três cartilhas. Uma espécie de texto-base para preparação de outros subsídios com o fim de esclarecer sobre o tema e disseminar as mensagens da Campanha. Tinha em sua capa a imagem de um cavalo de tróia com o nome Alca, fazendo alusão ao conhecido presente de grego da história antiga. De fundo, a bandeira dos Estados Unidos, em uma clara intenção de associar o cavalo de tróia ao País. Seu conteúdo tem um tom explicativo e convocatório, tanto para participar da Campanha como do plebiscito, já anunciado no texto. A cartilha traz já na introdução um alerta quanto ao caráter manipulatório do que denomina “imperialismo norte-americano”.

A ganância capitalista é como uma sede que não se esgota. Os patrões, as empresas e os países ricos sempre inventam novas formas para sugar a riqueza produzida pelos trabalhadores e pelos países pobres. De vez em quando, eles apresentam planos enfeitados para iludir o povo e manter

⁴⁵ CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. Relatório da reunião de coordenação. São Paulo, 20 de agosto de 2002.

sua dominação. Em geral, os pobres não entendem a manobra e quando desembrulham o pacote já é tarde demais.

Os Estados Unidos da América (EUA), que sempre quiseram ser os donos de todos os americanos, agora, estão tentando implantar a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Como sempre, falam do novo projeto como se fosse a construção do Paraíso. Mas, por trás desse discurso norte-americano, se esconde um interesse imperialista. O imperialismo é a postura arrogante de quem se acha superior e trata os outros povos como colônias que devem servir à metrópole. (CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, 2002)⁴⁶.

Figura 1 – Capa da cartilha Para entender a Alca



Paulo Maldos (Cimi/Cepis), autor dessa primeira cartilha, conta que o seu conteúdo foi fundamentado essencialmente no livro “Quinhentos anos de periferia”, de Samuel Pinheiro Guimarães. “O Samuel era o nosso guru em termos de chave de leitura para a questão da Alca”. Analisando as duas publicações, foi possível perceber que a parte da cartilha sobre o contexto histórico e geopolítico e a que explica as conseqüências da Alca para os povos latino-americanos foram realmente baseadas no livro de Guimarães. Tanto o conceito de livre comércio como as estratégias militar, política, econômica e ideológica dos Estados Unidos para as Américas e os reflexos delas para os povos foram pontuados com base no livro. A diferença é que a linguagem foi adaptada para uma versão popular e

⁴⁶ Trecho da apresentação da cartilha **Para entender a Alca**.

o texto bastante sintetizado, sempre intercalado por perguntas críticas com o objetivo de suscitar reflexão no trabalho pedagógico dos comitês estaduais e locais.

O teor crítico se repete nas outras duas cartilhas da mesma série: “Vida Sim, Alca não!” e “Assembléias Populares: reinventando a democracia”, porém ambas trazem novos elementos, conforme a mudança de contexto. A cartilha “Vida Sim, Alca não!”, publicada em março de 2003, introduz os temas da OMC, das dívidas internas e externas e da militarização e conta com a assessoria do Cepis, Ibrades e Pacs. No texto, o Plebiscito Popular sobre a Alca é valorizado e colocado como inspirador para outras campanhas na América Latina. Como o contexto político mudou depois das eleições de 2002, a cartilha conclama a população a continuar participando das mobilizações sociais e, assim, exigir mais transparência nas negociações e a realização do Plebiscito Oficial sobre a Alca.

No Brasil, e na América Latina toda, a eleição de Lula mudou um pouco as perspectivas de atuação. O Brasil e outros países vão exigir equidade, reciprocidade e direitos iguais para todos os países. O governo precisa de respaldo para assegurar e reforçar a sua posição contra as pretensões hegemônicas dos Estados Unidos. Precisamos reforçar a nossa posição em favor de uma maior integração latino-americana para o benefício dos nossos povos. A mobilização da sociedade civil é mais necessária do que nunca.

O processo para a assinatura da Alca – onde nada será acordado até que tudo esteja acordado – pode caracterizar uma perigosa armadilha, onde o Brasil vai se comprometendo com acordos parciais até ser obrigado a colocar a sua assinatura final, aprovando a Alca. Sendo assim, é fundamental que o governo discuta com a sociedade brasileira o que está em jogo nestas negociações, torne públicas as propostas que estão na mesa e, principalmente, realize o Plebiscito Oficial sobre a Alca, reivindicado por nossa Campanha. (CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, 2005a)⁴⁷

Esta cartilha também apresenta propostas para uma integração latino-americana alternativa: “um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável, baseado na distribuição da riqueza, na promoção integral dos direitos humanos, na solidariedade entre os povos, na complementariedade entre as economias e na preservação da soberania nacional como pilar da democracia” (CNA, 2005, p.14).

⁴⁷ Trechos da apresentação e do capítulo I – Alca-OMC, da cartilha **Vida sim, Alca não**.

A terceira cartilha da série Para entender a Alca: “Assembléias Populares: reinventando a democracia”, publicada em março de 2005, inaugura um outro momento da Campanha. Desta vez, ressalta a importância da continuidade da luta contra a Alca e aponta como caminho a democracia participativa, em que cidadãos possam interferir nos destinos do País. Para a Campanha, a democracia deve ser reinventada a partir da realização de Assembléias Populares, em que a sociedade possa discutir a realidade brasileira e daí pensar alternativas para “mudar o Brasil”, como a distribuição da terra e da riqueza, a recuperação da soberania, o controle do capital financeiro, a auditoria da dívida pública, a democratização da comunicação, dentre outras.

A luta não se encerrou com o Plebiscito realizado aqui no Brasil e em inúmeros outros países. Ampliamos a luta para outros eixos, buscando combater os tentáculos utilizados para que a ALCA vá se instalando aos poucos. Assim, reforçamos a luta pela água, pela terra, pela demarcação das terras indígenas e dos quilombolas, as lutas das mulheres do campo e da cidade, da juventude, dos atingidos por barragens, dos pequenos agricultores, dos sem teto, dos desempregados/as, dos trabalhadores/as urbanos/as etc.

Como parte de toda esta luta, conseguimos mostrar que juntos somos fortes e estamos atentos às negociações dos diferentes tratados de livre comércio, assim como ao conjunto da política externa e comercial, tanto brasileira quanto mundial. E juntos vamos continuar a denunciar a guerra, a violência, a fome, o desemprego e a reforçar ainda mais a nossa luta pela dignidade e pela democracia defendendo sempre que o povo tem o direito de decidir e opinar. (CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, 2005b)⁴⁸

Além dessas três cartilhas, a presente pesquisa analisou o conteúdo de outros materiais produzidos pela coordenação nacional, como três edições do boletim da Campanha Jubileu Sul/Brasil, formato tablóide, duas páginas, e uma edição com quatro páginas; o livro **Soberania sim, Alca não: análises e documentos**; um folder do Encontro de Formação de Formadores, de julho de 2003; e a apresentação eletrônica “Plebiscito Nacional sobre a Alca”, que foi disponibilizada no *site* da Campanha Jubileu.

Em todos os materiais foi possível depreender que o conteúdo gira em torno da afirmação da Alca como um projeto hegemônico dos Estados Unidos. No geral, a Alca é apresentada como uma ampliação da Área de Livre Comércio da América do Norte

⁴⁸ Trecho da apresentação da cartilha **Assembléias Populares: reinventando a democracia**.

(Nafta). Em função disso, são citadas experiências mal sucedidas do Nafta para exemplificar o que aconteceria com o Brasil caso o acordo da Alca fosse assinado. Há uma desmistificação do conceito de livre comércio como representação do fim das barreiras comerciais visando o maior desenvolvimento entre os países. Sempre são ressaltadas as assimetrias econômicas e sociais e mostrada a liberalização comercial como beneficiadora apenas dos países de maior poder econômico.

A questão da perda da soberania em função da assinatura do acordo é sempre ressaltada, com ênfase na supressão de direitos dos trabalhadores e no desemprego, além de outras conseqüências, como dominação do comércio agrícola por parte das empresas estadunidenses, afetando a soberania alimentar, controle da biodiversidade, sobretudo da Amazônia, restrição da circulação legal de pessoas e de mão-de-obra pelo Continente e outras.

Todos os materiais, além de trazer um conteúdo explicativo sobre a Alca, com exemplos concretos das conseqüências do acordo para a população brasileira e latino-americana, têm sempre um caráter convocatório para participar da Campanha. A linguagem é popular e direta, às vezes publicitária, com uso de verbos no imperativo: “Reserve 5 minutos de seu tempo para ler as 16 próximas páginas”, no caso da apresentação eletrônica do *site* da Campanha. Outra característica do material é a presença constante em quase todas as publicações de um calendário de atividades. Essa era mais uma forma de manter a Campanha viva.

No caso do livro **Soberania sim, Alca não: análises e documentos**, o texto é mais analítico. Dividido em duas partes, a primeira apresenta visões sobre a Alca, a partir de artigos críticos de diversos intelectuais brasileiros e de outros países, incluindo um texto do embaixador Lino Gutiérrez, dos Estados Unidos, que defende a Alca. Também assinam os artigos o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Emir Sader, Oswaldo Martinez (Cuba), James Petras (EUA) e outros. A segunda parte é composta por documentos, como declarações ministeriais das negociações da Alca e dos encontros continentais da Campanha contra a Alca e manifestos de outros eventos. No final, também traz o calendário de atividades do ano da CNA.

Nos textos, a Alca é apresentada como um produto histórico da crise econômica dos Estados Unidos e são mostradas as estratégias americanas para a expansão do imperialismo. Como afirma o professor da Universidade do Estado de Nova York, James

Petras: “A Alca é o feto gerado pelo progresso da doutrina neoliberal imposta por setores políticos dominantes dos Estados Unidos a seus apaniguados latino-americanos, desde meados dos anos 70. Embora fale em ‘livre comércio’, assemelha-se ao sistema mercantilista do antigo sistema imperial”. (PETRAS, 2002, p.59)

O conteúdo do material produzido pela coordenação era discutido por um grupo de representantes de algumas organizações. Segundo Pe. Bernard Lestienne (Ibrades/CNBB), no geral, o conteúdo do material era baseado na análise de conjuntura mundial sobre os efeitos do neoliberalismo. “Havia um acordo prévio entre os relatores, se fazia uma primeira proposta de texto e se socializava para discussão entre um pequeno grupo que encaminhava as coisas”.

Algumas ONGs, principalmente aquelas que tratavam diretamente do tema do Livre Comércio, também produziram material que foram utilizados na CNA. Um exemplo é a Rebrip, que produziu a cartilha Porque Dizer Não à Alca, em março de 2002, com informações, análises e propostas acerca de alguns temas em negociação na Alca, como agricultura, subsídios e *anti-dumping*, direitos de propriedade intelectual, meio ambiente, serviços, investimentos e grandes projetos na Amazônia. Também nesta publicação há um capítulo sobre o papel do Congresso Nacional no processo de comprometimento internacional do Brasil, em que se alerta sobre a necessidade de o Parlamento se apropriar do debate e acompanhar de perto as negociações, para, assim, poder exercer sua função constitucional de autorizar ou não em última instância a assinatura do acordo. Segundo a cartilha, caberia à sociedade cobrar de seus representantes um posicionamento sobre o assunto⁴⁹.

Havia produção de material também a partir dos comitês nos estados, municípios e localidades, como cartilhas, boletins, gibis, panfletos, peças teatrais e um texto em cordel, disseminado para todo o Brasil, em que se conta em poucas linhas como a Alca surgiu e quais as conseqüências para a população brasileira, conforme veremos no trecho a seguir.

⁴⁹ Sobre a relação entre movimento social e Parlamento cf. NIKONOFF, Jacques. Altermundialistas por toda parte. In: *Le Monde Diplomatique*. Vozes da resistência, maio de 2004. O autor considera o diálogo entre o Movimento por uma Outra Globalização e os parlamentares e dirigentes políticos “uma necessidade concreta”. Segundo ele, nem todos são representantes do neoliberalismo, além do mais, essa relação propicia ao movimento social maior conhecimento dos mecanismos e dos processos institucionais.

Figura 2 – Cordel sobre a Alca

**ALCA, PRESENTE DE GREGO EM PACOTE
ESPECIAL**

Autor: Geraldo A. de Sales – agosto de 2002

Área de Livre Comércio	Sabe quem propõe a ALCA?
Das Américas é a tal	O mesmo imperialista
ALCA, que no Continente	Que invade outros países
Vai promover grande mal	Mas é nacionalista
Pois todos temos certeza	Desrespeita as convenções
Vai aumentar a pobreza	Vive humilhando nações
No Hemisfério Ocidental	E nunca foi pacifista.
Maior Acordo do Mundo	Da forma que foi mostrada
Em cadeia se aglutina	ALCA não traz novidade
Do norte do Canadá	Impondo as regras do jogo
Até sul da Argentina	Com muita desigualdade
Com poder destruidor	São dezenas de exigências
Passa o rolo compressor	Com terríveis conseqüências
Sobre a América Latina	Pra nossa sociedade.
São 11 trilhões de dólares	As conseqüências da ALCA
Das trinta e quatro nações	Vão tirar nosso sossego
Três américas e Caribe	Privatização completa
São oitocentos milhões	Aumento do desemprego
De pessoas envolvidas	Cortar gastos sociais
Milhões delas esquecidas	Impor transnacionais
Nos mais distantes rincões.	O tal presente de grego

Maria Lúcia Fattorelli (Unafisco) conta como foi a experiência do comitê estadual de Belo Horizonte, conhecido como Fórum Mineiro da Campanha contra a Alca, quanto à produção de material. Ela cita o exemplo do boletim **Plebiscito Nacional sobre a Alca**, que foi amplamente difundido em todo o Brasil:

Tinha um grupo de estudo em Belo Horizonte e a gente virava a noite estudando e pesquisando o tema da Alca para elaborar o boletim, para tentar reduzir ao máximo o texto, deixar a informação mais objetiva. Todo mundo trabalhava para sobreviver e a gente se reunia à noite lá na delegacia do Unafisco de Belo Horizonte. Era um trabalho voluntário feito por economistas, estudantes, pessoal que trabalhava na Receita, no Banco Central, na prefeitura de Belo Horizonte. E, assim, todo mundo produzia para a Campanha, ninguém produziu material querendo ganhar nada. Nós fizemos para a Campanha, como uma contribuição cidadã. E o que nos movia era isso, porque a gente sabia que a implantação da Alca acabaria com a soberania do país.

O material utilizado pela Campanha, segundo retratam alguns entrevistados, ganhou vida própria e percorreu todo o Brasil. A coordenação não teve controle de tudo o que era

produzido e utilizado nas mobilizações. A própria Maria Lúcia ilustra com o caso de uma cartilha produzida pelo Unafisco sobre o plebiscito da Alca e sobre a dívida pública brasileira. Essa publicação foi para toda a rede estadual de educação: “como tinha telefone na cartilha, nos ligavam de tudo quanto é canto, do Acre e de outros estados, pedindo material ou autorização para reproduzir. As pessoas vinham para um fórum e dali carregavam o material, não sei como que a coisa se espalhava tanto”, explica Maria Lúcia.

Pode-se inferir que o material didático e de divulgação teve um papel fundamental na disseminação do conteúdo, não só informativo, mas político da CNA. Talvez esse material tenha ajudado a nivelar o discurso dos participantes da Campanha também nos estados. Funcionava, inclusive, como uma espécie de “materialização” da Campanha, que era ainda reforçada pelo processo de formação. Este foi essencial para a compreensão do tema e para o fortalecimento da mobilização.

3.6 Estratégia pedagógica: formação para formadores

Diante da complexidade do tema da Alca, a linha metodológica mestra da Campanha foi baseada na realização de cursos de formação para formadores, chamados de “cursos massivos”. Os participantes desses cursos multiplicariam novos cursos junto a outros grupos. Por isso, foi produzido vasto material, servindo de subsídios para a formação dos militantes. O primeiro “Encontro Nacional de Formadores”, realizado em abril de 2002, discutiu tanto o tema da Alca como a metodologia da Campanha. Desse primeiro encontro, foram desdobrados, então, novos momentos de formação, conhecidos como “Encontros dos mil”. Esse curso almejava reunir pelo menos mil militantes que seriam os multiplicadores da Campanha. Quase todos os comitês realizaram esse curso, mas nem todos conseguiram atingir a meta, mesmo assim o nome “Encontro dos mil” foi uma marca da Campanha.

Geralmente o curso era estruturado em três partes: informes, discussão de subsídios e trabalhos em grupo. As discussões eram feitas a partir de leitura de textos, palestras e exibição do vídeo **Vida Sim, Alca não! Uma outra América é possível**, cujo conteúdo trazia depoimentos de personalidades como Samuel Pinheiro Guimarães, Plínio de Arruda Sampaio e outros que falavam sobre as conseqüências da Alca para a população brasileira. Os trabalhos em grupo exploravam os textos e discutiam estratégias de mobilização,

sempre dentro da metodologia participativa. Vale ressaltar que cada comitê tinha a sua própria dinâmica, tendo em comum a utilização do material de Campanha.

Além desse formato de curso, foram ministradas palestras em vários espaços, principalmente em escolas e universidades. Ricardo Gebrim (Sasp) dá o seguinte depoimento: “nós mobilizamos um contingente imenso de gente no país que trabalhou na Campanha. E foram milhares de palestras, debates, cartilhas, textos, vídeos, discussões, professores pautando aquilo na escola. Professores de geografia e história tratavam do tema e chamavam alguém para falar sobre aquilo, então foi um troço muito mobilizador”. Ele conta que no início se levantava a questão de que era impossível popularizar o tema da Alca, mas depois houve todo um esforço para se traduzir o assunto:

Eu lembro que quando comecei a ver os temas, aquela linguagem diplomática ... Mas houve um esforço de traduzir o que significava o risco da Alca. Então eu acho que esse esforço foi envolvendo gente, e, na medida em que você envolve gente, vão surgindo mentes mais e mais brilhantes, que vão dando idéias cada vez mais brilhantes. Então surgiu cordel sobre a Alca no Nordeste, que eram cordéis super divertidos, repentis, moda de viola, a música de gaiteiro do gaúcho... E o trabalho pedagógico de formação foi se proliferando numa rapidez espantosa que a gente não contava com aquilo, e todo mundo voluntário.

Passado o plebiscito, outros cursos foram organizados, sempre buscando “manter viva a utopia de que outro mundo, outra América e outro Brasil é possível, necessário e urgente”⁵⁰. No Encontro de Formação de Formadores, realizado em São Paulo, em julho de 2003, foram ressaltados cinco aspectos:

1- Crescimento do nível de consciência do povo – mostrar os objetivos a serem atingidos: novo modelo de desenvolvimento, projeto de sociedade, soberania nacional, relação dos movimentos sociais com o poder público; ajudar o povo a perceber as contradições existentes entre o discurso e a prática; perceber as estratégias de dominação do império a curto e a longo prazo; identificar os aliados, os adversários e os inimigos; dar a conhecer a realidade por meio de dados do Nafta; desmistificar e deslegitimar a lógica do pensamento ideológico dominante.

2- Avançar na Organização – fortalecer os comitês da CNA; manter informados os comitês e os grupos de base; organizar a coleta de assinaturas; manter a articulação em âmbito local, regional, nacional e continental; estabelecer parcerias com movimentos populares, sindicais,

⁵⁰ Trecho retirado do folder “Encontro de Formação de Formadores”, São Paulo, julho de 2003.

eclesiais, ecológicos, de gênero, etc.; pressionar os parlamentares da Frente Parlamentar.

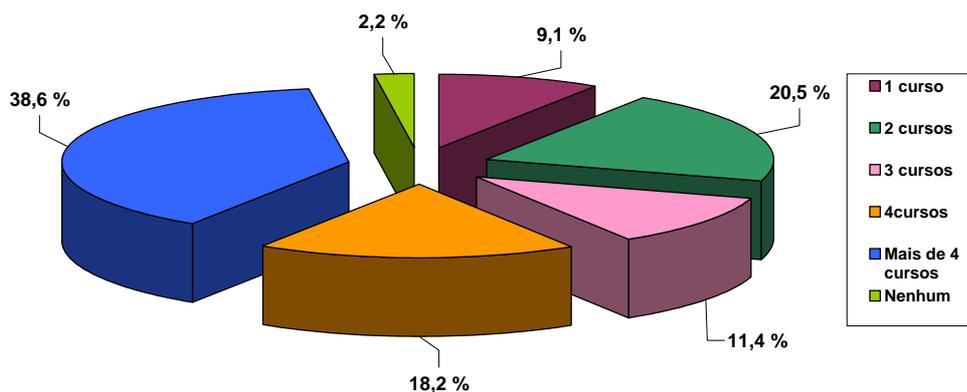
3- Mobilizações de massa – divulgar calendário de atividades da CNA.

4- Estratégia de Comunicação – explorar os meios de comunicação da CNA; utilizar os espaços das rádios comunitárias, da imprensa local e regional e da imprensa alternativa; realizar ações simbólicas e manifestações populares (teatro, música, dança, marcha, celebração, vigílias); intensificar a comunicação entre os comitês.

5. Metodologia - valorizar as formas populares de manifestação; priorizar o protagonismo dos excluídos; ser criativos e ousados; desenvolver nossas lutas como processos e não como atividades estanques; unir as reivindicações concretas às lutas políticas; suscitar e manter viva a esperança no povo; acreditar na força revolucionária da mística, do serviço, do exemplo e do espírito de sacrifício e não na força dos discursos e do poder; acreditar sempre que um novo mundo e um novo Brasil é possível e necessário. (CAMPANHA NACIONAL CONTRA ALCA, 2003).⁵¹

Dentre os representantes dos grupos focais da pesquisa, a maioria, cerca de 38%, participou de mais de 4 cursos de formação; 29,6% participaram de 3 a 4 cursos e o mesmo percentual de 1 a 2 cursos. Apenas 1 pessoa não participou de nenhum, sendo notório o envolvimento desses militantes na Campanha nessa etapa de formação.

Gráfico 15 – Participação dos integrantes do Grupo Focal em cursos de formação



⁵¹ Texto resumido do folder **Encontro de Formação de Formadores**.

Alguns participantes dos comitês entrevistados contam que depois dos cursos, pessoas que nunca tinham falado em público passaram a dar palestras para centenas de ouvintes, como foi o caso de Lázaro Costalonga (Comitê ES):

A Campanha foi um período de luta. Foram dois anos de tanta luta. A gente deixava as nossas famílias, a gente se organizava com toda a dificuldade. Eu que tenho uma dificuldade pedagógica gigantesca e tive a coragem de pegar em um microfone para falar para 500 alunos e mais de 50 professores, e chegar no final uma menina falar para mim que eu era um professor maravilhoso. Quanta coisa que a Campanha nos deu, quanta coisa que nos encorajou!

Para Célio Maranhão (Comitê BA) foi surpreendente falar para tantas pessoas sobre a Alca: “Um momento importante pra mim foi a romaria de Bom Jesus da Lapa, quando eu falei para 10 mil pessoas. Eu nunca tinha imaginado na minha vida que eu ia falar para 10 mil pessoas. Havia um monte de aparelho de som dentro da gruta”. Ele conta que ao todo realizou 94 debates durante a Campanha.

Ricardo Gebrim também narra que na reta final, pouco antes do plebiscito, os convites para realização de palestras eram tantos que ele chegou a decorar as falas.

Eu apertava um botão e ia. Não era possível fazer de outro jeito, você decorava um discurso, porque era uma palestra atrás da outra, ocupava todo o nosso tempo. Era um negócio de louco. A gente já botava o pessoal novo que fazia o curso para fazer palestra sobre a Alca. Tinha um evento de formação pra fazer e tinha gente que nunca tinha falado em público, chegava lá para fazer palestra e encontrava 120 pessoas.

A estratégia metodológica da Campanha foi mais centrada na formação e menos nas mobilizações de rua, mesmo assim, os militantes também participavam de atividades de mobilização: Marcha contra a Alca, no Fórum Social Mundial; Encontros Hemisféricos Continentais; Cúpula dos Povos; Jornadas Continentais e ações de conscientização de jovens e estudantes contra a Alca; Semana de Mobilização contra a Alca, realizada em agosto de 2002 em vários estados, com marchas, passeatas e atos políticos, também contra a entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos; e outros eventos em espaços públicos. Essa era mais uma forma de animar os militantes e a população para o Plebiscito Popular. Na primeira fase da Campanha, em 2002, a meta era a realização do plebiscito tanto em nível nacional como continental. Por isso, a concentração do trabalho pedagógico em torno

do esclarecimento sobre o tema da Alca, mas as mobilizações não pararam após o Plebiscito Popular

O ano de 2003: Abaixo-assinado e Frente Parlamentar

Em 2003 foi organizado um abaixo-assinado que exigia a realização de um Plebiscito Oficial sobre a Alca. Novamente, houve um trabalho de base a partir dos comitês, desta vez para a coleta de assinaturas. Do mês de março até a semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, os militantes coletaram mais de três milhões de assinaturas, entregues a integrantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no dia 16 de setembro de 2003, em Brasília. Desta vez, o movimento trabalhou com o *slogan* Vacine-se contra a Alca.

O trabalho de mobilização para a coleta de assinaturas foi uma forma de continuar pautando o tema e também de fortalecer os comitês estaduais e locais. Durante esse período, aconteceram diversas plenárias estaduais organizadas pelos comitês e também audiências públicas nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, com moções de apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº. 071/2001, do Senador Roberto Saturnino Braga (PT/RJ), que pede a convocação de um Plebiscito Oficial sobre a suspensão das negociações pelo prazo de vinte anos para o ingresso do Brasil na Alca.

Vale destacar que a CNA fez inúmeras tentativas de realizar audiência com o presidente Lula. Mesmo sem o aceno positivo do governo, a Campanha enviou uma Declaração solicitando a retirada do Brasil das negociações da Alca e a promoção de um debate público nacional sobre os efeitos de tal acordo na economia do País e na vida do povo brasileiro. Outra reivindicação foi que o governo facilitasse o acesso da sociedade civil organizada ao conteúdo das negociações realizadas até a presente data. Solicitou também a realização do Plebiscito Oficial para o primeiro semestre de 2004, além da realização imediata de uma Auditoria Pública sobre a Dívida Externa brasileira e a devolução das terras expropriadas das famílias moradoras dos arredores da Base de Alcântara.

As mobilizações giraram em torno também da criação de uma Frente Parlamentar Mista. Desde março de 2003, começaram a haver reuniões entre representantes da coordenação da CNA e alguns parlamentares. E em junho foi criada a Frente Parlamentar

de Acompanhamento às Negociações da Alca, composta por cerca de 70 parlamentares de diversos partidos, cujo presidente foi o Deputado Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP). Segundo a coordenação da Campanha, a Frente tinha como propósito manter o assunto na agenda do Congresso Nacional e estabelecer diálogo com o Poder Executivo e, assim, pressionar para a organização do plebiscito oficial. Por essa razão, houve participação efetiva dos representantes da CNA.

No entanto, a Frente não funcionou por muito tempo, se reunindo por cerca de seis meses até ser praticamente desativada. Em seguida, foi criada a Comissão Especial de Acompanhamento às Negociações da Alca (Cealca), que contou com a participação de muitos deputados da Frente e que funcionou aproximadamente dez meses, de outubro de 2003 a maio de 2004. A diferença entre os dois espaços é que a Cealca era uma instância oficial, tendo mais estrutura de funcionamento. Neste caso, a CNA não participou sistematicamente das reuniões, preferindo apostar nos espaços de interlocução com o Poder Executivo, como o Ministério das Relações Exteriores.

Durante todo o ano, a coordenação da CNA participou de audiências com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e com o secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães. Nessas reuniões era levada a posição da Campanha em relação à transparência nas negociações, com a solicitação de que o governo realizasse debate público sobre Alca e OMC, explicitando os trâmites das negociações. Também nesses encontros eram tratados os temas da realização do Plebiscito Oficial e da anulação do Acordo da Base de Alcântara.

Sobre a anulação do Acordo da Base de Alcântara, a CNA desenvolveu um trabalho de articulação política com a finalidade de influenciar a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), a qual tinha como presidente o Deputado Luiz Greenhalg, ex-presidente da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania. Além disso, a Campanha realizou atos políticos contra a entrega da Base de Alcântara em várias localidades do País.

O ano de 2004: Plebiscito Oficial e Alca *Light*

A CNA, que a partir de 2004 ganhou outro nome: Campanha Brasileira contra a Alca⁵², assumiu uma postura crítica quanto ao não pronunciamento do governo sobre a

⁵² O nome mudou em 2004 para dar um caráter mais continental à Campanha, antes voltada principalmente para as questões internas, como o Plebiscito Popular e o abaixo-assinado para o plebiscito oficial. E como as Campanhas nos

solicitação do Plebiscito Oficial e prosseguiu defendendo a realização desta consulta popular. Além disso, continuou a fazer pressão para que fosse votado o Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2001, de autoria do Senador Saturnino Braga.

Uma das medidas foi a interlocução com a relatora do projeto, a Senadora Ideli Salvati. A CNA enviou ofício solicitando parecer positivo ao projeto, obtendo resposta negativa por parte da senadora. De novo, a Campanha reforçou seu posicionamento em favor do decreto, mas o parecer acabou sendo desfavorável à realização do plebiscito oficial.

Neste ano, a Campanha também fez duras críticas às negociações em torno da chamada “Alca Light”, que surgiu com essa nomenclatura após a VIII Reunião Ministerial⁵³ de Miami, realizada em novembro de 2003. Esse nome deveu-se ao fato de que o Brasil não aceitou avançar no processo negociador tendo como referência a Alca abrangente concebida inicialmente pelos Estados Unidos, apresentando novo formato para a condução das negociações. Foi, então, incorporado o conceito de flexibilidade no processo negociador hemisférico. Esse conceito, contido no parágrafo 7 da Declaração de Miami, reconhece que os países no âmbito da Alca podem assumir diferentes níveis de compromissos, conduzindo negociações bilaterais ou plurilaterais.

A Campanha contra a Alca passou o ano de 2004 acompanhando as negociações do novo governo frente ao acordo, com diversos pronunciamentos contrários à “Alca Light”. Em setembro, durante o Grito dos Excluídos, lançou o *slogan* “Meu voto é contra a Alca e o Livre Comércio”. Aproveitando o ano eleitoral, a Campanha Brasileira contra a Alca distribuiu camisetas para os seus militantes com a frase: “Meu voto é contra a Alca, o Livre Comércio, a Dívida e a Militarização, semeie esta idéia”, e realizou panfletagens durante os locais de votação. A intenção era demonstrar a insatisfação diante da não realização do Plebiscito Oficial e também da “Alca Light”, com suas novas regras de participação no acordo.

Neste ano, os comitês já não estavam com tanta força, alguns de desarticularam e outros continuaram, mas sem tantas atividades, pois as ações da Campanha se voltaram mais para as articulações com os poderes públicos, participações nas reuniões ministeriais

outros países da América Latina e Caribe também são nacionais, segundo a secretária-executiva da Campanha, Rosilene Wanseto, a Campanha substituiu o nome “nacional” por “brasileira”. A Campanha utilizou também mais dois nomes: Campanha Brasileira contra a Alca, a Dívida e a Militarização e Campanha Brasileira contra a Alca/OMC. Mas nesta tese a nomenclatura utilizada será sempre Campanha Nacional contra a Alca.

⁵³ As reuniões ministeriais ocorrem entre os 34 países-membros da Alca.

de negociação da Alca e nos Encontros Hemisféricos de Luta contra a Alca. As mobilizações nos estados se concentraram mais no momento do Grito dos Excluídos e das eleições oficiais, mas foi realizado mais um encontro nacional de formação e as plenárias da Campanha continuaram acontecendo com participação dos representantes estaduais.

O ano de 2005: Assembléia Popular

Em 2005, a partir do Fórum Social Mundial, a Campanha Nacional conta a Alca ganha outro fôlego. No calendário de atividades do ano constava a realização de Assembléias Populares para discutir “Que Brasil nós queremos”. O objetivo das assembléias era fazer um levantamento dos problemas do povo brasileiro para reivindicar ao governo saídas para a crise. A discussão se fundamenta na necessidade de se reinventar a democracia, com base numa participação popular. Tudo isso, utilizando uma metodologia de educação popular, com cartilhas e outros subsídios de conteúdo reflexivo sobre as problemáticas brasileiras.

Nas discussões das Assembléias Populares, o plebiscito sobre a Alca é apresentado como exemplo de democracia e a CNA encontra espaço para debater propostas de alternativa à Alca, em contraposição ao modelo de sociedade que seria implementado caso o acordo fosse assinado. São discutidas propostas de integração entre os povos da América Latina com base em relações solidárias e não comerciais.

A organização das assembléias se deu a partir dos comitês nacional, estaduais, municipais e locais da Campanha Nacional contra a Alca, praticamente os mesmos que organizaram o Plebiscito Popular de 2002. Para sintetizar o processo, houve a realização da Assembléia Popular Nacional, em outubro de 2005, com a participação de 6 mil pessoas em Brasília, de onde se produziu uma carta de reivindicações entregue ao governo brasileiro.

Naquele ano, continuou a participação da CNA nos encontros continentais sobre a Alca e intensificou-se a luta contra a Alca e os eixos do Livre Comércio, como os Tratados de Livre Comércio (TLCs), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Dívida Externa e a militarização. Houve participação em mobilizações de rua, como a Semana de Ação Mundial contra o neoliberalismo e as transnacionais, em abril, e o Grito dos Excluídos, em setembro. Também aconteceram encontros de formação, desta vez, descentralizados, por região do País.

Pode-se dizer que a Campanha passou por três etapas, desde sua origem:

2002 – Dizer Não à Alca! Barrar o processo de negociação e impedir que o acordo fosse assinado antes da data prevista. Com esse intuito, foi organizado um amplo processo de formação em todos os estados e Distrito Federal para conhecimento do significado da Alca e realizado o Plebiscito Popular.

2003 e 2004 – Pressionar o governo para a saída do Brasil das negociações, acompanhar as reuniões ministeriais e participar da Campanha Continental contra a Alca. Para isso, foram realizadas mobilizações para o abaixo-assinado pelo Plebiscito Oficial, manifestos contra a Alca *Light*, interlocução com os Poderes Legislativo e Executivo e intercâmbio com outros países. Nesse período, ao mesmo tempo em que se lutava contra, também se exigia transparência nas negociações. A Campanha, via organizações, dialogou com o Estado.

2005 e 2006 – Propor um projeto popular para o Brasil e alternativas à Alca. Isso foi feito por meio da entrega de uma carta de reivindicações ao governo brasileiro, após um processo de discussões conhecido como Assembléias Populares, em 2005. Em 2006, o debate sobre “Que Brasil nós que queremos” continuou, mas não teve a mesma finalização, resultando no encerramento das atividades da Campanha.

Cada etapa demonstra que a Campanha evoluiu gradativamente, desnudando a sua relação com a democracia. No começo, exigia-se que a democracia fosse cumprida, respeitando-se a Constituição Federal. Na fase intermediária, foi-se conhecendo melhor os canais de participação do processo democrático. E no final, a proposta de reinvenção da democracia baseada na participação popular. A própria democracia participativa.

A democracia foi sendo vivida pela Campanha de diversas formas. Primeiro, realizando um Plebiscito Popular e propondo um Plebiscito Oficial como instrumento de consulta à população, portanto de democracia direta. Depois, exigindo participação nos processos decisórios por meio do diálogo com os Poderes Executivo e Legislativo, ou seja, com a democracia representativa. Esse exercício é o que Hannah Arendt (1994) chama de democracia participativa, em que pressupõe a co-participação de cidadãos na esfera pública. Outros autores como Chantal Mouffe, Ernesto Laclau e Stanley Aronowitz vão,

ainda, desdobrar esse conceito chegando ao que eles chamam de democracia radical, como visto no capítulo dois desta tese.

A relação da CNA com os Poderes, a ser analisada nos capítulos cinco e seis, representa uma parte considerável da Campanha, porém foi vivenciada com mais ênfase pela coordenação. Os militantes de base estiveram bem mais envolvidos na realização do plebiscito, etapa considerada pela maioria dos entrevistados o ápice da Campanha, razão pela qual também merecerá uma análise pormenorizada nesta pesquisa, como veremos no capítulo a seguir.

4 O PLEBISCITO POPULAR DE 2002

O Plebiscito foi, sem dúvida, um dos momentos mais significativos da Campanha Nacional contra a Alca. O processo de construção dessa consulta popular mobilizou milhares de militantes em todo o País, tendo como resultado mais de 10 milhões de votos. Essa votação e também a participação dos voluntários durante o plebiscito variou muito conforme cada Unidade da Federação. É interessante observar a motivação que levou esse contingente de participantes à realização desse Plebiscito Popular.

4.1 Ápice de uma Campanha

No dia 17 de setembro de 2002, a coordenação da Campanha Nacional contra a Alca entregou aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário um Manifesto contendo os resultados do plebiscito, bem como a explicação do seu objetivo: “informar, ouvir e debater com a população a respeito da aceitação ou não da proposta estadunidense de implantação de uma Área de Livre Comércio das Américas – Alca”.

O resultado levado no dia da entrega ainda era parcial, mas já ultrapassava os 10 milhões de votos. A votação final divulgada oficialmente pela Campanha chegou ao total de 10.234.143 para 46.475 urnas apuradas, com a participação de 120.860 voluntários. Em relação ao número de voluntários, a soma foi depois alterada para cerca de 150 mil, mas na tese será utilizado o número divulgado no resultado final, conforme a Tabela 4.

O plebiscito abordou três questões, com os respectivos números de votantes, como se pode observar nas Tabelas abaixo:

Tabela 1

Questão 1 - O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?

	Números Absolutos	Percentual
Sim	115.277	1,13%
Não	10.062.224	98,32%
Branco	32.768	0,32%
Nulos	23.874	0,23%
Total		100,00%

Fonte: Manifesto da Campanha Nacional contra a Alca. Brasília, 2002.

Tabela 2

Questão 2 - O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?

	Números Absolutos	Percentual
Sim	344.037	3,36
Não	9.818.108	95,93
Branços	49.012	0,48
Nulos	22.986	0,22
Total		100,00%

Fonte: Manifesto da Campanha Nacional contra a Alca. Brasília, 2002.

Tabela 3

Questão 3 - O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?

	Números Absolutos	Percentual
Sim	66.869	0,65
Não	10.090.192	98,59
Branços	1.100	0,01
Nulos	21.630	0,21
Total		100,00%

Fonte: Manifesto da Campanha Nacional contra a Alca. Brasília, 2002.

A questão 3, sobre a Base Militar de Alcântara, foi a que obteve maior percentual da resposta **Não**, 98,59%, e o menor da resposta **Sim**, 0,65%. Foi também o menor número de votos nulos e brancos, 0,21% e 0,01%, respectivamente. De todas, essa foi a pergunta mais ameaçadora no tocante à soberania nacional, apelo principal da Campanha.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi criado em 1980, desapropriando por Decreto uma área de 52 mil hectares, onde viviam cerca de 500 famílias, a maioria descendentes de quilombolas. Em 1990, a área da base foi ampliada para 62 mil hectares, desapropriando mais 200 famílias. Em maio de 2000, o governo assinou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com Washington, garantindo aos Estados Unidos o direito de usar a base. Mas pela Constituição Federal, o acordo precisaria da aprovação do Congresso Nacional. Em 2001, a Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados rejeitou o acordo por unanimidade, mas, posteriormente, o acordo foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Em março de 2002, o acordo foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), quando foi arquivado.

Esse trâmite, principalmente a partir de 2001 e 2002, foi acompanhado pela CNA, que julgava o acordo de cessão do uso da Base de Alcântara uma ameaça à soberania nacional. Além de “provocar restrição às comunidades de remanescentes de Quilombos já gravemente ameaçada pela instalação da base”⁵⁴. Essas foram as razões que levaram à formulação de uma questão específica sobre o tema para o Plebiscito Popular.

A primeira questão, sobre a assinatura do tratado, foi a segunda a obter mais votos contrários, 98,32%, e 1,13% de votos favoráveis. Foi o maior percentual de votos nulos, 0,23%, e o segundo em votos brancos, 0,32%. Essa questão foi a mais direta sobre a aceitação ou não da Alca e também teve uma grande votação, apenas com uma diferença ínfima em relação à questão 3, 0,27%.

A questão 2, sobre a participação do Brasil nas negociações, foi a que teve menos votos contrários, 95,93%, e mais votos favoráveis, 3,36%, com o maior índice de votos brancos, 0,48%, e o segundo de votos nulos, 0,22%. Essa questão, segundo depoimentos de participantes dos grupos focais, foi a mais polêmica. As pessoas queriam saber se o Brasil não poderia continuar participando das negociações e pediam explicação durante a votação, explica Luiz Claudio Mandela, do Comitê da Bahia.

Segundo o Manifesto da Campanha Nacional contra a Alca, “os resultados indicam que a cidadania brasileira rejeita de forma clara e contundente a assinatura do tratado da Alca pelo governo brasileiro; a continuidade da participação do governo brasileiro nas negociações da Alca e a entrega da Base de Alcântara pelo governo brasileiro para controle militar dos Estados Unidos”.

Além de falar das causas no “Não à Alca”, o Manifesto aponta qual a proposta de nação que a CNA traz: “uma nação capaz de promover uma outra integração, baseada no respeito à diversidade cultural e à soberania dos países membros, na equidade das relações comerciais e na solidariedade entre os povos”.

Sobre a questão da participação popular, o Manifesto explicita que a sociedade brasileira tem dado sucessivas mostras de maturidade e vontade política, e está sempre disposta a participar quando solicitada. “Ao contrário do que dizem as chamadas elites, o povo brasileiro se interessa e deseja participar dos grandes debates e decisões acerca de nosso presente e futuro enquanto Nação”.

⁵⁴ CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. Manifesto sobre a Base de Alcântara. Brasília, maio de 2002.

O Plebiscito foi, sem dúvida, o ápice da Campanha, da preparação ao resultado. E os comitês municipais e locais tiveram um papel importante durante a votação, desde a impressão da cédula padrão e preparação das urnas até o escrutínio. Muitos deles conseguiram empréstimo de urna junto ao Poder Judiciário local. Quando não era o caso, as urnas eram confeccionadas com papelão. Em seguida era escolhido o local, os responsáveis pelas urnas, já que a votação duraria uma semana, e a comissão encarregada da contagem dos votos. Essa mesma comissão deveria preencher o boletim de urna declarando o resultado da votação e depois enviá-lo para a secretaria estadual do comitê.

A contagem geral foi realizada pela Secretaria Executiva do Comitê Nacional da CNA, em São Paulo, e uma caravana com delegações de vários lugares do País, representando os milhares de comitês populares, foi à Brasília para o ato político de entrega do resultado. Havia uma orientação geral para que cada comitê fizesse a divulgação do resultado também em seu município ou localidade.

Realizado nas 27 Unidades da Federação e em quase 4 mil municípios, o plebiscito envolveu 120.860 pessoas voluntárias de diversas organizações e partidos políticos. Ao todo foram computadas 46.475 urnas, tendo uma média de 220,21 votos por urnas. Vale considerar que o número de votos brancos ou nulos foi bastante baixo, menos de 0,5% em todas as questões (ver tabela 4, a seguir).



Tabela 4

PLEBISCITO NACIONAL SOBRE A ALCA - RESULTADO FINAL – 2002

ESTADOS	N.º DE MUNICÍPIOS	N.º VOLUNTÁRIOS P/URNAS	URNAS APURADAS	TOTAL VOTANTES	TOTAL P1 SIM	TOTAL P1 NÃO	TOTAL P1 BRANCO	TOTAL P1 NULO	TOTAL P2 SIM	TOTAL P2 NÃO	TOTAL P2 BRANCO	TOTAL P2 NULO	TOTAL P3 SIM	TOTAL P3 NÃO	TOTAL P3 BRANCO	TOTAL P3 NULO
Acre	9	150	22	12.333	145	12.104	84	0	484	11.843	6	0	464	11.856	13	0
Alagoas	102	272	136	96.472	418	95.864	140	50	1.286	94.955	195	36	210	96.032	190	40
Amapá	10	168	84	16.404	130	16.207	46	21	288	16.069	29	18	90	16.264	30	20
Amazonas	27	744	186	88.527	736	87.384	253	154	1.659	86.000	760	108	324	84.661	3.425	117
Bahia	375	4.000	2.000	770.067	4.175	763.174	1.499	1.219	11.463	755.340	2.059	1.205	2970	763.825	2.281	991
Ceará	116	3.600	1.800	436.187	2.740	431.655	969	823	6.378	427.233	1.871	705	1.693	432.358	1.479	657
Distrito Federal	15	942	471	91.397	2.542	88.010	633	212	9.812	80.686	707	192	1.337	89.158	731	171
Espírito Santo	58	6.100	3.035	380.975	2.758	377.376	445	396	9.363	370.227	1.019	366	1.540	378.952	110	373
Goiás	92	2.744	1.372	219.406	2.969	215.037	811	589	9.441	208.446	1.040	479	1.646	216.051	1.182	527
Maranhão	184	2.752	1.376	263.388	1.221	260.767	386	1.014	2.804	259.068	529	987	714	261.165	529	980
Mato Grosso	110	2.240	1.120	138.710	2.570	135.246	584	310	6.112	131.407	862	329	1.340	136.134	952	284
Mato Grosso do Sul	72	2.800	700	147.043	2.275	143.752	542	474	5.656	140.140	821	426	1.170	144.466	994	413
Minas Gerais	551	9.030	6.001	1.302.025	12.751	1.282.038	4.480	2.756	41.781	1.250.866	6.787	2.591	7.589	1.284.782	7.219	2.435
Pará	91	4.458	2.401	275.798	1.685	273.062	568	483	4.146	270.415	792	445	1.097	273.470	818	413
Paraíba	142	5.000	1.200	224.528	1.611	222.246	363	308	3.886	219.837	498	307	1.072	222.502	661	293
Paraná	306	7.500	2.500	706.009	5.762	697.534	1.759	954	20.384	682.206	2.573	846	3.101	699.100	3.005	803
Pernambuco	150	2.400	800	226.884	1.503	224.143	657	581	4.960	220.512	818	594	964	224.508	858	554
Piauí	101	2.310	770	108.103	896	106.699	261	247	2.027	105.337	536	203	560	106.805	567	171
Rio de Janeiro	62	4.176	1.392	742.254	14.276	722.498	3.628	1.852	41.385	691.887	7.027	1.955	10.580	722.179	8.169	1.326
Rio Grande do Norte	120	900	450	104.565	1.021	102.915	457	172	2.935	100.904	553	173	592	103.210	610	153
Rio Grande do Sul	369	12.183	4.213	600.058	11.291	584.764	3.093	910	28.907	566.092	4.190	869	5.415	589.125	4.721	797
Rondônia	53	4.056	1.352	171.893	1.206	170.227	327	133	3.575	167.643	533	142	693	170.476	618	106
Roraima	12	220	25	12.085	95	11.963	6	21	217	11.831	5	32	55	11.996	2	32
Santa Catarina	210	10.776	2.694	531.764	5.009	524.697	1.501	557	14.370	514.828	2.057	509	2.502	526.417	2.323	522
São Paulo	457	27.315	9.105	2.342.344	33.769	2.290.406	8.886	9.283	106.131	2.214.805	12.228	9.180	18.151	2.301.644	13.376	9.173
Sergipe	60	3.489	1.163	186.194	1.130	184.492	273	299	3.190	182.411	355	238	671	184.873	415	235
Tocantins	55	535	107	38.730	593	37.964	117	56	1.397	37.120	162	51	329	38.183	174	44
TOTAL	3.909	120.860	46.475	10.234.143	115.277	10.062.224	32.768	23.874	344.037	9.818.108	49.012	22.986	66.869	10.090.192	1.100	21.630
					%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
					1,13	98,32	0,32	0,23	3,36	95,93	0,48	0,22	0,65	98,59	0,01	0,21

MÉDIA DE VOTOS POR URNA 220,21

P 1: O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?

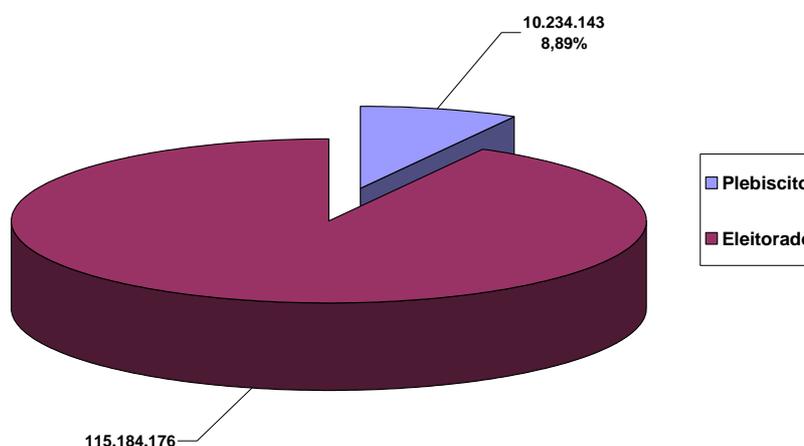
P 2: O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?

P 3: O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?

4.2 Votação por estado

O número geral de votantes no Plebiscito, 10.234.143, representa quase 9% do eleitorado brasileiro, que em setembro de 2002 era de 115.184.176⁵⁵. Essa soma surpreendeu os militantes da Campanha, uma vez que o parâmetro era o Plebiscito da Dívida Externa, realizado anteriormente, com cerca de 6 milhões de votos.

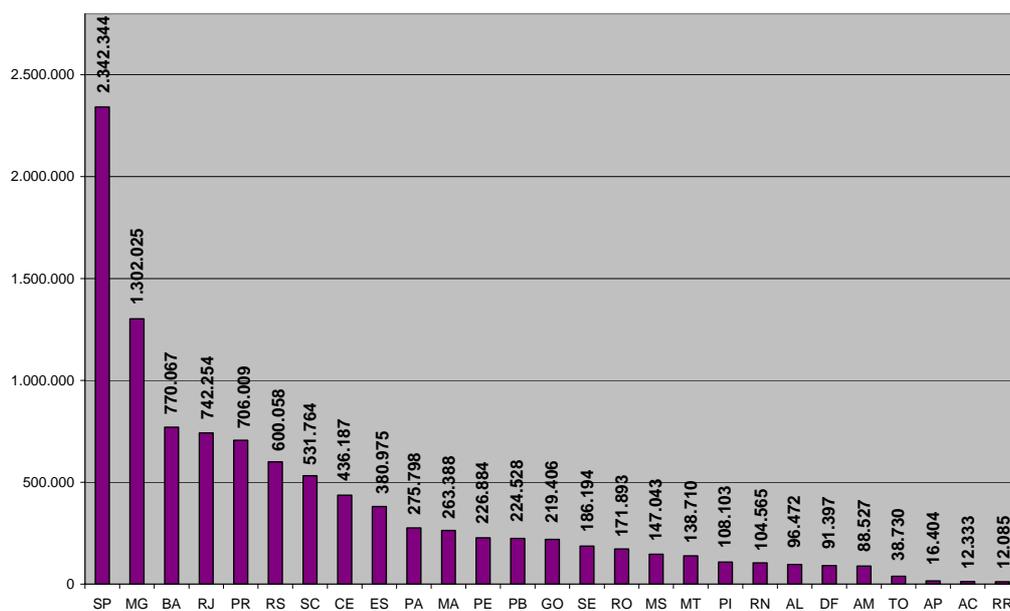
Gráfico 16 – Número de votantes do plebiscito e eleitorado brasileiro



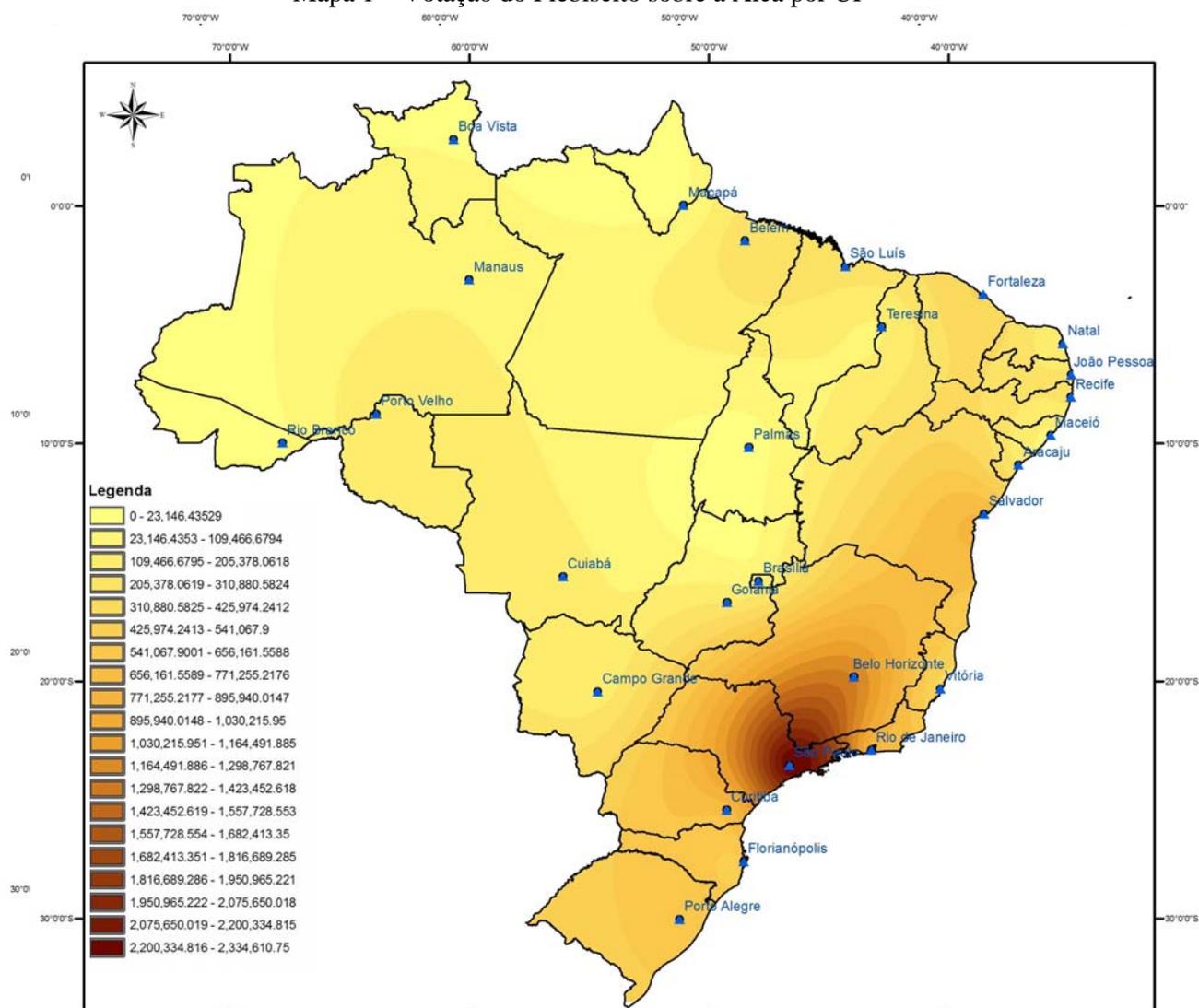
Em números absolutos, os dois estados que atingiram a maior votação no Plebiscito foram São Paulo e Minas Gerais, mantendo uma correlação com o tamanho do eleitorado naqueles estados. O terceiro mais votado no Plebiscito foi a Bahia e o quarto o Rio de Janeiro, invertendo a correlação com os respectivos eleitorados. O quinto e o sexto mais votados, Paraná e Rio Grande do Sul, também invertem essa correlação (Gráficos 17 e 18). Aqui, cabe analisar a realidade do movimento na Bahia e no Paraná, primeiramente porque eles não seguiram a correlação com o tamanho do eleitorado nos seus estados; depois, porque em ambos os estados os comitês estaduais da CNA participaram de grupos focais.

⁵⁵ Foram utilizados os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral relativos a setembro de 2002, mês e ano da realização do plebiscito. Para obtenção dessas informações foram consultadas as estatísticas do eleitorado por Unidade da Federação no site www.tse.gov.br.

Gráfico 17 - Votação do Plebiscito sobre a Alca por UF

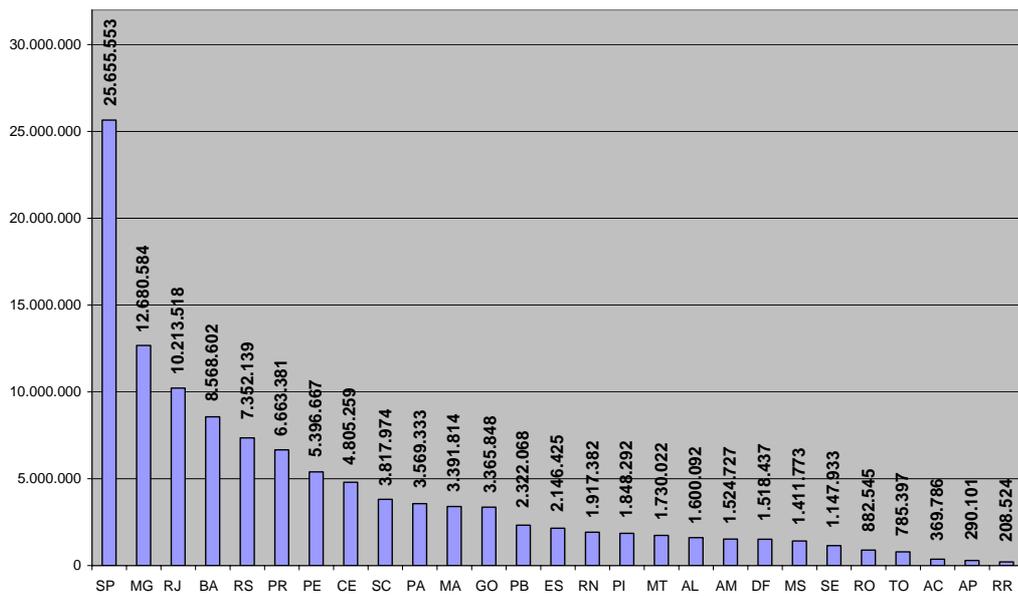


Mapa 1 – Votação do Plebiscito sobre a Alca por UF⁵⁶

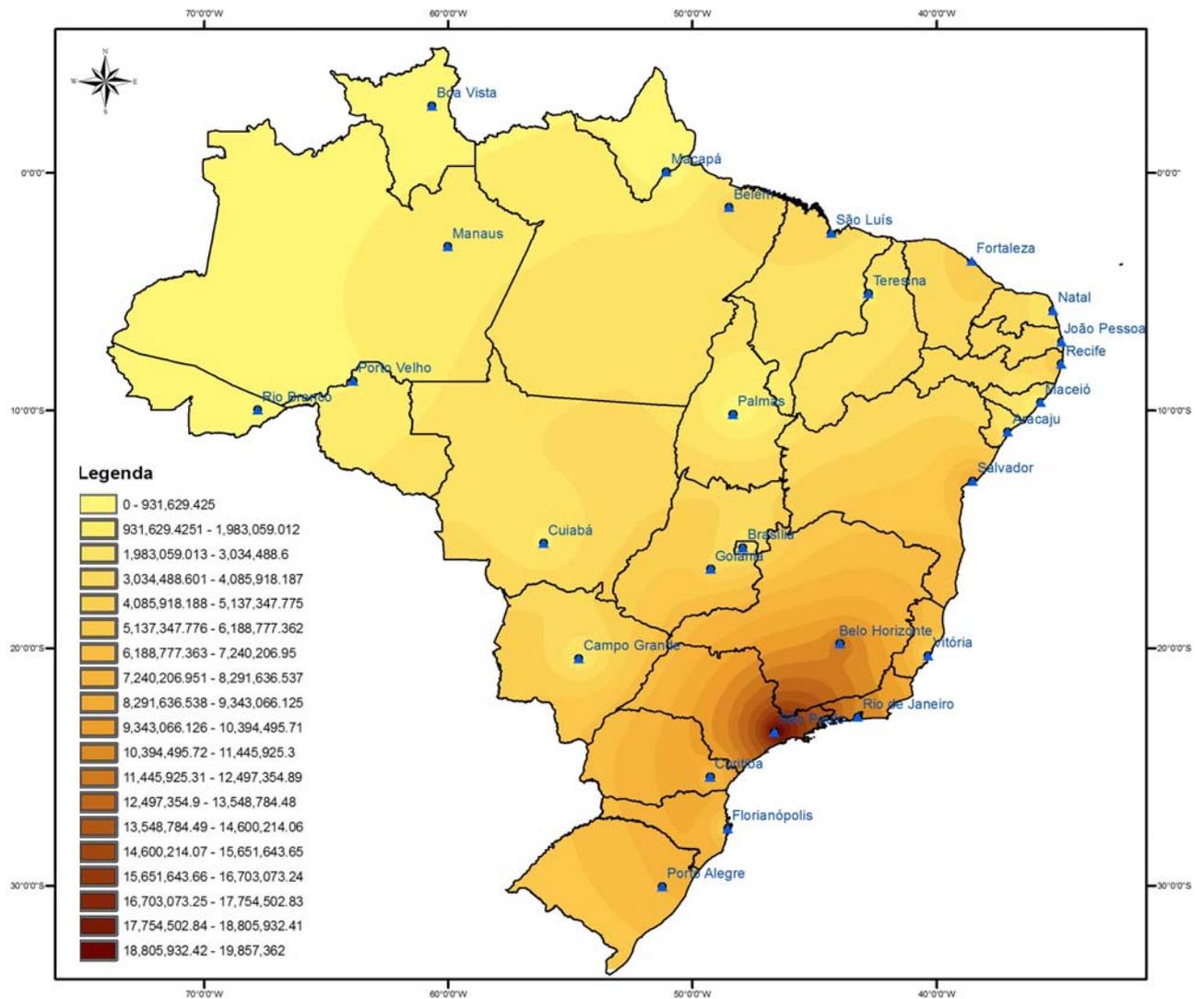


⁵⁶ Os mapas 1,2,3 e 5 foram gerados para esta tese a partir de dados dos gráficos correspondentes. O responsável técnico foi Bernardo Costa Ferreira.

Gráfico 18 - Eleitorado Brasileiro por UF – setembro de 2002



Mapa 2 - Eleitorado Brasileiro por UF – setembro de 2002



Na Bahia, segundo o resultado do debate do grupo focal, houve um trabalho amplo e diversificado de formação política, em vários espaços e com variado público. E esse trabalho de base se refletiu nas urnas, com mais de 770 mil votos. Para os participantes, as pessoas votaram porque tinham consciência do que era a Alca e isso aconteceu em função das ações da Campanha. No geral, todos falaram que as escolas foram um espaço privilegiado para a discussão do tema, todos passaram pela experiência de realizar palestras e debates. Outro dado ressaltado pelos participantes foi o intenso trabalho no interior do estado, inclusive com cursos de formação. A votação atingiu 375 municípios, o equivalente a quase 90% do total de municípios.

O pessoal veio para a rua querendo votar naquilo porque ele conseguiu compreender. Ele respondeu à Campanha da Alca. Acho que foi todo um trabalho que se fez na Campanha, era um momento que tinham as ações de rua. No momento que se prepara a população, ela responde legal. O povo só é massa até o momento que ele não consegue entender a sua condição de vida. Aí quando a gente colocou a questão do império e como a coisa estava ficando, ele foi capaz de responder, e as pessoas vinham buscar, querendo votar, aquela força, aquela alegria de estar fazendo aquilo e o porquê de estar fazendo aquilo, e isso em todos os momentos, nos debates nas escolas, nas comunidades e as pessoas entendendo o que era a Alca (Edenice Santana - Comitê-BA).

O Estado do Paraná, que obteve mais de 700 mil votos, contou com um comitê estadual formado por militantes que, mesmo pertencentes a organizações distintas, também faziam parte de uma mesma entidade, que é o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (Cefuria)⁵⁷. Isso já os identificava como um grupo que tinha uma atuação unificada, além do mais, dos seis participantes, cinco eram da Consulta Popular. Na avaliação do grupo, o resultado das urnas está ligado, sobretudo, à mobilização popular, com destaque para a atuação junto às paróquias, como atesta um dos participantes.

Os responsáveis da grande Curitiba era o pessoal da igreja, das comunidades pastorais sociais, eu lembro do Vale do Ribeira, de São José dos Pinhais. Todos esses municípios da grande Curitiba naquela época tinham algo em torno de 154 paróquias, talvez um pouco mais, e nenhuma delas ficou sem ter contato nosso e nenhuma delas ficou sem receber uma cartinha que foi enviada para todas as paróquias e padres. Então ali, praticamente todas as comunidades e igrejas fizeram uma celebração com as seguintes características: o projeto de morte em

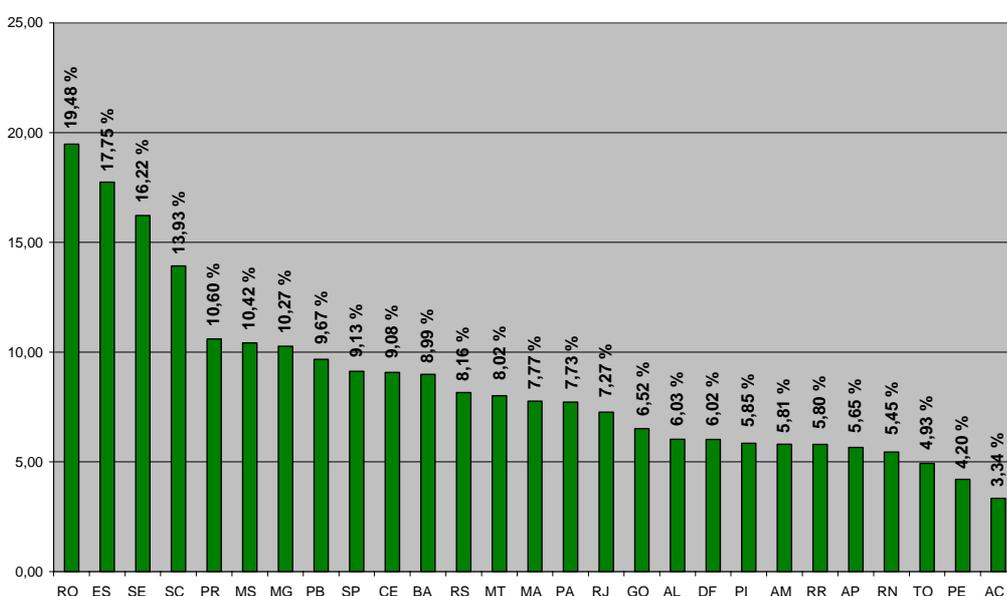
⁵⁷ Sobre o Cefuria cf. TRIGO, Rosa Amália Espejo. CEFURIA – Militância e paixão: um estudo sobre a processualidade do sujeito político em contexto de formação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 216 p. Tese. Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo, 2007. A autora fez uma pesquisa sobre os aspectos psicossociais de sujeitos envolvidos em mobilizações coletivas, realizando estudo de caso sobre o Cefuria no período em que a organização estava envolvida na Campanha Nacional contra a Alca. Em sua conclusão, Rosa Amália observa que “o Cefuria são sujeitos em movimento, que se definem pela vontade de participação” (p.192).

relação à Alca e o projeto de vida que era não assinar a Alca. Aí pegava o texto bíblico, aquele texto do Evangelho de Maria e o cântico de Maria. Pegava uma coisa que era da Bíblia e colocava ali no meio e o povo saía com tudo, porque se identificou com isso, então é isso aí que foi falado, o povo pegava isso e o povo saía nas ruas etc, aí depois veio o resultado. Por exemplo, lá na paróquia que eu participo foram quase duas mil pessoas que votaram, e como é que foi feito isso? Em três ou quatro missas no final de semana em que o povo ia comungar, saía da comunhão e ia para o fundo da igreja votar, então muita gente pode não ter votado, mas isso não eram muitos, e isso mexeu com o bairro inteiro (Antônio Bez - Comitê PR).

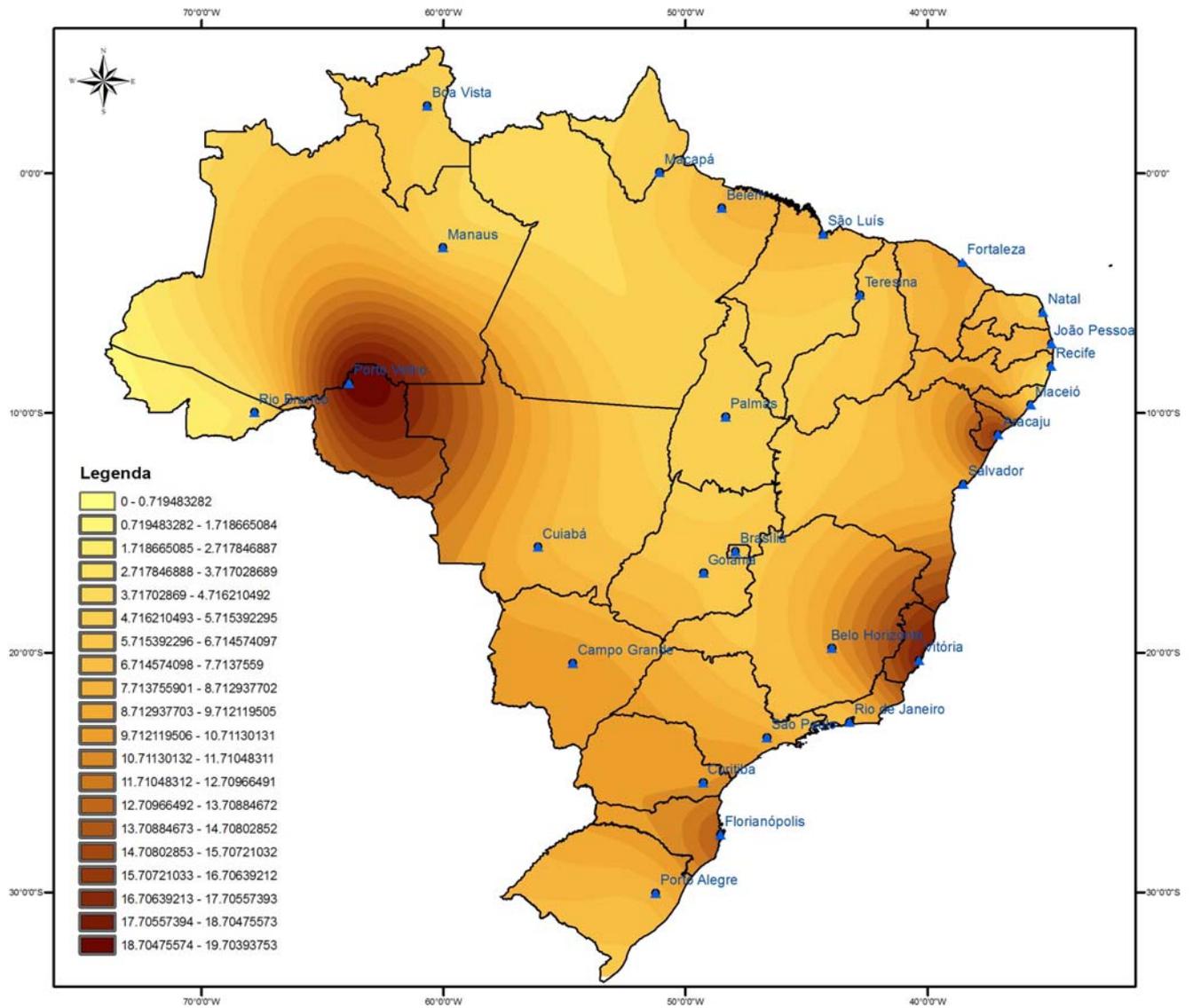
No Paraná, a votação atingiu em torno de 77% dos municípios. Para outro participante, Gustavo Erwin, em Curitiba o Comitê tinha uma capacidade de mobilizar as entidades, os sindicatos e os partidos, mas no interior foi a Igreja Católica quem mais mobilizou para o plebiscito. Segundo ele, isso aconteceu em muitos municípios, principalmente os menores. “Se os bispos e os padres estavam junto, falando e explicando sobre o plebiscito, o pessoal votava mesmo”. Fernanda Baggio conta que o Comitê recebia resultado de urna apurada de município que eles nunca tinham ouvido falar, porque a Igreja, através da CNBB, participou. “As pessoas vinham buscar urna de todos os lugares, porque ouviam na televisão ou em outro lugar, escolas, cursinhos particulares...”.

Na votação proporcional, o Paraná obteve a mesma classificação, o 5º lugar, mas a Bahia saltou do 3º lugar para o 11º, situação que será analisada mais a frente. Dos cinco estados mais votados proporcionalmente, esses sim fogem bastante à tendência do eleitorado, a pesquisa realizou Grupo Focal em mais dois deles: Rondônia e Espírito Santo.

Gráfico 19 – Votação proporcional ao eleitorado brasileiro – setembro 2002



Mapa 3 – Votação proporcional ao eleitorado brasileiro – setembro 2002



Ambas as votações nos Estados de Rondônia e Espírito Santo foram significativas. Rondônia, que possui um colégio eleitoral relativamente pequeno, 882.545 eleitores aptos a votar, liderou a votação proporcional com quase 20% dos votos. Outro dado interessante é que o Plebiscito cobriu 100% dos municípios, meta atingida também pelo Estado de Alagoas, mas com um resultado bem diferente. Segundo o grupo de Rondônia, o Comitê Estadual se reunia semanalmente com cerca de 40 militantes e realizava debates em paróquias, escolas e faculdades, além de ações no centro da cidade.

Outro feito da Campanha que repercutiu bastante, segundo o grupo, foi uma pichação em toda a cidade sobre a Alca. Essa ação ajudou a despertar a sociedade para o tema,

conjugada com outras ações de formação com desdobramento para todas as cidades do estado.

A gente pichou a cidade inteira. A partir daí houve uma participação da sociedade, as pessoas queriam saber o que era a Alca. Foi muito boa aquela ação. Nós criamos entre nós um processo de estudo, estudamos o que era a Alca mais de um mês, todos os sábados, tinham vários artigos...era um grupo de dez pessoas. E aí como tinha muita escola para ir, não ficou só um indo, teve gente que no processo se capacitou e foi fazendo formação, teve muita gente que nunca tinha falado em público e durante a Campanha foi para a frente falar em público, que foi uma coisa muito legal que aconteceu. Havia uma sinergia, um troço que rolava legal. A gente tinha uma mesma meta, com todas as divergências, a gente tinha... e um dos momentos altos da Campanha, eu rememoro isso aqui, foi um curso de formação que a gente deu na Unip e teve cento e sessenta e poucas pessoas do estado inteiro, durante três dias. Isso foi em maio de 2002, e foi aí que a gente conseguiu alavancar, quer dizer a gente já tinha nossa formação, nós tínhamos conseguido nos qualificar para discutir a questão aprofundadamente entre nós, fizemos um processo de formação massivo em maio para o plebiscito, que era em setembro, então nós tivemos 4 meses aí ... E também a Igreja encampou, mandando cartas convocando as suas bases católicas, convocando a comunidade católica para participar do plebiscito (Ramon Freitas – Centro Acadêmico de História).

O Espírito Santo atingiu o segundo lugar na votação proporcional, quase 18% dos votos do Plebiscito. Segundo alguns depoimentos dos coordenadores, o Comitê do Espírito Santo foi o mais diferente de todos, porque a composição era basicamente de pessoas da Igreja Católica, enquanto os demais contavam também com a presença de representantes de outras organizações. Isso levou Ricardo Gebrim (Sasp/Consulta Popular) a se surpreender, porque não se esperava o resultado obtido:

Eu sempre falo do exemplo do Espírito Santo, porque foi sempre o mais emblemático. O Espírito Santo era o maior problema que a gente tinha, houve um momento na coordenação nacional que a gente discutiu o seguinte: vai ser um mico, porque nós vamos ter zero votos no Espírito Santo, porque lá não tem comitê, não tem Campanha, não tem nada. Só tem a igreja, a igreja pura. Eu diria, falando grosseiramente aqui, dos 10 milhões de votos, 70% foram da igreja, a esquerda toda reunida deve ter colocado aí uns 30%.

A composição do Comitê no Espírito Santo era de pessoas pertencentes a um Fórum Ecumênico formado desde o Plebiscito da Dívida Externa. Mas no caso do grupo pesquisado, os participantes eram todos ligados à Igreja Católica, mesmo que estivessem ali representando um partido político, uma ONG e um movimento social. Também há que se observar que o Espírito Santo realizou o 1º e o 2º Intereclesial da Comunidade Eclesial de Base (CEB's), em 1975 e 76, respectivamente, o que influenciou a comunidade católica

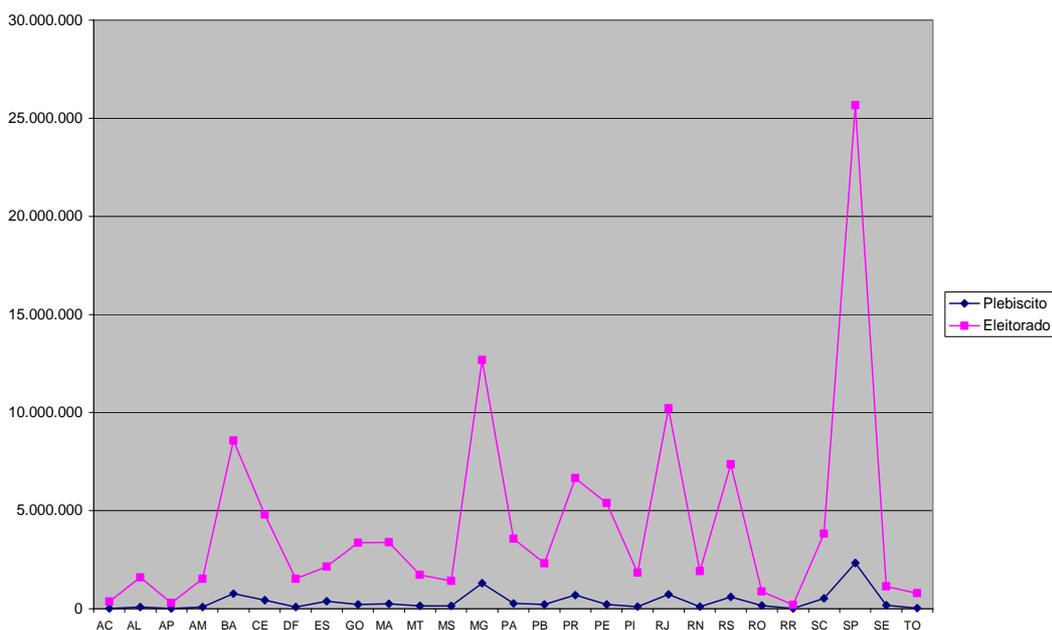
local no trabalho de base, tendo reflexo até hoje, ou pelo menos até a Campanha contra a Alca, o que foi perceptível durante o debate no grupo por uma das participantes:

A gente teve também uma organização de CEBs que aqui foi maravilhosa, isso estava um pouco adormecido, eu acho que toda a questão da Campanha, das Semanas Sociais, isso de novo colocou aquele povo que era das CEBs, trouxe para a gente... foi como dizer para o povo que tinha nascido lá com Dom Luiz e Dom João: olha, por aqui a porta está aberta, por esta porta aqui dá para continuar esta luta. Então eu acho que reacendeu a auto-estima da gente, eu acho que isso aí é o resultado. Mas eu acho que a empolgação do momento foi muito para essa liderança das CEBs (Penha Dalva – Comitê ES).

Para o grupo, a maioria dos comitês municipais tinha uma liderança que era da paróquia, sendo predominante a influência da Igreja na Campanha. Apenas no Sul do Estado, como conta Lázaro Costalonga, essa realidade foi um pouco diferente: “no Sul do Espírito Santo fizemos um comitê bem eclético, tinha a pastora Débora, tinha padre, tinha lideranças de igreja, de sindicato, tinha pessoas de partidos”. No estado, a votação atingiu 74,3% dos municípios.

Percebe-se uma menor variação nos Estados de Rondônia, Espírito Santo e Sergipe, que respectivamente tiveram maior votação proporcional, mantendo maior equilíbrio. Santa Catarina e Paraná seguem a ordem da votação proporcional, mas a variação é maior. Observa-se também que os estados mais votados em valores absolutos tiveram uma variação maior em termos proporcionais, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Gráfico 20 - Variação Plebiscito/eleitorado



Os Estados do Pará e do Maranhão tiveram uma votação absoluta semelhante à votação proporcional e também votações muito próximas entre si, com menos de 10 mil votos de diferença e com percentuais semelhantes, em torno de 7,7%. O Pará teve a 10ª maior votação absoluta e 15ª maior proporcional e o Maranhão 11ª e 14ª respectivamente. Para os militantes desses estados, o apoio da Igreja Católica foi fundamental, mas a participação de outras igrejas e entidades também contribuiu muito para o andamento da Campanha e para o resultado do Plebiscito.

No Pará, o grupo observa que houve uma composição bem diversificada no comitê estadual. Além dos setores da Igreja, principalmente as pastorais, houve participação das Igrejas Luterana, Anglicana e Metodista, do MST e de outros movimentos ligados à questão da terra, como a articulação das mulheres da Via Campesina, ONGs, sindicatos, partidos políticos e forte presença da Consulta Popular. Segundo Ápio Dias, havia comitês nas universidades, nos bairros, nas paróquias e em outros locais. “Então, eu acredito que por conta de ter todo esse grupo, essa galera bacana, acabou que todo mundo tomou essa Campanha para si e todo mundo acabou se interessando em discutir e participar do plebiscito sobre a Alca”.

O grupo do Maranhão também apresenta a questão da diversidade na composição do comitê como um ganho para a Campanha. Mas um tema que mobilizou bastante para a votação no estado foi a Base Militar de Alcântara, mote da terceira questão do plebiscito e tema de vários atos políticos realizados na capital e no interior, como observado:

Aqui no Maranhão, apesar de a CNBB ter tido uma grande força em termo nacional e aqui também, eu acredito que inicialmente quem estava mais a frente era o pessoal do MST, da CUT e outras denominações. Depois, foi feito um convite à CNBB para participar das reuniões de constituição do comitê, em maio de 2002, quando se construiu o comitê estadual, inclusive com a liberação de uma pessoa para a secretaria operativa, que era secretária municipal do PT. O comitê estadual, apesar de ser de São Luis, começou a articular vários comitês nos municípios, em várias dioceses do Maranhão (Joilson Costa).

O momento era favorável, nós conseguimos muitos votos, até porque, na verdade, diferente do plebiscito nacional que nós tivemos agora, o plebiscito da Alca teve uma organização que antecedeu em meses...Um fato interessante com o plebiscito da Alca foi a questão da Base de Alcântara, após a eleição do Lula começou a ter grandes atos aqui (Hertz Dias)

O Distrito Federal ficou entre os dez que menos votaram, ocupando o 9º lugar em ordem decrescente. Em números absolutos, o 6º menos votado. Para um dos participantes, a característica de o DF não ser um estado influenciou no resultado do Plebiscito:

Aqui não é um estado, mas tem aglomerações, entidades a nível nacional. Quer dizer, é diferente dos estados que têm organização estadual e municipal, aqui a maior parte das organizações tem representação nacional, pega no mundo sindical, pega no mundo político, no mundo eclesial. A Cáritas, por exemplo, aqui não tem Cáritas diocesana, tem um secretariado nacional. O Cimi, aqui não tem atuação com povos indígenas, tem coordenação. Então, no momento isso foi muito debatido, na época a questão era de que, cadê a base? Não está aqui, está nos estados. Acho que esse é um elemento que tem que se considerar pela dificuldade de organizar um plebiscito aqui, porque há um vazio entre as instâncias nacionais e a atuação de base (Vitório Pasa).

Dos cinco estados com votação proporcional mais baixa, estão: Acre, Pernambuco, Tocantins, Rio Grande do Norte e Amapá e em números absolutos estão Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Amazonas. Desses estados, três ocupam a mesma posição dos cinco com menor votação: Acre, Amapá e Tocantins, variando a posição entre uma categoria e outra. Não foi possível organizar grupo focal em nenhum desses estados, mas foi realizada uma entrevista com um dos coordenadores do Comitê Estadual do Acre, onde a votação proporcional foi a mais baixa do país, sendo também a segunda mais baixa em números absolutos.

Padre Luiz Ceppi, jesuíta italiano residente no Brasil desde 1979, coordenou o Comitê Estadual do Acre, estado onde viveu de 1984 a 2005. Na época da Campanha contra a Alca era assessor das pastorais sociais do Regional Noroeste da CNBB. Sobre o plebiscito, segundo ele, a mobilização foi feita em pouco tempo, de dois a três meses. Além do mais, dois outros fatores influenciaram no resultado: a equipe muito enxuta e as condições estruturais deficientes para fazer a votação para além da capital e redondezas.

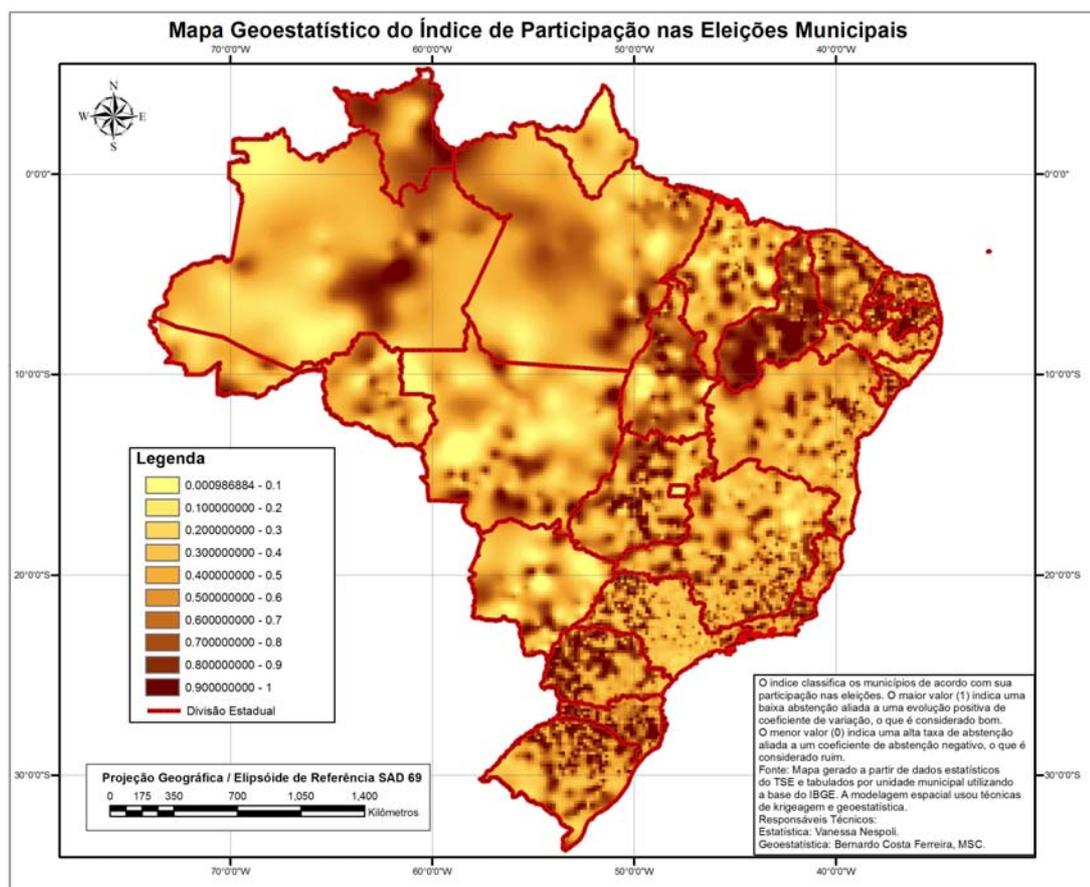
Em relação à equipe envolvida, o padre explica que eram apenas três pessoas mais a frente do comitê estadual, e todas ligadas à Igreja. Ele analisa que a partir da redemocratização do País, as pastorais sociais foram se diluindo e reduzindo o número de participantes. Também o movimento social se enfraqueceu quando as lideranças passaram a ocupar cargos nas instituições. Quanto à pequena participação do Acre no plebiscito, Ceppi a justifica a partir do isolamento geográfico da maior parte das localidades:

Lá no Acre tivemos um grupo reduzido que acreditou e tivemos um único apoio ligado ao poder judiciário, um juiz que nos deu toda a infraestrutura necessária para poder viver isso. Também o enfraquecimento do movimento social, cujas lideranças passaram a fazer parte das instituições democráticas, fez com que não houvesse aquele grande momento lá. Naquela época, ao mesmo tempo também, os nossos pequenos municípios eram quase todos isolados. Porque já no mês de outubro, na maioria dos municípios só se vai ou de barco ou de avião, então é bom que a gente coloque as distâncias que nós temos. Naquela época ou ia de pés ou ia de barco gastando quatro dias para subir o rio, no mesmo tempo

também até Sena Madureira, um outro município, dava pra ir de carro, e de Sena Madureira até Cruzeiro do Sul ou avião ou barco. Isso dificultou a organização, porque como todo movimento é feito em cima da hora, dificultou essa colheita, essa chegada. Só pra dizer: o município de Cruzeiro do Sul é ligado ao Rio Juruá, que entra no Rio Solimões, e o Rio Solimões forma depois o Rio Amazonas. Então para poder ir de Cruzeiro do Sul de barco até o Rio Amazonas tinha que voltar depois através novamente do rio e depois entrar no Rio Purus para depois entrar no Rio Acre, mais de um mês. Então essas distâncias fizeram com que a gente, por outro lado, tivéssemos também a dificuldade de acreditar neste processo chamado de plebiscito. Devido também ao tempo, [a votação] foi somente feita nas cidades ao redor das estradas, praticamente não aconteceu nas cidades do interior, dos rios ou das matas.

Sobre a questão da dificuldade de se realizar a votação do Plebiscito em localidades onde não há estradas ou vias de fácil acesso, uma pesquisa do Ministério da Justiça revelou que esta limitação tem influenciado nos índices de abstenção nas eleições em todo o País. O mapa abaixo se refere a participação nas eleições de 2006 e apresenta dados sobre as zonas em que o nível de abstenção foi reduzido⁵⁸.

Mapa 4 – Participação do Eleitorado nas Eleições de 2006



Fonte: Reforma Política, Instituições Eleitorais e Capital Social, 2008

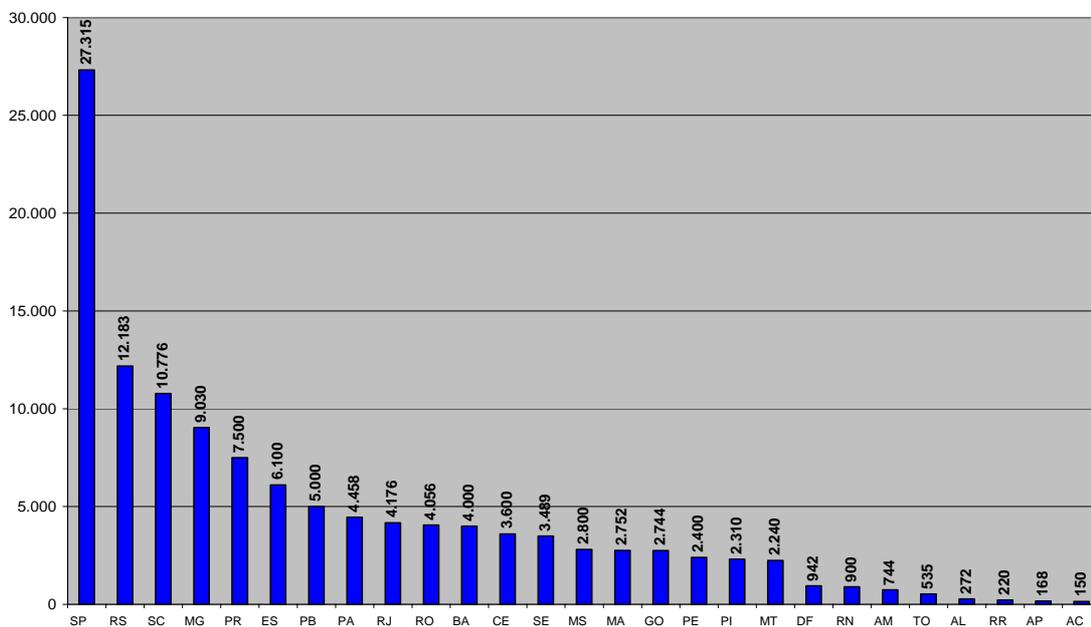
⁵⁸ Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Reforma Política, Instituições Eleitorais e Capital Social*. Brasília, 2008.

As zonas mais escuras representam as localidades onde a abstenção foi menor. Corresponde também, segundo a pesquisa, às regiões que possuem maior presença de malha rodoviária. É possível observar que o Acre é desprovido dessa malha rodoviária, sendo constante apenas em pontos específicos, como a proximidade da capital, Rio Branco. Vale ressaltar que o presente mapa foi elaborado com base em dados de 2006, sendo possível suspeitar que em 2002 as condições da malha rodoviária neste estado eram ainda mais precárias.

4.3 Voluntários envolvidos

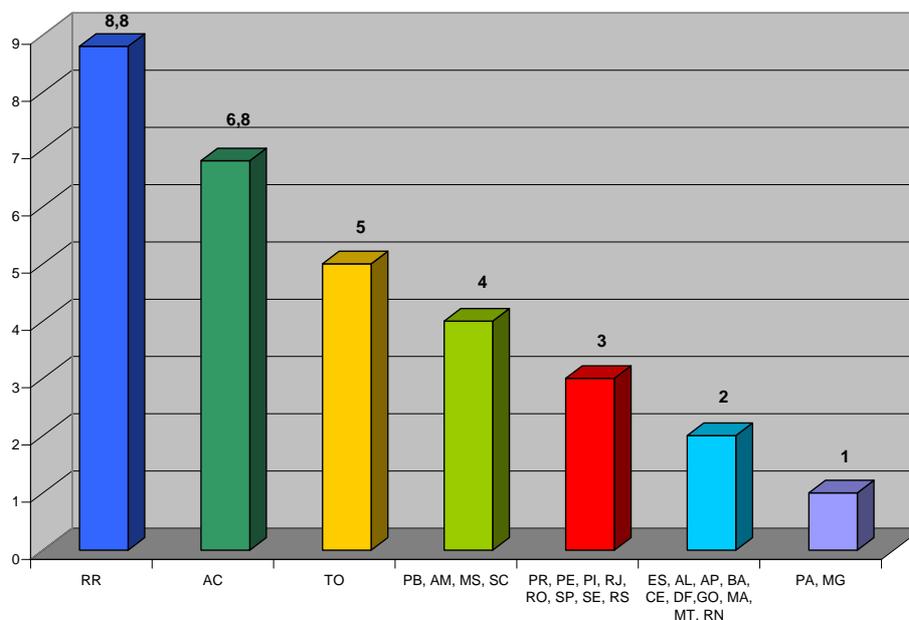
Outro dado interessante, ainda para tentar compreender o resultado da votação e da mobilização, é o número de voluntários envolvidos no Plebiscito. Em números absolutos, São Paulo sai à frente, com mais de 27 mil pessoas, seguido do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, cerca de 12 e 10 mil voluntários, respectivamente.

Gráfico 21 – Número de voluntários por urnas



No entanto, a presença de voluntários trabalhando durante o plebiscito demonstra que essa interferência no resultado é relativa. Quando se confronta a média de voluntários por urnas com os resultados gerais da votação, percebe-se que os estados mais votados não contaram com o maior número de voluntários (Gráfico 22). No caso de Minas Gerais, por exemplo, o segundo mais votado, teve em média um voluntário por urna. Esse voluntário cobriu uma média de 144,19 votantes durante a votação. O caso da Bahia também é emblemático: 2 voluntários por urna, cobrindo 192,52 votantes, um número maior ainda, apesar do dobro de voluntários. São Paulo contou com três voluntários por urna, que cobriu 85,75 votantes (Gráfico 23).

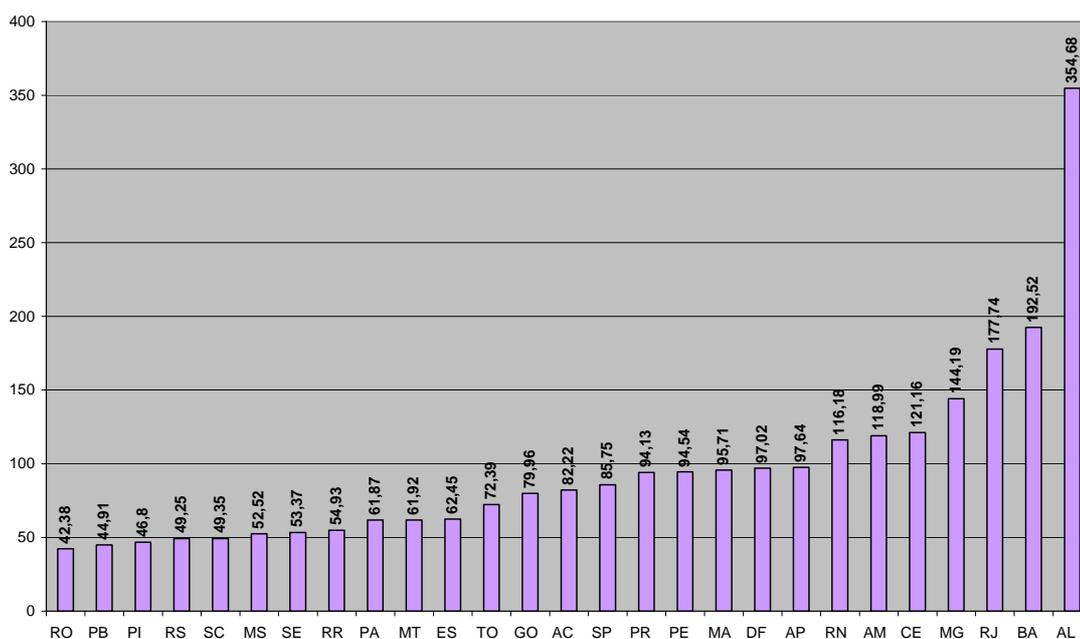
Gráfico 22 – Número de voluntários por urna



Em números proporcionais, os cinco estados mais votados (RO, ES, SE, SC e PR) mantiveram uma semelhança em relação à participação dos voluntários durante o Plebiscito, alternando de dois a quatro voluntários por urna. No entanto, houve uma variação no tocante ao número de votantes por urna. Rondônia contou com três voluntários por urna, atendendo 42,38 votantes; Espírito Santo teve dois voluntários por urna, cobrindo 62,45 votantes; Sergipe teve três voluntários por urna para 53,37; Santa Catarina quatro voluntários para 49,35; e o Paraná contou com três voluntários para um número maior de votantes: 94,13.

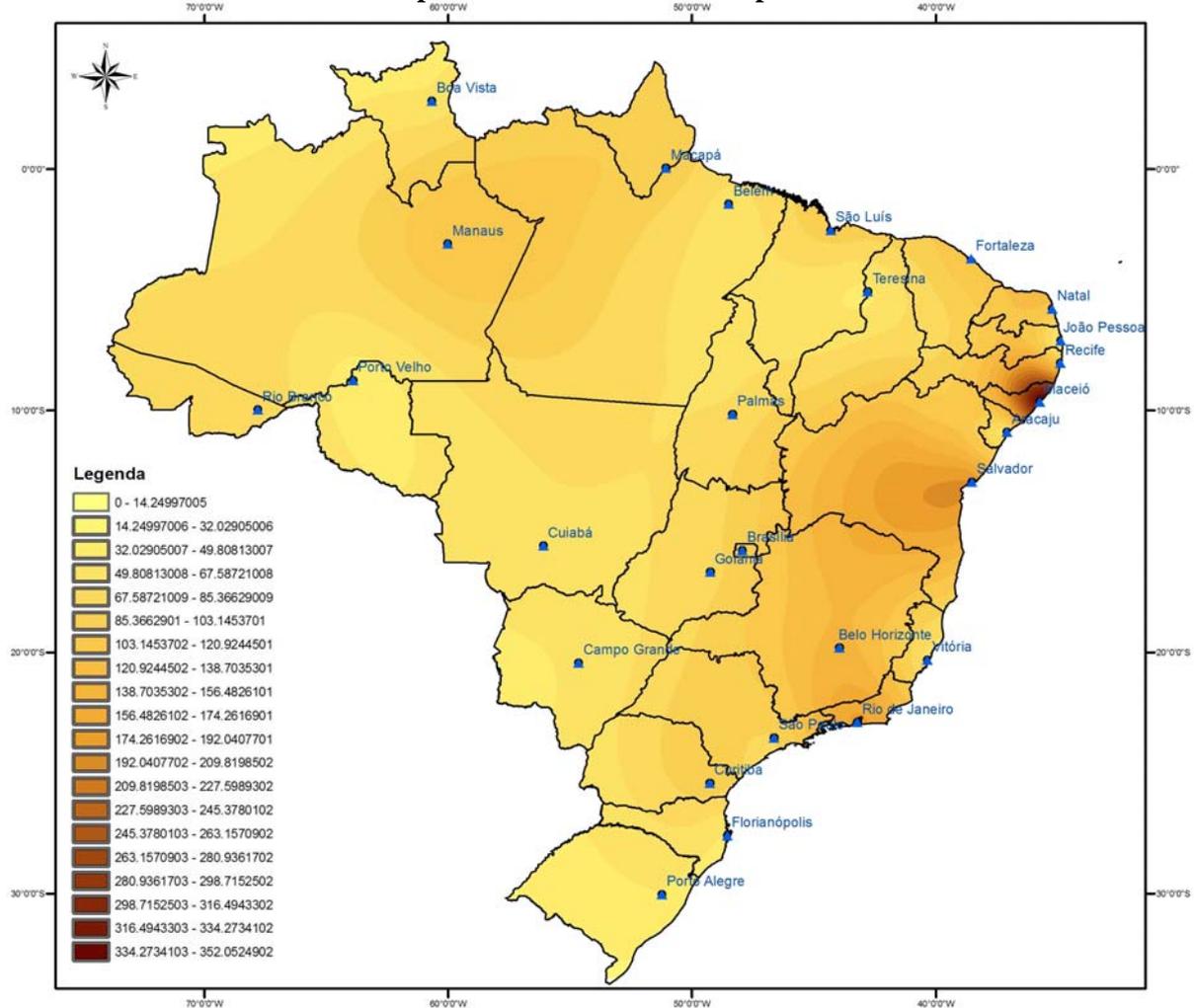
Em comparação aos cinco estados proporcionalmente menos votados (AC, PE, TO, RN, AP), essa média destoou apenas em relação ao Rio Grande do Norte e ao Amapá. O Acre surpreende pelo número de voluntários por urna: 6,8, o segundo com maior quantidade de colaboradores, para uma média de 82,22 votantes. Depois vem Pernambuco, com três voluntários por urna para 94,54 votantes. Aqui, há uma comparação interessante. A média tanto de voluntários como votantes por urna é muito aproximada às médias do Paraná, que foi um dos cinco estados mais votados em números proporcionais e também absolutos. O Tocantins é o terceiro menos votado, mas obteve a participação de cinco voluntários por urna para 72,39 votantes. Rio Grande do Norte e Amapá tiveram dois voluntários por urna, cobrindo respectivamente 116,18 e 97,64 votantes. No cômputo geral, o estado que contou com a ajuda de mais voluntários por urna, 8,8, para 54,93 votantes, foi Roraima.

Gráfico 23 – Número de votantes por urna⁵⁹



⁵⁹ O Gráfico **Número de votantes por urna** apresenta uma média, mas não significa que cada soma seja equitativa por urna, uma vez que não se tem a informação precisa de número de votantes por cada urna. No entanto, compreende-se que é um dado que ajuda na reflexão sobre a participação de voluntários da Campanha durante a votação.

Mapa 5 – Número de votantes por urna



O número de votantes por urna dividido pelo número de voluntários por urna gera uma média de votantes por voluntário, o que possibilita refletir sobre a participação proporcional de voluntários por urna durante o Plebiscito. Assim, a menor média de votantes por voluntário representaria uma maior presença de voluntários, representada pela parte mais clara do mapa acima. Dos cinco estados mais votados proporcionalmente, Santa Catarina possui a menor média de votantes por voluntário, aproximadamente 12, acompanhada de Rondônia, com 14 votantes, e Sergipe, com 18. Os outros dois mais votados, Espírito Santo e Paraná, tiveram em média 31 votantes por voluntário, o dobro ou mais dos outros estados. Dentre os cinco menos votados proporcionalmente, o Acre teve uma média de 12 votantes, seguido do Tocantins, com 14. Pernambuco teve 31 votantes por voluntário e Rio Grande do Norte e Amapá em torno de 58 e 49 respectivamente.

Roraima, o 22º na votação proporcional, contou com seis votantes por voluntário, o que representa a maior presença de voluntários por votantes do Plebiscito, e Alagoas, que

ficou em 18º lugar, contou com dois voluntários por urna e apresentou o maior número de votantes, 354,68, uma média de 177 votantes por voluntário, com a menor presença de voluntários por votantes.

É certo que as medidas precisam ser diferentes para análise por estado. Há que se considerar o colégio eleitoral e as dimensões geográficas, incluindo número de municípios. Por isso, a pesquisa faz referência à proporcionalidade tanto da votação como da participação de voluntários. O que é interessante perceber com base na análise desses números, nos depoimentos dos coordenadores e nos debates nos grupos, é que o contingente de militantes envolvidos na CNA é uma variável importante, mas não a principal, para se avaliar o resultado da votação.

Há até quem possa afirmar que o plebiscito aconteceu porque houve um grande número de militantes participando, afinal foi um Plebiscito Popular, sem nenhuma interferência do Estado. Portanto, a estrutura foi mínima, diferente de uma votação oficial, a exemplo do referendo das armas, realizado em 2005, que contou com o aparato estatal, além da obrigatoriedade de participação popular pelo voto⁶⁰.

O Plebiscito Popular sobre a Alca teve mais de 10 milhões de votos espontâneos e é claro que os militantes voluntários que viabilizaram a votação contribuíram muito com esse resultado, pela própria ajuda na estruturação do plebiscito. Mas talvez eles não tenham influenciado tanto na votação em si, conforme apontam os números. Pode ser que a maior influência nesse resultado tenha sido a metodologia da Campanha, com a realização de cursos de formação sobre o tema. Afinal, conforme mencionam alguns participantes dos comitês estaduais, “as pessoas iam votar sabendo”. Ao contrário do que alguns veículos de comunicação divulgaram na época, de que as pessoas votariam sem ter conhecimento sobre o que é a Alca.⁶¹

Não se pode afirmar que os mais de 10 milhões de votantes foram manipulados pela militância da Campanha, como também se torna difícil questionar a legitimidade do plebiscito, só porque se tratava de um tema complexo. Os dados sobre as diferentes participações da militância no momento da votação, em que nem sempre lugares onde

⁶⁰ A mobilização espontânea do eleitorado foi particularmente estudada na Itália por Robert D. Putnam In: *Comunidade e Democracia: a experiência na Itália moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005. Buscando construir indicadores relativos ao desenvolvimento das instituições políticas daquele país, Putnam analisou os dados relativos ao comparecimento às urnas, tendo concluído que a participação em referendos era “bem menor que nas eleições gerais, certamente por inexistirem as motivações ‘não civis’ anteriormente mencionadas” (p. 107). As conclusões do autor acerca desse tema apontam para o aumento da abstenção eleitoral quando o processo não oferece ao eleitorado oportunidades para a obtenção de vantagens pessoais imediatas. Os dados apresentados nesta tese podem, assim, ser úteis para uma avaliação dos níveis de mobilização política espontânea do eleitorado brasileiro, já que a CNA não apresentava qualquer atrativo material imediato e visava obter o apoio de pessoas aptas a votar nas eleições convencionais.

⁶¹ Um dos exemplos foi o artigo intitulado “Os Plebiscitos da CNBB”, do colunista Elio Gaspari, no *Jornal Folha de São Paulo*, em 1º de setembro de 2002. O articulista denomina o plebiscito sobre a Alca como “rematado ilusionismo, fronteiro da má-fé” e questiona o entendimento da população brasileira sobre a Alca, a ponto de ser capaz de participar do plebiscito.

tiveram mais votação contaram com mais militantes por urnas, nos desperta para analisar outras variáveis que podem ter interferido no processo.

É preciso ir além. Compreender o que motivou não só os militantes como os votantes. Conhecer a dinâmica da formação, a intensidade do trabalho, o momento da votação. As variáveis são muitas. Para a pesquisa interessa, sobretudo, aprofundar a questão da motivação das pessoas envolvidas na Campanha.

4.4 As motivações para participar

Os entrevistados, tanto no grupo dos coordenadores como nos Grupos Focais apresentaram algumas razões que os motivaram e que motivaram outros militantes a participarem da CNA e principalmente do plebiscito.

Para os coordenadores, a principal motivação para o engajamento era a consciência política que o tema da Alca despertava nas pessoas. Consciência de que a aprovação da Alca colocava em risco “um futuro projeto popular para o Brasil”; consciência de ser “protagonista da história para impedir que o Brasil sucumbisse diante de um projeto de anexação colonialista”; de que “o Brasil poderia continuar como um país autônomo ou não”. No geral, a consciência de ser sujeito que quer transformar a realidade brasileira, a partir da sua própria participação no processo democrático, como explica D. Demétrio (SSB/CNBB):

Eu tenho a impressão que foi toda a consciência levantada e articulada pelo processo das Semanas Sociais Brasileiras, de sermos atores, de incentivar a cidadania, de sermos sujeitos. Fermentou-se toda uma gama de valores que levavam a sentir a responsabilidade pelo destino do país e a participarem e a atuarem e encontrarem mecanismos para canalizar essa nova consciência política que emergiu. Tenho a impressão de que o caldo político foi garantido, incentivado e viabilizado pelo processo das Semanas Sociais. A cidadania brasileira se sentiu desafiada a assumir posição e a manifestar claramente o seu posicionamento, valorizando o plebiscito como instrumento.

Para esse grupo de coordenadores, a consciência em torno do impacto da Alca na vida cotidiana da população também motivou os militantes. Segundo Pe. Alfredo (Setor Pastoral Social/CNBB):

Tivemos a capacidade de relacionar o tema global com o cotidiano das pessoas. Quando você diz que na medida em que a Alca fosse aprovada, muitos setores iam ser atingidos e isso ia aumentar o desemprego, aumentar o preço da laranja, do arroz, as pessoas passavam a perceber

que a Alca era algo que vinha mexer com o cotidiano das pessoas. Então, nós conseguimos ver que a questão macro-econômica política tava estreitamente relacionada ao cotidiano da pessoa, ao seu emprego, a escola.

Para outros entrevistados, a tomada de consciência em relação às conseqüências da Alca levou a uma reação antiimperialista, contra a dominação estrangeira dos Estados Unidos, pois havia um temor de que os recursos naturais, as riquezas e o patrimônio do país fossem apropriados por empresas internacionais. Para outros, essa reação leva também ao desenvolvimento de um sentimento nacionalista, de defesa da identidade brasileira e da soberania nacional, como se pode perceber:

Para mim, foi uma espécie de recuperação de uma dimensão antiimperialista e de uma liberação vamos dizer assim do debate sobre o imperialismo que estava maniatado pela ofensiva ideológica neoliberal dos anos 90. Então, no meu modo de ver, uma boa parte da militância social e política se engajou na Campanha contra a Alca, justamente pelo ânimo e a expectativa que trazia esta dimensão. Claro que também tinham as coisas concretas, as ameaças que esse projeto significa, não era apenas um engajamento literal no plano das idéias, era também o reconhecimento de que esse projeto da Alca tinha perigos para o país e para a condição mesmo dessas pessoas que estão engajadas (Gustavo Cudas - CUT).

Coisas simples motivavam. Nacionalistas em certo sentido. A soberania, a autonomia, a defesa da identidade brasileira, esses slogans fáceis. Nós tentamos que não seja só o nacionalismo brasileiro, que é bom um pouco de nacionalismo, mas que seja também o nacionalismo latino-americano. Eu acho que o nacionalismo é algo naturalmente fácil de usar, mas às vezes é perigoso também, pode ser utilizado para levantar um país contra outro (Pe. Bernard Lestienne – Ibrades/CNBB).

A convicção de fé, a crença em um mundo justo e igualitário e a indignação com a injustiça social também foram elementos motivadores, segundo outros entrevistados. Para Isidoro Revers (CPT), “o que moveu os agentes da igreja ou das igrejas foi uma convicção de fé! Essa convicção de fé está na preservação da vida ou na denúncia de onde a vida está sendo destruída”. Pe. Alfredo considera que no caso da CNBB “predominava muito a questão moral. No seguinte sentido: forças desiguais não se pode tratar de forma igual. Os bispos são muito sensíveis a essa coisa do fraco, do débil, colocar o fraco junto com o forte”.

A metodologia ganha destaque também como uma das motivações para o engajamento da militância na visão de João Pedro Stédile e de Ricardo Gebrim. Este último considera o plebiscito como parte da metodologia da Campanha: uma forma de luta

que tinha o papel de ser uma “meta-síntese pedagógica” que mobilizava um conjunto amplo dos setores que não estariam normalmente envolvidos. Essa é a percepção dos dois:

Nós desenvolvemos uma metodologia de preparar muitos materiais escritos que eram subsídios para a militância ter argumento. Depois nós desenvolvemos uma metodologia que cada estado fazia uma espécie de curso massivo dos 1000. Isso deu muito certo, se juntavam 700, às vezes 1000 pessoas. Eu estive em um que acho que tinha uns 3000. Então durante dois dias esses militantes aprendiam, no sentido Paulo Freiriano, a metodologia de abordar o povo, de explicar, de ter argumentos e isso motivava, porque o fato de ser massivo te dá um respaldo porque tu percebe que muita gente vai fazer a mesma coisa que você, então isso também é uma motivação. É bem diferente se você vai organizando grupos de militantes de 15, 20, aí o cara pode se sentir desanimado, mas no momento que ele vê, não, aqui no nosso estado tem 1000 e todo mundo está fazendo a mesma coisa. Eu acho que isso foi uma espécie de energia metodológica que contribuiu para o sucesso (João Pedro Stédile – MST).

A vantagem de forma de luta plebiscito é que ela é uma forma que todos podem participar. Eu via aquelas freirinhas chegando com urnas. Um conjunto de pessoas que não poderia se mobilizar normalmente para outra forma de luta, como, por exemplo, ocupar o consulado dos Estados Unidos, elas não iriam. Para mim, umas das cenas mais tocantes que foi quando a gente tava recebendo as urnas, chegou um menino paraplégico, com uma mãe velhinha empurrando ele numa cadeira de rodas. Você via que era um negócio complicado para pegar o ônibus e para chegar até lá...ele vinha com uma caixinha de sapato...foi de chorar. Ela falava: olha, ele viu isso aí, pegou a urna, passou no prédio, e ela foi com ele levar a urna. Olha, foi um negócio bonito de ver. Vinha urna de gente que você nunca imaginou que pudesse estar envolvida. (Ricardo Gebrim – SASP).

Padre Alfredo diferencia as motivações de acordo com os grupos envolvidos na Campanha. Para os agentes formadores, que são os intermediários, aqueles dos comitês estaduais, como eles tinham mais capacidade de ver a questão política e os interesses dos Estados Unidos, a Alca era uma interferência do império sobre a soberania nacional. Para a base, que são os grupos que participavam da formação nos estados, a Alca passava muito pela sobrevivência, então os debates tentavam traduzir a Alca no tocante às questões do cotidiano. Segundo ele, no campo, por exemplo, era muito claro que as pessoas temiam que o seu leite ficasse encalhado. “A coordenação era tudo isso mais a metodologia, e para quem votou, pesou mais a questão da sobrevivência”, ressalta Pe. Alfredo.

Como no grupo de coordenadores, também no grupo dos comitês estaduais, duas discussões foram preponderantes para compreender a motivação dos militantes em participar da Campanha: o **antiimperialismo** em relação aos Estados Unidos e a vontade de construir uma **nova sociedade**, como diz um dos integrantes:

Eu tinha um sentimento de indignação contra o avanço do imperialismo e ao mesmo tempo a gente conseguiu construir um sentimento de que seria possível construir uma nova sociedade, não só no Brasil, porque a gente trabalhava também com a perspectiva da questão internacional. A Consulta Popular veio num momento que trouxe para nós o sonho de construir uma nova sociedade e eu acho que são esses dois sentimentos: o de indignação e o de construir o novo (Raimundo Valdomiro – Comitê /PA).

A idéia de império, segundo os participantes, suscitava uma reação por parte dos militantes na base, que repudiavam o fato de outro país afetar a soberania brasileira, como depõe Waldemar Júnior, do Comitê do Paraná: “Muita gente ficou com raiva dos americanos, porque os americanos querem vir aqui, querem tomar conta. Então essa coisa de antiimperialismo, antiamericanismo é muito forte. As pessoas falavam que os Estados Unidos não têm que estar aqui, não têm que mandar”. E o antiamericanismo era uma estratégia da própria Campanha, segundo outro participante:

A estratégia da Campanha era uma estratégia muito cubana do antiamericanismo, do contrário à americanização, isso motivou muito. E o conteúdo de formação do “Encontro dos Mil” era isso: era o antiamericanismo, o anti-dominância. A gente falava: se deixar, eles vão nos dominar. Agora é passar a régua na dominação. Foi essa a mensagem (Luiz Cláudio – Comitê BA).

Para os participantes, a Alca era a própria representação do império estadunidense, e aquele país era considerado um inimigo comum. Além do mais, se o acordo tivesse sido assinado, seria difícil construir um “projeto popular para o Brasil” com base na participação direta, e não unicamente pelo processo eleitoral. Essa discussão da construção de uma nova sociedade a partir da democracia direta era muito difundida pelo movimento político Consulta Popular, uma das forças influentes no conteúdo das mensagens da Campanha, como nos depoimentos a seguir:

A minha motivação vinha da discussão que a Consulta Popular fazia: a possibilidade de surgir um projeto para o Brasil era totalmente impossível com a Alca. Naquela conjuntura nós nos motivávamos a partir dessa possibilidade de um projeto novo, de uma proposta onde a inclusão, o debate, a participação, a tomada de decisão era coletiva, era construção. E aí, quando nós víamos que tinha um elemento político e econômico, a militância se motivava para toda a ação política em nível nacional, mas eu acho que foi porque ganhou essa dimensão do simbólico, pois você estabelecia uma série de elementos da cultura, da história, da economia, e militar dava muita realização. As ações que nós desenvolvíamos eram motivadas pelo ponto de vista ideológico, político, social e cultural (Marcos Sussuarana – Comitê RO).

Nós estávamos nos preparando para construir uma alternativa, um protagonismo que não estivesse escrito no plano eleitoral, a tática centrada só no plano eleitoral ela é extremamente suicida gente!!! E quando a gente começa a construir um processo que tem origem no processo anterior, que foi o Plebiscito da Dívida, a gente vai sinalizando para o povo, para o país e para a militância organizada que você pode fazer aquela prática sem ser daquela forma eleitoral, então o que me motivou foi a necessidade de estar construindo coletivamente outro centro tático que não fosse o da via eleitoral (Mara Fonseca – Comitê DF).

O sentimento de indignação diante do imperialismo, segundo o resultado das discussões, norteava também o pensamento das pessoas que passavam pelo processo de formação desenvolvido pelos comitês. As pessoas ao mesmo tempo em que tinham vontade de entrar na briga contra o império estadunidense, também queriam propor saídas, conta um dos participantes:

O que nos motiva é que naquele momento, ao contrário dos outros, era uma chance de você dar um tapinha nesse império todo, era uma grande chance que se tinha e o povo também queria bater, queria de uma forma ou outra também entrar na briga. Por outro lado, não era só fazer a denúncia do que estava acontecendo, mas o que nos animava é uma grande força que faz a gente criar e tentar buscar saídas. Nós tivemos as discussões, e o que nós vamos fazer e tal, então havia toda uma preocupação de não só dizer não àquilo, mas tentar construir uma coisa diferente. Não sei se o Mercosul ajuda nesse sentido e tal, mas que há toda essa ansiedade do povo, porque tem um momento de a gente dizer não a essas coisas todas que vinham acontecendo. Então é essa preocupação toda que deixa a gente cheio de vontade de brigar (Antônio Bez – Comitê PR).

A motivação, digamos ideológica, foi vital, no meu caso pessoal, porque te leva, digamos, a um passado recente de fazer uma luta clássica contra o imperialismo americano, contra a ditadura militar, contra a nova república, contra a tirania. Acho que isso foi importante. Eu penso que isso foi uma motivação muito legal nessa luta. Era a luta contra o jugo imperialista, a questão do grande capital, isso também não só resgatou os velhos militantes, como também os novos militantes para esse processo (José Oeiras – Comitê PA).

A Alca representava a dominação e, por isso, ameaçava a **soberania** nacional, outra discussão muito forte nos grupos. Havia um medo de que a Alca levasse à perda da nacionalidade e da identidade brasileira, afetando principalmente os povos indígenas e quilombolas. O Nafta, do México, era um dos exemplos trabalhados durante o processo de formação, como relata dois dos integrantes:

Eu acho que a motivação se dava quando você consegue mostrar para as pessoas a questão da soberania nacional, o poder de mando do país. Então você vê que dentro de uma conjuntura coletiva de um bloco, você

enquanto membro de uma sociedade, você não consegue ter soberania, e a tendência é reduzir cada vez mais, e você vê que outros países, outras sociedades se tornam reféns dessa mesma situação. Com o Nafta, o México foi obrigado a sepultar nos seus terrenos o material radioativo que eles não queriam sepultar nos Estados Unidos. Os sindicatos internacionais se reuniram e houve a participação das lideranças brasileiras, eles mostraram o que era o Nafta, como as coisas se davam lá e que não havia como se defender, então isso daí trouxe para a gente o que seria de nós, países com economia fragilizada, o que seria dos países da América Central, países como o Equador na época dolarizado, o que seria desses países? Então isso daí foi uma coisa que mobilizou muito e a gente que consegue ver toda a estrutura interna do imperialismo, a gente não consegue ficar sem dar uma resposta (Mara Botelho – Comitê DF).

Eu acho que esse movimento deu certo porque gerou nas pessoas a indignação, o que movimentou as pessoas foi a indignação de que nós poderíamos perder a nossa nacionalidade, perder as nossas riquezas. Os Estados Unidos poderiam se apropriar das nossas riquezas naturais, vegetais e tal. Acho que as pessoas começaram a entender o sentimento da possibilidade da perda, daquilo que é nosso, do Brasil (Ana Rita – Comitê ES).

Foi o despertar da consciência do povo de uma coisa que estava lá dentro escondida, da soberania nacional; quando despertou isso, que eles tinham um país, que o país tinha uma riqueza, que essa riqueza estava ameaçada, e que passava também pelas etnias, os indígenas, os quilombolas, todo esse povo acabaria com a sua identidade com esse contrato de livre mercado (Célio Maranhão– Comitê BA).

Outro apelo para participar da Campanha era a **defesa da vida**. E mais uma vez a Alca representava uma ameaça a esse princípio defendido principalmente pela Igreja Católica. E que, também por isso, mobilizou muitos militantes com formação religiosa, como eles mesmos comunicam. Neste caso, a motivação se dava por questões concretas da vida cotidiana da população, contam dois participantes:

Eu acho que a motivação da defesa da vida. Eu principalmente que venho de uma história de ver a vida ameaçada de muito perto diversas vezes na minha vida desde pequeno. Mas as motivações também institucionais da entidade que eu trabalho, que tem o testemunho de Jesus Cristo como grande missão, de defesa da vida ao lado dos excluídos e excluídas, fizeram com que tivesse a motivação pessoal, motivação institucional e o dado diferente nesse processo é que de fato as pessoas compreenderam que a discussão da Alca vinha relacionada diretamente com a ameaça à vida. Foi possível com isso trabalhar o nosso processo de formação com política pública e Alca, agronegócio e Alca, orçamento público e Alca. Foi possível estabelecer uma relação com todos os temas que a gente desenvolve dentro da Cáritas. E tinha material de sobra para a gente estudar e entender: várias publicações, artigos de jornais, artigos de revistas, fazendo com que a gente tivesse argumentos importantes para as pessoas. Desde o pequeno comerciante ao trabalhador rural, ao produtor de mandioca, tudo fazia com que as pessoas compreendessem que essa discussão estava relacionada direto com a vida deles, com a vida dos

filhos, presente e futuro. Foi algo assim que as organizações souberam trabalhar, desde a coordenação até a atuação específica de cada instituição. Eu acho que foi algo diferente nos últimos anos, depois de toda aquela movimentação pelas diretas ou constituinte, surgiu uma coisa tão viva e tão relacionada às discussões como foi a Campanha da Alca, que conseguiu reunir elementos mais concretos para motivar a população de um modo geral (Ricarte Almeida – Comitê MA).

Particularmente, a minha motivação é na linha da inspiração evangélica, que nós enquanto Pastoral da Juventude, estamos juntos nessa questão de denunciar, tentar uma melhoria na condição de vida da sociedade e, com certeza a Alca na época era o maior sinal de morte para o nosso povo. Diante de tal fato, eu acredito que não dava, a partir do evangelho profético de Jesus Cristo, para ficar parado sem fazer nada, tanto que até alguns mais conservadores da Igreja também entraram na Campanha. Então, a maior motivação é essa motivação evangélica e também a motivação de levar para a população esse debate, tentar fazer alguma coisa para que o nível de consciência da nossa população se elevasse (Joilson Costa– Comitê MA).

Essa motivação está ligada também à **teologia da libertação**, de onde alguns militantes são oriundos. Junto a essa formação religiosa, o compromisso coletivo de trabalhar por uma causa que poderia transformar a realidade ou “salvar o mundo”, como apostavam alguns participantes. Também algumas dessas pessoas argumentam que a proposta vivida nas Comunidades Eclesiais de Base hoje se soma as propostas de outros movimentos e isso estimulou a participação popular na Campanha, conforme relatos de integrantes:

O meu envolvimento com essa questão toda de movimento social é oriunda de quê? Exatamente da teologia pastoral, e eu me envolvi mais com a teologia da libertação com a qual me senti convertido. Aquela da Bíblia: e tira o sagrado de Jesus para si. Aquela força que o Moisés teve para levar o seu povo para dentro do deserto esperando a terra prometida, eu saí assim envolvido com a teologia da libertação, me sentindo Moisés com toda a energia, com toda vontade e esperança (Lázaro Costalonga– Comitê ES).

A minha motivação particular nasce dessa teologia e nasce do trabalho que a gente fazia de casa em casa, de ver realmente a miséria. Eu não fiz um trabalho de diocese, mas um trabalho de ir na casa, de visitar, de ver, então eu pensei também que com os companheiros da época a gente ia salvar o mundo. O povo me dizia: Penha, você não vai salvar o mundo, calma! Eu dizia: sozinha não, mas tem mais gente lá, a gente tem gente lá, então isso motivou (Penha Dalva– Comitê ES).

Eu nasci em Comunidade Eclesial de Base, nos círculos bíblicos, onde nós nos acostumamos a ver uma realidade, ajudar essa realidade, e transformar essa realidade. Na minha cabeça ainda existe isso, ainda tem isso. E quando a Consulta chegou com a sua proposta, a gente conseguiu beber nessa fonte de querer transformar, de acreditar na mudança, eu particularmente estava em um período sem referências políticas, de não

acreditar mais em pessoas que nós acreditamos, que nós enxergamos, que nós elegemos. Aí chega uma proposta diferenciada e que de fato mexeu, e as pessoas na nossa comunidade acabaram se motivando (Tânia Miranda – Comitê PA).

O fato de ser uma **Campanha nacional e global** foi outro elemento mobilizador. “Era uma frente ligada a outras frentes”, comentou um dos participantes. Para alguns deles, a força da Campanha estava na unidade, pois não se tratava de uma luta isolada. Essa idéia de rede foi motivadora para quem participava dos comitês e em função disso se trabalhava com as bases questões “micro e macro”, sendo, por sua vez, também motivadora para os votantes, como as narrativas a seguir.

Eu acho que a gente, nós militantes, nos envolvemos bastante, porque a gente se apaixonou por uma causa. Mas tem outro fator que é fundamental para a gente: é a possibilidade de se criar redes, então a gente via aquela teia se formando, cada um que ligava para o interior, nossa era uma alegria! E eu lembro depois que terminou a Campanha, que manter essa teia alimentada de informações é a grande proposta de a gente realmente se sentir comunidade, de sair do isolamento, eu acho que isso é uma coisa que pelo menos para mim é uma coisa tão boa, você encontrar pessoas que tenham projetos, que pensem parecido, que tenham uma proposta de sociedade parecida com a tua, eu acho que isso realmente era apaixonante (Fernanda Baggio- Comitê PR).

Eu lembro que eu era da PJ na época, e quando a gente começou a ler aquele material que a gente leu inteiro, que a gente fez uma dinâmica muito legal de que cada grupo estudava um capítulo do livro [Soberania Sim, Alca Não!], então foi um estudo muito aprofundado, e isso foi abrindo outros horizontes para a gente, quer dizer, para quem era da PJ, só trabalhava em grupos de jovens, coisas da igreja, e ver que você não está no mundo isolado, que têm outras coisas que influenciam para isso, que você está vivendo no seu país, então isso acaba te motivando a fazer outras coisas, tu não tá num mundo menor, mas que têm milhões de pessoas em torno disso. Eu acho assim, que a grande motivação foi essa, também compor uma frente que se junta a outras pequenas frentes no Brasil como um todo. Lá na época alguém dizia que a gente era pequenas ondas fazendo uma grande... (Ruthleide Matos- Comitê PA).

Havia uma conjunção, uma soma entre aquilo que é micro e macro. Porque quando se mexia, por exemplo, nas patentes, que vai mexer na questão da saúde das pessoas, e por outro lado defender o Amazonas, defender aí essa coisa mais ampla, mais macro, então se pensava: mas aí é uma coisa que é minha também, então estão mexendo comigo, entrando nessa luta, a gente vai tentar resolver o problema aqui, mas também ajuda a tentar resolver a questão do Amazonas. Então, quando a gente conseguiu metodologicamente fazer essa ligação, foi fantástico juntar a questão local com o macro, caiu que nem uma luva, então a discussão não era só pelo posto de saúde, pela questão da saúde, pela questão do remédio...(Antônio Bez– Comitê PR).

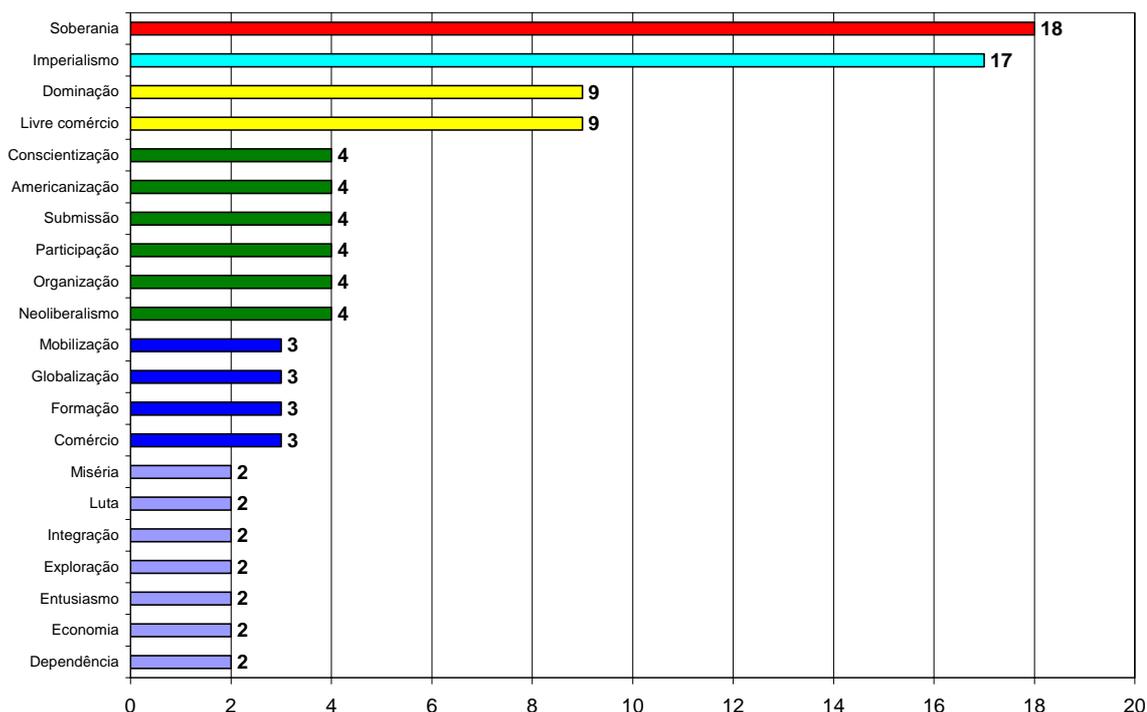
A questão da participação na Campanha em função da institucionalidade também aconteceu, como foi o caso de Marcos Silva, do PSTU/MA: “foi motivador para mim militar em um partido revolucionário que acredita ser fundamental as pessoas viverem sem ser exploradas”. Em outros casos, a exemplo dos militantes da Igreja Católica ou da Consulta Popular, a própria missão ou objetivos institucionais eram relacionados com as questões mobilizadoras.

A estratégia metodológica de se fazer cursos de formação para muitas pessoas e as plenárias descentralizadas nos estados também mobilizou alguns militantes, como consideram Ir. Anne Wihbey e Francisco Elias, ambos do Comitê do Maranhão. Além de ressaltarem a realização de inúmeros debates sobre o tema e a participação de muitas pessoas nas plenárias, eles concordaram sobre a importância da utilização de publicações da Campanha no processo de formação, inclusive com a presença de uma editora, a Expressão Popular, que publicou livros sobre a Alca. Também foi ressaltada a contribuição dos jornais nacionais da Campanha.

Outra questão que apareceu como mobilizadora para trabalhar junto às bases foi a conjuntura mundial, pois a guerra do Iraque tinha sido deflagrada naquele ano de 2002, depois do atentado às torres nos Estados Unidos, em setembro de 2001. Fernando Carneiro, do Comitê - DF, explica o que dizia para as pessoas sobre o significado da Alca: “olha os homens estão querendo mandar bomba no Iraque e agora querem dominar a gente também. Com a gente eles não estão usando bomba, mas estão usando as regras do mercado para nos dominar, porque com a Alca a gente não vai poder ter soberania sobre a nossa vida”.

Durante as discussões nos Grupos Focais, foi distribuído um pequeno questionário em que, dentre outras, havia uma questão que pedia para cada participante escrever três palavras que lhe vinham à cabeça quando o assunto era Alca. O resultado é coerente com as discussões em grupo e mostra que, mesmo na perspectiva individual, as principais impressões sobre o tema acompanham o pensamento coletivo.

Gráfico 24 – Palavras mais lembradas por participantes do Grupo Focal⁶²



É possível observar que a maioria das palavras apresenta a Alca com uma conotação negativa, em um tom de ameaça ou risco. Os participantes citaram 81 vezes palavras como soberania, imperialismo, dominação, livre comércio, submissão, miséria, exploração e dependência. E até palavras como americanização, neoliberalismo, globalização, comércio, integração e economia, que podem trazer outro sentido, dentro do contexto também adquirem o mesmo sentido subjacente. As palavras que poderiam ser interpretadas como positivas: conscientização, participação, organização, mobilização, formação, luta e entusiasmo são citadas 22 vezes e transmitem o que foi o resultado provocado pela Campanha contra a Alca. As outras palavras citadas apenas uma vez acompanham essa mesma tendência.

As motivações dos militantes para participar da Campanha foram tão firmes, que o fato de a Alca ser um assunto árido e complexo não os desmobilizou em nenhum momento. Ao contrário, suscitou a participação, inclusive no acompanhamento das negociações hemisféricas do acordo, como veremos no capítulo a seguir.

⁶² No gráfico, foram selecionadas apenas as palavras citadas no mínimo duas vezes, que dá uma soma de 103 palavras, mas no total foram computadas 132 palavras. A diferença, 29, é referente às palavras citadas somente uma vez.

5 O PROCESSO NEGOCIADOR DA ALCA E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

A Campanha Nacional contra a Alca acompanhou as discussões sobre o projeto da Área de Livre Comércio das Américas desde o final de 2001, quando começou a organizar o Plebiscito Popular. Desde então, a Campanha debateu o tema da Alca com a sociedade e participou dos espaços institucionais de discussão e negociação do projeto. Conforme já assinalado, o processo de negociação aconteceu em três etapas: preparação, início e finalização das negociações. Interessa a esta pesquisa compreender como se deu a participação da sociedade civil organizada em cada momento da negociação, razão pela qual o processo não será descrito detalhadamente e sim sob a ótica da participação social. Dessa forma, será possível também acompanhar a gênese da Campanha Contra a Alca, tanto em nível continental como nacional.

5.1 As Reuniões Ministeriais e as mobilizações paralelas

Um marco do processo de negociação e também da participação social foi a III Reunião Ministerial, realizada em Belo Horizonte, em 1997, como abordado no capítulo três. Naquele momento, foram acordados pontos importantes, dentre eles: o ano de 2005 para a conclusão das negociações, o consenso como princípio fundamental do processo decisório da Alca; o sentido de que os acordos e decisões da Alca constituirão um compromisso único (*single undertaking*)⁶³; a coexistência da Alca com acordos bilaterais e sub-regionais de integração e de livre comércio mais amplos ou profundos; a compatibilidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC); a possibilidade de os países negociarem individualmente ou em bloco; e a transformação da reunião de vice-ministros de comércio em comitê preparatório das negociações⁶⁴.

Nessa ocasião aconteceram duas mobilizações quase que paralelamente. Uma do setor empresarial, com a realização do III Fórum Empresarial das Américas, entre os dias 13 e 15 de maio, sob a liderança da Confederação Nacional da Indústria e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e com a participação de representantes de todo o Hemisfério. E outra do movimento sindical, com o Fórum dos Trabalhadores das

⁶³ O *single undertaking* ou compromisso único consiste na negociação de um único pacote de objetivos, ou na negociação de vários objetivos de forma única. Isso quer dizer que os acordos em negociação só serão assinados depois que tudo estiver negociado. Informação extraída do site <http://www.rebrip.org.br/rebrip/pagina.php?id=922>

⁶⁴ MINISTROS DE COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO. Declaração da III Reunião Ministerial de Belo Horizonte, 1997

Américas, organizado por centrais sindicais de diferentes países, inclusive a Central Única dos Trabalhadores (CUT), nos dias 12 e 13 de maio, cuja entidade coordenadora foi a Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores (Orit)⁶⁵.

Além das mobilizações, o resultado desses encontros foi a criação de duas organizações importantes para o futuro do processo de participação social. No campo empresarial, foi fundada a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), e no campo sindical, foi lançado o embrião para o nascimento da Aliança Social Continental (ASC), que veio a se consolidar em 1998 na I Cúpula dos Povos, formando uma rede integrada por centrais sindicais e várias organizações e movimentos sociais de praticamente todos os 34 países participantes das negociações da Alca.

Talvez essa pressão tanto do setor privado como sindical tenha levado aos chefes de Estado reunidos a reafirmarem na Declaração Ministerial de Belo Horizonte a importância da participação do setor privado e sindical no processo da Alca. Isso se daria por intermédio de mecanismos de diálogo e consulta com os governos. Esses mecanismos foram estruturados na IV Reunião Ministerial de São José, em março de 1998 – fase inicial das negociações, quando foi criado o Comitê de Representantes Governamentais para a Participação da Sociedade Civil. Organizado, sobretudo, para atender ao compromisso da transparência das negociações, este Comitê recebia as contribuições via correio eletrônico, postal, fax ou correio expresso e as remetia às entidades da Alca correspondentes.

No entanto, conforme o depoimento do representante da Aliança Social Continental, Gonzalo Berrón (ASC), esse canal não garantiu efetivamente a participação da sociedade organizada. Ele conta que encaminhou por escrito uma crítica para a Secretaria Administrativa da Alca e que nunca recebeu retorno. Segundo ele, isso levou a Campanha Continental a apostar mais na mobilização de rua, com as ações conhecidas como anti-cúpulas, realizadas paralelamente às reuniões oficiais do processo negociador:

Isso era tudo mentira. Imagina, com o nível de densidade da negociação, quem ia prestar atenção nos bobinhos da sociedade civil? É por isso que a gente sai dos processos de incidência. Há um debate que é o seguinte: como você vai se colocar na frente da negociação? Você vai ocupar esses espaços abertos pelo processo oficial? Se sim, é porque acha que aí pode mudar alguma coisa. Ou seja, isso é incidência. Você fala as coisas achando que eles vão te ouvir, e não só te ouvir, vão levar em consideração o que você fala. Aí, ao fazê-lo você tá legitimando esse espaço via negociação porque eles podem falar: eu ouvi o que vocês estão falando, essa negociação é transparente e aberta às organizações sociais e à sociedade em geral. Aí como nós sabíamos que não ia dar em

⁶⁵ CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Manifesto dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas, 1997.

nada. Que era uma pantomima, uma encenação, aí nós partimos para outra, para uma estratégia mais de mobilização de rua. Toda vez que eles se reuniam, a gente ia do lado de fora, fazia nossas atividades, uma passeata e tal.

Algumas organizações da sociedade civil brasileira também encaminharam contribuições, como a própria Campanha Nacional contra a Alca, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB)⁶⁶.

A ASC, a Rebrip e a Contag, por meio das suas contribuições, apresentam críticas à falta de transparência do processo negociador e ao modelo de integração proposto pela Alca, que dava ênfase apenas ao aspecto comercial. A Rebrip também questiona o próprio mecanismo de consulta proposto pelo Comitê de Representantes Governamentais para a Participação da Sociedade Civil:

A presente iniciativa do comitê de representantes governamentais para a sociedade civil (SOC) de promover reuniões temáticas não constitui uma solução para o imenso déficit democrático no processo negociador da Alca. Trata-se tão somente de um diálogo entre algumas organizações da sociedade civil e os negociadores. Considerando seu formato, escopo, processo de escolha e convite às organizações da sociedade civil, falta de pleno acesso às informações, ausência de um debate público e aberto em nossas sociedades, entre outros fatores, não pode ser caracterizada pelos negociadores como “consulta”. A Rebrip participa dessa reunião temática com uma posição clara de que esse processo não se constitui em uma “consulta” à sociedade civil e com o objetivo de mostrar, uma vez mais aos governos, que a agenda oficial em negociação é perniciosa para nosso povo e que esse processo de negociação deve ser suspenso.

Ao longo de anos de negociação oficial tem-se adotado simplesmente a agenda proposta pelo governo dos Estados Unidos e pelos interesses das grandes multinacionais. Frente a esse quadro, a Rebrip reivindica no Brasil, junto com dezenas de outras organizações sociais, que a única consulta aceitável seria a realização de um Plebiscito Oficial para que seja o próprio povo brasileiro que decida se o país deve, ou não, continuar essas negociações e assinar esse tratado⁶⁷.

⁶⁶ A pesquisa levantou esses dados na página eletrônica oficial da Alca www.ftaa-alca.org, no link relativo às contribuições da sociedade civil enviadas ao Comitê de Representantes Governamentais para a Participação da Sociedade Civil em setembro de 2001.

⁶⁷REBRIP. Posicionamento da Rebrip para a Reunião Temática de Agricultura do Comitê de Representantes Governamentais para a Sociedade Civil da Alca, 2003.

Além das críticas, as organizações também apresentam propostas, como o caso da ASC, que enviou um documento de 12 páginas, sugerindo revisão de alguns temas negociados na Alca, principalmente o capítulo da agricultura. As sugestões foram baseadas no documento *Alternativas para as Américas*, compêndio elaborado pela Aliança Social Continental, cuja primeira versão foi produzida em 1998, sendo atualizada no decorrer das negociações da Alca e obtendo uma última versão em 2005. A Rebrip e a Contag no geral também enfocam a agricultura e propõem que a forma como esta estava sendo negociada seja alterada visando a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa.

A sugestão apresentada pela Campanha Nacional contra a Alca diz respeito à criação de mecanismos para garantir a participação popular no processo de negociação. São eles:

- 1- Garantir espaços gratuitos de televisão, por exemplo, (30 minutos) por semana, em horário de audiência, para que o movimento se manifestar sobre a Alca. Os debates e processos devem ser democráticos para que se tenha igual tempo tanto os que são contra ou a favor;
- 2- Garantir recursos para produção de material didático, elaboradas com a participação das organizações sociais, para que se tenham todas as posições. E sejam distribuídas massivamente nas escolas de segundo grau, nas paróquias, igrejas, nos sindicatos, e espaços educacionais;
- 3- Realizar conferências nacionais temáticas, por setores envolvidos ou em debate na Alca. Para que durante 3 ou 4 dias todas as entidades possam aprofundar o debate;
- 4- Promover debates em todas as universidades dos nossos países, para que haja debates acadêmicos e com intelectuais;
- 5- Culminando esse processo, convocar plebiscito de consulta popular, em cada país, até dezembro de 2004, para que a população tome a decisão sobre os acordos.⁶⁸

No caso da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a principal sugestão apresentada é que as negociações busquem a eliminação dos subsídios às exportações dentro da Alca e a neutralização do efeito exportador das políticas domésticas dos países participantes. Para tanto, recomenda que seja analisada a proposta de adoção de um sistema de solução de controvérsias e de defesa comercial na Alca, tipo uma “OMC Plus”, para o tratamento das outras medidas que distorcem o comércio.

⁶⁸CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA A ALCA E VIA CAMPESINA. Propostas Concretas da Campanha Brasileira da Alca e da Via Campesina – Brasil, 2003.

Em sua contribuição, a CEB solicita a melhoria substancial das condições de acesso ao mercado exportador, ressaltando que o grau de interesse do empresariado brasileiro na Alca depende do modelo de integração que emergirá das negociações. Para a Coalizão, o modelo da Alca deve ser compatível com as regras da OMC e deve respeitar o princípio de coexistência da área de livre comércio com acordos sub-regionais e bilaterais de natureza distinta já existentes no Hemisfério.

Foram realizadas 24 reuniões do Comitê de Representantes Governamentais para a Participação da Sociedade Civil, entre outubro de 1998 e janeiro de 2004. Por meio dos relatórios das reuniões, foi possível perceber que a dinâmica desses encontros se dava com a leitura de contribuições enviadas a esta instância, a exemplo das citadas acima, e com discussões sobre o encaminhamento de tais demandas para as Reuniões Ministeriais. O embaixador Antônio José Ferreira Simões, representante do Ministério das Relações Exteriores do Brasil neste Comitê, participou de praticamente todas as reuniões e conta que na prática não havia participação da sociedade civil e sim representantes governamentais discutindo sobre como se daria essa participação:

Era uma grande briga nesse Comitê, porque o México era contra a existência dele. O México não queria que a sociedade civil participasse de jeito nenhum, porque eles negociaram o Nafta sem ouvir ninguém e havia uma oposição muito grande da sociedade. Inclusive, para eles a Alca não interessava porque eles perdiam uma parte das vantagens que eles tinham conseguido com o Nafta. Então, eles eram contra a participação da sociedade civil e nós éramos a favor. O México queria que a sociedade civil só pudesse se manifestar por cartas. Então, não tinha a sociedade civil, só tinham os países discutindo sobre como seria a participação da sociedade civil. Nunca nenhuma ONG entrou lá para ser ouvida, ainda que eu sempre tenha defendido isso.

Outro momento marcante das negociações, sobretudo na perspectiva do movimento social, foi a II Cúpula das Américas, ocorrida em Santiago do Chile em abril de 1998, quando se estrutura a fase inicial das negociações, com todas as definições necessárias para o funcionamento do processo negociador. Nesse encontro foi formado o Comitê de Negociações Comerciais, foram formados os nove grupos temáticos de negociação e montadas as três instâncias não negociadoras, como o Comitê de Representantes Governamentais para a Participação da Sociedade Civil. Foi também definido que a presidência das negociações da Alca seria rotativa e que haveria rodízio para o funcionamento da Secretaria Administrativa.

A sociedade civil, coordenada pelas centrais sindicais filiadas à ORIT e outras coalizões sociais, realiza a I Cúpula dos Povos quatro dias antes do encontro dos chefes de Estado e de Governo, quando é produzido o primeiro rascunho do documento "Alternativas

para as Américas⁶⁹. Nessa oportunidade, é consolidada a ASC, que passou a assumir a coordenação das próximas Cúpulas dos Povos, realizadas paralelamente às Cúpulas das Américas, conforme o quadro abaixo.

Quadro 7- Cúpula das Américas/ Cúpula dos Povos

CÚPULA DAS AMÉRICAS	LOCAL	DATA	CÚPULA DOS POVOS	DATA
I Cúpula das Américas	Miami – EUA	9 a 11/12/1994	-	-
II Cúpula das Américas	Santiago – Chile	18 e 19/04/1998	I Cúpula dos Povos	14 e 17/04/1998
III Cúpula das Américas	Québec – Canadá	20 a 22/04/2001	II Cúpula dos Povos	17 a 21/04/2001
IV Cúpula das Américas	Mar del Plata – Argentina	04 e 05/11/2005	III Cúpula dos Povos	01 a 03/11/2005

Fonte: elaboração da autora

A II Cúpula dos Povos, realizada em Québec, em 2001, foi um momento singular para o movimento social: lançou-se a idéia de se construir uma articulação popular continental, e também em cada país, para a luta contra a Alca. Inicia-se, a partir daí, a construção de uma Campanha continental contra a Alca. No texto final do evento, os militantes propõem “a construção de novos caminhos de integração continental baseados na democracia, na igualdade, na solidariedade, no respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos”⁷⁰.

Do ponto de vista da transparência das negociações, os encaminhamentos definidos na III Cúpula das Américas, realizada em seguida à II Cúpula dos Povos, também foram significativos. Pela primeira vez os ministros concordaram em tornar pública a minuta do Acordo da Alca, disponibilizada nas quatro línguas no site oficial da Alca, atitude inovadora em se tratando de acordos comerciais⁷¹. Provavelmente, essa medida também sofreu influência das pressões sociais.

Além da Cúpula das Américas, o movimento social também acompanhava as Reuniões Ministeriais e do CNC, com realização de eventos paralelos, manifestações de rua e produção de documentos denunciando os termos da negociação em curso e manifestando oposição à assinatura do acordo⁷². Durante a VII Reunião Ministerial,

⁶⁹ Informações extraídas do site www.mondialisations.org

⁷⁰ ALIANCA SOCIAL CONTINENTAL. Declaração da II Cúpula dos Povos da América. In: Soberania Sim, Alca Não!, Campanha Nacional contra a Alca (org), 2002, (p.155).

⁷¹ PRESIDENTES DO HEMISFÉRIO. Declaração Ministerial da III Cúpula das Américas, 2001.

⁷² Nessas reuniões paralelas, a Campanha Nacional contra a Alca sempre enviava delegados do movimento social brasileiro com o fim de fortalecer a Campanha Continental contra a Alca. Em muitas delas, eram produzidas declarações com o posicionamento da Campanha.

realizada em Quito, em novembro 2002, as organizações populares, coordenadas pela Campanha Continental contra a Alca, redigiram um texto intitulado “Mensagem da Mobilização dos Povos da América aos ministros da Economia e Comércio reunidos em Quito”, cujo teor era de contraposição à Alca e de crítica à condução do processo⁷³:

A Alca não tem legitimidade desde o momento em que vocês iniciaram as negociações de costas a sociedade de maneira antidemocrática, em negociações quase secretas resguardadas por ofensivos cercos policiais e militares, quem tem acesso, é somente um grupo de grandes empresários, sem informar, nem mesmo consultar a população e sequer aos congressos nacionais.

Não estamos contra o intercâmbio e aos acordos entre países. Estamos por um modelo distinto ao que quer ser imposto com a Alca; estamos a favor de acordos soberanos e democráticos que verdadeiramente garantem um desenvolvimento justo e equitativo e sustentável para cada uma de nossas nações.

É por tudo isso, senhores ministros, que hoje viemos até aqui, não para “dialogar”, porque seus governos têm estado fechados a qualquer diálogo verdadeiro, a escutar e a tomar em conta o sentimento da sociedade civil, e isto não mudará com a desígnia de nos receber hoje e nem mesmo por tomarem uma foto com os representantes populares; viemos aqui para exigir que suspendam as negociações da Alca e depositem finalmente em seus povos, a quem radicam a soberania de cada nação, as decisões que afetam os destinos de nossos países⁷⁴.

A VII Reunião Ministerial ocorreu em um momento chave das negociações. Por isso, também a veemente participação social. Foi no contexto da transição para a etapa final das negociações, caracterizada pela apresentação de ofertas iniciais. Essas ofertas se realizariam entre 15 de dezembro de 2002 e 15 de fevereiro de 2003, em cinco grupos negociadores: acesso a mercados, agricultura, serviços, investimentos e compras governamentais. A partir desse momento, a co-presidência seria assumida por Brasil e Estados Unidos e representada pelos embaixadores Adhemar Bahadian e Robert Zoellick, respectivamente. A reunião aconteceu também no mesmo período da transição do governo brasileiro, o qual seria assumido pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva.

João Pedro Stédile, do MST, acompanhou a VII Reunião Ministerial representando a Campanha Nacional contra a Alca e conta que os diplomatas brasileiros utilizaram o Plebiscito Popular realizado no Brasil para afirmar que havia um posicionamento contrário à Alca na sociedade:

⁷³ Essa reunião é importante principalmente por dois fatores: é imediatamente posterior a realização do Plebiscito Popular brasileiro e a eleição do governo Lula.

⁷⁴ CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Mensagem da Mobilização dos Povos da América aos Ministros da Economia e Comércio. Quito, 2002. (trecho adaptado).

Eu participei em novembro de 2002 de uma reunião oficial da Alca, em Quito, no Equador. O governo Lula já tinha sido eleito, mas não tinha tomado posse. Foi pelo governo brasileiro uma missão do Itamaraty, que era uma espécie de comissão provisória, porque os que foram lá não tinham moral para decidir, porque o governo tinha sido recém-eleito. E o governo Lula também mandou uma pessoa que não tinha poder no Itamaraty ainda, o deputado Paulo Delgado. Nós, dos movimentos, acompanhávamos com uma espécie de vigilância para não deixar que as negociações avançassem naquela reunião de Quito, o que finalmente conseguimos. De fato, lá em Quito não avançou nada e, embora eu ache que os diplomatas brasileiros pessoalmente estavam desejando a Alca, nós os ouvíamos fazendo referência: 'há uma consciência na sociedade brasileira, houve um plebiscito'. Daí passou a ter um papel importante esse Bahadian. Ele se reunia com frequência com o Comitê Nacional da Alca.

Um ano depois, a VIII Reunião Ministerial de Miami, realizada em novembro de 2003, também teve intensa participação da Campanha Continental contra a Alca. Não para menos, afinal foi um dos momentos mais importantes do processo negociador, quando foi incorporado o conceito de flexibilidade às negociações, a conhecida *Alca Light*. Na Declaração Final se reconhece que "os países podem assumir diferentes níveis de compromissos", e se decide "desenvolver um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países", ao mesmo tempo em que se permite que "os países possam acordar benefícios e obrigações adicionais". Para tanto, aqueles países poderão conduzir "negociações plurilaterais no âmbito da Alca, definindo as obrigações nas respectivas áreas individuais"⁷⁵.

A Declaração também contém instruções gerais para o encaminhamento das negociações à luz da nova "visão da Alca", as quais orientam o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) a desenvolver "um conjunto comum e equilibrado de direitos e obrigações, aplicáveis a todos os países", incluindo disposições nas nove áreas temáticas que se vinham negociando.

Segundo Moniz Bandeira, os Estados Unidos fizeram concessões e aceitaram a *Alca light* e *à la carte* proposta pelo Brasil a fim de evitar um impasse. O acordo nesse formato, segundo o pesquisador, foi desenhado uma semana antes, em reunião prévia, entre Robert Zoellick e Celso Amorim. Nesse caso, "nem os Estados Unidos insistiriam nos itens rejeitados pelo Brasil, tais como compras governamentais, serviços etc., nem o Brasil exigiria, como contrapartida, que fosse discutida a questão dos subsídios agrícolas e a lei antidumping, que os Estados Unidos não queriam" (BANDEIRA, 2004, p. 339-340).

⁷⁵ MINISTROS DE COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO. Declaração da VIII Reunião Ministerial de Miami, 2003.

Moniz Bandeira afirma que o consenso alcançado em Miami em torno da Alca *Light* reduziu as pretensões dos Estados Unidos de implantar uma Alca “abrangente”. Esse modelo previa derrubar as barreiras tarifárias, abrir os mercados do Brasil e dos demais países da América do Sul aos investimentos e serviços, estabelecer regras comuns de importação e exportação e permitir às empresas americanas participar de concorrências para compras do setor público efetuadas pelos governos da região. Porém, de acordo com sua análise, diante do novo formato da Alca mínima, o processo foi reconduzido:

A Alca murchou, e as negociações tomaram outro curso. O recuo dos Estados Unidos, cuja pregação liberal não era consistente com sua prática protecionista, ocorreu porque o Brasil demonstrava duas vezes, em Cancun e em Port of Spain, que, embora não fosse tão poderoso para modelar a política na América do Sul, tal como desejaria, tinha músculo suficiente para obstruir seus esforços em favor da criação da Alca. Não havia ambigüidade na posição do Brasil. E o problema consistia não em encontrar áreas de cooperação, mas, sim, em acomodar os interesses e objetivos divergentes dos dois países, tolerar diferentes perspectivas práticas e, enfim, evitar a ruptura dos entendimentos, salvando as aparências, mediante um acordo que viabilizasse o lançamento da Alca, ainda que muito restrita e modesta, em janeiro de 2005 (2004, p.340-341).

Do lado de fora da Reunião Ministerial, militantes da Campanha Continental contra a Alca protestavam contra os encaminhamentos tomados pelos negociadores. Eles ficaram sabendo do conteúdo discutido (Alca *Light*) por meio de informações transmitidas por alguns dos representantes do movimento social, principalmente da Campanha Nacional contra a Alca. Nesse estágio das negociações o governo tinha permitido que a sociedade civil organizada participasse da delegação brasileira e o representante da Rebrip foi uma das pessoas a municiar os manifestantes com informações.

Na reunião de Miami, que foi aquela fortaleza, o Ademar, da Rebrip, estava de dentro mandando informação para nós, eu já não podia ir lá porque eu tava muito identificado, então eu fiquei do lado de fora. Mas o Ademar, que tem um perfil mais técnico, ficou dentro e ligava para a gente, toda hora vinha, fazia relatório. Eles fecharam toda a região e a gente acampada feito boba, mas com pressão na rua você deixa saber para a pessoa que não está na rua, mas que vê na televisão, que alguma coisa está errada, e lá dentro eles ficavam sabendo (Gonzalo Berrón – ASC).

“A Alca não é tão *light*”, publicava o *site* da mídia alternativa Radio Mundo Real. Essa manchete se referia à repressão policial vivida pelos manifestantes de rua durante os protestos contra as negociações da Alca. Como descrevia o veículo: “Como resultado da brutal repressão que a polícia norteamericana lançou sobre aqueles que estavam na cidade

de Miami manifestando contra a Alca, foram retidas mais de 1.000 pessoas, das quais 140 foram presas”⁷⁶.

Paulo Maldos (Cimi/Cepis) reforça que houve muita repressão na VIII Reunião Ministerial de Miami. Segundo ele, ali ocorreu uma forte articulação continental com milhares de pessoas, mas muitas delas foram presas durante a passeata do último dia. “Havia cerca de 100 mil militantes de todo o continente. E a gente fez uma passeata que terminou numa pancadaria danada, um monte de gente presa, inclusive nossos representantes, um deles era um norte-americano que morava na Paraíba, David Quenn. Ele fotografou o quebra-pau e foi preso. Daí eu tive que pagar a fiança”, relata Maldos.

Como Gonzalo Berrón, Maldos também falou sobre a troca de informações entre a delegação brasileira e os militantes que estavam na parte externa do evento. “A gente fazia as reuniões com os representantes brasileiros do Itamaraty do lado de fora, e eles nos passavam todas as informações no hotel. A gente percebia que ia melar tudo com a aprovação da ‘Alca *light*’ e todo muito estava insatisfeito. No último dia, teve a marcha pela cidade de Miami, que estava super militarizada, parecia uma guerra”, lembra Berron.

No Brasil, após a reunião de Miami, a coordenação da Campanha Nacional Contra a Alca divulgou uma resolução manifestando sua opinião sobre os resultados das negociações:

O acordo de Miami significou uma vitória política dos Estados Unidos, que preserva sua estratégia central. Esta negociação, pautada pelo ‘livre comércio’, ao contrário do que o governo e a mídia vêm propagando, mantém as negociações sobre todos os temas. A Campanha não vê como positiva nenhuma Alca. Sabemos que o foco central da Alca é o Livre Comércio. Neste sentido, a Alca *Light* que preserva esse eixo central, se configura tremendamente lesiva aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, da maioria do povo e à nossa soberania; pois implicará em mais desemprego, fechamento de empresas e empobrecimento da população. Sabemos que a ‘livre’ competição entre economias tão desiguais, - livre apenas para garantir a liberdade dos capitais e os lucros das grandes corporações, - só levará ao enfraquecimento da economia de nossos países e nosso direito ao desenvolvimento. Por tudo isso, a Campanha reitera suas posições e exige que o governo brasileiro se retire imediatamente da mesa de negociações da Alca e realize em 2004 um Plebiscito Oficial⁷⁷.

Após a negociação de Miami, ocorreu a última reunião formal do Comitê de Negociação Comercial (CNC), em fevereiro de 2004, em Puebla. Nesse momento, as negociações travaram diante de um impasse: transformar as orientações políticas

⁷⁶ Trecho da notícia veiculada no site www.radiomundoreal.fm

⁷⁷ CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. Resolução da Coordenação da Campanha contra a Alca, 2003.

recomendadas na VIII Reunião Ministerial de Miami em orientações práticas para que os grupos temáticos pudessem encaminhar as conclusões do processo negociador. Foi assim que a reunião de Puebla terminou sendo suspensa, com a previsão de ser retomada em março do mesmo ano. O objetivo desse “recesso” era obter tempo para consultar novamente os governos de modo a se tentar concluir o processo de negociação ainda em 2004. Mas, em outras palavras, o recesso representou a interrupção das negociações.

O propósito dessa última rodada de negociação era definir o conjunto mínimo de direitos e obrigações que seria aplicado a todos os países envolvidos no acordo. Isso significava negociar a abertura dos chamados temas “sensíveis” – como compras governamentais, patentes, serviços, agricultura e legislação *antidumping* – chegando a uma solução de liberalização comercial, de acordo com as resoluções de Miami. No entanto, a raiz do impasse, conforme estudo desenvolvido pelo Dieese, dizia respeito a como adaptar, a partir das definições de Miami, as ambições dos vários países e/ou blocos de países em relação à nova configuração da Alca em dois pisos: o primeiro, de direitos e obrigações aplicáveis a todos os países, e o segundo, de compromissos adicionais no formato plurilateral.

Um piso mínimo, ou seja, uma base comum aos 34 países, no qual deveriam ser incluídas obrigações em todos os temas que sempre foram propostos para a negociação na Alca (acesso a mercados, agricultura, serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, política de concorrência, subsídios, *antidumping* e direitos compensatórios e solução de controvérsias). Um segundo piso, no qual os países poderiam assumir níveis distintos de compromissos adicionais no âmbito da Alca, por meio de acordos bilaterais (entre dois países ou blocos de países) ou plurilaterais (entre mais de dois países ou blocos, mas sem incluir a totalidade dos países membros) (DIEESE, 2003, p. 28).

Segundo o economista e estudioso da Alca, Paulo Nogueira Batista Júnior (2004), em Puebla confirmou-se o previsto: “os Estados Unidos e diversos outros países não estão inteiramente conformados com o resultado da reunião ministerial de novembro em Miami, aquela que consagrou a Alca ‘light’, isto é, o formato de negociação mais flexível e menos ambicioso que vinha sendo defendido pelo Brasil desde o início do governo Lula”.

Sob a liderança dos Estados Unidos, mais 13 países queriam que os países relutantes em aceitar a Alca abrangente pagassem o preço de receber menos concessões em termos de abertura de mercados de bens, particularmente agricultura. Na opinião de Nogueira:

O objetivo do Brasil em Miami, endossado pelos demais integrantes do Mercosul, era concentrar a negociação em questões comerciais,

relacionadas a acesso aos mercados de bens. Nos demais tópicos, a Alca deveria ater-se essencialmente às regras da OMC, que são bastante exigentes e até rigorosas demais em algumas áreas, como por exemplo investimentos e propriedade intelectual. Para o Mercosul, a correspondência entre direitos e obrigações deveria ocorrer dentro de cada área da negociação da Alca, e não de maneira cruzada entre as diferentes áreas.

Outro aspecto ressaltado por Nogueira é que os Estados Unidos transferiram para o Mercosul a responsabilidade pelo impasse. Ele contesta a alegação de Washington de que o Mercosul é ambicioso em matéria de abertura de mercados (especialmente agrícolas) e não se dispõe a fazer concessões relevantes em temas como serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual. “É difícil aceitar essa avaliação. O Brasil e seus parceiros do Mercosul têm sido muito flexíveis – talvez flexíveis demais”. Exemplo disso, segundo ele, é que o Mercosul propôs a eliminação de todas as tarifas de importação para bens agrícolas e industriais em até 15 anos, além de concordar em remeter para a OMC a discussão da legislação *antidumping* e dos subsídios domésticos à agricultura, como sempre quiseram os Estados Unidos (JÚNIOR, 2004)⁷⁸.

Em contrapartida, os negociadores brasileiros pretendiam que os Estados Unidos também concordassem em deixar fora da Alca a definição de normas referentes aos temas problemáticos, como os serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual. Mas nada disso foi suficiente, segundo avalia o economista.

Na opinião do embaixador Antônio Simões, a negociação foi suspensa porque os americanos não concordaram com os termos da negociação, “eles queriam mais”. Ele considera que também houve influência do posicionamento do governo brasileiro, mas no geral houve uma desistência do governo norte-americano, em função da principal pretensão deles que era realizar reformas neoliberais:

A cada 30, 40 anos eles propõem a mesma coisa para nós. Eu acho que eles desistiram. A meu ver, eu acho que o posicionamento brasileiro influenciou, claro, se eu disser que não é mentira. Mas eu acho que influenciou também o seguinte: eles queriam a consolidação de reformas neoliberais. E qual é a situação econômica do Brasil hoje? Você conseguiu fazer na prática tudo aquilo que o governo Fernando Henrique dizia que queria fazer na teoria. Se você for ver, por exemplo, o resultado do superávit fiscal desse ano [2007] é tudo aquilo que o Fernando Henrique queria fazer e no primeiro mandato ele não fez. Se você olhar o primeiro mandato de Fernando Henrique não havia superávit fiscal, havia déficit, aí você tem a crise, a desvalorização do real em 99. Então, você é

⁷⁸ “O Brasil está sendo flexível na ALCA”. Artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, 19 de fevereiro de 2004. Paulo Nogueira Batista Júnior é economista, foi pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP e professor da Fundação Getúlio Vargas. Atualmente é representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional, indicado pelo presidente Lula em 23/02/2007.

obrigado a ter uma disciplina fiscal maior, que começou naquele momento, mas se consolidou na verdade nos mandatos do presidente Lula e é isso que vai levar o Brasil ao grau de investimento. Então você tem uma estabilidade de regras na economia brasileira. O ponto central é que a Alca tem que trazer alguma coisa para nós, se ela não trouxer ela não serve, o que eles tinham para oferecer era muito pouco, era quase nada, então porque eu tinha que dar adicionalmente?

Após a reunião de Puebla, o embaixador Antônio Simões lembra que houve uma reunião informal em Buenos Aires e os vice-ministros acordaram de suspender as negociações. “Não há um documento sobre isso, houve foi um entendimento. A tática final foi essa: houve a ministerial de Miami, que chamou uma vice-ministerial em Puebla. Eu estive nessa vice-ministerial. Depois houve uma reunião informal em março, em Buenos Aires. Foram duas reuniões informais e terminou a negociação”.

Em seguida às reuniões informais, os co-presidentes do CNC divulgaram cinco declarações conjuntas sobre o andamento do processo, uma em março, outra em abril e duas em maio de 2004. A última delas foi em fevereiro de 2005, com o seguinte texto:

Los Copresidentes del Comité de Negociaciones Comerciales (CNC) efectuaron consultas en Washington, D.C. los días 22 y 23 de febrero de 2005, sobre las orientaciones para desarrollar un conjunto común y equilibrado de derechos y obligaciones que serán impartidas a los negociadores, según lo requiere la Declaración de Miami. Esta reunión se basó en las discusiones entre países que participan en las negociaciones del Alca que se han realizado desde la Decimoséptima Reunión celebrada en Puebla, México, en febrero del año pasado.

Los Copresidentes han seguido avanzando y se muestran optimistas sobre los resultados de esta reunión. Nos reuniremos nuevamente los días 29 y 30 de marzo. Los Copresidentes consultarán informalmente con las delegaciones de los demás países del Alca⁷⁹.

A IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, em novembro de 2005, foi o último grande encontro dos chefes de Estado e de Governo e representou uma espécie de desfecho oficial no processo negociador da Alca. Não havendo consenso, duas posições foram expressas na declaração oficial. Essas posições seriam analisadas à luz dos resultados da próxima reunião ministerial da OMC.

A primeira posição defendia a continuação das negociações baseadas em “um acordo equilibrado e abrangente”, visando à expansão do comércio “livre de subsídios e de práticas que o distorçam, com benefícios concretos e substantivos para todos, levando em conta as diferenças de níveis de desenvolvimento e de tamanho das economias

⁷⁹ MINISTROS DE COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO. Declaração conjunta dos Co-presidentes do CNC, Washington, 2005

participantes”. Neste caso, os negociadores foram instruídos a retomar suas reuniões em 2006, com o propósito de avançar nas negociações, conforme o acordo fechado em Miami, em 2003.

A segunda considerava que ainda não havia “as condições necessárias para um acordo de livre comércio equilibrado e equitativo, com acesso efetivo a mercados livres de subsídios e de práticas que distorcem o comércio, e que leve em conta as necessidades e sensibilidades de todos os parceiros, assim como as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias”.

No encerramento da IV Cúpula das Américas, o presidente Luis Inácio Lula da Silva (2005), em seu discurso deixou claro qual era a posição do governo brasileiro. “Para o Brasil não faz sentido falar em livre comércio enquanto persistem os gigantescos subsídios da agricultura que desnivelam o campo de jogo. Daí a prioridade da OMC, onde se pode tratar efetivamente dessa questão”. O presidente ponderou também que não devem haver modelos únicos para as relações comerciais:

Na Alca se estava discutindo antes de Miami, em 2003, temas que iam muito além do comércio como regras para investimentos, compras governamentais etc., que limitavam a possibilidade de políticas industriais tecnológicas etc. Por isso, propusemos e obtivemos redefinições da base das negociações. Para o Mercosul e para o Brasil, nós temos negociado com outros países em desenvolvimento acordos em que tomamos plenamente em conta as assimetrias e sensibilidades dos países menos avançados. O mesmo princípio deve reger as negociações hemisféricas. Estamos dispostos a continuar essas discussões, mas não podemos fixar prazos artificiais que não serão cumpridos e que apenas causarão desgastes ⁸⁰.

Diante dessa condução do processo negociador da Alca, os representantes da III Cúpula dos Povos, evento paralelo à IV Cúpula das Américas, se pronunciaram reivindicando a suspensão imediata e definitiva das negociações da Alca e dos acordos bilaterais ou regionais. Além dessa reivindicação, a Declaração Final apresenta como proposta a construção de processos alternativos de integração regional, como a Alternativa Bolivariana das Américas (Alba) ⁸¹, projeto que já vinha sendo discutido pela Campanha Continental contra a Alca em outros espaços como os Encontros Hemisféricos.

⁸⁰ SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. In: Declaração Ministerial da IV Cúpula das Américas, Mar del Plata, 2005.

⁸¹ ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL. Declaração da III Cúpula dos Povos da América, Mar del Plata, 2005.

5.2 Encontros Hemisféricos

Além da Cúpula dos Povos, o Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca, realizado sempre na capital cubana desde novembro de 2001 foi também outro evento de grande importância no combate à Área de Livre Comércio das Américas (Quadro 8). Apesar de ter sido idealizado pelo governo cubano, mais precisamente por Fidel Castro, o Encontro era coordenado pela Campanha Continental contra a Alca e reunia em média mil militantes de todo o continente. Os representantes da Campanha Nacional contra a Alca participavam ativamente desse espaço, considerado por muitos deles fundamental para a integração dos movimentos sociais da América Latina.

Quadro 8 - Encontros Hemisféricos em Havana (Cuba)

ENCONTROS HEMISFÉRICOS	DATA
I Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca	13 a 16/11/2001
II Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca	25 a 28/11/2002
III Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca	26 a 29/01/2004
IV Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca	27 a 30/04/2005
V Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca	12 a 15/04/2006
VI Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos	03 a 05/05/2007
VII Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos	07 a 11/04/2008

Fonte: elaboração da autora

Os três primeiros Encontros Hemisféricos, de 2001 a 2004, foram categóricos no “Não à Alca”, repudiando o neoliberalismo e seus desdobramentos na América Latina. Os objetivos eram traçar planos para a mobilização contra a Alca em todo o continente e discutir alternativas para a integração dos povos. A declaração do I Encontro, intitulada Consenso de Havana, em alusão ao Consenso de Washington, afirma que a integração continental deve ser “solidária entre iguais” e por conquista da justiça social e do bem-estar dos povos. “Ao contrário do Consenso de Washington, fundado sobre o fundamentalismo do mercado, temos por objetivo ir construindo uma agenda alternativa, solidária, baseada na globalização dos direitos econômicos, sociais e culturais”⁸².

No geral, os Encontros Hemisféricos recomendavam, sobretudo, a intensificação da Campanha Continental contra a Alca, com formação de comissões nacionais, realização de jornadas continentais e consultas populares, pressão sobre os congressos nacionais, discussão do tema do livre comércio com associação ao tema da dívida externa, da Organização Mundial do Comércio e da militarização dos Estados Unidos na América Latina. Outro aspecto que a Campanha deveria trabalhar, segundo as discussões nos

⁸² CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, 2002, p. 161.

Encontros Hemisféricos, era o monitoramento das negociações da Alca, bem como dos acordos bilaterais e subregionais, sempre com a preocupação de divulgar massivamente o andamento desses processos e de exigir dos governos e das instâncias internacionais mais transparência e informação. Outra recomendação permanente era a participação nos preparativos dos Fóruns Sociais Mundiais e nos próprios Encontros, tidos como um espaço de fortalecimento na luta contra a Alca.

O IV Encontro Hemisférico, realizado em abril de 2005, poucos meses após o prazo previsto para a assinatura do acordo, reconhece a vitória do movimento continental, porém ressalta a necessidade de se manter em alerta contra um possível ressurgimento da Alca.

Tampoco podemos decir todavía que la victoria sobre el Alca es definitiva. Las negociaciones del Alca pueden estar entrampadas, congeladas, pero el Alca no ha muerto. Estados Unidos puede intentar revivir ese “cadaver” en cualquier momento, especialmente si no consigue avanzar sus intereses todo lo que desea en los escenarios globales o bilaterales. Pero aun si lo consiguiese, Estados Unidos no renunciará tan facilmente a su objetivo estratégico de colocar las piezas del rompecabezas de su dominación en el marco de una sola área hemisférica bajo su hegemonía. Debemos mantenernos vigilantes y movilizados continentalmente contra El Alca, y exigir a los gobiernos que se precian de ser dignos e independientes el no ceder a las presiones norteamericanas y no poner en juego, así sea con mediaciones, el futuro y el derecho al desarrollo de nuestras naciones⁸³.

A Declaração Final deste Encontro também destacou a necessidade de desenvolver uma proposta própria de integração e desenvolvimento, alternativa ao neoliberalismo e ao livre comércio, que priorize as nações e não a competição; que dê especial consideração aos direitos humanos, sociais, ambientais e de gênero; que reconheça as desigualdades e assimetrias; que reconheça o direito das nações de proteger e desenvolver seus recursos estratégicos e naturais, áreas vitais para sua sobrevivência; que possibilite uma América mais justa, livre e verdadeiramente democrática.

O V Encontro Hemisférico novamente reforçou a crença de que o projeto hegemônico norteamericano sofreu uma derrota e está paralisado, e que isso se deu muito em função da contribuição dos movimentos sociais, representados na Campanha Continental contra a Alca. Um dos pontos debatidos foi a resistência ao livre comércio em toda a sua completa e diversa forma de expressão, reconhecendo os Tratados de Livre Comércio como o próximo alvo a ser derrubado. Desta vez, de forma mais objetiva, foram apresentadas algumas alternativas de contraposição ao livre comércio, centradas na

⁸³ CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Declaração Final do IV Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca, 2005.

Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba). Além disso, também se destacou a necessidade de os movimentos sociais dialogarem, com aqueles governos “verdadeiramente comprometidos con los intereses populares”:

Hoy se viene desarrollando ya la Alternativa Bolivariana para las Américas (Alba), promovida por Venezuela y Cuba, que se viene concretando en importantes proyectos como la operación Milagro, los programas de alfabetización en varios países del continente y acuerdos como el de Petrocaribe. Así mismo ha surgido la iniciativa de los Tratados de Comercio de los Pueblos (TCP) impulsados por el presidente boliviano Evo Morales (participante de nuestros anteriores encuentros). Tales alternativas de integración, deben contar cada vez más con los aportes de los movimientos sociales. En esta construcción de alternativas concretas destaca la importancia del tema de la energía como uno de los ejes de los procesos de integración⁸⁴.

A partir de 2007, na sua sexta edição, o evento ganha outro nome: Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos. Nessa fase, a Alca já fazia parte do passado e, segundo a declaração final do Encontro, os esforços estavam centrados, “na luta contra o imperialismo e suas políticas neoliberais na região, com ênfase no enfrentamento das práticas provocadas pelo livre comércio sob a forma de Tratados de Livre Comércio (TLCs), *Economic Partnership Agreement* (EPAs), *North American Security and Prosperity Agreement* (Aspan), “reconhecendo em todos eles expressões de uma fase muito mais perigosa da mesma pretensão hegemônica que vem ameaçando a região desde sempre”. O documento também explicita que os militantes ali reunidos rejeitam o aprofundamento dos acordos de livre comércio propostos pela União Européia à América Latina e o Caribe, a “Alca européia”.

Quanto ao modelo de integração, é citada a proposta da Alba e enaltecida a iniciativa de instituir nela um âmbito de participação dos movimentos sociais, “*que debe ser amplia, plural e incluyente de las más diversas expresiones sociales de la región, requisito indispensable para solidificar cualquier proceso de integración*”⁸⁵.

A Campanha Nacional contra a Alca sempre manteve sintonia com os eventos internacionais de oposição à Alca, principalmente com os Encontros Hemisféricos, os quais eram coordenados pela Campanha Continental contra a Alca. A CNA integrava a

⁸⁴ CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Declaração Final do V Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca, Cuba, 2006.

⁸⁵ CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Declaração Final do VI Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos, Cuba, 2007.

coordenação da Campanha Continental, e, com a ASC, ficou responsável pela sua secretaria executiva de 2002 a 2006⁸⁶.

A interpenetração da CNA com as redes hemisféricas e mundiais, a exemplo da Campanha Continental contra a Alca e da Rede Jubileu Sul, é que a torna pertencente ao Movimento por uma Nova Globalização. Nesse sentido, é possível observar a influência do movimento mundial na própria identidade do movimento hemisférico e, por conseguinte, no movimento brasileiro. Basta acompanhar a mudança das nomenclaturas. Inicialmente, a movimento global se chamava anti-globalização, depois por uma nova globalização ou por uma outra globalização.

Essa mudança não influenciou tanto na alteração dos nomes da Campanha Continental e Nacional contra a Alca, mas interferiu na nomenclatura e na condução dos seus eventos e conteúdos, como, por exemplo, os Encontros Hemisféricos passaram a incluir um elemento que sugere o sentido de uma nova sociedade, que é o “pela integração dos povos”. O mesmo aconteceu no caso da CNA, com a realização das Assembléias Populares, cujo objetivo era discutir propostas para a construção de um “projeto alternativo para o Brasil”. Além do mais, o lema “uma outra América é possível” era outro elemento aglutinador e representava esse mesmo sentido de nova sociedade nos três âmbitos: mundial, continental e nacional.

Com isso, é possível também perceber a presença de uma característica marcante em todos eles: o antagonismo, simbolizado pela luta contra a Alca. Porém, até a intensidade desse antagonismo foi se modificando conforme a própria mudança das ações do “inimigo”, uma vez que as negociações da Alca foram arrefecendo. Porém, na visão dos participantes do movimento, o acordo foi mudando a roupagem, abrindo espaço para os TLCs. Isso possibilitou o amadurecimento das Campanhas em torno da construção de uma alternativa ao modelo neoliberal e da participação democrática.

No entanto, toda a tentativa de participação social no processo de negociação da Área de Livre Comércio das Américas tanto da Campanha Continental como da Campanha Nacional contra a Alca foi visando impedir a conclusão do acordo. Nunca foi aberta a possibilidade de concordância com a assinatura mediante a condução das negociações, como era a visão empresarial. O posicionamento das Campanhas era expresso em suas declarações, manifestos, resoluções ou cartas entregues aos coordenadores do processo negociador, inclusive nos seus países de origem.

⁸⁶ A Secretaria Executiva da Campanha Continental contra a Alca funcionava nas mesmas instalações do Comitê Nacional da Campanha Nacional contra a Alca em São Paulo.

Com a mesma intenção de marcar um posicionamento contrário a Alca, as Campanhas também ocuparam os espaços das instâncias institucionais abertos à participação da sociedade civil organizada, a exemplo do Comitê de Representantes Governamentais para a Participação da Sociedade Civil, mecanismo supranacional criado pelo processo negociador da Alca. Porém, esse Comitê não obteve muito resultado, uma vez que na prática não influenciou nas negociações ou tinha uma influência simbólica. Em sua própria gênese ele foi caracterizado como Comitê Especial, portanto sem mandato negociador. No Brasil, também foram ocupados os espaços de participação social via Ministério das Relações Exteriores, como veremos adiante.

5.3 As visões da CNA sobre a Alca e o livre comércio

Na visão da Campanha Nacional contra a Alca a Área de Livre Comércio das Américas “representa uma ameaça à soberania, à autonomia e à liberdade do Brasil”, porque reproduziria as relações de dominação dos países ricos, principalmente no campo econômico, devido à hegemonia dos Estados Unidos⁸⁷. A maior preocupação da CNA era que a Alca impedisse o desenvolvimento de um projeto de nação autônomo e soberano. Por essa razão, era contrária não só a Alca, mas a toda e qualquer forma de livre comércio, como já vem sendo demonstrado nesta pesquisa quando da exposição do conteúdo dos materiais didáticos da Campanha e dos documentos divulgados publicamente.

Como define Samuel Pinheiro Guimarães (2002b), secretário geral do Itamaraty, uma área de livre comércio simples “é um acordo internacional em que os Estados-parte eliminam, em um determinado prazo e de acordo com o cronograma negociado entre si, todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio recíproco de todos os bens, enquanto mantêm em relação aos demais Estados, que não fazem parte do acordo, as suas respectivas tarifas aduaneiras nacionais”.

Segundo o embaixador, a Alca faz parte de uma operação estratégica americana de amplo alcance, com objetivos políticos, econômicos e militares de longo prazo e cuja implementação se inicia com a Cúpula de Miami, em 1994. O principal objetivo político, do ângulo externo, seria consolidar a influência norte-americana sobre os maiores Estados da região, “garantindo seu apoio em disputas dos Estados Unidos com outras potências, tais como a Rússia, a União Européia e a China; com Estados ‘renegados’, como o Iraque, a Líbia e a Síria e para suas estratégias específicas de combate às ‘novas ameaças’, como o narcotráfico, o terrorismo e as migrações Sul-Norte e Leste-Oeste” (2002, p. 119).

⁸⁷ CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. Declaração da Campanha Nacional contra a Alca. Brasília, 2003

Do ângulo interno, afirma Samuel Pinheiro, o objetivo dos Estados Unidos com a Alca seria o de consolidar vínculos de dependência jurídica. “Tais vínculos impediriam modificações súbitas de política econômica e a adoção de políticas disciplinadoras dos fluxos de bens e de capital e promoveriam a adaptação da legislação e das instituições aos modelos norte-americanos, para facilitar a atuação das multinacionais americanas”. O alcance desse objetivo, segundo ele, se daria com a promoção de regras de boa governança e da democracia formal, “com a reeleição de dirigentes simpáticos a essa estratégia” (idem).

Segundo Samuel Pinheiro, o objetivo econômico norte-americano com a Alca seria estabelecer um território econômico único nas Américas, com livre circulação de bens, serviços e capitais, no entanto, sem livre circulação da mão-de-obra, sobretudo aquela de menor qualificação. Ele também acredita que o interesse dos Estados Unidos seria adotar o dólar como moeda hemisférica, “cuja emissão e circulação ficariam sob exclusivo controle norte-americano, ao contrário do euro, em que o controle da moeda é exercido de forma coletiva, pelos Estados da União Européia” (2002, p.120).

Quanto à estratégia militar, o objetivo dos Estados Unidos, segundo Guimarães, seria manter sob “protetorado” militar americano os Estados da América Latina. Isso se daria por meio de acordos que dificultassem ou impossibilitassem o desenvolvimento de tecnologias avançadas, tanto para uso militar como civil, que reduzissem seus armamentos convencionais e que delegassem às suas Forças Armadas apenas o papel de mantenedora da ordem interna.

No geral, a Alca provocaria, na opinião do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, o agravamento do desequilíbrio comercial entre Brasil e Estados Unidos e do desequilíbrio global do comércio exterior brasileiro. E o Brasil se tornaria “o maior e mais inerme Estado periférico” (2002, p.133). Ainda que recuperasse a capacidade de ação política autônoma, segundo ele, o País enfrentaria enormes dificuldades, como a redução drástica da possibilidade legal de utilizar os mecanismos de política industrial, tecnológica e comercial para acelerar a acumulação interna de capital e garantir o aumento da produtividade, da produção e da renda de sua população⁸⁸.

Na visão de Moniz Bandeira, a Alca também não oferecia vantagens para o Brasil. Mesmo que os Estados Unidos atendessem às condições indicadas pelo governo brasileiro

⁸⁸ Sobre a vulnerabilidade externa brasileira cf. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Desafios brasileiros na era dos gigantes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. O autor argumenta que a situação de crônica vulnerabilidade externa comercial do Brasil vem do período do império colonial português, quando “para conseguir ter sua independência reconhecida por Portugal e pela grandes potências européias da Santa Aliança, teve o Brasil de assumir, por tratado solene, importante dívida de Portugal com a Grã-Bretanha” (p.31).

em 2001, na III Cúpula das Américas⁸⁹, o Brasil não teria ganhado em termos de mercado, dado que quase 50% do seu comércio exterior já se realizavam no âmbito dos países que integrariam a Alca. E o percentual era ainda maior, ultrapassando 66%, no tocante aos produtos manufaturados. Segundo ele, também a tarifa média dos Estados Unidos, inferior a 3%, era muito mais baixa do que a tarifa média do Brasil, equivalente a 14%, o que tornaria a abertura comercial ainda mais assimétrica. Isso porque “o problema do comércio com os Estados Unidos não estava nas tarifas, mas nas barreiras não-tarifárias, como a legislação *antidumping*, normas técnicas fitossanitárias, direitos compensatórios e de subsídios não-explicitos, amplos e complexos, instituídas para proteger seu mercado interno”(2004, p. 211).

Outra implicação que a Alca traria para o Brasil, na concepção de Moniz Bandeira, era o desaparecimento do Mercosul como União Aduaneira⁹⁰, já que a Tarifa Externa Comum seria extinta para os integrantes da Alca, ou seja, para os Estados Unidos. Essa medida deixaria ainda em enorme desvantagem as empresas da União Européia, à época o maior parceiro comercial do Brasil e que lhe destinava quase 30% de suas exportações. Para ele, o problema não consistia em saber se o Brasil exportaria mais ou menos para os Estados Unidos e se haveria ou não desequilíbrio no comércio entre os dois países. “Consistia nas conseqüências econômicas e políticas, na incompatibilidade entre os interesses estratégicos do Brasil e as normas da Alca, que lhe restringiriam a autonomia e a capacidade de decidir sobre as políticas a adotar, de conformidade com as suas necessidades” (BANDEIRA, 2004, p. 211-212).

Moniz Bandeira cita alguns estudos realizados sobre o impacto da Alca para a economia brasileira:

Um estudo divulgado em 2 de maio de 2002 pela Secretaria de Receita Federal demonstrou que os Estados Unidos, México e Canadá seriam os países mais beneficiados com a formação da Alca, cujo comércio estaria concentrado em empresas multinacionais, que sempre distorceram os preços, o mais das vezes para transferir lucros ou prejuízos de um país para outro. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por sua vez, calculou que o Brasil perderia US\$ 1 bilhão por ano em seu comércio exterior, a partir de 1º de janeiro de 2006, data prevista para a

⁸⁹ O presidente Fernando Henrique Cardoso, declarou em seu discurso na III Cúpula das Américas, em Quebec, em 22 de abril de 2001, “que ela seria ‘bem-vinda’ se sua criação fosse um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos; se efetivamente fosse o caminho para regras compartilhadas sobre *antidumping*; se reduzisse as barreiras não-tarifárias; se evitasse a distorção protecionista das boas regras sanitárias; se, ao proteger a propriedade intelectual, promovesse, ao mesmo tempo, a capacidade tecnológica de povos; e se fosse além da Rodada Uruguiaia, corrigindo as assimetrias então cristalizadas, sobretudo na área agrícola” (BANDEIRA, 2004:210-211).

⁹⁰ A União Aduaneira é uma etapa de integração caracterizada pela eliminação das tarifas aduaneiras intrabloco, além do estabelecimento de uma política comercial comum em relação a terceiros países com a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC), que é a tarifa utilizada nos acordos de integração e consiste na imposição por parte dos países membros, de um imposto igual (comum) à entrada de mercadorias provenientes de terceiros países.

implantação da Alca, posto que suas importações ultrapassariam US\$ 2,254 bilhões, enquanto as exportações somente aumentariam cerca de US\$ 1,252 bilhões o que agravaria a sua vulnerabilidade, com um crescente déficit em suas contas externas (2004, p.212).

Uma pesquisa desenvolvida por Paulo Nogueira Batista Júnior também demonstra as desvantagens da Alca para o Brasil⁹¹. Ele conclui que não interessa ao País participar de áreas de livre comércio com economias muito mais desenvolvidas e poderosas. Um dos fatores é a vulnerabilidade das empresas brasileiras, “que enfrentam um sistema tributário hostil à sua competitividade internacional” (2003: 271). Cita que boa parte da arrecadação depende de tributos que incidem sobre o faturamento, a receita bruta ou a movimentação bancária. Segundo ele, esse tipo de tributo diminui a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e favorece a penetração das importações no mercado interno.

Como relata Nogueira Batista, as empresas brasileiras defrontam-se, também, com pesadas restrições em termos de acesso a financiamento e capital, oferta reduzida de empréstimos, prazos curtos e taxas de juro às vezes mais altas do que as do mercado internacional. Também são muito limitadas as possibilidades de captação direta de recursos junto a investidores, sem a intermediação do sistema bancário: “Diferentemente das suas concorrentes norte-americanas ou européias, as empresas brasileiras, especialmente as menores, dependem em larga medida da sua capacidade de autofinanciamento, o que restringe as suas possibilidades de expansão” (2003, p. 271-272).

Segundo o pesquisador, as deficiências da infra-estrutura econômica são outro fator, a exemplo da crise de energia elétrica em 2001, o que demonstra “a fragilidade da economia brasileira mesmo em uma área em que o país apresentava tradicional vantagem competitiva, por força de sua base hídrica”. As empresas padecem, também, com a precariedade do sistema de transportes ferroviário, hidroviário e, principalmente rodoviário. “A deterioração da infra-estrutura rodoviária é crescente; mais de 60% da malha viária pavimentada encontra-se em estado deficiente de conservação. Existem, além disso, sérios problemas na oferta de serviços de gás natural, saneamento básico e portos” (2003, p. 272).

Paulo Nogueira Batista Jr. reflete sobre o argumento dos empresários nacionais de que as empresas estariam preparadas para a Alca. “O principal ou único problema residiria nas desvantagens sistêmicas, no chamado custo Brasil. A economia brasileira não seria competitiva; as empresas brasileiras, sim”. Segundo o autor:

⁹¹ “A Alca e o Brasil”. O presente artigo constitui versão resumida dos resultados de pesquisa concluída em março de 2003 para o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP).

As firmas dos Estados Unidos e de outros países desenvolvidos são, em geral, muito superiores às brasileiras em termos de escala de produção, tecnologia, organização, acesso a crédito e capital, redes de comercialização, marcas etc. Há exceções, é claro. Diversas empresas brasileiras e setores da economia nacional (por exemplo, siderurgia, têxteis, calçados, a maior parte da agroindústria e da agricultura) demonstram capacidade de competir no mercado internacional e são por isso mesmo os alvos preferenciais do protecionismo praticado sistematicamente pelos países desenvolvidos (2003, p. 273).

Os três autores acima citados, Bandeira, Guimarães e Nogueira, possuem uma visão semelhante sobre a Alca, havendo um consenso sobre o impacto negativo para o Brasil caso houvesse assinatura do acordo. Outro pesquisador, no entanto, acredita que a Alca poderia resultar em ganhos, caso o governo brasileiro tivesse tido uma postura mais ofensiva nas negociações. Amâncio Jorge de Oliveira, professor do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI-USP), aposta que é possível identificar os benefícios da Alca em dois planos: reformas estruturais e integração regional.

Quanto às reformas estruturais, a Alca poderia funcionar como “um elemento de *enforcement* (pressão) ou de catalização para as reformas estruturais do país”. Ele cita que uma parcela do empresariado brasileiro chegou a considerar a integração como possível elemento decisivo para levar o governo a realizar a reforma tributária. Em relação à integração regional, o autor considera que um acordo sobre regras de investimentos e seus efeitos macro poderiam servir como fator de “atrabilidade” para investimentos internacionais. “Vários elementos, além de regras de proteção aos investimentos, competiriam nesse sentido, tais como amadurecimento de padrões regulatórios, ganhos de autonomia das agências reguladoras, diminuição do risco-país e estabilidade das regras” (OLIVEIRA, 2003, p. 324-25).

Outros autores compartilham da visão de Jorge Amâncio e outros, ainda, dissertam sobre a Alca e seus impactos na economia e na política brasileira. No entanto, esta tese não pretende aprofundar essas diferentes visões, e sim, fundamentalmente compreender qual a visão da Campanha Nacional contra a Alca. Aqui, foram destacadas as visões das desvantagens da Alca utilizando, sobretudo, os autores que influenciaram a linha ideológica da CNA, como Samuel Pinheiro Guimarães e Paulo Nogueira Batista Jr.

No geral, para os coordenadores da Campanha Nacional contra a Alca entrevistados na presente pesquisa, o livre comércio é a própria expressão da globalização neoliberal, e por isso deve ser combatido em sua completude. Esse agir da CNA esteve todo o tempo em consonância com as ações da Campanha Continental e também do Movimento por uma

Nova Globalização, cujo alvo também é o neoliberalismo. A Alca seria uma espécie de ferramenta dessa globalização, como afirma o entrevistado Gonzalo Berrón (ASC).

Na mesma linha de raciocínio, mais dois entrevistados consideram o projeto neoliberal como o alicerce da Alca. Isso levou o “Não à Alca de qualquer forma”, afirma Ivo Poletto (Cáritas Brasileira), o que significa ser “contra uma aliança centrada na economia com padrão neoliberal”. Para Carlos Alberto Almeida (Consulta Popular), “a Alca é uma iniciativa claramente eivada nos princípios do neoliberalismo, ou seja, feita a devastadora privatização era necessário agora criar mecanismos de anexação das economias dos países periféricos, os transformando quase que em sucursais”. Segundo ele, seria uma redução de tal forma do Estado que o Brasil perderia a sua capacidade de legislar, “porque passaria a ter uma dependência dos acordos firmados com a Alca em questão de patente, metas econômicas e financeiras, moeda, sistema de compensação de tarifas, sistemas financeiros etc., de tal modo que inviabilizaria os governos nacionais; eles seriam totalmente dependentes dessa armadilha chamada Alca”.

Outro argumento presente no discurso dos coordenadores da CNA é que a concepção de livre comércio difundida na Alca escamoteia as relações desiguais sob o argumento da “liberdade” entre as nações. Como afirma padre Bernard (Ibrades/CNBB), “você pode negociar quando a correlação de forças é mais ou menos favorável ou igual, mas a correlação de forças com a Alca era totalmente desfavorável”. O representante do Setor Pastoral Social da CNBB, padre Alfredo, reitera:

O livre comércio entre forças desiguais é predatório na medida em que fortalece o mais forte e enfraquece o mais fraco. Então entre Brasil, Estados Unidos e países da América Latina é evidente que qualquer tipo de Alca tende a fortalecer o mais forte e enfraquecer o mais fraco. A gente usava a imagem de tubarões e sardinhas. Joga tubarões e sardinhas dentro de um tanque e coloca os dois para dialogar. Então, o livre comércio total iria de alguma forma enfraquecer, por exemplo, a agricultura familiar, iria enfraquecer aqueles setores da economia onde os Estados Unidos tinham superioridade absoluta. Desde o começo a Campanha era contra. Alca *lighth* ou Alca para nós era praticamente a mesma coisa, era só uma forma de disfarçar a Alca.

Maria Lucia Fatorelli (Unafisco) questiona o tipo de livre comércio sugerido pelos Estados Unidos. Segundo ela, a Alca era uma falácia, um projeto de dominação. “Tem todo um discurso de liberdade, mas a gente vê que apenas é um discurso para que nós abramos o nosso mercado, as nossas fronteiras, para que a gente abra mão de todos os nossos controles. A proposta que eles fazem para nós é inversa a que eles praticam”. E mais: “eles impõe essa flexibilidade toda do comércio e barram as pessoas. Constroem muros e

metralham, por exemplo, os mexicanos que tentam cruzar as fronteiras. Quer dizer, as mercadorias podem ser livres e as pessoas não?”.

Segundo Ricardo Gebrim (Consulta Popular/Sasp), o livre comércio só interessa aos capitalistas. Sua finalidade “é assegurar que os mecanismos protetivos dos Estados nacionais não lhes impeçam de obter taxas maiores de lucro. Essa é a lógica do livre comércio”. Quais seriam esses mecanismos protetivos dos estados nacionais? Segundo ele, são os próprios mecanismos protetivos das populações. “Ou seja, o livre comércio só interessa aos capitalistas. Se você é um grande investidor capitalista é defensor do livre comércio, se você não é um grande investidor capitalista você é prejudicado pelo livre comércio”.

Gustavo Codas (CUT) alerta que é preciso qualificar “livre comércio”. Segundo ele, essa modalidade de negociação quando utilizada para permitir que uma parte comercialize com outra sem taxas de impostos, dependendo das circunstâncias, pode funcionar como um processo de integração entre países. No entanto, afirma Codas, a pauta do livre comércio hoje não diz respeito apenas a comércio, inclui, por exemplo, “propriedade intelectual, compras governamentais, resolução de conflitos, interesse em tribunais internacionais. E nesse sentido liberal do livre comércio, como está na OMC, como estava na Alca e está em alguns tratados de livre comércio, a Campanha tinha uma posição contrária”.

Codas conta que o posicionamento da CNA, contrário ao livre comércio desde o começo, apesar de não se saber ao certo os detalhes da negociação, se fundamentava no parâmetro do Nafta:

Nós tínhamos um antecedente que era o Nafta, então nós não estávamos falando em hipótese, estávamos falando a partir de um exemplo do que tinha sido negociado no Nafta. Apesar de que não sabíamos o que tava sendo negociado em detalhe, mas nós tínhamos um paradigma dos Estados Unidos para essa negociação e sabíamos que os Estados Unidos não aceitaria menos que o Nafta, porque se ele aceitasse seria uma desmoralização para ele com o México e Canadá. Então nós sabíamos que a Alca seria o *Nafta plus*, quer dizer o Nafta piorado. Então, nesse plano nós entendíamos que não tinha como emendar isso, porque a posição negociadora dos Estados Unidos partia do piso, o qual ele não podia recuar.

Também para João Pedro Stédile (MST), o problema é a concepção de livre comércio empreendida na Alca. Como ele diz, não se tratava apenas de um acordo comercial, afinal “você podia até fazer um acordo comercial bilateral entre Brasil e Estados Unidos. É muito comum acordos comerciais que podem ser mais amplos ou menos amplos. Mas a proposta da Alca era na verdade um grande guarda-chuva jurídico para

deslegitimar qualquer legislação de proteção à economia nacional”. Segundo ele, ainda havia outro agravante: “o de que esse aparato jurídico tiraria os poderes do estado nacional e deixaria tudo livre, não só no tema do comércio, de eliminar tarifas e entrar mais produto americano aqui e, eventualmente, determinados produtos brasileiros poderem ser vendidos em maior quantidade nos Estados Unidos, como o açúcar, a laranja”. Para Stédile, a questão principal era outra.

O acordo previa vários estamentos, vamos dizer assim, tinha acordos na área de mercado, na área de legislação trabalhista, tinha que se equiparar tudo na área da previdência, na área das leis de patente etc. Na educação, o acordo da Alca tratava a educação como uma mercadoria qualquer, não como um direito, mas como uma área de investimento. O acordo da Alca não era um simples acordo comercial, era na verdade um grande aparato jurídico, um grande guarda-chuva que, digamos, criava as condições legais para o capital estrangeiro. Então, realmente colocava em risco a soberania nacional brasileira.

José Maria (PSTU) acredita que de qualquer forma a Alca ameaçaria à soberania brasileira. “Não havia como emendar ou mudar o projeto apresentado pelo governo americano para transformar aquilo numa coisa positiva no Brasil. Ou seja: não havia como você mudar um pouquinho e ficar bom, então nós achamos que o melhor era definir um posicionamento globalmente contra o acordo, no sentido de que o Brasil rechaçasse a assinatura dele ao invés de negociar”. Ele conta que essa era a grande divergência entre a Campanha Nacional contra a Alca e o governo brasileiro. “Os setores mais progressistas do governo diziam que estavam negociando para botar condição. Mas não tinha como botar condição de forma a transformar aquilo numa coisa boa”.

No geral, o discurso dos coordenadores da Campanha sobre o livre comércio segue uma linha semelhante aos discursos de Samuel Pinheiro Guimarães e de Paulo Nogueira Batista Júnior. Para ambos, o modelo de livre comércio empreendido pela Alca provocaria assimetrias que acabariam por comprometer a construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Em outras palavras, para os coordenadores, isso significaria, principalmente, uma ameaça à soberania brasileira.

5.4 Alternativa à Alca

A Campanha Nacional contra a Alca desde o início foi contrária não só à Alca, mas ao próprio processo de negociação, e todos os seus esforços foram voltados para impedir a assinatura do acordo, conforme percebido nos depoimentos dos coordenadores e nos

documentos difundidos. Gradativamente, a CNA contra a Alca foi elaborando propostas para uma integração latino-americana alternativa e o lema do Fórum Social Mundial: “Um outro mundo é possível” serviu de inspiração para esse aprofundamento. No caso da Campanha, se começou a utilizar o discurso “Uma outra América é possível” e, aos poucos, não em uníssono, se aproximou à proposta da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

O documento “Alternativas para as Américas” foi uma espécie de matriz utilizada pela Campanha. Trata-se de uma publicação que possui cinco versões, sendo a primeira elaborada em outubro de 1998 por entidades das Américas que trabalhavam com o tema do comércio internacional e da integração entre os povos. Essas entidades vieram a formar a Aliança Social Continental. Como o documento aborda os assuntos tratados nas negociações da Alca e contou com ampla participação de entidades e movimentos sociais, foi sendo atualizado, chegando a uma última versão em maio de 2005.

Inicialmente, o documento apresentava uma proposta alternativa para cada tema negociado na Alca a partir dos nove grupos técnicos: acesso a mercados, agricultura, investimentos, subsídios, *antidumping* e medidas compensatórias, compras governamentais, direitos de propriedade intelectual, serviços, políticas de concorrência e solução de controvérsia. Além desse conteúdo, acrescentava outros assuntos que não estavam contemplados na negociação, como direitos humanos, meio ambiente e trabalho.

Com o passar dos anos, o texto foi deixando de ser defensivo e passou a apresentar proposições mais essenciais, delimitando o que se entende por “um projeto integracionista solidário e alternativo”. A última versão do documento defende a assinatura de acordos preferenciais que levem em consideração as desigualdades sociais e econômicas entre os países – “não devendo ser estes necessariamente recíprocos” e estimula-se a realização de acordos de cooperação científica e técnica e de desenvolvimento industrial, implementadas ao nível setorial.

No tocante à integração no setor de serviços ou políticas de compras governamentais e acordos de proteção à propriedade intelectual, o documento propõe que estes temas sejam retirados de todo e qualquer acordo internacional, já que na maioria dos fóruns multilaterais a visão das empresas multinacionais tende a predominar. “Este questionamento não significa tão-somente uma crítica econômica (...), mas também uma crítica cultural, já que a tendência da padronização do consumo tenderia a “soterrar” as várias identidades latino-americanas” (PROSPECTIVA CONSULTORIA, 2005, p. 58-59).

No setor de serviços, especialmente em áreas como educação e saúde ou de utilidade pública, como energia, água e outros, o documento orienta que “se deve buscar antes o

acesso universal do que a eficiência econômica”. Estes serviços são encarados como monopólio natural, não devendo ser permitida a sua abertura para investimentos de capitais estrangeiros, por meio de processos de privatização. No caso da educação, por exemplo, “o monopólio público está relacionado à formação da cultura e da identidade nacionais” (PROSPECTIVA CONSULTORIA, 2005, p. 59).

A questão da propriedade intelectual no documento aparece sob duas óticas. Primeiramente, as regras definidas devem levar em consideração “os contextos sociais, culturais e econômicos específicos, o que abre a possibilidade para quebra de patentes em casos de abuso do poder econômico dos grandes grupos multinacionais”. Em segundo lugar, o texto defende que haja proteção da biodiversidade, dos saberes indígenas e das comunidades tradicionais.

Quanto ao tema agrícola, um dos mais sensíveis para o Brasil, o documento defende que haja mecanismos que impeçam a deterioração dos preços das matérias-primas no mercado internacional e critica a concessão de subsídios agrícolas para os exportadores. “A agricultura de exportação não pode ameaçar a segurança alimentar de um país”. Defende também que os processos de reforma agrária sejam estimulados agregando mecanismos específicos de crédito, assistência técnica, subsídios e isenção fiscal para os pequenos produtores. O texto questiona a elaboração de padrões sanitários vinculados a tecnologias específicas, como transgênicos, “devendo ser os mesmos discutidos com a presença de grupos sociais, além de promover a defesa da saúde e do meio ambiente” (idem).

No geral, esta versão do documento propõe que no lugar de “um Estado protecionista tradicional”, seja desenvolvido “um Estado socialmente responsável, capaz de promover um projeto de desenvolvimento sustentável definido democraticamente”. Afirma também que “as propostas de integração não podem e não devem promover uma cessão da soberania nacional; mas antes fortalecê-la por meio de acordos internacionais que estimulem a sua afirmação” (PROSPECTIVA CONSULTORIA, 2005, p.59-60).

A Campanha Nacional contra a Alca foi mesclando em seu discurso o conteúdo do “Alternativas para as Américas”, documento que também ajudou a construir, e as discussões em torno do lema do Fórum Social Mundial. O *slogan* “Uma Outra América é Possível” passou a ser utilizado, sempre na perspectiva de uma “integração solidária” e contraposta à globalização neoliberal. Ao final da Campanha, a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba) foi se configurando como uma proposta discutida pelo movimento social contra a Alca.

A Alba é um projeto de integração política e econômica da região latino-americana e caribenha lançado pelo presidente da Venezuela Hugo Chavez para fazer oposição à Alca.

Surge no contexto das negociações para a formação da Alca, na Cúpula das Américas, em 1994, e “se propõe a ser um modelo de integração oposto à proposta de integração liberalizante dos fluxos de comércio, serviços e investimentos”⁹².

Segundo o caderno “Integração na América Latina”, publicação-síntese da última versão do “Alternativas para as Américas”, a Alba defende a criação de mecanismos de cooperação entre as nações latino-americanas e que contrabalance as assimetrias dos países da região frente às potências desenvolvidas. Dentre as propostas estão: “criação de economias cooperativas comuns; livre circulação de fatores produtivos; ampliação dos mercados; aumento da dimensão e produtividade das empresas existentes nos países signatários; criação de novas frentes de trabalho; cooperação nas áreas de saúde e educação; e eficiência e confiabilidade no abastecimento de energia” (2006: 22-23).

Segundo a publicação, “a Alba supõe a construção de alianças estratégicas e posições comuns entre os países da região como meio de fortalecimento de posições políticas conjuntas frente ao modelo norte-americano de integração continental”. Dessa forma, critica a liberalização, a desregulamentação e a privatização de serviços, uma vez que estas restringem a capacidade dos Estados Nacionais de planejar e efetuar políticas públicas (2006: 23).

Os principais mecanismos da Alba são os Convênios Comerciais Compensados e as Alianças Estratégicas. Em dezembro de 2004, foi firmado entre os presidentes Fidel Castro e Hugo Chávez, um destes Convênios, também chamado de acordo Cuba-Venezuela. Este acordo “inclui uma declaração conjunta de princípios comuns e artigos nos quais cada país propõe ações próprias sobre o que necessita e o que vai oferecer em relação a bens e serviços segundo suas capacidades”. Sobre as Alianças Estratégicas, o petróleo é o centro desse acordo. “O governo da Venezuela negocia o recurso natural em troca de intercâmbios complementares e comércio. Neste marco estão as propostas de criação da Petroamérica e, posteriormente, Petrosur, que visa criar uma plataforma energética sul-americana” (2006: 23).

Apesar de não haver entre os coordenadores da CNA entrevistados consenso sobre a Alba como alternativa para as Américas, muitos deles consideram a proposta próxima dos princípios discutidos pela Campanha. João Pedro Stédile (MST) é um dos entusiastas da Alternativa Bolivariana. “Achamos que a Alba vai ser a materialização daquela outra América e também mostra para a sociedade que a Alca era a proposta do capital e a Alba é a proposta do povo”.

⁹² ALIANCA SOCIAL CONTINENTAL; CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA ALCA; REDE BRASILEIRA PELA INTEGRACAO DOS POVOS, 2006.

Na opinião de Ricardo Gebrim (Consulta Popular/SASP), atualmente a Alba representa “o melhor pólo aglutinador”, porque se propõe a funcionar com três espaços distintos e simultâneos e de forma igualitária: o espaço dos governos, o espaço dos governos locais, a exemplo de estados e municípios, e o espaço de movimentos sociais. “Esses três espaços se reunirão de forma simultânea, independente e autônoma para gerir os destinos da Alba. É uma proposta muito avançada, uma proposta muito interessante, que a gente recebe com bons olhos, e estamos muito animados”.

Gustavo Codas (CUT) afirma que a proposta da Alba gerou alguns conflitos na Campanha. “Teve setores avessos a Alba, como o pessoal do campo do PSTU e de ONGs. Mas eu diria que o sentimento amplamente predominante na Campanha e na Aliança era pró-Alba”. Segundo ele, seriam tratados de comércio entre os povos baseados em “trocas diretas entre países e acordos de cooperação. Na verdade, é uma pauta nova, como o Banco do Sul, com criação de estrutura por fora do mercado capitalista mundial”.

No geral, os entrevistados apontaram elementos-chaves que fundamentam o que seria Uma outra América possível. A base dos argumentos gira em torno da autonomia e defesa dos interesses dos povos latino-americanos e não unicamente dos mercados, a exemplo da Alca. A questão da soberania e da autodeterminação dos povos é predominante. “Uma América livre e soberana”, com “comércio mais justo”, “uma integração que seja social, política, econômica, cultural”, uma “aliança de povos e não de economia”. Uma “integração soberana sem nenhum tipo de submissão aos Estados Unidos”.

Maria Lucia Fattorelli (Unafisco) sintetiza: “os movimentos e entidades da base trabalham a integração de países e povos em que os mercados e capitais especulativos sejam subordinados a instituições capazes de fazer prevalecer a vontade democrática e os interesses do cidadão. Isso só pode ser possível com a participação da sociedade e definição do seu projeto de desenvolvimento”.

Para outros coordenadores, a CNA não teve clareza do que seria uma proposta alternativa à Alca. No entanto, sempre houve muita discussão sobre a necessidade de se construir uma “integração dos povos”, diferente da Alca, que propõe apenas uma “integração comercial”. Segundo Fátima Mello (Rebrip), “a Campanha não teve isso claro, e não tem até hoje. Eu acho que a gente está em processo agora de tentar fazer avançar a discussão sobre qual é a América que a gente quer, e isso é algo que não está pronto mesmo”.

Zé Maria (PSTU) argumenta que vários segmentos da Campanha Nacional contra a Alca defendiam um modelo de integração da América Latina ainda nas bases do capitalismo. “E nós achamos que a única integração possível na América Latina é uma

federação das repúblicas socialistas da América Latina. Não há como fazer isso desde o ponto de vista do interesse dos trabalhadores sem expropriar a burguesia, sem acabar com a propriedade privada”. Mas ele admite que “esse pensamento era de uma parte minoritária da Campanha. Éramos nós e mais alguns setores que pensavam assim. A Campanha em si defendia uma integração dos povos, mas o problema é que isso ficava difuso. Nós nunca conseguimos avançar nessas discussões. Não havia uma linha política. E era natural que fosse assim, pois se tratava de uma grande rede de entidades”.

Uma alternativa à Alca sempre esteve presente no discurso da CNA, mas a ênfase da Campanha sempre foi “barrar o processo”, “impedir a assinatura do acordo”, dizer “Não”. Não houve um consenso sobre o que seria essa alternativa nem sequer um documento expondo o posicionamento da Campanha Nacional contra a Alca. No entanto, o “Não à Alca” sempre foi acompanhado de um “Sim aos Povos”. Mas não havia uma proposta concreta e sistemática da Campanha para o governo brasileiro. Havia um posicionamento objetivo sobre a necessidade da realização de um plebiscito oficial. Mas essa intenção era também de impedir a concretização da Alca.

A coordenação da Campanha apostava que o Plebiscito Oficial ampliaria o debate da Alca para o restante da sociedade civil que ainda não estava organizada em torno do tema. Para eles, a militância continuaria fazendo um trabalho de base e de convencimento caso houvesse o Plebiscito Oficial e o resultado seria novamente negativo para a assinatura do acordo. Como se tratava de uma rede de entidades, não havia um consenso sobre a participação efetiva da Campanha nas instâncias institucionais de participação. Mas no geral, a participação nesses espaços se dava visando a realização do plebiscito oficial.

No próximo capítulo serão abordados alguns aspectos fundamentais das relações da CNA com os Poderes Executivo e Legislativo.

6 A CAMPANHA E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A Campanha Nacional contra a Alca tinha uma intenção: impedir a assinatura do acordo. Todas as suas manifestações públicas e também palestras, encontros e seminários foram organizados para ratificar a posição da inviabilidade da Alca. O Plebiscito Popular teve esse objetivo principal. Tal posicionamento foi mantido mesmo quando suas ações se voltaram para a interlocução com o governo e com o Parlamento brasileiros. Tanto em uma instância como na outra, a finalidade da CNA era pressionar para a não-assinatura do acordo e para a realização de um Plebiscito Oficial sobre a Alca. Foi nesse sentido que os espaços institucionais de debate do tema foram ocupados pela Campanha, principalmente, via Ministério das Relações Exteriores e Câmara dos Deputados e não com o intuito de dialogar e contribuir para o aperfeiçoamento do acordo.

6.1 Relações com o Governo Brasileiro

A Campanha Nacional contra a Alca nem sempre agiu durante a interlocução com os Poderes. Havia uma combinação de que as entidades fariam mais diretamente essa mediação e só em momentos pontuais a Campanha teria uma representação nesses espaços institucionais de poder. A razão desse acordo era não legitimar a participação da Campanha nas negociações da Alca, porém as entidades seguiram participando de praticamente todos os momentos do processo negociador, seja no Brasil ou no continente. Mesmo quando a Campanha Continental contra Alca deu mais ênfase à mobilização de rua durante as negociações oficiais, os representantes também acompanhavam de perto as negociações de gabinete.

No Brasil, o órgão responsável pela preparação das posições brasileiras para as negociações da Alca foi criado em outubro de 1996, quando a Presidência da República instituiu a Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Alca (Senalca). O Ministério das Relações Exteriores (MRE) tinha como atribuição exercer a sua secretaria executiva. E segundo o decreto que dispõe sobre sua criação e composição, a Senalca “será integrada por dois representantes, titular e altermo, de cada um dos seguintes órgãos: Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura e do Abastecimento; Ministério da Saúde; Ministério da

Indústria, do Comércio e do Turismo; Ministério do Planejamento e Orçamento; Casa Civil da Presidência da República; Banco Central do Brasil”.

Também no parágrafo único do decreto, a Senalca “poderá convocar representantes de outros órgãos públicos para participarem dos seus trabalhos, bem como dos setores econômicos e sociais nacionais”. Ou seja, desde a sua criação, a Senalca prevê a possibilidade de participação de entidades representativas da sociedade civil, como convidadas. Mas até 1999, segundo o embaixador Antônio José Ferreira Simões, chefe do Núcleo da Alca e secretário executivo da Senalca, havia apenas a representação de órgãos governamentais. Em 2006, a página eletrônica do Ministério das Relações Exteriores divulgou no documento *Quem é Quem na Alca* uma lista já ampliada dos órgãos governamentais representados na Senalca⁹³.

A participação da sociedade civil começa de fato de uma forma estruturada em 1999. Naquele momento, o presidente Lula tinha perdido a eleição e Fernando Henrique foi reeleito. A negociação da Alca era uma negociação que dividia muito a sociedade, e naquele momento, quando assumi isso, fiquei muito preocupado, porque pensei o seguinte: o governo que ganhou é o mesmo governo que começou a negociação, mas qual será a visão da sociedade brasileira sobre esse movimento? O que a sociedade brasileira vai achar desse acordo? Isso é uma mudança, uma inflexão muito grande. Então, eu achei que tinha que haver uma discussão com a sociedade. Existia um mecanismo já criado, a Senalca, mas era um mecanismo de coordenação interna, de posição do governo brasileiro e dos ministérios. Eu peguei esse instrumento e ampliei, incluí nele a sociedade civil. Então aí eu coloquei de forma institucionalizada a participação dos empresários, pela Coalizão Empresarial Brasileira, também a CNI, a Fiesp. Mas eu botei, além disso, a CUT, ONGs. Enfim, todo o espectro da sociedade que não era ouvido antes, passou a ser ouvido. Aí as reuniões da Senalca passaram a ser cada vez maiores, no final nós tínhamos reuniões com quase 100 pessoas (Emb. Antônio Simões – MRE).

A Senalca foi instituída pouco depois do Núcleo de Coordenação da Alca (Nalca), criado pelo MRE primeiramente com o intuito de organizar a reunião ministerial em Belo Horizonte, que se daria em 1997. O Núcleo, que mudou de nome anos depois para Divisão de Coordenação da Alca (Dalca), foi o órgão responsável pela coordenação das

⁹³ BRASIL, 2006. Os órgãos governamentais representados na Senalca eram: Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Educação, Ministério das Comunicações, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Turismo, Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, Câmara de Comércio Exterior (Camex), Banco Central, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Casa Civil da Presidência da República, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

negociações no Brasil e, conseqüentemente, pela condução da Senalca. Esta, portanto, ficou ativa também até 2006, realizando cerca de 40 reuniões⁹⁴.

De 1999 até 2002, o embaixador Simões foi o secretário executivo da Senalca e várias vezes presidiu as reuniões. Ele conta que a participação da sociedade era muito intensa. “Você tinha de tudo. Tinha gente de universidade que vinha e apresentava idéia, tinha ONG, a Via Campesina era muito ativa, tinha o pessoal da CUT, a Fátima Melo, da Rebrip, que estava em todas as reuniões. Era um movimento muito interessante”.

Segundo o embaixador, a Senalca quebrou um paradigma dentro do Itamaraty. “O governo brasileiro era muito fechado, a gente vem de um regime autoritário, a democracia começa em 1985. Então, tudo era discutido dentro do governo, não havia participação da sociedade civil”. Ele conta que a primeira vez que a sociedade civil participou de uma negociação no Itamaraty foi com o tema ambiental, no período da Conferência do Rio, em 1992. Em seguida, também nos anos de 1990 existiram conferências sociais sobre o tema de gênero e direitos humanos. No entanto, “em relação à área econômica, o primeiro momento que houve a participação da sociedade civil foi com a Senalca”.

Sobre a idéia de propiciar uma abertura à sociedade civil organizada para “debater” o tema da Alca no Itamaraty, o embaixador Simões relata que a iniciativa foi sua. “Quando assumi [a Senalca], eu achei que era impossível fazer isso só com o governo. Eu achei que era um acordo que se eu negociasse só com o governo não teria estabilidade, ele poderia ser fortemente contestado pela sociedade. Então, eu achei que não poderia fazer isso de jeito nenhum”. Na opinião do embaixador, graças a essa abertura, não houve crítica às ações do Itamaraty:

Eu não sabia quem ia ganhar a eleição, mas a visão que eu tinha naquele momento era de que para você acordar uma coisa internacionalmente você tem que ter estabilidade, você tem que ter a sociedade do seu lado. E naquele momento, quando houve a Campanha do plebiscito, se eu não me engano foi em 2002, eu me lembro de estar no meu escritório aqui e ver as pessoas lá embaixo, a manifestação, as pessoas colhendo assinaturas. Eu via que tinha acertado, que como instituição o Itamaraty nunca foi contestado, porque ele abriu a janela para a sociedade, ele ouviu as pessoas.

O embaixador Simões considera que a ação da sociedade civil foi muito importante para alterar o calendário das negociações. “O início das ofertas estava agendado para maio de 2002. Eu trabalhei para que essa data fosse alterada para setembro de 2002 e depois eu

⁹⁴ Segundo dados encontrados na pesquisa documental realizada no MRE, pode ser que a última reunião da Senalca tenha sido a de número XXXVIII, realizada em novembro de 2003. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Ofício CREDN/P-501/03, 5 de novembro de 2003.

consegui um novo adiamento para fevereiro de 2003. A partir desse momento, o próximo governo passou a controlar inteiramente a situação”, comenta o embaixador. Ele explica que quando se apresenta as ofertas, fica muito mais difícil mudar as negociações, “porque seria mudar uma coisa que você já ofereceu”. Para ele, o resultado do Plebiscito Popular não influenciou na não-assinatura do acordo e sim na apresentação das ofertas:

Eu acho que a contribuição da sociedade civil foi, sobretudo, uma contribuição de cautela. A sociedade civil ajudou a impedir que a negociação acabasse antes. Se não fosse a participação da sociedade civil, provavelmente a negociação teria terminado antes do governo Lula. Quer dizer, a sociedade civil não teve uma contribuição específica na negociação, mas ela teve essa contribuição, que acho que foi importante, do adiamento. Não foi a sociedade civil quem adiou, quem adiou foi o governo, agora a participação da sociedade civil foi fundamental para aqueles membros do governo que acreditavam que era necessário você ter uma reflexão mais ampla.

Para Fátima Mello (Rebrip), o acordo não foi fechado naquele período entre 2002 e início de 2003 menos por pressão da sociedade e mais em função da conjuntura política:

Eu acho sinceramente que a gente pode ter tido algum peso ali, principalmente o plebiscito. Agora eu acho que o que pesou mesmo foi que era fim de governo. Um acordo que estava tendo o nível de debate e de polarização na sociedade brasileira ser assinado por um governo que estava apagando as luzes? Não dava, realmente politicamente ia ser muito complicado. Eu acho que o Fernando Henrique poderia ter feito sim, mas depois eu acho que a ratificação ia ser complicada e o custo político ia ser gigantesco. Eles quiseram empurrar o problema para o Lula.

O plebiscito, segundo o embaixador, “tinha um elemento de radicalização, e em termos de negociação você não pode ser radical”. Porém, os mesmos atores sociais que participavam do plebiscito também dialogavam com o Itamaraty, “mas era um outro nível de participação”. Simões afirma que “o mecanismo de participação foi criado para que as forças da sociedade civil influíssem na posição do governo, mas por outro lado esse canal evitou que a radicalização tivesse um impacto mais direto, porque você já estava discutindo. Esse canal com a sociedade civil, com a CUT, com o PT, com as ONGs ele nunca se fechou”. E para ele, já que esses atores sociais “influenciavam na posição da gente, então a gente não dava muita bola para o plebiscito, que era uma visão mais radical”.

Na opinião dos coordenadores da Campanha Nacional contra a Alca, sobretudo daqueles que participaram desse canal de interlocução, a Senalca era uma instância

burocrática e tinha um caráter mais informativo. Para Gonzalo Berrón, no governo anterior já existia a Senalca, mas a partir de 2003, “Lula falou para o povo do Itamaraty: vocês têm que abrir isso para todo mundo, ninguém pode dizer que nós não somos transparentes”. Porém, segundo Berrón, só os grupos mais influentes da sociedade conseguiriam interferir nas discussões:

A Senalca tinha uma estrutura ruim, era melhor do que nada, óbvio. Era o embaixador Luiz Felipe Soares Macedo que recebia e chamava o pessoal. Ele convocava CUT, Rebrip, Contag, CNI... Ele dizia a negociação está nesse ponto etc. Acabava o informe, as pessoas perguntavam, aí, pronto, acabava. Quando eu fui, perguntei: bom até quando vocês vão aceitar? Vamos supor, os gringos queriam tarifa abaixo de 20%. E ele só ia dar 40%. Então eu perguntei: até onde vocês vão chegar? E aí ninguém respondeu. A Senalca era uma instância burocrática, os caras tinham que fazer, eles odiavam fazer isso, mas iam lá e apresentavam o histórico da negociação. A sociedade não conseguia interferir no processo a não ser que fosse alguém super pesado. Vamos dizer que fosse o pessoal que produz cana de açúcar, mas esse pessoal tinha outros mecanismos de incidência, de pressão.

Também para Gustavo Codas (CUT), a Senalca não trazia muitos resultados. E para João Pedro Stédile (MST) não era um espaço importante para a Campanha Nacional contra a Alca. Esta passou a utilizar as “relações informais” como mais uma forma de interlocução com os representantes governamentais, com o fim de acompanhar as negociações e colocar o ponto de vista da Campanha sobre a Alca. É a seguinte a posição dos dois militantes sobre a Senalca:

O problema da Senalca é que era uma reunião de um monte de gente, onde vinha alguém do Itamaraty falava o que queria e não prestava esclarecimento para ninguém, pronto, acabava, não era uma reunião do detalhe. Por que uma coisa é você dizer: olha, estamos negociando isso, mas quais são os termos, qual a posição negociadora, qual a posição do outro, qual o limite de negociação do Brasil nesse ponto? e isso nunca se discutiu na Senalca. Eu me lembro que tinha uma companheira aqui que ia, mas era uma frustração atrás da outra, porque ia lá o ministro falava, o negociador falava e pronto, acabou a reunião (Gustavo Codas – CUT).

Nós não dávamos muita bola para a Senalca. Para nós interessava era que havia esse diálogo sobre como estava a negociação oficial. Houve um espaço informal para essa troca de informação. Eles [representantes das negociações oficiais] marcavam em geral no Rio de Janeiro e em São Paulo, aí a secretaria da Campanha consultava para ver quem podia ir. Eles avisavam ao comitê nacional, alguns tinham mais amizades com eles, a Fátima tinha amizade com eles, então por relações pessoais havia essa combinação de reuniões informais (João Pedro Stédile – MST).

Havia entre os coordenadores da CNA e dentro de algumas entidades componentes da Campanha uma discussão sobre a “participação” nos espaços institucionais de debate

sobre a Alca e também nas instâncias negociadoras. Não havia um consenso, mas também não houve um conflito em torno dessa ação. Algumas entidades seguiram participando e intercambiando com a Campanha as informações colhidas durante os eventos e espaços. E a Campanha propriamente dita não participaria, sinalizando um boicote às negociações, de acordo com os relatos:

A Rebrip participou de todas as reuniões da Senalca, porque a gente tem múltipla representação, além de mim iam outras pessoas da Rebrip, da CUT e tal. Foi uma discussão muito intensa na Rebrip sobre participar ou não, porque a gente foi criada para lutar contra a Alca. Então, quando em 2002 e 2003 a gente passa a ser convidado, a gente diz: como é que vamos participar de uma instância de mediação sobre um acordo do qual nós somos contra? Nossa, foi difícil! Chegamos a conclusão de que sim e a gente tinha que ir deixando clara a nossa posição o tempo todo. Não houve uma reunião que nós não falássemos que éramos contra a Alca, que fazíamos parte da Campanha contra a Alca, que a gente ia lutar para que ela fosse derrotada, mas que a gente achava que era um direito dos movimentos sociais, ONGs, sindicatos, termos acesso às informações sobre o andamento das negociações, com o objetivo de reforçar as nossas mobilizações contra o acordo. Então, desde que nos foi feito o convite para participar nós deixamos claro isso, nós vamos para reforçar a luta contra. Nós fomos representando a Rebrip, só em alguns momentos a gente representava a Campanha. A gente consultava a Campanha e eles achavam que a gente deveria ir (Fátima Mello – Rebrip).

Até onde eu me lembro houve uma decisão de que a Campanha enquanto tal não participaria desses espaços, mas as entidades eram estimuladas a participar e a trazer a informação para a Campanha. A CUT e outras entidades sindicais participavam e a Rebrip. Era tipo uma divisão de tarefas. Algumas entidades entendiam que era importante ir para saber quais as posições que estavam sendo construídas e apresentar a posição que vinha das organizações sociais (Gustavo Codas – CUT).

A gente tinha uma discussão se a gente tinha ou não que participar disso, e aí nós chegamos à conclusão que enquanto Campanha, nós saímos para boicotar e para atrapalhar, não para debater lá dentro. Na nossa visão, era só para atrapalhar, para boicotar, nosso papel lá dentro era inviabilizar isso, impedir que tivesse. Para nós isso [o diálogo] era parte da Alca. Para eles, essa era a tentativa de legitimar a Alca, ou seja, a Alca é democrática, ouviu a sociedade civil, a sociedade civil opinou e decidiu também, no final preponderou essa proposta aqui. Então nosso papel lá era para boicotar (Ricardo Gebrim – Consulta Popular/Sasp).

Além da Senalca, com a evolução das negociações, estruturaram-se Grupos Interministeriais temáticos, responsáveis pelo acompanhamento das discussões de cada um dos Grupos de Negociação do acordo hemisférico. Dos Grupos Interministeriais, participavam representantes técnicos de diversos ministérios e órgãos do Governo, e também em alguns casos, representantes da sociedade civil. Segundo Gustavo Codas, a

Campanha Nacional contra a Alca participava desse espaço, mas tinha certa dificuldade em definir o perfil do representante para acompanhar determinadas discussões técnicas:

O esquema que funciona no Itamaraty quando vai se negociar um tema é que se forma em torno do tema uma equipe dos ministérios que tem a ver com aquele tema. Então o Itamaraty permitiu que nós participássemos dessas reuniões, onde se formava a posição negociadora do Brasil. Nós fomos como CUT, muitas vezes teve gente que foi como Rebrip. Aí tinha um problema, uma certa dificuldade na amplitude da Campanha, que era de chegar a um acordo do perfil para ir numa reunião onde o governo estava discutindo, por exemplo, a liberalização do mercado agrícola.

Alguns coordenadores afirmam que a participação da sociedade civil foi mais efetiva quando o MRE permitiu que representantes de organizações sociais integrassem da delegação oficial brasileira durante as negociações. E isso ocorreu em 2003, com o governo Lula. O próprio embaixador Antônio Simões, que também acompanhou as negociações da Alca no novo governo, quando passou a ser assessor do ministro Celso Amorim, comenta essa novidade: “nós conseguimos botar a sociedade civil nas delegações. Primeiro das Ministeriais, depois das próprias reuniões do CNC”.

Essa oportunidade, fruto da própria pressão social, foi bem aproveitada pelo movimento social em torno da Alca no Brasil, que participou de todas as instâncias de negociação com o aval do governo brasileiro. Segundo alguns entrevistados, a maior delegação era a brasileira, praticamente a única que contava com muita representação da sociedade civil, chegando ao ponto de a quantidade incomodar alguns negociadores de outros países:

Aí ocorreram os câmbios nos governos e em 2003 o governo brasileiro falou: bom, vocês podem vir em todas as negociações, não é só na Senalca, então eu e o meu companheiro Ademar, da Rebrip, fomos numa negociação em Trinidad e Tobago. A gente entrou numa sala como essa aqui e como nós tínhamos aquela outra posição política, nós falávamos: nós vamos, mas nós não vamos fazer incidência. Aí nós ouvíamos o que os gringos falavam e o que falavam os nossos. Era uma coisa inédita. E criou um outro patamar na participação da sociedade civil, dos movimentos e também dos empresários, mas eles já tinham uma articulação maior nesses espaços, mas para nós aquilo foi... E então começou essa coisa nova, que deu problema pro Brasil, que permitia a participação da sociedade na própria negociação, porque chegou uma hora que o gringo falava, mas quem é esse aí? E como o Brasil é soberano para definir quem vai ou não falar pelo Brasil. Mas a gente tava lá e ouvia (Gonzalo Berrón – ASC).

O governo brasileiro assumiu uma postura diferente depois de 2003. Em primeiro lugar, ele abriu as negociações para os movimentos e as centrais sindicais, nós passamos a ter assento nas reuniões de negociação, então nós sabíamos exatamente o que o governo brasileiro dizia ou deixava de

dizer e sabíamos o que a outra parte dizia. Teve até um fato curioso porque em um determinado momento a bancada brasileira era de mais de 30 pessoas. Aí o governo americano quis pressionar para reduzir a no máximo a quatro por país. E o Itamaraty falou para os americanos que o Brasil não podia, porque só de governo iam 12 pessoas, mais a turma da sociedade civil dava um monte, aí finalmente os americanos desistiram de propor a diminuição da bancada dos diversos países. Mas só o Brasil que tinha uma abertura tamanha assim de participação e pressão, e tinha a ver com esta combinação entre uma sensibilidade no núcleo dos negociadores e a própria sensibilidade vinda da sociedade civil (Gustavo Cotas – CUT).

Segundo Fátima Mello havia muita diferença entre participar da Senalca e das Reuniões Ministeriais:

Na Senalca, o que a gente conseguiu conquistar foi que a gente passou a ser ator. Antes, a gente não existia para esses caras, para a política externa brasileira. Quem eram os movimentos sociais? Quem éramos nós? A gente não apitava nada. Eu acho que ali a gente conseguiu dizer: somos atores, temos posição e vocês vão ter que escutar a gente. Agora mais importante do que ir na Senalca foi quando a gente passou a integrar a delegação oficial brasileira para as reuniões ministeriais. Aí foi quando o Lula foi eleito e nos enfiou dentro da delegação oficial. Passamos a fazer parte da delegação oficial, com crachá de delegação oficial. Ali sim, porque a Senalca era um espaço muito amplo, com um caráter mais informativo. Os negociadores informavam como estava a negociação e cada um se pronunciava. Nas delegações oficiais era diferente. A gente ia para a reunião ministerial onde estava sendo fechado o texto e aí os negociadores, o Celso Amorim e não sei mais quem vinham para a gente e diziam onde o bicho estava pegando. Que ali no texto não sei o quê, que a gente vai fechar o texto assim e assado. E aí a gente mandava diariamente informes não só para o Brasil, mas para a Campanha Continental e para a Aliança Social Continental. Então ali eu acho que foi importante, porque a gente passou a conhecer o processo negociador e as posições de cada governo de um jeito muito mais fino. Então esse foi o diferencial mais importante. Nós fomos até a última, até 2005. Miami, depois Mar Del Plata.

Quanto à participação das entidades da Campanha Nacional contra a Alca do “lado de dentro” das negociações, Fátima Mello considerou importante para fortalecer o movimento como um todo, mas ela não acredita que essa participação tenha influenciado na posição brasileira, sendo, para ela, majoritária a influência do agronegócio:

Lá dentro a gente não conseguiu influenciar, porque nós não somos hegemônicos na sociedade brasileira, quem manda na posição negociadora brasileira não somos nós, é a indústria e, principalmente o agronegócio, a nossa função ali sempre nos ficou clara: era passar a informação para o lado de fora e obviamente tentar embarrear. Claro, a gente tentava, mas a gente não conseguia bloquear posições. As nossas posições contrárias eram usadas de acordo com o interesse do governo.

Então quando o governo resolveu que não queria mais a Alca, aí as nossas posições começaram a ter mais peso, mas a gente nunca teve a ilusão de que a gente, porque passou a participar, a nossa posição passou a ter importância. Nada disso, ela foi usada de acordo com o interesse, se o Brasil quisesse que o acordo fosse fechado ele teria fechado. Agora sim, o importante foi que a gente teve acesso às informações preciosas para o movimento do lado de fora.

Além desses espaços institucionais de participação social, para alguns coordenadores e para os representantes dos comitês estaduais entrevistados, a relação da CNA com o governo brasileiro “eleito pelos movimentos sociais” em 2002 não foi como se esperava. Os militantes almejavam ser recebidos oficialmente pelo governo como Campanha Nacional contra a Alca e isso nunca ocorreu, apesar do envio de várias cartas solicitando audiência. Algumas dessas cartas foram, inclusive, publicadas no livro “Cartas a Lula: um outro Brasil é possível”. O autor da publicação, o economista Marcos Arruda, era coordenador de uma das entidades da Campanha, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACs)⁹⁵.

O livro, que tem um título que remete para o *slogan* do Fórum Social Mundial e também da própria CNA: “Uma outra América é possível”, traz cartas endereçadas ao presidente Luis Inácio Lula da Silva e ao seu governo sobre vários assuntos, sendo oito delas diretamente a respeito das negociações da Alca e de Alcântara, a exemplo dos trechos citados abaixo:

13/02/03

Para: Presidente Lula e Ministro José Dirceu
De: Marcos Arruda

Nós, da Campanha Brasileira contra a Alca, as dívidas e a militarização, e praticamente toda a gente - mais de dez milhões de cidadãos e cidadãs - que em 2002 votaram no Plebiscito Popular contra o acordo relativo à Base de Alcântara, esperamos que o governo do presidente Lula tome rapidamente uma posição definitiva de arquivamento definitivo do texto deste acordo.

Com esperança,
Marcos Arruda.
(ARRUDA, 2006, p.233).

19/11/03

Para: Presidente Lula
De: Marcos Arruda

... insistimos em solicitar de você uma ação decidida em favor do PLEBISCITO OFICIAL SOBRE A ALCA. Será um gesto superior de um governo seguro de si, para mostrar ao mundo que vocês e nós acreditamos na combinação da democracia representativa com a

⁹⁵ Marcos Arruda foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Atuou por 15 anos como economista do PT no campo das políticas macroeconômicas e na esfera internacional.

democracia direta, e que não negociaremos jamais a transição democrática para uma nova ordem, marcada pela justiça e pela irmandade entre os seres humanos e com a Natureza!
Abraço do Marcos Arruda.
(ARRUDA, 2006, p. 238-9).

O retorno das cartas e solicitações de audiência, quando houve, sempre foi formal. No geral, encaminhando a demanda da CNA para a Secretaria Geral da Presidência ou para o Ministério das Relações Exteriores. Assim também o presidente Lula o fez quando representantes da Campanha tiveram a oportunidade única de conversar informalmente sobre as negociações da Alca. João Pedro Stédile (MST) esteve nesse encontro e lembra que “ele disse que não podia fazer declarações públicas sobre a Alca, porque estava em processo de negociação, mas que a ampla maioria dentro do governo era contra o acordo”. Sobre a audiência solicitada, o presidente Lula sugeriu que a Campanha procurasse o ministro Celso Amorim e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Outros coordenadores também reclamam que houve uma grande quantidade de pedidos de audiência para o presidente Lula sem retorno. Segundo padre Alfredo Gonçalves (Pastoral Social/CNBB), “uma reclamação freqüente era de que o governo nunca quis falar com os movimentos sociais, e que esse governo se elegeu pelos movimentos sociais e depois preferiu acreditar nas forças da direita”. Para ele, “na verdade, nenhuma dessas estratégias para chegar às decisões do governo funcionou, nem aquela que a Campanha tinha via Itamaraty”.

Para Isidoro Revers (CPT), o diálogo com o governo Lula foi tenso e isso ocorreu porque “infelizmente eu acho que boa parte das políticas sociais não foi pautada a partir dos movimentos sociais e sim das elites”. Na opinião de padre Bernard (Ibrades), “Lula não queria ficar em uma posição de dependência dos movimentos sociais. E ele também não tinha uma posição fechada de estamos contra”.

Zé Maria (PSTU) reclama que não foi realizada nenhuma audiência com o presidente Lula. “Ele conversou com algumas das organizações que participavam do movimento, mas não com a coordenação do movimento. Para você ter uma idéia, nós tivemos uma reunião com a Embaixada dos Estados Unidos e não conseguimos fazer uma reunião com o governo brasileiro”. Segundo Zé Maria, até com o Ministério das Relações Exteriores, com quem a Campanha se reuniu umas duas ou três vezes, o diálogo não surtiu efeito:

Uma comissão da Campanha sentou com eles. Agora aí é o problema, uma das vezes quem nos recebeu foi o Samuel Guimarães, tudo bem, mas o problema é o seguinte, ele segue ordem. Eles fazem a argumentação da defesa da negociação e do tratado como se fosse uma coisa boa para o País, e, por outro lado coloca que é uma política de governo, então não

adianta conversar com o ministro. A conversa do Amorim era justificar a correção das negociações que estavam sendo feitas pelo governo brasileiro, ele falava do contexto mundial, a globalização, toda aquela argumentação de que o Brasil não pode ficar fora disso, que não cresce, que não sei o quê. A mesma condição que o governo anterior colocava.

Também para Ricardo Gebrim, o Ministério das Relações Exteriores não contemplou as preocupações da Campanha Nacional contra a Alca. Gebrim comenta:

O Itamaraty é um excelente órgão. Olha, eu sou um admirador do Itamaraty, eles são muito competentes, nossos diplomatas são uns vaselinas de carteirinha. É um pessoal muito competente, eles conseguem falar horas e horas sem dizer nada. Aquilo que em diplomacia eles chamam de ambigüidades construtivas. Então eles são muito hábeis, eles te recebem, te dão café, bolacha gostosa. Escutam tudo, falam, falam... Depois que você sai de lá, você diz: o que é que ele disse mesmo, hein? Eles estão lá pra isso. O Celso Amorim é inteligentíssimo, um grande quadro, um excelente diplomata, mas não se compromete com nada.

Os militantes dos comitês estaduais não acompanhavam tão diretamente à interlocução da CNA com o governo, mas obtinham informações de todas as reuniões e encaminhamentos tomados a partir dessa relação governamental. Alguns vinham dos estados para participar das audiências ou entregas de documentos e manifestos. Na opinião dos militantes entrevistados, essa conversação era importante, pois significava mais uma forma de pressão para a não-assinatura do acordo.

Para José Oeiras (Comitê PA), a Campanha queria que o debate saísse da sociedade civil e adentrasse os setores do governo. “Essa era uma missão da Campanha, aproximar essa relação pelo institucional, não só ficar na estrutura do debate na sociedade civil, mas também estabelecer um debate que chegasse até os setores do governo e do Parlamento”, atesta José Oeiras.

Ruthleide Rodrigues, também do Pará, considera que foi essencial a existência de um grupo que representasse as pessoas que votaram no plebiscito e participaram do abaixo-assinado para o plebiscito oficial. E esse grupo era a comissão formada por representantes de entidades da coordenação da CNA para fazer a interlocução junto aos poderes. “Se não tiver uma frente de pressão como a turma da coordenação da Campanha, que correu o mundo, que continuou indo lá, tu não ias ter mais influência”. Segundo Ruthleide, “esse grupo, de certa forma, é a democracia representativa, que representava os milhões de votos que foram obtidos na Campanha. Obviamente, se não fosse esse grupo tu não terias como dar continuidade na discussão também dentro do Congresso”.

A maioria considera toda forma de pressão válida, mas para alguns não foi essa incidência que interferiu no posicionamento do governo sobre a não-assinatura do acordo da Alca. Para Joilson Costa (Comitê MA) houve certo descaso do presidente Lula, que nunca recebeu a Campanha Nacional contra a Alca:

O presidente, de certa forma, fugiu desse diálogo. O próprio resultado foi entregue ao Luiz Dulci, secretário da presidência. Lula não recebeu em mãos o resultado, mandava interlocutores. Eu acompanhei várias iniciativas da Campanha para marcar audiências com ele e ele sempre desmarcando ou mandando interlocutores. O que os interlocutores dele, o Amorim e o Bahadian, diziam é que o Brasil não iria assinar a Alca, assim como acabou não assinando. Mas esse diálogo teve pouca influência na não-assinatura do acordo, até mesmo porque foi pouco diálogo entre a coordenação da Campanha e o governo.

Para Francisco Elias, também do Maranhão, “os diálogos com o governo parece que foram pouco decisivos e se influenciaram em alguma coisa, influenciaram para criar aquele efeito do constrangimento”. Como ele lembra, “o governo Lula não declarou sim ou não à Alca, mas disse o seguinte: nós queremos uma outra coisa. Essa era uma forma de fazer quando você não quer romper as relações e também não quer assinar”.

Já na opinião da irmã Anne Wihbey, do mesmo Comitê, o resultado do plebiscito e a pressão junto ao governo sobre a questão da Base Militar de Alcântara mudaram a realidade local. “Logo depois do plebiscito, o governo federal construiu uma convenção interministerial como prioridade com as comunidades de Alcântara, sobre um novo projeto. Já está há três anos lá, o programa aceitou a proposta e até hoje tem reuniões em Brasília e reuniões em Alcântara com esse grupo. Uma pessoa de cada ministério vem aqui e já assisti várias dessas reuniões”. Para ela, “esse foi exatamente o resultado do plebiscito”.

Penha Dalva (Comitê ES) conta que depois das eleições de 2002 “pensamos assim: Lula ganhou, aí nos animamos, graças a Deus, vamos conversar com o Lula, vamos levar o resultado para ele, fazer uma festa só. Aí a gente pedia uma audiência, eu falo a gente o grupo lá do nacional, pedia uma audiência e não vinha, pedia e não conseguia”. Por fim, como ela relata “quando a gente conseguiu falar com o Dulci, eu não lembro os detalhes, mas eu lembro que foi escorregando daqui e escorregando dali, o cara não falava coisa com coisa, não dizia nada, desviava das perguntas fundamentais. E nós ali no grupo, me deu vontade de morrer na hora, porque a gente vai representando o povo. Foi duro, foi de doer”.

Para Ramón Freitas (Comitê RO), “Lula conseguiu criar institucionalmente o espaço para diluir o conflito. No governo tem gente que faz esse meio de campo com os movimentos. Em alguns momentos em 2003 o próprio Luiz Dulci falou para a sociedade se mobilizar, chegou a fazer orientação direcionada para as mobilizações. O governo precisava disso para mediar determinada situação”.

Como visto, houve uma crítica clara por parte dos participantes da CNA em relação ao comportamento do governo frente ao movimento social contra a Alca. A tensão entre os dois campos foi nítida do início ao fim da Campanha, desde o governo do presidente Fernando Henrique até o governo do presidente Lula. Porém, essa realidade não impediu que a Campanha buscasse de todas as formas a interlocução com o Poder Executivo, seja participando das reuniões da Senalca e dos Grupos Interministeriais temáticos até as audiências formais e informais com representantes do Ministério das Relações Exteriores.

No entanto, segundo os participantes da CNA, esses espaços não possibilitaram uma interlocução efetiva do movimento com o governo, uma vez que não permitiam uma incidência direta no posicionamento brasileiro, muitas vezes pelo próprio formato das reuniões, em que a sociedade civil era uma mera convidada. E mesmo quando houve uma abertura do governo brasileiro para que representantes das CNA participassem das negociações hemisféricas, para eles essa medida não garantiu uma interferência no resultado dessas negociações. Houve todo um reconhecimento sobre o ineditismo da abertura desse canal de interlocução, mas a crítica era sobre o efeito prático da participação.

É certo que houve uma interlocução intensa entre os representantes da CNA e do governo via ministérios, sobretudo o MRE. Neste caso, as tensões sempre foram atenuadas pela própria estratégia governamental, como endossa o embaixador Antônio Simões quando afirma que a não participação da sociedade civil nas discussões da Alca colocaria em risco a própria estabilidade do governo. Mas os militantes da Campanha queriam uma interlocução direta com o Presidente da República, porque se tratava de um presidente “eleito pelos movimentos sociais” e isso fazia diferença para eles, como demonstrado nos depoimentos.

6.2 Relações com o Parlamento

Além de participar da Senalca, de audiências no Ministério das Relações Exteriores e em outros ministérios e das instâncias negociadoras da Alca via delegação oficial

brasileira, a Campanha Nacional contra a Alca vislumbrou o Parlamento brasileiro como mais um canal de participação. E antes mesmo do Plebiscito Popular, em 2002, os representantes da coordenação começaram a se reunir com alguns parlamentares simpáticos à Campanha com o fim de criar uma Frente Parlamentar contra a Alca. Esta demanda acabou se realizando em junho de 2003, quando foi lançada a Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania. Porém, o próprio nome já não correspondia aos anseios da Campanha, que propunha uma Frente “contra a Alca” e não de acompanhamento das negociações.

Segundo a secretária-executiva do Comitê Nacional da Campanha, Rosilene Wansetto, que acompanhou praticamente todas as reuniões da Frente, a idéia de dialogar com os parlamentares para a criação de uma Frente Parlamentar surgiu em 2002, quando o Parlamento dos Estados Unidos autorizou o *fast track*⁹⁶. Para ela, o objetivo era suscitar nos parlamentares brasileiros o oposto, para que os mesmos se interessassem em acompanhar as negociações da Alca e rejeitassem o acordo caso tivesse que ser apreciado pelo Parlamento:

Quando a gente viu que o Parlamento americano tinha dado aos negociadores da Alca um mandato para negociarem tudo que se referisse à Alca em nome do governo, nós queríamos fazer justamente o contrário: que o Congresso brasileiro restringisse as negociações, que a maioria do que fosse negociado da Alca passasse pelo crivo do Congresso, dos parlamentares, dos deputados, que são os representantes legítimos do povo, pelo menos dentro desse modelo político. A partir dessa concepção, a Campanha se propôs a dialogar com alguns parlamentares pensando na possibilidade da criação da Frente. Conversamos com vários parlamentares para formar a Frente e eles toparam, desde que a Campanha Brasileira contra a Alca estivesse junto, mas Frente parlamentar é Frente de parlamentares. Então a Campanha sempre teve muita dificuldade de dialogar com os parlamentares, porque, por mais que eles entendessem a importância do diálogo com a sociedade civil através da Campanha, nem todos os parlamentares entendiam dessa forma.

Rosilene conta que as primeiras reuniões foram para organizar a Frente, ainda com um número pequeno de parlamentares⁹⁷. Só depois houve o lançamento, com a

⁹⁶ “A *Fast-Track* é uma lei norte-americana, por meio da qual o Congresso concede ao Presidente dos Estados Unidos uma autorização para que ele possa negociar acordos comerciais com outros países no âmbito internacional, de modo que os acordos não possam ser emendados posteriormente quando de sua aprovação legislativa. Desta forma, o Congresso norte-americano só poderá aprovar ou rejeitar os acordos comerciais integralmente, perdendo o direito de alterá-los. O *Fast-Track* foi concedido por um período de tempo determinado, podendo ser renovado”. O mandato, aprovado em 2002, permaneceu em vigor até 2007. Informação extraída do site <http://www.rebrip.org.br/rebrip/pagina.php?id=922>

⁹⁷ Segundo documentação da Campanha Nacional contra a Alca, os parlamentares que se reuniam com mais frequência para discutir a criação da Frente eram os senadores Eduardo Suplicy (PT/SP), Heloisa Helena (PT/AL), João Capiberibe (PSB) e os deputados federais Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), Maria José da Conceição Maninha (PT/DF), Ivan Valente (PT/SP), Luisa Erundina (PSB/SP), Lucy Choinacki (PT/SC), Dra. Clair (PT/SC) e Jamil Murad (PCdoB).

participação de Paulo Nogueira Batista Jr., que apresentou seu estudo sobre as desvantagens da Alca para o Brasil, e Alberto Arroyo, economista do México e especialista em acordos internacionais, que dissertou sobre as conseqüências do Nafta. Filiaram-se à Frente cerca de 70 parlamentares, entre deputados e senadores.

Na concepção de Rosilene, a Frente Parlamentar só existiu enquanto a Campanha Nacional contra a Alca se empenhou para que ela existisse. Segundo ela, houve um desinteresse dos parlamentares na continuidade da Frente e a Campanha também arrefeceu o acompanhamento às reuniões da Frente:

A Frente deveria ser coordenada pelos parlamentares. A Campanha dava um suporte. Na medida em que a Campanha achou que não tinha possibilidade, até mesmo pelo processo do declínio da Alca em 2003, não jogou mais força nem peso no Parlamento. A Frente deixou de se reunir, deixou de existir e não foi adiante. A gente ficava pressionando o coordenador da Frente, o deputado Luis Eduardo Greenhalg, a marcar as reuniões. Falando claramente, não havia um interesse tão explícito e tão forte dos próprios parlamentares para que a Frente funcionasse. Ela existiu enquanto o movimento social, enquanto a Campanha esteve pressionando para que ela existisse. Era do interesse também do movimento fazer pressão dentro do Parlamento para que os parlamentares acompanhassem o que estava sendo negociado na Alca, porque, no caso brasileiro, no processo de finalização o Parlamento tem que dar o aval final.

A grande maioria dos coordenadores entrevistados concorda que o apelo para se criar a Frente Parlamentar veio da Campanha Nacional contra a Alca. Da mesma forma que para eles foi o desinteresse da Campanha no acompanhamento dessa instância parlamentar que contribuiu para a sua descontinuidade:

Não há dúvida nenhuma que se não fosse a nossa pressão, inclusive indo direto em cima do pessoal, cobrando, insistindo, a Frente não ia. Mas acho que eles atuaram relativamente pouco, no meu ponto de vista atuaram sobre pressão só da Campanha. Depois, a Frente foi diminuindo e eu acho que as nossas atenções vão ficar muito mais voltadas para as questões internas (Ivo Polleto – Cáritas Brasileira).

A Frente foi um pedido nosso para os parlamentares amigos. Mas eles começaram a falar: Ah! tem que entender como é o quadro aqui, se a gente falar contra a Alca, vamos ficar só meia dúzia. Temos que fazer uma coisa sobre a Alca. E assim foi diluindo, diluindo. E no final não deu em nada. (Ricardo Gebrim – Consulta Popular/Sasp)

O grupo da coordenação da Campanha foi quem procurou alguns parlamentares. O Luís Eduardo Greenhalg, o Adão Preto, a Maninha se reuniam muito conosco. Nós íamos debater lá no Congresso, ou eles vinham nas nossas reuniões, no Ibrades ou na Cáritas. Aí nós começamos

a dizer que queríamos a Frente, até que saiu. E no início a Frente tinha um perfil conforme nós queríamos, depois, em um belo dia, eles falaram que seria uma Frente Parlamentar sobre a Alca. Aí deixou todo mundo puto da vida. Era contra a Alca e não sobre. Aí perdemos um pouco o encanto, depois daquilo, quase não se reunia mais, foi deixando (Luiz Bassegio – Grito dos Excluídos).

Para Dom Demétrio Valentini (SSB/CNBB), “se não tivesse havido debate na opinião pública via plebiscito, os parlamentares não teriam se alertado que aquilo era um assunto importante”. Mas ele também considera que a pauta oficial das negociações, com os encontros ministeriais, foi outro fator que motivou a criação da Frente. “O Parlamento brasileiro deve ter sentido a obrigação de acompanhar as démarches dessa negociação”.

Na visão de Maria Lúcia Fatorelli (Unafisco), “a Frente Parlamentar é como um instrumento político. Se a gente ficar apenas com os movimentos sociais, como fica a seqüência da luta? E a seqüência das nossas demandas? E a efetiva implementação?” Para ela, a Frente funciona tanto para “barrar os projetos de lei que têm sentido contrário ao que nós estamos lutando lá na base, como para fazer propostas para implementar o que nós queremos que seja implementado”. Desse modo, “o papel da Frente foi dar mais visibilidade a essas demandas e também tentar criar instrumentos de proteção, instrumentos institucionais, para não ficar só na luta, no clamor social e na pressão das entidades da sociedade civil, afinal o Congresso também nos representa”.

Segundo os coordenadores, a CNA impulsionou a formação da Frente visando atingir três objetivos principais: preparar o Congresso para rejeitar o acordo, caso precisasse ser votado por ele, ampliar o diálogo com o governo para pressionar pela não-assinatura e pela realização do Plebiscito Oficial e debater o tema da Alca no Congresso.

Para Gustavo Codas (CUT), o exemplo do Nafta, que foi aprovado sem debate com a sociedade e também com o Congresso Nacional mexicano despertou a Campanha para a necessidade de envolver o Parlamento brasileiro nas negociações. “O paradigma que havia era a aprovação do Nafta. Na véspera da aprovação do Nafta, o governo mexicano levou para o Congresso um pacote para o Congresso aprovar e ele aprovou, sem debate. Então no caso nosso, a idéia de abrir uma Frente Parlamentar tinha a ver com a questão de que as negociações comerciais deveriam ser prerrogativas também no Congresso”, lembra Codas.

Ivo Poletto (Cáritas Brasileira) afirma que a Frente foi criada por duas razões: “primeiro, a gente queria estar prevenido, se o acordo chegasse para ser votado e aprovado no Congresso; e a segunda coisa era para termos gente lá dentro minimamente sensível à mobilização da sociedade e fizesse pressões contra o governo”. O mesmo considera Luiz Bassegio (Grito dos Excluídos): “o objetivo era garantir o respaldo político dos

parlamentares ao movimento popular, mas também ter no Parlamento gente que, se precisasse, arrebanhava o pessoal para votar contra o tratado”.

Segundo padre Alfredo Gonçalves, além de suscitar o debate sobre o tema, o papel da Frente era “pressionar o Itamaraty para barrar a Alca”. João Pedro Stédile concorda que era um espaço de debate, mas também um meio de conscientizar os deputados da necessidade da realização de um Plebiscito Oficial sobre a Alca:

Era ter um espaço a mais na institucionalidade que gerasse acesso à informação, que gerasse pelo menos uma espécie de consciência entre os deputados. Nós achávamos o espaço importante. E eu acho que em algum momento, inclusive, houve uma proposta de que, bom, isso antes de se eleger o governo Lula, nós poderíamos apelar para os deputados convocarem um Plebiscito Oficial da Alca. Então tinha essa interrelação, embora nós sabia que a correlação de força no Parlamento também era adversa.

Quanto à influência da Frente Parlamentar no desfecho das negociações da Alca, a maioria dos coordenadores, principalmente àqueles que acompanharam de perto essa interlocução, considera que foi mais uma forma de pressão para a não-assinatura. Uma ação da Campanha que entrou no “somatório” das demais ações.

Como diz Dom Demétrio Valentini (Cáritas Brasileira), “eu acho que somou porque o governo brasileiro deve ter percebido que a própria Frente Parlamentar sintonizava com as apreensões populares”. Da mesma forma, para Maria Lúcia Fatorelli (Unafisco) tudo o que a Campanha fez para levar o debate para sociedade e para o Congresso foi válido. “Foi um somatório que chegou a essa não-assinatura”. Para Isidoro Revers (CPT), a idéia de soma adquire um sentido mais amplo. “Nós conseguimos formar uma rede e uma soma de ações. E uma soma de entidades que desenvolviam uma mesma ação. O resultado disso tudo é uma soma de fatores que influenciaram para a não-assinatura”.

Para Gustavo Codas (CUT), a Frente foi mais uma ação que ajudou, sobretudo, “porque formar opinião no Congresso tem um papel importante. Os congressistas em geral são bastante desinformados em relação ao mundo real. Criar um pólo para circular informação que colocasse o tema para eles, eu acho que é um elemento que ajuda sim”. Também para Ricardo Gebrim (Consulta Popular/Sasp), toda pressão ajuda. “Eles fizeram um monte de audiência com o Celso Amorim, isso tudo ajuda de alguma forma. Eles serviam muito mais para nos passar informações. De certa forma teve um papel, em alguns momentos teve”.

Padre Bernard Lestienne (Ibrades) considera que a Frente provocou o ministro Celso Amorim a expor a posição do governo sobre a Alca. “Nesse sentido, deu uma dimensão

mais pública ao assunto. A Frente teve influência sobre o governo. Talvez de maneira diferente da mobilização popular, mas a Frente teve o seu papel”.

Dois dos coordenadores entrevistados acreditam, ainda, que a existência da Frente ajudou a constranger o governo brasileiro para a não-assinatura e foi uma força importante para balizar as disputas internas no governo:

Eu acho que ajudou a constranger o governo brasileiro porque uma coisa é fazer aquelas negociações todas no âmbito fechado de uma conversa de relações comerciais; outra coisa é expor isso no Parlamento. Então o Congresso Nacional é uma vitrine, está todo mundo olhando. Isso pressionou para que o governo fosse mais cuidadoso, pelo menos no que estava fazendo naquele momento com os Estados Unidos. Essa talvez tenha sido uma forma na qual o movimento tenha influenciado no processo diretamente de negociação aqui (José Maria – PSTU).

Ter uma base parlamentar é importante nessas decisões que têm disputa interna. Então, achei muito importante que se construísse uma Frente Parlamentar que fizesse o acompanhamento, porque pior seria se eles conseguissem negociar em silêncio e viesse uma coisa pronta. Então, nesse caso, foi muito importante você ter núcleos ativos no Parlamento, núcleos ativos dentro do governo e núcleos ativos dentro do partido. Agora esses três núcleos foram todos influenciados por uma Campanha Popular que deu um respaldo, encorajou esse pessoal, porque foram 10 milhões que participaram. E esse pessoal que poderia se intimidar com o aparato do governo, com as relações internacionais, eles se sentiram encorajados pelo plebiscito, o plebiscito foi uma forma de encorajamento para os setores do interior do governo e do Parlamento atuarem em favor de uma rejeição à Alca (Beto Almeida – Consulta Popular).

Para outros entrevistados, o maior resultado da relação da Campanha com os parlamentares foi o arquivamento do Acordo da Base Militar de Alcântara aos Estados Unidos, como afirma João Pedro Stédile:

Depois do governo Lula, esquecemos o Parlamento. Em 2003 nós nos concentramos no Itamaraty. O que foi importante no Parlamento em 2003 foi a questão de Alcântara, aí sim nós nos mexemos lá no Parlamento e o deputado Luiz Eduardo Greenhalg, justiça seja feita, teve um papel muito importante, porque ele era da Comissão de Justiça. No caso de Alcântara já tinha o acordo assinado e só estava esperando o referendun do Parlamento brasileiro, tinha que passar pela Câmara e depois ir para o Senado. No governo Fernando Henrique já tinha passado por uma das comissões, que era a Comissão de Ciência e Tecnologia, então tinha um agravante, inclusive, que o acordo já estava andando. Então aí sim, os deputados foram muito importantes para breçar. E o papel do Luiz Eduardo também foi muito importante, porque ele como presidente da Comissão engavetou.

Os comitês estaduais acompanhavam pouco essa relação CNA e Frente Parlamentar, menos ainda que a relação da Campanha com o Poder Executivo. Mas, no geral, esse grupo minimiza o papel do Parlamento no desfecho das negociações, apesar de ressaltar a importância dessa instância de participação, criada, para alguns, a partir do apelo da Campanha Nacional contra a Alca.

Para alguns integrantes do Comitê do Paraná, “o legislativo veio a reboque da Campanha”, a exemplo da opinião de alguns integrantes da coordenação. Eles acreditam que os parlamentares perceberam a organização da sociedade civil em torno do tema e não puderam ignorar o debate. Segundo Darli Sampaio, “o legislativo só se mobilizou por causa da Campanha. À medida que o tema foi sendo discutido e os movimentos foram se organizando, essa Frente Parlamentar e os deputados também começaram, vieram a reboque, não podiam ficar fora, que nem as Diretas, que nem o Impeachment. Gustavo Erwin considera o mesmo: “o Poder Legislativo veio a reboque. O movimento social estava pautando os parlamentares que estavam mais relacionados com isso, aí acabaram fazendo a Frente. Essas coisas que não têm muito efeito prático”.

Na opinião de Mara Fonseca (Comitê DF), a Frente foi mais um ator social a se envolver na Campanha contra a Alca, mas deixou a desejar no tocante à realização do plebiscito oficial. “Eu acho que essa Campanha fez envolver outros atores, a própria Frente Parlamentar, mas não houve resposta, como o abaixo-assinado para a realização do plebiscito oficial”. Também para Célio Maranhão (Comitê BA), a relação com o Parlamento foi frustrante: “eu acho que os deputados estão enquadrados numa lógica de governar para não ter nenhum enfrentamento sobre essas questões nacionais, com as entidades, com os sindicatos e a sociedade civil. A gente esperava que o Parlamento brasileiro viesse a ser um grande aliado”.

Já Luiz Cláudio Mandela, também do Comitê da Bahia, considera que as relações com os parlamentares são importantes para abrir mais um canal de diálogo como Poder Executivo, “principalmente porque não se consegue muito diálogo com o Planalto Central”. Para ele, “a constituição de uma Frente Parlamentar abre outros canais, por isso foi importante. Acho que foi muito mais enquanto estratégia e não porque a partir do Parlamento nós vamos conseguir fazer com que o acordo não seja assinado”.

Na visão geral dos participantes da CNA, a Campanha Nacional contra a Alca impulsionou a criação da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania. E talvez até por essa razão alguns deles tenham participado dessa instância durante os primeiros meses de sua existência. Porém, a condução das atividades da Frente desestimulou a continuidade dessa participação. Os

militantes da Campanha passaram a priorizar a interlocução direta com o Poder Executivo, que, cada vez mais, facilitava a participação da sociedade civil nos espaços de discussão e negociação da Alca.

Ao contrário do que aconteceu na relação com o Poder Executivo, que, apesar das críticas, houve uma continuidade, com o Poder Legislativo a Campanha simplesmente desistiu de prolongar a interlocução. Ocorre que inicialmente a CNA acreditou que a Frente pudesse se não influenciar no posicionamento do governo brasileiro para a não-assinatura do acordo da Alca, pelo menos viabilizar a realização do Plebiscito Oficial. Como o andamento das atividades da Frente não sinalizava esse ganho, essa “relação” foi esquecida. Mesmo assim, no cômputo geral, os representantes da Campanha entrevistados consideraram a interlocução com o Parlamento mais uma ação para ampliar o debate do tema da Alca. E, nessa perspectiva, foi um fator que, de certa forma, contribuiu para a não-assinatura.

6.3 A visão dos parlamentares

A presente pesquisa entrevistou alguns deputados da Frente Parlamentar, integrantes também da Comissão Especial de Acompanhamento das Negociações da Alca (Cealca), com a finalidade de conhecer o posicionamento dos mesmos sobre as negociações da Alca e compreender como foi estabelecida a relação entre Frente Parlamentar e Campanha Nacional contra a Alca.

Quadro 9 – Parlamentares da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania e da Cealca entrevistados

Deputados	Partido	Profissão	Participação	Membro
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	Engenheiro	Cealca	Titular
Dra. Clair da Flora Martins	PT	Advogado	Frente/Cealca	Suplente
Edson Ezequiel	PMDB	Engenheiro	Frente/Cealca	Titular
Feu Rosa	PP	Engenheiro	Frente/Cealca	Titular
Jamil Murad	PCdoB	Médico	Frente/Cealca	Titular
Luiz Eduardo Greenhalg	PT	Advogado	Frente	Titular
Maria José da Conceição "Maninha"	PT	Médico	Frente/Cealca	Titular
Max Rosenmann	PMDB	Advogado	Frente/Cealca	Titular

Fonte: elaboração da autora

Na visão dos parlamentares entrevistados, a criação da Frente foi uma demanda do próprio Parlamento e não da Campanha Nacional contra a Alca, como pensa grande parte dos militantes da Campanha entrevistados. O coordenador da Frente, o deputado Luiz

Eduardo Greenhalg (PT/SP), ainda afirma que a idéia partiu dele mesmo. Para ele e demais deputados entrevistados, o objetivo principal da Frente era acompanhar as negociações da Alca e debater o assunto.

Eu fui conversar com o Lula e ele falou para mim que o Brasil não iria sair da mesa de negociação da Alca, mas que ele me garantia que o Brasil não iria assinar a Alca nos termos em que estava a proposta. Bem, a partir daí eu vim e articulei aqui na Câmara dos Deputados uma Frente Parlamentar, não contra a Alca, mas de acompanhamento dessas negociações, porque se o Lula disse que o Brasil não se retiraria das negociações da Alca, significa que ele vai continuar negociando. Então qual foi a idéia que eu tive? de fazer a Frente Parlamentar de acompanhamento das negociações da Alca, que é uma frente supra partidária, multipartidária. E que tinha gente como eu que era contra a assinatura do Brasil da Alca e tinha gente como Nelson Marquenzele que era a favor da assinatura do Brasil na Alca.

A deputada Maria José Maninha (PT/DF) foi relatora da Comissão Especial de Acompanhamento das Negociações da Alca e representante do PT nesta Comissão. Em 2004, a deputada saiu do PT e filiou-se ao PSOL. Para ela, o fato de as negociações do Mercosul não terem alcançado a participação do Parlamento foi um dos principais estímulos. Mas para ela a sociedade civil organizada também influenciou na criação da Frente:

O principal apelo foi exatamente a necessidade da participação do parlamento brasileiro no processo negociador da Alca. Nós tivemos um tratado anterior que foi o Mercosul cuja participação no parlamento brasileiro foi praticamente nula. Criou-se também uma comissão especial do Mercosul e o debate sobre o tratado acabou se constituindo um debate interno da própria comissão especial. Com a Alca, nós percebemos que o assunto era muito mais amplo do que o Mercosul. Naquele momento os Estados Unidos viviam um momento político complicadíssimo com a chegada do Bush ao poder. E todos nós sabíamos que a posição americana em relação à sua economia é uma posição extremamente protecionista. E percebemos também que uma vez constituído o bloco do Mercosul e com a posse do presidente Lula, que começou dar uma principalidade às ações do Mercosul, então seria necessário que o parlamento brasileiro acompanhasse pari passu o que estava acontecendo em relação à Alca. Então, a gente começou a perceber que essa discussão trazia um elemento político importantíssimo e esse elemento político já se traduzia na própria sociedade, que tomava iniciativas coletivas de pressão sobre o governo, enquanto o parlamento brasileiro permanecia numa passividade. Foi uma demanda interna e externa e a sociedade influenciou 100 % sempre. Houve uma demanda da sociedade à Copa⁹⁸ e através da Copa nós articulamos a criação da frente.

⁹⁸ A Conferência Parlamentar das Américas (Copa), a qual a ex-deputada Maninha foi presidente entre fevereiro de 2004 e maio de 2005, “é um foro que congrega as Assembléias Parlamentares dos Estados unitários, federais e federados, os Parlamentos regionais e as organizações interparlamentares das Américas”. Extraído dos “Princípios Diretivos da Conferência Parlamentar das Américas” no site <http://www.copa.qc.ca/por/assembleia/2000/AcPrincDirp.pdf>

O deputado Max Ronsenmann (PMDB/SC) considera que a criação da Frente teve como objetivo debater o tema da Alca, mas a motivação principal foi a condução do Poder Executivo sobre as negociações do Mercosul, que sempre agiu com descaso em relação à participação do Parlamento:

Nesse presidencialismo forte quase imperialista que nós vivemos, os governos decidem o que bem entendem, o presidente da república do Brasil acabou de ter uma reunião do Mercosul, onde até saiu nos jornais, e não tinha nenhuma participação parlamentar, quer dizer nem nós que somos da comissão do Mercosul tivemos o direito ou fomos convidados para irmos lá. Nós estamos por fora, quem decide é o presidencialismo, que não dá a menor pelota, não dá a menor satisfação para os parlamentares e os parlamentos. Então nós tivemos uma frente da Alca para ver se nós formávamos um grupo que entendesse um pouco do assunto, porque as coisas estavam se passando. Nós somos muito despreparados, por isso que quando se formam essas frentes, não deixa de ser uma forma de aculturar, de você aprender alguma coisa, de formar aquela base de conhecimento político.

Segundo os deputados Jamil Murad (PCdoB/SP) e Dr^a Clair da Flora Martins (PT/SC), o objetivo da criação da Frente não foi apenas debater ou acompanhar o assunto, mas impedir a assinatura do acordo da Alca, que representaria uma “neocolonização” e geraria prejuízos à soberania brasileira. Ambos consideram que a Campanha contra a Alca teve a sua parcela de participação na criação da Frente Parlamentar.

Entendendo que a Alca era uma proposta do imperialismo norte-americano para neocolonizar o Brasil, a minha intenção era aglutinar forças dentro do congresso para impedir que houvesse a criação, a instalação da Alca. Eu acho que nós conseguimos esse objetivo (...). Também o esclarecimento sobre essa proposta nefasta que é a Alca ganhou amplitude dentro da sociedade a partir do Fórum Social Mundial, com a troca de experiências e de opiniões entre pessoas de vários países, que viam que a fórmula era a mesma: assenhorear e assaltar as riquezas dos povos. A Campanha Brasileira contra Alca certamente influenciou, porque o parlamento reflete preocupações da sociedade, e a Campanha Brasileira contra Alca foi um momento de lucidez da sociedade brasileira para se organizar contra a Alca. E isso refletiu dentro do parlamento. E nós, então, querendo representar essas preocupações, criamos a frente parlamentar contra a Alca (Jamil Murad)

Eu considero que o principal apelo foi realmente o prejuízo que o Brasil teria com um mercado completamente aberto, especialmente para os Estados Unidos, que tem uma estabilidade econômica em relação ao Brasil muito mais acentuada. Então era essa a razão, a questão da disparidade econômica, da falta de competitividade dos nossos produtos e também dos problemas que um acordo dessa natureza poderia gerar à soberania do nosso país. Eu fui chamada pelo Greenhalg para participar da frente. Ele já era deputado e estava à frente da Campanha contra a Alca. Logicamente os movimentos sociais estavam ao lado dele na propositura dessa frente e eu, então, aderi, ajudei a criar a frente, coloquei o meu nome, ajudei na organização e nos debates (Dr^a Clair da Flora Martins).

Como descrevem os próprios deputados, a Frente era majoritariamente contrária à Alca. Mas existiam posições também favoráveis. No entanto, afirma Luiz Greenhalg, havia um consenso: todos defendiam acompanhar as negociações e não que o Brasil se retirasse delas.

Os deputados contrários à assinatura do acordo são aqueles que impulsionaram a criação da Frente, como os próprios deputados Greenhalg, Jamil Murad, Dra. Clair e Maria José Maninha. Os demais são a favor da assinatura ou a favor das negociações em outros termos, conforme veremos a seguir.

O deputado Greenhalg disse que sempre foi contra a Alca e que a Frente Parlamentar também era majoritariamente contrária nos termos em que o acordo estava sendo proposto: “Tinha gente que defendia a assinatura e tinha gente que defendia não assinar, mas todos nós defendíamos acompanhar”. Segundo ele, mesmo os que eram favoráveis à assinatura, achavam que o acordo original era ruim.

Os deputados Pannunzio (PSDB/SP) e Feu Rosa (PP/ES) são favoráveis ao acordo sob o argumento de que Estados Unidos é o país mais importante para o Brasil no tocante às trocas comerciais e que a relação com ele traria benefícios ao povo brasileiro.

Havia alguns participantes da Comissão que entendiam que o acordo poderia ser bastante positivo, que é o meu caso, e havia outros que tinham muita restrição achando que o acordo poderia significar concessões relacionadas à nossa soberania e prejuízo inclusive para o setor produtivo brasileiro. Vindo a Alca eu acho que haveria um maior estímulo para negociarmos entre nós mesmos e fazermos as nossas parcerias para trabalhar junto com o gigantesco mercado americano. Eu imagino que se nós estivéssemos evoluído ao ponto de termos assinado o acordo de livre de comércio com os Estados Unidos, teria sido possível para o Brasil. Porque, ainda considerando que o comércio exterior nosso é bastante dividido - 20%, 25% com os Estados Unidos, 20%, 25% com a União Européia, outro tanto com os países asiáticos, outra parte com a América Latina - se considerar individualmente o país mais importante para nós nas trocas comerciais e mesmo serviços e essas coisas todas, sem dúvida, os Estados Unidos estão em primeiro lugar (Antonio Carlos Pannunzio).

Mais de 90% das pessoas que estavam na frente eram contra a Alca, com certeza predominava a posição contra a Alca, pode confiar em mim, contra a Alca. E outra coisa, com idéias que não tinham nada a ver com a realidade. O lobby anti Alca é muito poderoso, quem fazia esse lobby em geral era o pessoal da CUT, o pessoal da esquerda, o PT sempre foi anti Alca, o PSB sempre foi anti Alca, o pessoal que se chama esquerdista, mas que na realidade não tem nada a ver com o esquerdismo. Então esse pessoal tem essa tendência de ser antiamericano quando a tendência moderna não é ser antiamericano ou pró-americano, a tendência é tentar trazer investimento para o Brasil para empregar o brasileiro, educar o brasileiro, tornar o brasileiro de nível cultural, intelectual, social e econômico melhor. E na economia internacional, o grande parceiro do Brasil sempre foram os Estados Unidos, então eu sempre acreditei que a saída para o Brasil seria via alguma coisa como a Alca (Feu Rosa).

Os deputados Edson Ezequiel (PMDB/RJ) e Max Rosenmann (PMDB/SC) são favoráveis à negociação e consideram que a assinatura do acordo deveria estar condicionada ao andamento dessas negociações:

Eu sou a favor das negociações, com parâmetros e critérios. Nos termos da *Alca light* eu era a favor, mas nos termos originais não. Nos termos da *Alca light* houve claramente um avanço e havia a possibilidade daquilo ser um ponto de partida. Não é que eu era a favor, ali não se estava assinando um tratado, foi só um compromisso assinado pelos 34 países e que satisfazia o consenso. O único momento em que houve consenso foi nessa reunião de Miami. Na minha visão, ali poderia ser feito um acordo formal, mas foi apenas uma declaração de intenções (Edson Ezequiel).

Eu sou favorável a qualquer processo de desenvolvimento, agora tudo depende das condições das negociações. Eu sou favorável ao princípio de que uma Alca seria de bom alvitre, agora em que condições? Isso nós vamos ter que negociar, claro, eu não estou fechando questão sem conhecer as condições. Na Comissão não havia uma posição. Algumas pessoas de esquerda entraram na Comissão para ser contra, não entraram na comissão para ser favorável (Max Rosenmann).

Para a deputada Dr^a. Clair, ela e a maioria dos integrantes eram contra a assinatura do acordo da Alca, mas “de uma certa forma, já no final das atividades da Frente, essa questão estava meio escamoteada”. Segundo ela, foi quando a Frente começou a perder força. Nesse período, surgiu a Comissão Especial de Acompanhamento das Negociações da Alca, em outubro de 2003. A deputada Maninha contextualiza como isso ocorreu:

Nas últimas reuniões da Frente, a presença dos deputados favoráveis à Alca era maior do que a presença dos deputados contrários. Aí a gente começou a ver que se nós continuássemos na Frente, ela ia se transformar numa Frente de apoio, porque o nosso povo da esquerda tava desaparecendo da Frente. Os deputados do PT começaram a mudar o seu posicionamento, então nós dentro do PT que éramos chamados de

esquerda do PT, é que sustentávamos a posição anti Alca, e aí a gente começou a perder, porque somou todo o bloco governista, junto com deputados da direita que eram favoráveis contra nós. Então, a gente disse: vamos encaminhar essa Frente, para que essa Frente existir? Daqui a pouco nós estamos fazendo um movimento de apoio à Alca aqui dentro. Porque o Greenhalg cumpriu o papel, aí ficou: eu, Ivan Valente, Paulo Rubens Santiago, Dr^a Clair, Jamil Murad, que depois mudou também. Fomos uns 5 ou 6 sustentando a posição anti, aí não dá, por isso é que surgiu a Cealca.

De acordo com Maninha, percebeu-se que uma frente parlamentar não teria o mesmo papel de uma comissão especial, “então nós preferimos que a frente desaparecesse e em contrapartida se instalasse de fato um organismo institucional que pudesse fazer com que a nossa participação fosse reconhecida pelo Executivo, que pudéssemos apresentar relatório, acompanhar o processo negociador, apresentar sugestões, o que a frente parlamentar não cumpriria”.

Segundo Greenhalg, uma frente parlamentar é uma articulação permanente. “Muitas vezes não é institucionalizada com infra-estrutura, mas é institucionalizada. Quando você cria uma frente, você estabelece uma relação com a casa, anuncia no plenário, manda cartão de adesão para cada deputado que queira. Quando se faz uma comissão especial significa que têm infra-estrutura, só isso”. Para ele, a Frente poderia ser institucionalizada se o presidente da Câmara dos Deputados, à época João Paulo Cunha, quisesse. “Mas ao invés de dar institucionalidade à frente de acompanhamento das negociações da Alca, resolveu fazer uma comissão especial”.

Na opinião do deputado Jamil Murad, “a frente continuou existindo. Os que eram contra a implantação da Alca continuaram articulados simbolicamente como uma frente”. Mas como se institucionalizou uma comissão especial, para ele, “era importante a frente parlamentar contra a Alca atuar dentro da comissão, para que eles não tirassem resoluções contra os interesses do Brasil, porque se nós deixássemos os neoliberais livres, esses que defendem uma política de subserviência aos Estados Unidos, eles iam tirar conclusões em nome da Câmara dos Deputados”.

Mas na concepção dos deputados Edson Ezequiel, Max Rosenmann e Feu Rosa o que houve foi um desaparecimento natural da Frente diante da criação da Comissão Especial, como afirma Edson Ezequiel: no momento que a comissão foi criada a “frente praticamente deixou de existir”. Para ele, “não tinha mais sentido permanecer com a frente, porque passou a existir uma instância formal, que foi a Comissão Especial. As frentes são organismos de luta muito importantes, mas elas não têm, vamos dizer assim, a formalidade dentro do regimento da Casa”.

Para o deputado Pannunzio, único deputado que não participou da Frente, mas que foi titular da Cealca por todo o período da sua existência, “o objetivo de criar uma comissão especial era fazer com que os parlamentares pudessem acompanhar *pari passu* as negociações que poderiam evoluir para a assinatura do acordo. E quando isso acontecesse o legislativo teria informação suficiente para ou ratificar ou eventualmente rejeitar qualquer posição”. Na sua visão, “política externa e acordos internacionais, evidentemente esses mais relevantes, devem ser acompanhados desde o início pela câmara dos deputados ou pelo parlamento de uma maneira geral”.

Parlamento e Governo

No que diz respeito à relação da Frente com a Campanha Nacional contra a Alca, para os deputados não pareceu que esse tema tivesse sido importante. Talvez porque na própria concepção deles a criação da Frente foi uma demanda interna e tinha como objetivo debater o tema para que eles se apropriassem do conteúdo de forma tal que pudesse influenciar no resultado da negociação, caso esta chegasse ao fim. Ou seja, algo que era também muito interno, não necessitando de relação com o movimento social e sim com especialistas sobre o tema, como ocorreu de fato.

O deputado Luiz Eduardo Greenhalg conta que no começo a Frente tinha uma relação com a Campanha Brasileira contra a Alca, depois se distanciou, porque uma das bandeiras da Campanha “era que o Brasil rompesse com as negociações da Alca, saísse da mesa de negociação. Era uma posição bem definida. Então a gente tinha uma divergência, porque se nós estávamos fazendo uma frente para acompanhar as negociações, isso pressupunha que ia haver negociação. Então, nós passamos a ter uma diferença com a Campanha”. Mas, segundo ele, a Frente promoveu debates com o Sindicato dos Advogados de São Paulo e com o Comitê Nacional da Campanha contra a Alca.

O deputado Jamil Murad lembra que ajudou a organizar o Plebiscito Popular e participou de diversas atividades da Campanha Nacional contra a Alca. Da mesma forma, as entidades da Campanha participavam de reuniões da Frente. Quanto ao distanciamento entre a Frente e a Campanha, para ele o que houve foi uma coincidência em relação aos próprios interesses dos parlamentares que se envolveram com outros temas do Congresso. “Eu acho que não foi um distanciamento, o que houve foi uma coincidência desse período onde os parlamentares ficaram assoberbados com a crise política que se instalou com a queda do presidente da Câmara”, afirma Murad.

A reflexão do deputado gira mais em torno de uma justificativa para a desarticulação da Frente do que sobre o distanciamento entre Campanha contra a Alca e Parlamento.

Talvez, ele queira associar um momento ao outro ou não tenha percebido que houve algum tipo de ruptura. No caso das deputadas Dr^a Clair e Maninha, ambas falam das suas relações com a Campanha contra a Alca mesmo antes das eleições de 2002 e reconhecem que as demandas da sociedade civil foram refletidas na Frente Parlamentar e até mesmo que houve influência da Campanha para a criação da Frente. Pode ser que, para elas, o fato de a CNA ter influenciado na criação seja suficiente no estabelecimento de uma interface e não demande continuidade na relação entre as duas instâncias, como parece ter sido uma preocupação da Campanha.

Depois que a Cealca foi criada, a Campanha contra a Alca não frequentou nenhuma das reuniões nem participou como debatedora. Segundo suas atas, a Comissão realizou reuniões técnicas, com discussões sobre o andamento das negociações e diversas palestras e audiências públicas com representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da Coalizão Empresarial Brasileira, do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais e da Associação Comercial do Estado do Paraná⁹⁹.

Segundo o deputado Edson Ezequiel, vice-presidente da Cealca, no momento em que acabou o mandato negociador do Governo dos Estados Unidos e que os Comitês Negociadores pararam de se reunir, os componentes da Comissão chegaram à conclusão de que a Comissão deveria parar suas atividades. “Não foi nenhuma desativação, nós resolvemos dar uma pausa para verificar se haveria uma evolução nos Comitês Negociadores, como essa evolução não ocorreu, então a Comissão praticamente parou”, comenta Ezequiel.

O depoimento da deputada Maninha, relatora da Cealca, vai na mesma direção. “Quando o tratado não foi para frente e começou a minguar, as nossas atividades também começaram a minguar, porque não tínhamos elementos novos para discutir”. Ela conta que a Comissão não apresentou um relatório final “porque nós percebíamos que o processo não chegaria ao fim e chegamos à conclusão de que não iríamos dar um fecho. Como eu era relatora, se o processo negociador continuasse eu tinha tudo na mão para fazer um relatório contrário à Alca”.

Não houve por parte dos deputados, além de Luiz Greenhalg, nenhuma problematização sobre a relação da Frente e da Cealca com a CNA. Houve sim, o reconhecimento de alguns deles sobre a influência da Campanha na criação da Frente, mas a relação em si ou a participação da Campanha nas discussões internas não foram aspectos

⁹⁹ A pesquisadora teve acesso a todas as notas taquigráficas da Comissão Especial de Acompanhamento das Negociações da Alca. Ao todo 12, o equivalente ao número de reuniões realizadas de outubro de 2003 a maio de 2004. Dessa forma, foi possível perceber a participação dos deputados e acompanhar o conteúdo debatido.

abordados. Também não foi estabelecida nenhuma relação entre desativação da Frente e distanciamento da Campanha. Configurou-se, no entanto, duas visões sobre a perda de força da Frente e o surgimento da Cealca: que a Frente estava se transformando em uma instância de apoio à Alca e que era mais oportuna a criação de uma Comissão Especial pelo fato de esta ter mais institucionalidade dentro do Congresso Nacional.

Sobre a relação Parlamento e Governo, que era uma das expectativas da CNA, no geral, para os deputados entrevistados, houve uma boa interlocução entre as duas instâncias. Primeiro com a Frente Parlamentar, depois com a Comissão Especial, tendo sido aberto um canal direto, principalmente com o Itamaraty.

Segundo Luiz Eduardo Greenhalg, a Frente dialogou com o governo via ministérios das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio e da Agricultura, com realização de seminários e debates. Para Maninha, já na perspectiva da Cealca, o Parlamento estabeleceu um canal direto com o Itamaraty: “Se ia haver um processo negociador, vamos dizer em Trinidad e Tobago, os negociadores vinham até o Parlamento brasileiro, expunham a posição do que ia negociar e debatiam conosco. Então a nossa interlocução com o executivo foi permanente. A gente tinha um fórum privilegiado e o Itamaraty foi parceiro demais”.

Os deputados Jamil Murad e Dr^a Clair também ressaltam que houve muita abertura para diálogo no Itamaraty, sobretudo com o ministro Celso Amorim e o secretário-geral Samuel Pinheiro. Já Max Rosenmann considera que o diálogo com o governo “sempre foi tênue, era um diálogo quase por educação. Você marca uma audiência com alguém do governo, esse alguém te recebe, você fala, ele te ouve, te oferece café ...”.

Para o deputado Pannunzio, a relação com o Itamaraty “é normalmente boa, acontece que ainda existe dentro do Itamaraty alguns segmentos que entendem que o Ministério das Relações Exteriores, ou seja, o corpo diplomático tem a exclusividade da condução da política externa, da elaboração desses acordos, então vêm com alguma reserva a participação de representante do parlamento ou de outros segmentos da sociedade”.

Mesmo tendo havido essa “boa relação” com o Governo, via Ministério das Relações Exteriores, conforme a visão dos deputados, no tocante a uma das preocupações da CNA, que era de que o Parlamento influenciasse no posicionamento do governo brasileiro para a não-assinatura, essa interlocução parece não ter sido essencial. O que fica claro, porém, é que foi aberto um diálogo entre Parlamento e Itamaraty, como também o foi com as organizações da CNA.

Diante da análise das relações da CNA tanto com o Governo como com o Parlamento é notório que houve um exercício de participação democrática. O sistema

político foi aberto à participação popular e o movimento social soube aproveitar essa abertura. Mesmo porque provavelmente boa parte dessa abertura foi proporcionada pela pressão da Campanha Nacional contra a Alca, que perseguiu sua meta de impedir a assinatura do acordo utilizando como uma de suas estratégias a reinvenção da democracia, como disseminado em seu discurso. Mas até onde levou essa participação? Qual o impacto gerado por esse percurso? Como a Campanha chegou ao fim? Qual o seu principal resultado?

7 A VISÃO DA CNA SOBRE A NÃO-ASSINATURA DO ACORDO

O Plebiscito Popular, conforme abordado no capítulo quatro, foi uma etapa importante na Campanha Nacional contra a Alca, mas esta não se encerrou com a votação do Plebiscito. O acompanhamento das negociações continuou até o momento em que as reuniões ministeriais foram interrompidas. Depois de dez anos de negociação, a Alca, prevista para ser assinada em janeiro de 2005, não foi adiante.

7.1 Fim de uma “batalha”

Em novembro de 2006, integrantes de vários lugares do Brasil, depois de acompanhar passo a passo o processo de negociação, decidiram deixar em compasso de espera a Campanha Nacional contra a Alca, iniciada em janeiro de 2002 e cujo objetivo principal era impedir que o acordo fosse assinado. O palco para o “encerramento” da Campanha como detentora de estrutura própria foi a 16ª Plenária da Campanha Jubileu Sul¹⁰⁰, mas o tema da Alca continuou sendo acompanhado por outras organizações, como a Aliança Social Continental e a Rebrip. A partir de então, a ênfase seria dada ao tema da integração regional.

As análises de conjuntura apontaram, dentre outras coisas, que a Alca tinha sido derrotada, no entanto uma conclusão foi preponderante: “ganhamos a batalha, mas não a guerra”. A autora desse enunciado foi a secretária-executiva da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), Fátima Mello. Para ela, a maior vitória dessa “batalha” foi organizar uma Campanha Continental: “Não existe uma região no mundo que tenha uma Campanha Continental como a que a gente construiu. Houve uma quebra da hegemonia, mas para ganhar a guerra ainda falta muito”.

A representante da Rebrip, uma das entidades da coordenação da Campanha Nacional contra a Alca, ponderou que seria difícil a retomada da Alca no formato original apresentado pelos Estados Unidos, mas que ela está se realizando por meio dos Tratados de Livre Comércio¹⁰¹ (TLCs), que seriam “mini-Alcas”. Ela também se referiu às negociações

¹⁰⁰ A plenária, da qual pude participar, foi realizada em São Paulo, entre os dias 23 e 25 de novembro de 2006, e contou com a participação de cerca de 40 pessoas, incluindo coordenação e representantes de comitês estaduais da Campanha contra a Alca.

¹⁰¹ Tratados de Livre Comércio são acordos bilaterais ou multilaterais realizados entre os países. Esses TLCs se proliferaram depois que as negociações da Alca esfriaram.

do Brasil na Organização Mundial de Comércio (OMC) e do Mercosul com a União Européia como “perigosas”. De fato, a rejeição ao tratado da Alca era muito grande por parte das organizações que compunham a Campanha.

No geral, a plenária concluiu que a Campanha deixaria de existir com estrutura própria, mas que a Alca continuaria sendo monitorada nos demais espaços existentes. “Se por acaso a Alca voltar com toda força, nós chamamos um momento especial. Podemos transformar a Campanha contra a Alca em uma Campanha pela Integração entre os Povos, discutindo outras alternativas. Continuaremos a luta contra todas as formas de livre comércio”. Essas foram algumas conclusões apontadas por grupos de trabalho formados durante o encontro. A continuidade da Campanha se daria no âmbito da Assembléia Popular, que englobaria a discussão da Alca em sua agenda.

Em outro momento, durante entrevista individual, Fátima Mello, voltou a falar sobre as causas da guerra ainda não estar ganha. Segundo ela, é preciso ampliar a crítica política sobre a Alca para o conjunto da sociedade, “porque, na verdade, a gente está meio que equiparado aos outros setores. Tem o setor econômico da indústria que não quer a Alca, o agronegócio que não quer e nós que não queremos, mas falta algo que diga que esses acordos não servem, que não são bons para as sociedades, para as economias, para os projetos de nação”. A sugestão que ela apresenta para vencer esse debate político é “englobar mais atores sociais, mais parceiros na luta” e, assim, ganhar o debate na sociedade:

No debate ideológico a gente ainda não ganhou, a liberalização, o chamado livre mercado, isso tudo ainda é visto como algo positivo, então isso nos coloca em uma posição que a qualquer momento a gente vai ter mais um tratado de livre comércio, vai ter que brigar contra ele, porque nós só ganhamos essa batalha porque não foram percebidos ganhos econômicos pelas elites, para ganhar a guerra a gente precisa fazer a sociedade acreditar que esses acordos não serão bons do ponto de vista nem econômico, nem político, nem cultural.

Muitos entrevistados também opinaram nessa direção, sem, no entanto, se referirem a esse tipo de enunciado. O discurso geral tanto do grupo dos coordenadores como dos participantes dos comitês estaduais era de que a Alca nos moldes originais não foi implementada, mas que os TLCs são também livre comércio e que precisam ser combatidos. Isso comprova que há uma visão de batalha ganha, sem findar a guerra, principalmente quando os participantes da Campanha colocam a necessidade de se ficar à espreita esperando o próximo passo do que consideram “inimigo”, ao se referirem à continuidade do acompanhamento do tema.

Para a grande maioria dos entrevistados dos dois grupos citados, os TLCs passaram a ser propostos diante dos impasses em torno das negociações da Alca. O que houve, segundo eles, foi uma mudança de tática dos Estados Unidos, que passou a diversificar a negociação por meio de acordos bilaterais e multilaterais. Como argumenta Ivo Poletto (Cáritas Brasileira), “quando não vinga a Alca, eles jogam para o TLC” .

Para Gonzalo Berrón (ASC), o TLC tinha quase o mesmo conteúdo da Alca e o impacto nos países também era quase o mesmo. Para Fátima Mello não se trata da mesma coisa:

Há muita diferença entre Alca e TLCs. Primeiro, porque você sempre deixa uma margem para que os governos nacionais decidam, porque uma coisa é você fazer uma negociação entre 34 países em bloco, onde todo mundo tem que aderir, só isso já é o fim da picada. Por exemplo, a Bolívia, que está em processo revolucionário, não teria o direito de ficar fora, era uma negociação bloqueada, então só isso já explica porque eu acho que é tão diferente. Isso cria a possibilidade de ainda disputarmos um projeto para a região.

Ricardo Gebrim (SASP/Consulta Popular) afirma que a Alca é uma necessidade estratégica para os Estados Unidos e, cada vez mais, o País precisará assegurar uma área de reserva do dólar no continente. Os caminhos, segundo ele, são variados, e as tentativas para consolidar a sua estratégia continuarão existindo. No entanto, nesse estágio atual a Alca foi derrotada:

Como uma área de reserva do dólar é um elemento vital para a sobrevivência do Império, não desistirão da Alca, ou das idéias contidas na Alca. Claro que a forma vai obedecer a variações de acordo com o processo de lutas de classe. Então, no primeiro momento tentaram por esse caminho, agora estão tentando por outros, mas está na pauta e seguirá na pauta do governo, seja republicano, seja democrata. Mas nesse momento, o fato de nós termos derrotado a Alca no seu formato original é uma vitória importante para nossa auto-estima e é uma derrota concreta.

Com outro viés, D. Demétrio Valentini (SSB/CNBB) reforça a visão da batalha ganha, inclusive em relação aos Tratados de Livre Comércio. Ele considera que a Campanha contra a Alca também ajudou a inviabilizar os TLCs, como foi o caso do Equador, que saiu das negociações do acordo bilateral com os Estados Unidos. Ele leva em conta a mudança de governo do País, que em novembro de 2006 elegeu Rafael Correa, mas reitera que “isso não seria possível se não houvesse o clima criado pela resistência à Alca. Essa mesma resistência atuou em diversos países como uma resistência a tratados de livre comércio”.

Já para José Maria (PSTU), os TLCs representam uma política de recolonização dos Estados Unidos por outras vias: “O problema da Alca naquele momento, a ponta de lança mais importante, segue hoje nos acordos dos TLCs”. No caso do Brasil, segundo ele, esse processo de recolonização tem se dado por meio da política econômica e do pagamento da dívida externa¹⁰².

Um pouco diferente das outras opiniões, mas em uma linha semelhante ao representante do PSTU, Maria Lúcia Fattorelli (Unafisco) afirma que “a Alca está sendo implantada em fatias no nosso país”. Ela considera a desregulação do mercado financeiro, com a liberalização da movimentação de capitais, como um dos capítulos da Alca: “E isso aqui foi consumado na gestão Palocci/Meirelles, inclusive com uma cláusula nos títulos da dívida externa, que é a cláusula de ação coletiva, e que o Brasil assinou a partir do primeiro título da dívida externa emitida em abril de 2003, transferindo para Nova York o foro no caso de qualquer litígio em relação à dívida”.

Outro capítulo da Alca que fala do livre comércio e que já está sendo implantado no Brasil, segundo Maria Lúcia, é a quebra de barreira para a aduana, ou a eliminação de barreiras alfandegárias para as mercadorias:

A Alca queria eliminar as barreiras alfandegárias para a circulação de bens e serviços. E isso está sendo feito, inclusive nós auditores da Receita Federal temos denunciado o enfraquecimento da aduana no Brasil inteiro. Através das normas fiscais da própria Receita está havendo a liberalização do controle, estão deixando de exigir documentos que exigiam anteriormente, por isso que o contrabando e a pirataria estão aumentando tanto e prejudicando a indústria nacional, prejudicando o emprego.

A constatação de que só uma parte da luta foi ganha perpassa também o discurso dos comitês estaduais. A maioria afirma que a Alca abrangente foi derrotada, no entanto, a ameaça ainda continua sob outras formas de dominação. Alguns grupos focais ou mesmo algumas pessoas deles participantes problematizaram sobre a questão dos TLCs e de outras ações governamentais nomeando-as como “mini-Alcas” ou “alternativa à Alca”. Nos Comitês do Distrito Federal, Pará e Paraná houve um debate mais intenso sobre os acordos bilaterais e a implementação da Alca, mesmo sem a assinatura do acordo. Nos demais comitês, o assunto foi abordado, mas não gerou tanto debate, tendo mais ênfase a não-assinatura do acordo.

¹⁰² A dívida com o FMI foi quitada pelo governo Lula no final de 2005, com o pagamento de cerca de 15,5 bilhões de dólares.

No Comitê do Distrito Federal, o debate girou em torno da constatação de que a Alca não foi assinada nas condições iniciais, mas ainda está presente no Brasil por outros meios. Também por se tratar de um projeto do “imperialismo”, ela adquire nova roupagem, propiciada pelo próprio sistema capitalista, como afirmam dois de seus representantes:

Na verdade, o que foi derrotado, o que a Campanha conseguiu derrotar foi a Alca tal como estava ali, porque a mesma Alca continua na OMC e o governo brasileiro continuará abrindo mão das nossas soberanias se os países cederem na agricultura. Ou seja: a Alca não está derrotada, ela está na OMC também. Não o acordo em si, mas ainda existem várias outras formas de implementação da Alca no país, como, por exemplo, a aprovação da reforma da previdência, que privatiza a previdência em favor do setor financeiro internacional, que é nada mais, nada menos do que o acordo de investimentos da Alca. A questão do PAC, se a gente olhar o mapa da Amazônia é o mesmo mapa da IRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana). Isso significa que essa é uma proposta do Banco Mundial para viabilizar a exportação de *commodities* agrícolas e mineração, que era a proposta da Alca. Claro que a Campanha foi importante, mas a Alca está sendo implementada no país por conta de todas essas medidas (Rodrigo Ávila– Comitê DF).

É claro que como a gente colocou aqui, a gente sabe que o imperialismo busca uma nova roupagem, novos caminhos para tentar conseguir o objetivo. O imperialismo não vai desistir de ser cada vez mais forte, mais soberano, de destruir os países. O que a gente vê que está acontecendo agora, inclusive com a economia mundial, é que cada vez mais o capitalismo está só mudando de roupa. Eu acho que [a Campanha] foi um momento importante, que a gente sentiu o gosto de vitória, mesmo que seja uma vitória momentânea (América Bonfim– Comitê DF).

O debate no Comitê do Pará foi mais polarizado, gerando uma espécie de dúvida quanto a real implementação da Alca, ainda que o acordo não tenha sido assinado. Foi levantada a questão de os Tratados de Livre Comércio representar um mecanismo dos governos imperialistas, mas ao mesmo tempo fez-se uma diferenciação entre negociação bilateral e em bloco, como expressam as posições:

Na verdade, o imperialismo passou a utilizar outras estratégias, os tratados de comércio bilaterais, através de países com países. Foi tentado fazer ao invés da Alca, os chamados TLCs, e aí o que acontece? Esses governos de frentes populares, o Evo Morales, o Chavez e o próprio Lula foram pressionados realmente a não assinar esse contrato que seria a Alca por conta da pressão das suas bases, e a massa que fez o plebiscito fez parte. Foi a massa que elegeu o Lula, e aí há uma pressão da base para que ele não assine o acordo, mas vem se fazendo outras coisas, que são as zonas francas no nordeste, uma série de situações que na verdade tiram tanto a soberania quanto a Alca, mas de forma bem mais velada do que o tratado da Alca. Na verdade, esse acordo, como foi colocado, está hoje engavetado, está estagnado, mas os governos imperialistas vêm com

outros mecanismos, inclusive o próprio Mercosul acaba tendo uma lógica igual a da Alca, só que nessa situação do Mercosul o papel na verdade de sub-metrópole que cabe ao Brasil tenta fazer o mesmo papel de dominador em cima dos outros países (Ápio Dias– Comitê PA).

A diferença em relação à Alca é que tu tens um número menor de países, portanto um número menor de empresas competindo entre si, diferente de abrir o mercado brasileiro para competir com empresas estadunidenses, porque elas teriam condições de arrebentar todos os segmentos, teriam condições de ganhar mercado. Por exemplo, uma das coisas que eles tinham interesse de avançar no mercado é a questão das compras governamentais. Se a gente faz uma licitação internacional para compra governamental, os Estados Unidos levariam todas. Na área de informática, levaria. Esse é um dos pontos pesados que eles tinham interesse de avançar. Agora uma coisa são eles conseguirem impor um acordo desses a um governo periférico pontual, a outra coisa é eles terem em todo o continente (Raimundo Valdomiro – Comitê PA).

No Comitê do Paraná, os acordos bilaterais, propiciados pelos TLCs, também são tidos como um dos aspectos da Alca, mas um dos discursos presentes no grupo foi o de que esses acordos resultaram do posicionamento do governo brasileiro frente às negociações da Alca e também da pressão popular de toda a América Latina. Ainda para um dos integrantes, as relações comerciais com a União Européia representam a interferência do “capital” dentro da mesma perspectiva da Alca:

Os acordos que são colocados dentro das relações comerciais entre países até pode mudar de nome, mas a investida americana continua a mesma, e a gente sente que eles querem o livre comércio, querem expandir fronteiras. Então está posto também um outro desafio: as relações comerciais com a União Européia, que não é só com o Brasil, é com o Mercosul de uma maneira geral, é o mesmo debate, são os mesmos elementos. Nós enterramos a Alca, mas a perspectiva do capital continua sempre presente para nós (Waldemar Júnior– Comitê PR).

De volta ao enunciado “ganhamos a batalha, mas não a guerra”, título desta tese, pôde-se perceber que se trata de um pensamento predominante também no movimento social continental, discutido, sobretudo, durante os dois últimos Encontros Hemisféricos, que nestas últimas edições foi nomeado Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos. Segundo o cubano Osvaldo Martínez, presidente do Centro de Estudos da Economia Mundial (CIEM), e também representante do Comitê Organizador do Encontro, “a Alca fracassou, mas a estratégia norte-americana de dominação da América Latina tem outras e variadas formas e rostos que nos obrigam a manter a luta,

pois, se me permitem os termos militares, ganhou-se uma batalha, mas ainda não a guerra”¹⁰³.

Foi na abertura do VI Encontro Hemisférico de Luta contra o Alca, em Havana, em 3 de Maio de 2007, que Martínez provocou a platéia com esta advertência. Também ressaltou que a Campanha Continental contra a Alca, com suas múltiplas formas de lutas, mobilizações e marchas, bem como com a divulgação do significado da Alca, foi a responsável pelo fracasso da assinatura do acordo. Junto a essas ações, ele considerou importante a oposição de alguns governos, especialmente o da Venezuela.

No entanto, ele também advertiu que a Alca sofreu uma “mutação”, agora corporificada nos Tratados de Livre Comércio, com a promessa da liberalização comercial. Estes tratados bilaterais ou plurilaterais seriam, em sua visão, pequenas Alcas com o conteúdo da mesma política neoliberal. “Sejam estes tratados com os Estados Unidos ou com a Europa, o substancial deles não muda. Neles, o neoliberalismo fica consagrado como política econômica, convertido em obrigação jurídica dos estados, e fechado o círculo de dominação”.

No VII Encontro Hemisférico, em maio de 2008, Martínez voltou a falar que os movimentos sociais derrotaram a Alca, mas que “não é para festejar a vitória que nos reunimos aqui, e sim para enfrentar novos desafios e nos agruparmos para as batalhas atuais”. Essa nova batalha seria contra os TLCs. Segundo ele, a Alca se transformou nos tratados de livre comércio que constituem acordos tão ou mais onerosos que a própria Alca¹⁰⁴.

É interessante acompanhar o discurso da Campanha Continental porque houve muita interação entre as várias campanhas dos países latino-americanos, se espraiando também para além do continente, o que fez desse movimento, um movimento social global. E a idéia de guerra, batalha, fracasso e vitória, disseminadas não só na Campanha Nacional contra a Alca, mas também na Campanha Continental e Global, foi baseada na existência do que se considerava um inimigo comum. No caso, o neoliberalismo, que tinha como porta voz, principalmente, o governo dos Estados Unidos.

Como já dito, o antiimperialismo mobilizou bastante os militantes, que viveram um clima de guerra contra a Alca durante todas as etapas da Campanha. Esse clima é propiciado pelas relações do tipo amigo-inimigo, construídas durante o processo de luta,

¹⁰³ CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Texto de abertura do VI Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos. Cuba, 2007.

¹⁰⁴ CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Nota divulgada pela Campanha Continental contra a Alca., Cuba, 2008.

que, segundo Chantal Mouffe (1996), acontece quando o “outro” nega a nossa própria identidade, gerando, assim, o centro de um antagonismo político.

Para a CNA, o seu adversário político era o neoliberalismo, corporificado no governo dos Estados Unidos, que não só propôs a criação da Alca, como elaborou o seu projeto original. Nesse sentido, o neoliberalismo, que nas Américas teria sua representação máxima com uma área de livre comércio, na visão da Campanha, representa a negação de um projeto soberano de nação, pondo em risco a sobrevivência de praticamente todos os Estados-Nação das Américas, inclusive o Brasil. E foi principalmente a ameaça à soberania brasileira que sensibilizou os militantes da Campanha para participarem da luta contra a Alca.

Nessa guerra, em que, segundo os militantes, o inimigo era o “imperialismo” norte-americano, a primeira batalha foi vencida. Essa etapa se configurou com a não-assinatura do acordo da Alca, previsto para janeiro de 2005. As causas desse desfecho e o grau de interferência da CNA nessa decisão é o que veremos a seguir, sob a ótica dos participantes da Campanha, dos parlamentares e do representante do MRE entrevistados nesta pesquisa.

7.2 A não-assinatura do acordo

A não-assinatura do acordo da Alca, tanto para o grupo dos coordenadores como dos comitês estaduais deve-se a uma conjunção de fatores, mas principalmente dois deles são predominantes: a interferência da política externa brasileira e a influência da Campanha contra a Alca, em âmbito nacional e continental. A combinação desses fatores, sem que um venha antes do outro, mas interligados entre si, permeia o pensamento geral dos dois grupos.

Outras razões também foram levantadas, como a crise do neoliberalismo e a “esquerdização” da América Latina, o que levou a uma composição de governos contrários à Alca. Esse fator conecta a CNA não só à Campanha Continental como ao movimento social global, que surge frente à crise desse sistema político e com o objetivo de combatê-lo, conforme visto no capítulo dois.

Alguns coordenadores atribuem a não-assinatura ao posicionamento do governo Lula frente às negociações da Alca, mas consideram o movimento social como um elemento também importante. Para eles, a política externa surge como a principal definidora do processo e dois personagens são importantes na gestão dessa política: o ministro de

Relações Exteriores Celso Amorim e o secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães. Este último, reconhecidamente um dos mentores intelectuais da CNA:

Ainda que o governo Lula não tenha rompido com o modelo econômico dependente, não tenha rompido com todas as políticas neoliberais que o elegeu, houve uma mudança de postura. E a reação à Alca era fruto de um grupo muito sólido que está localizado no Itamaraty. Eu diria que a formulação política do Itamaraty tem uma postura nacionalista, soberana e independentista muito importante, que em vários momentos caracterizou a política externa brasileira, não só agora (Beto Almeida – Consulta Popular).

Eu diria que o acordo não foi assinado porque o governo Lula se deu conta de que a Alca ia contra os interesses do Brasil, contra um projeto de desenvolvimento nacional, e de que era uma iniciativa dos Estados Unidos para institucionalizar, para formalizar relações comerciais que já existiam e que eles queriam consolidar. Então, o governo Lula e a personalidade do ministro dos assuntos exteriores, Celso Amorim, com ajuda muito importante do Samuel Pinheiro Guimarães, se deu conta de que o Brasil poderia modificar um pouco a geografia comercial mundial. Então, essa foi a principal razão. O governo ficou contente de ter o apoio de bastantes movimentos sociais e de uma Campanha contra a Alca. No entanto, me parece que principalmente o Celso Amorim e o Lula recusaram a assinatura da Alca, que teria acontecido claramente com o Celso Lafer e o FHC, se Lula não tivesse ganhado (Pe. Bernard – Ibrades).

Padre Bernard (Ibrades) considera que a Campanha Nacional contra a Alca foi importante, mas não decisiva:

Eu relativizo o impacto da Campanha. Ainda se não tivesse acontecido toda essa Campanha, não sei o que o governo Lula teria feito. Eu acho que no final não foi decisivo, mas foi importante, e certamente o governo aproveitou essa Campanha porque estava muito dividido internamente. Tem setores internos que ainda querem um acordo comercial com os estrangeiros.

O próximo depoimento reforça a idéia da influência dos representantes do Itamaraty, mas, diferentemente do Padre Bernard, contempla o plebiscito como uma forma de pressão, sobretudo para o engavetamento do projeto de lei sobre a Base Militar de Alcântara:

Acho que foi um conjunto de fatores, do ponto de vista da sociedade foi o plebiscito. Do ponto de vista do governo foi o papel que jogou o Samuel Pinheiro e o Amorim. O Amorim não ia até onde nós queríamos que fosse, mas acho que ele contribuiu muito, mas principalmente o Samuel Pinheiro. E o plebiscito, né? Por exemplo, no plebiscito uma das perguntas era sobre Alcântara, e Alcântara não aconteceu, por quê? Não

venha me dizer que não foi por causa da pressão popular. Na verdade, o governo deve ter usado os tantos milhões que disseram que não queriam Alcântara (Luiz Bassegio – Grito dos Excluídos).

Há quem não atribua tanta importância ao governo brasileiro, mesmo reconhecendo que o secretário-geral do Itamaraty tinha um posicionamento desfavorável à Alca. Ao contrário, para José Maria (PSTU), o Brasil queria assinar o acordo, principalmente quando assumiu a co-presidência das negociações. A causa da não-assinatura seria principalmente o recuo dos Estados Unidos:

É muito difícil dizer o que pesou mais na não-assinatura. Tem a ver com as mobilizações, mas eu diria em princípio que pesou mais as dificuldades internas entre os países. Eu acho que a posição do governo brasileiro era fazer o acordo. Ele começou a negociar condições para fazer o acordo e as condições que eram possíveis para o imperialismo americano ele não aceitava. Então, os Estados Unidos recuaram, mas o governo brasileiro queria fazer. Havia setores no governo brasileiro como o Samuel Pinheiro Guimarães que está no Itamaraty que é contra fazer o acordo da Alca e ele não escondeu isso de ninguém. Agora o governo brasileiro quando virou co-presidente fez o que pôde para poder impulsionar o processo de negociação. O problema é que os limites que eram possíveis para a burguesia norte-americana eram absurdos, não tinha a ver nem com a manutenção daquela proposta original, significava retroceder em relação àquela proposta original, isso é um negócio inviável politicamente. Mas eu não acho que houve do ponto de vista do Lula uma postura que o movimento esperava.

Outros coordenadores afirmam que o governo brasileiro teve um peso importante no desfecho do processo negociador da Alca, mas respaldado pela opinião pública construída a partir do movimento social e do resultado do plebiscito. A Base Militar de Alcântara também é lembrada como um exemplo da derrota dos Estados Unidos:

Eu acho que essa não-assinatura tem a ver sim com o plebiscito, quer dizer, quando o Amorim se coloca na mesa ele tem 10 milhões de votos por trás. De todos esses fatores, talvez esse seja inclusive um dos mais fortes, quer dizer há 10 milhões de votos, há 10 milhões de pessoas que, de alguma forma, estão vinculadas ao governo Lula e que elegeram Lula. Quer dizer, há um peso forte aí que vai influir na decisão, acho que sim. Essa decisão talvez se torne mais forte ainda por causa inclusive da questão de Alcântara. Talvez a questão de Alcântara tenha sido uma derrota clara dos Estados Unidos pelos movimentos sociais brasileiros. Eu acho que essa derrota de Alcântara também pesa junto com o plebiscito. Aí as coisas se casam bem, na medida em que a Alca não avança, tudo isso pesa sim na hora de decidir (Padre Alfredo Gonçalves – Setor Pastoral Social/CNBB).

De uma maneira muito evidente, o governo brasileiro sentiu respaldo da opinião pública, que se manifestou completamente contra a assinatura da

Alca, com o plebiscito promovido pelas pastorais sociais e pelos movimentos sociais. De tal maneira que, mesmo com a pressão dos Estados Unidos, manifestada publicamente, o governo brasileiro pôde fazer corpo mole, pediu adiamento, de modo que a Alca saiu da agenda e os Estados Unidos passaram a fazer tratados individualizados com outros países. Para mim não há dúvida de que o plebiscito contra a Alca deu ao governo brasileiro munição suficiente para resistir à pressão dos Estados Unidos, que queriam a todo custo seguir o cronograma estabelecido. Então foi adiado o cronograma até que a Alca desapareceu do horizonte e da agenda (D. Demétrio Valentini– SSB/CNBB).

João Pedro Stédile também considera que a sociedade organizada contribuiu para constranger o governo brasileiro, que foi protelando, adiando e ganhando tempo, sem sair das negociações. Ao contrário do governo da Venezuela que assumiu ser contrário à Alca. De qualquer forma, segundo ele, a vitória eleitoral do presidente Lula e a realização do plebiscito geraram um clima propício para inviabilizar a Alca:

Eu acho que nós contribuímos, não fomos a única determinante, mas contribuímos significativamente para constranger o governo Lula a não assinar, porque havia forças dentro do governo Lula que queriam a assinatura do próprio acordo. Na nossa área mesmo, o ministro da agricultura Roberto Rodrigues queria, mas eu acho que se criou um clima tal na sociedade e nas forças organizadas, e a própria participação do PT, que na época ainda tinha uma influência maior no governo Lula, que contribuiu para que o governo se sentisse respaldado. O governo brasileiro foi protelando, foi cozinhando, foi ganhando tempo. A tática do governo brasileiro foi ganhar tempo, a tática do governo da Venezuela foi 'sou contra e vou boicotar'. Então, vão se somando esses fatores: o governo venezuelano que derrotou a tática dos americanos e a posição do governo brasileiro que não queria se comprometer e foi protelando. Isso contava pra nós, o clima que se gerou na sociedade brasileira, com a vitória do Lula, com esse exercício de pedagogia de massa que nós fizemos no plebiscito, tudo isso aí gerou condições objetivas para que a Alca não tivesse viabilidades no continente.

Também para Ricardo Gebrim, mesmo que o Brasil não tenha assumido uma postura mais radical de dizer não à Alca, preferindo promover a “Alca Light”, sua participação foi decisiva. E a principal causa de a assinatura não ter sido efetivada foi o entrave proporcionado pela negociação em bloco, via Mercosul:

Eu acho fundamentalmente três fatores foram desestabilizadores do acordo. O primeiro que teve um papel importante, foi a postura de um grupo de governos, entre os quais o do Brasil e da Argentina. Mas eu diria que a postura diplomática do governo brasileiro foi carregada de ambigüidade. A Alca poderia ter sido soterrada naquela reunião quando decidiram a proposta da Alca light, em 2004. Naquele momento a Alca

estava morta, se a diplomacia brasileira tivesse ficado quieta, calada, não abrisse a boca, já tinha matado a Alca ali. Mas a diplomacia brasileira optou pelo caminho da Alca light. E manteve a Alca viva, vegetando mais um tempo. Então, essa postura do governo brasileiro era ambígua, mas com toda a sua ambigüidade, ela foi um elemento decisivo, porque Samuel Pinheiro Guimarães nos ensinou no processo de Campanha contra a Alca que não haveria Alca sem o Brasil. O objetivo estratégico da Alca é o Brasil, pelo PIB e pela sua capacidade de gerar uma alternativa. E a postura diplomática brasileira de negociar em bloco, de negociar através do Mercosul, acabou sendo um primeiro grande entrave decisivo.

Como segundo e terceiro fatores, Ricardo elege respectivamente a pressão exercida pela Campanha Nacional contra a Alca e o anti-neoliberalismo, implementado por alguns governos populares da América Latina:

O segundo fator, que eu acho que foi o elemento importante decisivo, é a Campanha Popular em si. Eu acho que eles se surpreenderam com a força das mobilizações sociais. A Campanha fez pressão, tomou corpo, pesou muito. Ela foi um elemento decisivo para sepultar a Alca, nesse formato da Alca. O terceiro fator é que nós já pegamos um momento favorável de esgotamento do neoliberalismo e a retomada e o ressurgimento de uma luta anti-neoliberal, passando por alternativas de governos com uma perspectiva popular, como o governo da Venezuela, da Bolívia, e posteriormente o governo do Equador e da Nicarágua, que são vitórias nitidamente anti-neoliberais, como foi no Uruguai. Tudo isso sempre impulsionado e ligado no bojo dessas reivindicações contra a Alca.

Da mesma forma, Paulo Maldos (Cimi/Cepis), acredita que a Campanha contra a Alca contribuiu para criar um clima de oposição e resistência, mas a eleição de vários governantes latino-americanos foi também uma resposta à insatisfação popular:

Eu acho que houve uma percepção dos governos das Américas, com as eleições sucessivas de Chaves, Evo Morales, Kirchner, Lula, de que a Alca não tinha aceitação popular. Quer dizer, os governos têm seus sensores, pode desprezar o povo, mas que sabem o que o povo está pensando, sabem. Não foi só a nossa Campanha. A nossa Campanha contribuiu para massificar, para criar esse clima de oposição, para ser uma desconfiança mais informada, uma resistência mais informada, mas eu acho que a própria proposta Alca naquele momento já causava desconfiança. Nossa Campanha ajudou a apimentar, a dar mais elementos para o povo realmente ter informação sobre o risco.

Fátima Mello considera que o movimento continental de resistência à Alca foi fundamental para a não-assinatura, principalmente por ter produzido opinião pública e gerado debate em todo o continente:

A gente na Rebrip tem uma avaliação comum. Houve vários fatores, não foi uma coisa só. Sem dúvida nenhuma o movimento continental de resistência teve um papel importantíssimo, porque ele produziu na opinião pública do continente um debate muito grande, muito amplo e que chegou à grande mídia, inclusive. Então isso teve um efeito, produziu um ambiente diferente. Imagina um acordo de livre comércio, com todas as tecnicidades, passou a ser objeto de debate público. Isso foi um fator importantíssimo, mas tiveram outros.

Fátima afirma que realmente o governo brasileiro não queria assinar o acordo da Alca, mas as razões pelas quais o Brasil não concordou com a assinatura eram bem diferentes daquelas apontadas pelo movimento social. Para ela, foram os interesses do agronegócio que prioritariamente influenciaram nas negociações. Isso foi percebido, segundo ela, durante as reuniões no Itamaraty e na Senalca, nas quais havia participação dos integrantes da coordenação da Campanha e de diversos setores. Ela conta que os setores do agronegócio começaram a fazer discursos contra a Alca e passaram a defender que o Brasil refluísse.

Alguns países, inclusive o Brasil do novo governo Lula, não queriam a Alca. Isso é verdade, mas o Brasil não queria a Alca pelos mesmos argumentos nossos, era totalmente diferente. A lógica do governo brasileiro para tentar parar a Alca era que os setores que têm hegemonia na sociedade brasileira, como o agronegócio, passaram a perceber que a Alca não traria ganhos econômicos para eles, o acesso ao mercado norte americano, principalmente ao mercado agrícola dos Estados Unidos, não seria ampliado para as exportações do agronegócio brasileiro através da Alca. Isso gerou uma posição mais resistente do governo brasileiro em relação ao acordo.

Avalia que a política externa implementada pelo Itamaraty era crítica ao acordo, mas apesar disso, a posição negociadora brasileira foi “basicamente” definida pela percepção do agronegócio:

Claro que alguns setores do governo brasileiro, inclusive setores dentro do Itamaraty, tinham críticas políticas ao acordo, políticas mais próximas às nossas. Isso pesou em algum momento sim, uma visão mais geopolítica do Brasil no mundo, uma visão da submissão do Brasil. Um atrelamento do Brasil tão nítido aos Estados Unidos iria contra uma tradição da diplomacia da política externa brasileira de ser mais plural com suas relações com o mundo, de ter um comércio mais diversificado. Mas a posição brasileira de resistência a Alca foi basicamente definida pela percepção do agronegócio que não ia lucrar com aquele acordo. Foi o cálculo econômico do agronegócio e também de setores industriais

ligados ao agronegócio. Os empresários diziam: bom, a gente vai ter que entregar tudo em agricultura para obter quase nada em indústria, porque o que vai acontecer é que nós seremos invadidos pela indústria americana e não teremos como acessar o mercado americano. Mas a gente avalia que o peso crucial mesmo foi do agronegócio.

Fátima Mello considera, por exemplo, que se o PSDB tivesse vencido as eleições de 2002, o acordo seria assinado: “Eles iam assinar, porque o grupo que coordenava a política externa da era PSDB era totalmente pró-Estados Unidos. Inclusive, esse grupo até hoje detona o grupo que está atualmente no Itamaraty, porque diz que esse grupo atual do Celso Amorim é desenvolvimentista. Eles acham que é um erro estratégico não investir numa relação com os Estados Unidos.”

Para outros coordenadores, a causa principal para a não-assinatura foi a crise gerada na América Latina pelo esgotamento do neoliberalismo, que influenciou nos processos eleitorais de vários países, inclusive do Brasil. Junto a esse contexto, iniciou-se uma “consciência antiimperialista”, e a Campanha Continental contra a Alca, segundo Gonzalo Berrón (ASC) foi uma das responsáveis pela disseminação desses valores:

Houve uma articulação em alguns governos que exigia não dar saída ao impasse da Alca, e eles bloquearam de fato, não aceitando a continuidade da negociação. E esses governos são os governos do Mercosul e o Chavez. Aí você vai ver que foram os governos, as regiões nas quais houve um câmbio político que se afastou daquela coisa da hegemonia neoliberal dos anos 90, e que é também um pouco uma vertente daquela movimentação. Então a rejeição ali ao livre comércio como forma de integração entre os países ou de relação entre os países fazia parte desse acervo político-ideológico. Então, foi meio que uma decorrência lógica dessas Campanhas. Eu não fico envergonhado ou tímido ao dizer que a Campanha teve sucesso, porque teve! Através da influência e dos valores que construiu dentro desses governos.

Gonzalo afirma que além da mobilização dos 10 milhões de votos do plebiscito, o tema da Alca entrou na agenda de todas as organizações e governos. “Todo mundo tinha que se posicionar”. Segundo ele, antes das mobilizações o próprio Hugo Chavez não era contrário a Alca, só depois foi mudando de opinião. Gustavo Cudas (CUT) lembra que já em 2001 o governo de Hugo Chavez era um governo de resistência à Alca, mas só com a eleição de novos governos latino-americanos e a combinação desse processo eleitoral com a mobilização da sociedade civil organizada que se criou uma espécie de convicção dentro desses governos de que a Alca não deveria ser assinada:

Em 2001, em Quebec, na cúpula presidencial da Alca, apenas um governo apresentou tímidas ressalvas à Alca, que foi o governo

venezuelano, o Chavez. Isso dá um pouco a dimensão do isolamento da resistência dos governos frente a esse projeto. Agora, os anos de 2002 e 2003 foi um período de intensa crise política do neoliberalismo na região. Havia uma crise dos projetos neoliberais que não se expressava claramente em alternativas radicalmente opostas a esse processo, mas numa espécie de fissura da ordem. Aí você vai ter uma seqüência de processos políticos: no Brasil, com a eleição do Lula; na Argentina, com a eleição do Kirchner; a eleição do Tabaré, no Uruguai, e, posteriormente, a eleição do Evo Morales, na Bolívia. Então, estava claro por um lado que havia um crescimento na opinião pública na sociedade civil mais mobilizada, uma consciência antiimperialista. E esta consciência e mobilização se aproximaram desses processos institucionais eleitorais. Então eu diria que houve uma combinação deste ascenso de uma postura antiimperialista com os resultados dos processos eleitorais e do ascenso no nível da opinião pública.

Gustavo Cudas exemplifica com o caso do governo brasileiro, em que a própria composição do Ministério das Relações Exteriores expressa um posicionamento. Para ele, além disso, a esfera institucional utilizou a opinião pública construída pelo movimento social como um dos elementos na mesa de negociação:

No caso nosso, do Brasil, isso se expressou muito claramente, porque até 2002, você tinha como membro da Campanha contra a Alca, Samuel Pinheiro Guimarães, que era palestrante nas plenárias da Campanha contra a Alca. E quando o Lula assume o governo, o Samuel Pinheiro passa a ser praticamente o vice-chanceler, o secretário-geral, que é o segundo. Isso simboliza bem qual que era a situação: um crescimento na opinião pública de uma posição anti-Alca ou antiimperialista e a esfera institucional recolhendo parte desse sentimento através desse tipo de expressão. Eu acho que em vários desses governos havia uma convicção de que esse projeto não podia ser assinado. Em algum momento houve uma aproximação entre negociadores do governo e o movimento. E houve um reforço mútuo, onde a pressão, a mobilização e a denúncia feitas pelos movimentos foram usadas pelos negociadores na mesa, para dizer que eles não tinham margem de manobra tal como os Estados Unidos queriam, porque isso que eles queriam estava sendo repudiado no país de origem.

Além de uma consciência antiimperialista, Isidoro Revers (CPT) acredita que o processo de mobilização em torno da Alca gerou no povo brasileiro uma consciência latino-americana. E, para ele, isso, junto à realização do Plebiscito Popular, influenciou a política externa brasileira.

O debate com relação à Alca trouxe para o povo brasileiro a consciência latino-americana. Eu diria que todo esse processo de consciência política foi feito pela sociedade organizada e pelo embate direto. O ato do plebiscito foi uma demonstração de força política dos movimentos sociais, foi uma demonstração de compreensão pela sociedade brasileira

dos reais interesses norte-americanos no Brasil e na América Latina. Penso que esse resultado foi o elemento fundamental para o posicionamento do governo com relação à Alca. Se houve um momento em que os movimentos sociais conseguiram pautar o governo Lula, foi exatamente em relação a sua política externa.

Nos comitês estaduais pesquisados pela tese, o pensamento acompanhou a tendência do grupo dos coordenadores. No geral, para os participantes, tanto a política externa brasileira como a Campanha contra a Alca interferiram na não-assinatura do acordo. Mas outras questões também surgem como relevantes para o desfecho das negociações.

Alguns comitês deram mais ênfase à mobilização popular, a exemplo do resultado do debate no Espírito Santo, em que todos os militantes opinaram nesse sentido, embora sempre se considerando como um dos fatores importantes a eleição do novo governo.

Se não fosse essa mobilização popular, essa participação toda nossa que teve muito forte a nível de Brasil, com certeza a gente não teria conseguido bloquear a Alca. Eu vejo hoje com muita clareza que, com certeza, a Alca só não existe por causa da participação popular, por nosso trabalho em rede que foi feito nas bases (Lázaro Costalonga).

Eu acredito piamente que influenciou, a mobilização popular foi muito grande e as pessoas se apropriaram das informações, claro que não foi só isso, o fato de a gente ter conseguido eleger o governo Lula, com a sensibilidade que ele tem, também ajudou na não-assinatura. Possivelmente, se tivesse sido um outro governo eleito, talvez o resultado do plebiscito não tivesse tocado tanto, não tivesse influenciado. Eu penso que as duas coisas contribuíram e muito para a não-assinatura da Alca: a sensibilidade do governo eleito e a mobilização social (Ana Rita Esgario).

É, eu concordo com isso, até porque se não tivesse tido a mobilização social a gente sentia que os ministros responsáveis pela questão estavam quase que cedendo, mas na medida em que a população se manteve mobilizada, havia a possibilidade de aumentar o tempo, podemos aumentar o prazo e a possibilidade de assinar. Então, eu sinto que a importância da mobilização social foi fundamental nesse resultado (Marta Falqueto).

Outras entrevistadas ainda levam em consideração os diferentes interesses do novo governo em relação à Alca, mas reafirmam a força popular:

Claro que a gente sabe que teve toda uma jogada de interesses, mas eu vejo que essa participação popular foi fundamental para não ter sido assinado. Até mesmo porque participando de algumas reuniões em nível nacional, onde tinham lideranças políticas que na época faziam parte do PT, a gente via que muita coisa que vinha daquela Campanha do Lula não batia com os nossos anseios da base. Então eu acredito que os outros

interesses devem ter sido fundamentais, mas a gente já vinha de uma mobilização, de outro Plebiscito, de outras Campanhas e a gente estava fortalecido e bem articulado até mesmo a nível nacional (Penha Dalva).

O processo da Alca possibilitou várias coisas, mas, para mim, a pressão popular foi fundamental para a não-assinatura, porque eu acredito que se não houvesse esse movimento, esse plebiscito, o governo Lula tinha cedido às pressões para assinar, porque ficou muito claro que havia uma pressão muito grande e que havia dentro do PT pessoas favoráveis. Só que diante do início do governo, aquele quadro todo foi fundamental como outros processos são fundamentais para que as decisões tomem um rumo mais de acordo com o que a gente quer (Alessandra Effgen).

O Comitê da Bahia também valorizou a mobilização popular empreendida pela Campanha contra a Alca, mas ressaltou a influência da política externa, principalmente por meio da participação do ministro Celso Amorim e do secretário geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, como revela um dos integrantes:

Acho que desde as mobilizações pelas diretas e pela constituição de 88, eu não lembro de tanta mobilização política no sentido de diálogo com a sociedade, como a Campanha contra a Alca e o processo do plebiscito em si. Então acho que isso influenciou muito na tomada de decisão do governo, até porque foi no mesmo ano das eleições presidenciais e também as pessoas que assumiram o diálogo sobre a Alca, o Celso Amorim e o Samuel, eram pessoas que estavam diretamente ligadas à Campanha. O Samuel fez debates e cursos de capacitação com a gente (Luiz Cláudio Mandela).

Além da vitória da não-assinatura, que sofreu influência da política externa, foi citado também como um ganho da Campanha contra a Alca, o arquivamento do acordo da Base Militar de Alcântara, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados:

Sem dúvida, a política externa brasileira, o Celso Amorim, dificultou o processo de assinatura, apesar de que não teve uma postura altiva de dizer não, como o Hugo Chavez, mas fez com que o processo fosse melando. Também o Samuel foi o principal ícone, e o Greenhalg, presidente da CCJC, inviabilizou o acordo de Alcântara. Podemos dizer que a participação popular foi ao encontro da política externa (José Carlos Zanetti).

Pelo que eu pude perceber, a Campanha da Alca influenciou, eu acho que o governo brasileiro não assinou o contrato de livre comércio imediatamente, e o ponto fundamental da Campanha foi a questão da mudança sobre a venda da Base de Alcântara. O governo tomou iniciativa e recuou em algumas coisas. Quase 10% do eleitorado

brasileiro disse não à Alca, disse não à venda da Base de Alcântara. Eu acho que isso teve um impacto muito grande (Célio Maranhão).

No Maranhão, estado onde a Base Militar de Alcântara está localizada, além da Campanha contra a Alca, segundo os participantes, outra razão influenciou o governo brasileiro para a não-assinatura : o sentimento antiimperialista provocado pela conjuntura internacional, o que contribuiu, inclusive, para que o governo recuasse em relação à Base de Alcântara.

O contexto foi importante. Houve um desgaste do governo FHC e do projeto neoliberal desde 99 em toda a América Latina, e isso contribuiu para aumentar esse sentimento antiimperialista, além da ocupação dos Estados Unidos no Oriente Médio. Mas tem um detalhe específico em relação ao Maranhão, também a Campanha contra a Alca foi acompanhada pela Campanha contra a ocupação da Base de Alcântara. A gente conseguiu mobilizar muito, o governo recuou várias vezes em relação a esse acordo (Hertz Dias).

Acho que além da grandeza que foi a mobilização, 10 milhões de pessoas participando efetivamente da votação, eu acho que dois aspectos ajudaram também a influenciar: um foi o desgaste dos Estados Unidos pelas invasões que vinham promovendo na América latina e no Oriente Médio. Isso foi criando um sentimento antiamericano muito forte e isso de algum modo contribuiu. Outro aspecto que também ajudou foi que com o governo Lula o Itamaraty passou a ter uma nova postura, eu acho que isso também, com a força da mobilização, com a grande participação popular, ajudou a direcionar a opção do governo para a não-assinatura (Ricarte Almeida).

Um dos participantes acredita que a Campanha influenciou no posicionamento do governo porque as bases populares que realizaram o plebiscito foram as mesmas que elegeram o presidente Lula e havia um “dever a ser prestado a essa base popular”:

Eu acho que a Campanha influenciou, até porque naquele período a gente já tinha uma certa influência no principal partido, vamos dizer assim, de esquerda no Brasil. Setores populares que puxavam a organização do plebiscito tinham ampla influência do PT e conseqüentemente a vitória do Lula de alguma maneira já tinha aí um dever a ser prestado a essa base popular. Eu, por exemplo, representava no plebiscito a secretaria estadual do PT e o Maranhão tentava levar para as bases do partido o plebiscito. Então eu acho que como em todo o país houve uma influência da base do PT e acho que o Lula ao assumir o governo, de alguma maneira, tinha uma preocupação com a mobilização nas bases populares e dentro do próprio partido, eu acho que naquele período houve isso aí, influência do plebiscito (Valdeny Barros).

Outro militante concorda que houve influência do plebiscito no posicionamento do governo, mas apresenta também outra visão: foram as “forças imperialistas” brasileiras que não derrotaram o plebiscito. E isso ocorreu em função de o mesmo ter tido um resultado expressivo, o que poderia ter um efeito inverso caso o resultado tivesse sido tímido:

Eu tenho a mesma avaliação de que o resultado do plebiscito influenciou. Mas, independente disso, o resultado do plebiscito não pode ser avaliado somente pela realização do plebiscito em si, mas pelo que acontecia antes, que aconteceu depois e pelo conjunto de forças que participaram dele. O plebiscito serviu para uma coisa muito concreta, ele deslegitimou qualquer possibilidade de debate sobre a criação da Alca. Se o plebiscito convergiu para uma postura nacionalista, uma postura antiimperialista, um resultado tímido poderia expressar o contrário e legitimar acordos muito perigosos. Acho o seguinte: dá para dizer que as forças imperialistas no Brasil não derrotaram o plebiscito e isso alterou o debate (Francisco Elias).

A inflexibilidade dos Estados Unidos nas negociações aparece como mais um elemento influente na não-assinatura:

Eu acredito que outro elemento muito forte foi a inflexibilidade dos Estados Unidos nas próprias negociações. Nós sabemos que a Alca é uma proposta dos Estados Unidos que de certa forma legaliza a colonização da América Latina. E todos os porta-vozes dos Estados Unidos diziam claramente que queriam uma Alca abrangente (...). A posição do governo brasileiro era claramente de tentar abrir espaço para o agronegócio brasileiro nos Estados Unidos e eles não queriam abrir mão disso porque os seus agricultores sobreviviam sob fortes subsídios americanos. Então a posição do Brasil era a seguinte: ah nós aceitamos uma Alca que vai ter implicações no setor de investimento, serviços, biodiversidade, mas nós queremos um maior apoio para o nosso comércio agrícola e os Estados Unidos não abriram mão. Isso também dificultou na Alca e dificulta na OMC (Joilson Costa).

Razões como essas apresentadas acima também nortearam a opinião de participantes dos demais grupos, principalmente a conjuntura eleitoral da América Latina e a postura dos Estados Unidos diante da guerra do Iraque, as quais estimularam um sentimento antiimperialista. Este, por sua vez, gerou um movimento global de resistência ao neoliberalismo, sendo esta mais uma fonte de influência no desfecho das negociações em torno da Alca.

Porém, uma questão inflamou o debate nesses outros grupos: em que medida o plebiscito influenciou na formulação da política externa do governo Lula e, dessa forma, impactou no desfecho das negociações. A polêmica nos grupos do Paraná, Pará, Rondônia e Distrito Federal ocorreu, sobretudo, quando foi posto em dúvida se o acordo seria

assinado caso o presidente Lula não fosse eleito em 2002. Neste caso, o plebiscito não teria o peso que os 10 milhões de votos sugerem e sim a política externa brasileira, independentemente do resultado do plebiscito.

No Paraná, a discussão se concentrou na dúvida se o governo ‘assinaria’ ou ‘não assinaria’ o acordo da Alca caso o presidente eleito não tivesse sido Lula. Para alguns participantes, o contexto eleitoral foi o principal aspecto, para outros o plebiscito aparece como um fator de desequilíbrio nesse impasse da assinatura:

Eu acho que influenciou, apesar de que o plebiscito aconteceu em um momento eleitoral, nas eleições do governo Lula. Existia então uma pré-disposição do partido, apesar de ter se retirado da Campanha, mas pelo menos o partido dizia que era contra a assinatura da Alca. Pelo que a gente vê hoje do governo Lula, das posições que ele tomou nos primeiros quatro anos, e depois de reeleito, ele tem uma postura dúbia, ele não quer se indispor. Mas ao mesmo tempo, com o capital, com os Estados Unidos, com o Bush, eu acho que ele não diria simplesmente não assino, ele foi empurrando, foi negociando. Hoje a gente vê que com o governo Lula realmente o rumo da coisa foi mudado (Darli Sampaio).

Em 2002, antes da eleição, durante o processo eleitoral, a gente tinha essa expectativa de que aquele resultado expressivo em torno de 10 milhões de brasileiros, numa discussão que a gente achava difícil de fazer com a população em geral, fosse decisivo para não assinar o acordo com o eventual governo do PT que ia se eleger naquele ano. Só que em 2003 quando o governo começa a dar os primeiros sinais de que a coisa não ia ser tão avançada o quanto a gente esperava, no segundo mandato pior ainda, aí já tenho minhas dúvidas. Mas de qualquer forma acho que o governo, se não se recusou a assinar como a gente queria que fizesse, peitar os Estados Unidos, vamos dizer assim, a maneira dele, ele foi empurrando isso, foi cozinhando o acordo, foi desmontando, tanto que obrigou os Estados Unidos a partir para as pressões, para os acordos bilaterais (Adenival Gomes).

No caso dos dois militantes acima, a conjuntura política, com a ascensão do governo Lula, foi significativa para a não-assinatura. Esses comentários levaram outros participantes a questionar a força do plebiscito nesse processo:

Eu acho que o governo se responsabiliza muito mais à medida que sabe que a sociedade está consciente, está esperando. É claro que se fosse o Fernando Henrique, se fosse o Serra, sei lá, talvez tivesse sido assinado, talvez não tivesse sido assinado com algum porém, com ressalvas, ou não teria sido assinado na íntegra como se previa, alguma coisa com certeza teria mudado (Fernanda Baggio).

Pois é, isso é que eu estou querendo dizer: tinha uma conjuntura que favorecia, eu disse que o trabalho da Campanha foi importante, mas

talvez não tenha sido o elemento essencial, porque se fosse o governo do PSDB, ele teria sido assinado, ou não? (Waldemar Júnior).

E o debate se prolongou nas duas direções, com pessoas falando ao mesmo tempo.

Eu acho que talvez não tivesse sido assinado. Até aquele momento da organização do plebiscito as coisas caminhavam numa balança mais ou menos equilibrada entre Brasil e Estados Unidos, com assina ou não assina. Agora, quando entra a questão do plebiscito desequilibra essa balança, e como entra o governo Lula, a conjuntura melhora, facilita para o governo não assinar o acordo. O plebiscito foi fundamental para desequilibrar isso, se entra o Fernando Henrique e continua o mesmo time eu acho que aí tava armado um grande gatilho contra a própria turma que queria assinar, que era a turma do PSDB, porque se assina, estava armada uma bota de uma bomba para o lado deles. Por outro lado, como não entraram, favoreceu o governo Lula a dizer não. Isso deve ter mudado, com certeza, então para mim o desequilíbrio foi o plebiscito, agora não sei até que ponto (Antônio Bez).

Eu concordo com você, mas o que é que aconteceu, assina ou não assina? se tivesse uma outra cultura o governo assinaria? aí se tivesse uma reação seria sinal da Campanha, mas o que está posto aqui é a entrada ou não do acordo, que aí você está dizendo que assina, porque se fosse um outro governo, se não fosse a conjuntura assinaria? porque depois que tivesse na negociação é uma outra situação. Então o plebiscito não interferiu na não-assinatura do acordo, se fosse outro governo e assinasse, aí não seria influência do plebiscito (Waldemar Júnior).

Para o representante do PT no grupo focal do Paraná, Adenival Gomes, o plebiscito também desequilibrou a balança. Segundo ele, mesmo com o governo Lula, se não houvesse o plebiscito o acordo teria sido assinado. “Eu acho que não assinaria, não assinaria porque a pressão estava muito forte, o plebiscito desequilibrou isso, se não tivesse o plebiscito teria passado livremente”. Novamente, Waldemar ressalta a questão da conjuntura, mas dessa vez considera o maior peso do plebiscito: “foram passados três anos desde quando a gente realizou o plebiscito, então tem um vácuo grande aqui de mobilização, de organização, de articulação. Se fosse logo após o plebiscito, seria uma situação, se fosse três anos depois seria uma outra situação”¹⁰⁵.

A mesma questão sobre a força do plebiscito e a determinação do governo na não-assinatura foi levantada no Pará, embora sem tanta participação do grupo como um todo. O resultado do debate aponta o governo Lula como principal influência, mas dentro da conjuntura política da época, que, segundo os militantes, era cercada de vários fatores: um

¹⁰⁵ O participante ainda menciona que se passaram três anos desde a realização do plebiscito, porém a discussão no grupo focal ocorreu em 2007. Na verdade seriam cinco anos, mas acredito que ele tenha se referido ao período em que as negociações perderam o vigor, final de 2004.

governo de Estado de coalizão, nacionalista, haja vista a sua política externa, e sob a influência de setores que não estavam interessados na Alca:

No caso do governo Lula, eu acho que tem uma série de fatores que leva a não-assinatura de um contrato desses. Abrir mercado significa dizer que a gente vai fazer licitação internacional. É muito complicado, eu acho que tem coisas que a gente não sabe exatamente como é que ocorre em âmbito de governo e quando se trata de licitação a gente sabe como que essas coisas acontecem. Uma coisa é você fazer licitação com um determinado grupo de empresas que vão concorrer e tal, outra coisa é abrir totalmente o leque e você não saber com quem vai negociar (Raimundo Valdomiro).

Tens que primeiro entender o contexto do governo Lula, é um governo de coalizão que tende a ir mais para o lado nacional, nacionalista. No Itamaraty, o Celso Amorim e o Samuel Pinheiro, dois caras eram claramente contra a Alca. O Samuel assessorava nossos encontros, claro que o governo tinha o lado neoliberal, Banco Central e tudo mais, mas tem esse lado nacional, tinha setores do PMDB do primeiro governo ligados a essa questão do seu patrimônio, os grupos brasileiros da Votorantin. Hoje, as grandes empresas em construção são nacionais, imagina tu abrir, do ponto de vista nacional muita gente vai perder. Eu acho que têm vários fatores do ponto de vista do patrimonialismo, mas acho que têm fatores também de concepção nacional. Isso no governo se chocou e como o governo tinha esta cara, não se definia, então não se assinou (Lindomar Silva).

Essas afirmações levaram alguns participantes à problematização sobre o peso do Plebiscito Popular na não-assinatura:

Quando você fala assim, o plebiscito perde o sentido daquilo que foi mobilizar, fazer com que as pessoas compreendessem. Quando você diz o acordo com certeza seria assinado, porque tinha o governo que descambava para o campo nacional, então não precisaria do plebiscito. É como se a perda de mercado fosse a principal causa da não-assinatura (Tânia Miranda).

Não, na verdade eu acho que esses elementos estão presentes no governo, mas aí não tirando o mérito de ter tido o plebiscito. Não sei se vocês viram na última eleição [2006], todo mundo falava em Alca, então todo mundo chegou a absorver o que era a Alca, ele [o governo] reconheceu que existia na sociedade um ambiente anti-Alca, que todo mundo conhecia a verdade sobre a Alca, e hoje ninguém fala mais. Tem a questão da mobilização, mas acho que a mobilização se junta a outros elementos. Para mim não foi só a mobilização, mas acho que ela é fundamental, porque ela é a resposta da sociedade, não fica só no interesse do governo, a sociedade não quer, o setor nacionalista não quer, o setor fulano de tal não quer, então junta tudo isso e dá de não assinar. Eu acho que hoje, na atual composição, o governo assinaria, se tivesse no auge, na atual situação do governo, o governo estaria pouco se lixando (Lindomar).

O depoimento abaixo também afirma que na atual conjuntura política brasileira o governo teria assinado o acordo. Isso não aconteceu no começo do governo, segundo o militante, em função dos interesses dos diversos setores do governo. A força do plebiscito foi mais um fator importante, mas não o fundamental:

Eu acho que entra a questão do plebiscito, concordo com o Lindomar que tem uma força muito grande, mas os setores dentro do governo naquela época e aquele momento político também contribuíram, por mais que o respaldo popular tenha contribuído para não ser assinado. Agora eu fico um pouco preocupado com isso de estar engavetado, pode ser que não seja a Alca, pode ser que seja uma coisa diferente, pode ser que tenha também essas outras formas de Alca que estão sendo implantadas. Fica um pouco de preocupação. Eu penso uma outra coisa também. Por exemplo, eu acho que naquele momento o choque foi muito grande e o governo teve que optar. O Lindomar falou que se fosse hoje assinaria, e eu também acredito que seria mais difícil que ela não fosse assinada (Valdomiro).

No Distrito Federal, também foi levantada a polêmica sobre a principal razão da não-assinatura, embora a maioria tenha apostado nos resultados do plebiscito e na realização da Campanha contra a Alca como forte influência. Em segundo lugar, os participantes apontaram o redirecionamento da política externa dos Estados Unidos para a guerra do Iraque, o que fez com que a Alca deixasse de ser prioritária. A política externa brasileira, com o fortalecimento do Mercosul e a expansão comercial do Brasil com outros países, foi mais um fator discutido.

Eu acho que, além do plebiscito, um outro ponto que também influenciou foi o investimento no fortalecimento do Mercosul, isso deu uma força para os países latino-americanos no sentido de 'nós podemos', no sentido dos países se sentirem um bloco um pouco mais fortalecido. E também influenciou a abertura do Lula com o G20, abrindo outros acordos, outros espaços. Outro elemento foi a guerra do Iraque e a perseguição dos Estados Unidos ao Bin Laden, porque eles ficaram focados na questão internacional, a questão do petróleo e tal, e a Alca ficou um pouco de escanteio (Mara Botelho).

Imaginando um histórico rápido do governo FHC e do governo Lula, no governo FHC praticamente essa participação popular pouco influenciou em qualquer tipo de dinâmica de decisão de governo, não teve impacto. No governo Lula, o grande diferencial é a política externa, foi uma política externa ousada, de cooperação sul/sul, por exemplo: Mercosul, países da África, países de língua portuguesa, botando no último patamar a cooperação com Estados Unidos e Europa. E um ator chave que estava por trás da política externa é o secretário geral Samuel Pinheiro, que na Campanha contra a Alca era um convidado nosso, um debatedor, fez o curso de formação nacional. Você imagina uma pessoa que foi chave no

processo de qualificar a nossa argumentação na Campanha contra a Alca foi conduzido a uma posição-chave na política externa brasileira. Então, essa turma do Itamaraty viu que teria uma retaguarda social com todo o movimento social da Campanha contra a Alca, sabia que teria o apoio da sociedade para tomar essa medida. Eu acho que isso foi fundamental para eles encararem isso. Então se juntou vontade política com o apoio da sociedade (Fernando Carneiro).

A constatação da força popular da Campanha contra a Alca e sua influência sobre o governo brasileiro foi ressaltada pela maioria dos integrantes do grupo, mas alguns deles, inclusive o próprio Fernando, que em um primeiro momento apostou nessa combinação, consideraram um tanto simplista apontar a vontade política governamental e o apoio popular como as principais causas para a não-assinatura:

Eu acho que seria simplismo dizer que o motivo da não-assinatura foi só vontade política e mobilização social, porque o mundo real não é só isso, nós temos aí uma economia global, e realmente a intransigência dos Estados Unidos favoreceu. Eles radicalizaram, então isso facilitou, porque ali qualquer capitalista inteligente perceberia: você entra numa negociação e o outro não abre? Então havia uma conjuntura, para a gente não ser também ufanista, né gente? Talvez a pergunta mais importante é saber o que pesou mais. Não sei se devemos focar no setor industrial, porque é claro que como nós trabalhamos no campo social tendemos a puxar a sardinha para o nosso lado, mas também dizer que o que pesou mais foi o fato dos Estados Unidos não ter cedido, se a gente for pensar no núcleo duro, no pessoal que hoje tem conduzido a linha econômica do governo, pode até ser que isso tenha pesado mais, porque isso deu uma legitimidade racional. Mas não estamos numa ciência matemática, então eu acho que o componente social foi fundamental, mas a realidade é muito complexa, não dá para dizer que foi esse o fator. Eu acho que ele foi essencial, agora a questão econômica também foi essencial, então não adianta querer tirar esse fator que estaremos sendo ingênuos (Fernando).

Apesar da ponderação de Fernando sobre a razão econômica e de mercado como influentes no posicionamento do governo, em sua opinião, ela não valeria caso outro governo assumisse a presidência do País. Conforme ele diz: “eu acho que o governo FHC era tão vassalo dos Estados Unidos que se o PSDB tivesse continuado acho que eles topavam mesmo assim, de tal a ordem de submissão que o Brasil tinha”.

Para outro participante, a questão econômica, sobretudo do agronegócio, foi a principal razão da não-assinatura:

Eu acredito que o plebiscito e a Campanha foram importantes para evitar a assinatura do acordo da Alca tal como eles colocavam, mas têm outros itens que também definiram de forma decisiva pela não-assinatura. No início das conversações, quando o congresso americano autorizou o Bush a negociar, se não me engano, era o Bill Clinton, ainda em 2000, houve a autorização do *fast track*, e o congresso autorizou com as seguintes

condições: olha Bush vai lá e negocia, mas não cede nem um milímetro na agricultura. E o interesse do Brasil na Alca é vender produtos agrícolas dos nossos latifundiários, então o que aconteceu? os Estados Unidos não cederam nem um milímetro e isso fez com que os fazendeiros do agronegócio não se interessassem pela Alca. Infelizmente essa orientação do Brasil em relação às negociações internacionais de querer vender *agrobusiness* em troca de negociata do setor industrial e até serviços continua até hoje. Todas as vezes que o Itamaraty vai negociar na OMC faz o seguinte, se você ceder aí um milímetro na agricultura eu aceito abrir o país para as negociações comerciais e de serviços (Rodrigo Ávila).

Essa visão em torno do agronegócio como um componente que influenciou o posicionamento brasileiro para a não-assinatura do acordo da Alca permeou as discussões também no grupo de Rondônia. A conjuntura internacional foi outro elemento cogitado entre os participantes, com destaque para o desinteresse dos Estados Unidos em função da Guerra do Iraque:

A política externa do governo Lula é pautada em cima das relações comerciais. E o ponto de vista comercial nacional está ligado diretamente aos mesmos interesses do agronegócio mundial. Então, a política externa que fez o Brasil capitanear o voto crítico na OMC, destravar as negociações na OMC e depois parar a negociação da Alca tem um componente de acordo com os interesses do agronegócio brasileiro. Isso é um componente, mas não é a meu ver hegemônico, porque quem coordenava o ponto de vista da formulação do que seria a Alca para nós e fornecia o material que a gente trabalhou na formação era o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e ele é outro camarada que faz todo o processo de formação prática da política internacional do Itamaraty. Além disso, quem negocia hoje os interesses brasileiros no Banco Mundial é o Paulo Nogueira Batista Júnior, quem formulou toda a nossa teoria de contraposição à Alca e militou durante toda a Campanha. Agora, existe uma série de contradições no que diz respeito à política internacional brasileira, que faz uma política soberana, mas ao mesmo tempo tem uma crise interna que permite o governo manter essa política de preços lá fora (Ramon Freitas).

Eu acho que o fator internacional foi o que mais pesou na decisão, mesmo porque os governantes daqui tinham como proposta levar a Alca adiante. Num certo momento se colocou alguns condicionantes, porém não existia resistência à Alca. Aconteceu que alguns países foram mais enfáticos na resistência, e durante a Campanha a gente já tinha essas influências, como foi o caso da Venezuela, que bateu pé contrário e começou a disseminar para outros países a idéia de não-assinatura do acordo. Mas os Estados Unidos perderam o estímulo por aquela forma de celebrar a Alca, com a guerra do Iraque imediatamente em 2003. (Eronildes de Jesus).

Sobre a influência da Campanha contra a Alca no posicionamento do governo brasileiro para a não-assinatura, houve uma relativização por parte de alguns participantes,

que aproveitaram para fazer críticas sobre a relação do governo Lula com o movimento social:

Eu acho que o plebiscito influenciou na não-assinatura do acordo, mas eu acho que a questão é outra: em que medida influenciou. A não-assinatura do acordo está vinculada a uma série de elementos. Um movimento de luta e de mobilização nacional foi importante? Foi. Influiu? Influiu. Agora eu acho que a questão é em que medida essa mobilização vai influir nesse processo. O que sobrou de lá [período da Campanha contra a Alca] pra cá foi uma acomodação e uma expectativa de que alguma coisa ia acontecer. Na verdade, a eleição do governo Lula esvazia o processo de mobilização. Então, o governo Lula está muito mais para nos desmobilizar do que para facilitar um processo de ascensão de bases, e o movimento social perdeu o rumo (Ramon).

Eu acho que a mobilização trouxe o tema bem explícito, também era um período rumo às eleições e aqueles que estavam querendo se candidatar e almejando o poder ficaram obrigados a citar os 10 milhões de votos. Também concordo que foi um pouco a nossa política externa que influenciou e os Estados Unidos estavam preocupados com a guerra do Iraque. Mas no meu modo de entender, era o pós Alca que importava, não era só não vamos assinar o acordo, e a política nacional interna? Eu acho que o nosso governo teve uma desvinculação do movimento popular (Padre Paulo).

Vejo que a mobilização foi importante, muita gente participou da votação, agora não foi suficiente para a gente considerar uma mobilização de fato popular, como outros países latinos que têm movimentos bem maiores do que o nosso país. Foi um conjunto de fatores mesmo que existiram e a gente percebe que não tem aquele acordo de livre comércio como a Alca vinha propondo, mas há outros acordos bilaterais, há outras estratégias de dominação da América Latina (Raimunda Brito).

Alguns consideram que as mobilizações sociais em torno da Alca foram utilizadas pelo governo Lula para se legitimar diante da sociedade e das próprias negociações:

Havia uma formulação de política externa no governo Lula? Havia. Ela é diferente do Fernando Henrique? É. Ela é assim porque está vinculada a uma visão popular de ação do Estado brasileiro? Não. Ela usa essa mobilização popular para legitimar sua força. O governo Lula é um governo de aliança com os setores conservadores (Ramon).

Para o Lula não seria confortável no calor do plebiscito, no calor daquela situação, peitar os movimentos populares que fizeram o plebiscito e trabalhar numa coisa totalmente adversária. Então eu acho que casou. De uma certa forma, o Lula se beneficiou com os movimentos, porque não foi tolo e manteve apaziguada a situação, e o projeto não vingou lá fora na forma original, então teve um saldo em que ninguém na verdade perdeu nada (Eronildes).

Para os deputados Dr^a Clair Flora e Feu Rosa, da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania e da Comissão de Acompanhamento das Negociações da Alca, o acordo não foi assinado prioritariamente por falta de vontade política do governo brasileiro:

Eu acho que foi a posição do governo brasileiro, pelo menos quem estava negociando pelo governo era contra a Alca. Eu acho que o fato dos negociadores terem colocado algumas restrições à assinatura do acordo, imporem algumas cláusulas e tal pode fazer a parte do jogo no sentido de que se aquela cláusula fosse colocada, logicamente o acordo ficaria inviabilizado. Então, foi a posição tanto do Celso Amorim quanto de todos os negociadores. (Dr^a Clair.).

Porque o governo brasileiro não quis. O governo brasileiro foi enrolando, enrolando, enrolando e não quis. Vai dizer que o governo brasileiro não seja um governo esquerdista? É esquerdista e grandes setores do governo brasileiro são antiamericanos. O Itamaraty sempre colocou a política em banho-maria, sempre cozinhando o caldo (Feu Rosa).

Segundo a deputada Maria José Maninha houve uma percepção do governo brasileiro de que o acordo não trazia vantagem comercial para o Brasil, o que levou ao estabelecimento de relações comerciais com outros países:

A gente queria diminuir o subsídio da agricultura, porque para o Brasil naquele momento era importantíssimo, principalmente para o mercado de soja e de suco de laranja. A gente percebia que isso não iria acontecer. Então, o que iria acontecer de bom para o Brasil? Aí entrou um outro elemento importante, que foi o elemento negociador. A percepção que o governo brasileiro teve, através do Itamaraty, de procurar outros mercados, como a China e o próprio mercado no Mercosul. Então, o Brasil começou a buscar essas alternativas que mostraram que se a Alca não acontecesse, nós também teríamos alternativas. E aí buscamos de fato o que era mais importante nesse processo negociador, que era a negociação da Organização Mundial do Comércio, onde o Brasil levou a discussão dos subsídios, e aí foi onde a Alca e a União Européia empacaram. Quer dizer, a União Européia e os Estados Unidos não abriam um milímetro no seu processo negociador para que houvesse uma quebra de subsídio. Em contrapartida, pedia a nossa cabeça.

Além da desvantagem comercial, o depoimento do deputado Luiz Eduardo Greenhalg leva em consideração a realidade do México, com a vigência do Nafta, concluindo que a Alca interfere no desenvolvimento nacional de qualquer país:

O acordo é um acordo desequilibrado de direitos e deveres. Os países em desenvolvimento passam a ter mais deveres do que direitos, e os Estados

Unidos passam a ter mais vantagem. É verdade que o Brasil, por exemplo, poderá aumentar o seu comércio, a sua exportação, mas o desemprego aumenta. No México, o desemprego aumentou. O México não desenvolveu um projeto nacional industrial, o México passou a ser um país de montadoras, aquelas maquiladoras. A Alca interfere no projeto nacional de desenvolvimento e ela submete o desenvolvimento de um país aos interesses norte-americanos, ela mexe com a soberania.

O desinteresse dos países envolvidos nas negociações, sobretudo dos governos brasileiro e estadunidense, foi mais uma razão apresentada por outros parlamentares. O deputado Edson Ezequiel (PMDB/RJ) concorda com o posicionamento brasileiro sobre a não-assinatura da Alca e o deputado Antônio Carlos Pannunzio (PSDB/SP) considera uma perda a saída das negociações:

Não foi assinado porque o único momento em que houve um mínimo de consenso foi na reunião ministerial de Miami. Naquele momento poderia ser esboçado o documento se houvesse interesse dos dois países, Brasil e Estados Unidos, no sentido de assinar aqueles termos mínimos e estabelecer um novo cronograma jogando para a frente, só que os Estados Unidos estavam com o problema do mandato negociador e a renovação do *fast track* não ia ser fácil, porque cada deputado, cada senador estava olhando para o umbigo dele. Está preocupado com o geral, tudo bem, mas ele presta conta realmente às suas bases, o que é muito importante, mas eventualmente isso prejudica. Por exemplo, eu tive em reuniões com empresários nos Estados Unidos e os caras ficaram uma arara com o Brasil, quer dizer a gente está prejudicando toda uma negociação porque o pessoal do algodão ou do açúcar acha que vai levar na cabeça? E todo o conjunto das coisas? (Edson Ezequiel).

Tanto o governo brasileiro como o governo americano, quando eu digo governo são os chefes de Estado, quem tem a responsabilidade da condução da política externa, percebeu claramente que ambos os lados estavam fazendo um jogo de cena. Já não havia um interesse bilateral para levar adiante as negociações, o que foi um erro, um tremendo erro por parte do congresso americano, que cancelou o *trade promotion authority* quando o presidente tinha uma certa liberdade para fazer concessões e fazer negociações; e da parte do governo brasileiro, que realmente por ideologia, por preconceito ideológico, entendeu que não era bom seguir avançando (Antônio Carlos Pannunzio).

Para o deputado Max Rosenmann (PMDB/SC) foi prioritariamente o desinteresse dos Estados Unidos que inviabilizou o acordo:

Houve um desinteresse por todos os participantes que tinham essa visão antiamericana e os próprios americanos não estavam muito convictos do que eles desejavam com a Alca, até porque eles têm lá aquela aliança entre o México, o Canadá e os Estados Unidos, o Nafta. Então, o próprio

interesse americano ficou muito relativo, porque eles começaram a entender que absorver de uma vez a América Latina inteira poderia ser muito mais um ônus do que um bônus.

O deputado Jamil Murad (PCdoB/SP) considera que o acordo não foi assinado em função da opinião pública gerada no interior da sociedade pela Campanha contra a Alca. Esse debate influenciou o Poder Executivo, que também produziu opinião em defesa da soberania e contra a Alca. Segundo ele, a Frente Parlamentar se somou a essa discussão contrária ao acordo:

Eu acho que há dois fatores: um é que a opinião de defesa da soberania do Brasil dentro da sociedade influenciou no executivo, e o executivo influenciou na sociedade. Um movimento de mão dupla, com a soma da posição do Executivo, da Frente Parlamentar e do movimento contra a Alca. A pressão social foi importante, mas a receptividade do governo a essa tese contra a Alca também foi muito importante, porque às vezes você faz pressão social e o governo não acata, ele acaba encaminhando de forma contrária à opinião. Na mídia havia uma opinião favorável à assinatura da Alca, se o executivo, o governo, não tivesse sustentação na sociedade contra forças poderosas, ele acabaria capitulando. Então o governo teve uma sustentação importante na sociedade para ele segurar essa posição soberana.

Outros deputados ainda opinaram em relação à influência da Campanha contra a Alca e do Plebiscito Popular na não-assinatura quando a pergunta foi específica sobre o assunto. Além do representante do PCdoB, deputados do Partido dos Trabalhadores entrevistados consideraram relevante o papel do movimento social nesse processo, principalmente no tocante ao agendamento do tema na sociedade, o que acabou por influenciar o PT e o governo brasileiro.

O plebiscito é sempre relevante: 10 milhões de pessoas numa articulação feita pela igreja e entidades da sociedade civil não é qualquer coisa. No voto facultativo trazer 10 milhões de pessoas num determinado dia, das oito da manhã às cinco da tarde, levantar e ir votar numa coisa que não é de interesse, não está na pauta, não é de interesse eleitoral, não vai indicar ninguém, apenas para manifestar uma opinião política? É muito significativo, o presidente Lula deve ter levado isso em conta (Luiz Eduardo Greenhalg).

Não só o plebiscito, mas a Campanha propriamente dita teve um papel fundamental no sentido de formar uma visão crítica acerca do tema, que acabou influenciando o Partido dos Trabalhadores que se integrou a essa Campanha. Muitos militantes participaram, e outros partidos da esquerda também, e acabaram formando um senso comum na sociedade de que uma Alca com aqueles propósitos seria prejudicial ao nosso país. Então,

eu acho que toda essa discussão, juntamente com o plebiscito, contribuiu para que o próprio governo tomasse a posição de não assinar a Alca (Dr^a. Clair).

Alguns deputados reconhecem a influência da Campanha contra a Alca na não - assinatura, porém atribuem esse crédito mais propriamente à Igreja Católica, como Max Rosenmann e Feu Rosa. Eles também consideram inusitada a participação da Igreja na Campanha:

A Campanha contra a Alca foi feita pela esquerda, dentro de uma visão retrógrada. Coitada da Igreja, a Igreja não tinha que se meter nisso, não tem cultura. A Igreja hoje é formada por padres e eu respeito muito as religiões, mas eles têm um cacoete antiamericanista, dentro de uma visão trotskista, visão do Che Guevara, visão do Fidel Castro. A esquerda brasileira é muito burra, mas muito, muito, muito burra. Ela realmente tem um cacoete de mais de 50 anos atrás. Mas eles gostariam de conhecer o Mickey, todos eles gostariam de conhecer os Estados Unidos, o Mickey, a Disneylândia, e se possível migrar para os Estados Unidos (Max Rosenmann).

Por incrível que pareça, até a Igreja Católica entrou na Campanha contra a Alca e sem saber o que era a Alca. Na campanha eleitoral de 2002, eu fui no interior do Espírito Santo, em um lugar chamado Prata dos Baianos, no interior do município de Ecoporanga tinha uma Igreja Católica com um monte de papéis escritos 'Abaixo a Alca'. Tinha até o meu nome no cartaz dizendo que eu era a favor da Alca. O povo nem sabia o que era a Alca, então isso foi na Campanha da Alca de 2002. Isso foi no Brasil inteiro e eu não sei por que a Igreja Católica assumiu uma dessa, não tenho nem idéia. No meu entendimento, nem é teológico nem social, porque a Alca ia diminuir juros, aumentar a concorrência, fazer com que as obras do governo fossem mais baratas, agora, é claro, que quem não tivesse no cocho iria se prejudicar (Feu Rosa).

O deputado Antônio Carlos Pannunzio ainda pondera que a Campanha não influenciou no processo de negociação e critica a liderança da Igreja no processo de debate do tema junto à sociedade:

A Campanha não influenciou. Eu acho que essa Campanha foi promovida por setores obscurantistas da sociedade, infelizmente uma parcela da Igreja Católica liderou esse setor, porque colocar para a população da forma como eles fizeram, se é contra ou a favor a assinatura da Alca, é mais ou menos como fazer a seguinte pergunta: você concorda ou discorda com a teoria da relatividade de Einstein? É algo tão complexo que nós aqui com muito mais informações não tínhamos como tirar uma posição, tanto que não apresentamos o relatório final disso. É muito difícil imaginar que a sociedade, ou seja, alguém passando de porta em porta ou em cada esquina movimentada pegando assinatura fosse traduzir realmente um sentimento consciente da sociedade brasileira. Essa foi, eu diria assim, uma ação populista de segmentos ideologizados que vêem

tudo que se refere aos Estados Unidos com reticências, com um pé atrás, querendo evitar.

Também dentro da lógica de que a Campanha Nacional contra a Alca não tinha conhecimento sobre o tema, Edson Ezequiel considera que “foi um movimento muito mais político, porque não havia informações, não se tinha elementos. Era um pouco do tipo você é a favor ou contra portar arma? Então, eu acho que naquele período a discussão era muito passional, era muito em cima do tema do não, de que os Estados Unidos vão vir e vão nos submeter, de que nós vamos virar satélite, vamos virar colônia”.

Em relação à influência da Frente e da Cealca no desfecho das negociações sobre o acordo da Alca, o representante do PCdoB, como abordado anteriormente, e as deputadas Dra. Clair (PT) e Maninha, à época também representante do PT, consideraram importante o papel dessas instâncias. Maninha, por exemplo, ressalta que essa influência se deu principalmente quando o Itamaraty abriu para os deputados da Cealca a participação na comitiva brasileira:

Em 2003, o Itamaraty abriu para que nós participássemos. Eu estive presente em quase todas as mesas negociadoras e em todas as cúpulas, inclusive da OMC. E aí a gente começou a acompanhar passo a passo, começamos a levar contribuições, começamos a articular os outros parlamentos. Nos sentávamos, todos os países juntos, à mesa de negociação com os respectivos ministros de relações exteriores e as delegações comerciais. Enfim, tomou corpo a representação parlamentar institucional, nos juntamos à sociedade organizada e aí começamos a fazer pressão de fato, pela primeira vez o parlamento brasileiro mostrou que tinha presença numa discussão como essa e aí o tratado não foi para frente, começou a minguar.

Os demais deputados ponderaram sobre a mínima participação do parlamento no desfecho das negociações. Feu Rosa critica o atrelamento do Poder Legislativo ao Poder Executivo, confirmando a pouca inserção do parlamento: “no Brasil, nós temos um parlamento muito a reboque do executivo. Não temos um parlamento independente, então esse a reboque do executivo tem uma tendência de ter uma diretiva do executivo”. Max Rosenmann assinala que o próprio papel de vetar ou não o acordo, ao final das negociações, já reduzia a influência parlamentar, que oficialmente não participaria do processo negociador. Para Edson Ezequiel,

Não influenciámos. Nosso papel era de acompanhamento, diferente do congresso americano, porque ele tinha o poder de acelerar ou o poder de vetar, de ampliar o tempo do mandato negociador, revitalizá-lo ou não. Nós aqui não tínhamos esse poder. No congresso brasileiro, uma vez um

tratado é assinado, a gente tem o direito de vetar ou cancelar, mas nós não temos o direito de intervir durante a negociação. No final tem um posicionamento, mas é um posicionamento a *posteriori*.

O embaixador Antônio José Ferreira Simões, chefe do Núcleo da Alca, do Ministério das Relações Exteriores, considera que várias questões influenciaram na não-assinatura do acordo, mas a principal delas foi o fortalecimento do Mercosul. Segundo ele, “o posicionamento brasileiro foi importante, mas a negociação da Alca, do início ao fim, foi Mercosul. Eram os quatro [países] falando com uma voz só”. Ele assinala que para algumas pessoas a Alca ameaçava o Mercosul, mas, ao contrário, o resultado foi outro. “As pessoas sempre diziam que a Alca levaria ao final do Mercosul, curiosamente a Alca no período da negociação levou ao fortalecimento do Mercosul, porque você era obrigado a alinhar a política comercial dos quatro países”.

Como esclarece o embaixador, quando a união aduaneira foi assinada em 1994, a tarifa externa comum passou a existir, mas a política comercial comum, que é o outro componente para se criar uma união aduaneira, não foi implementada. Para Simões, foi a negociação da Alca que facilitou o alinhamento político entre os quatro países e isso fortaleceu o Mercosul:

O que você conseguiu forjar de política comercial comum foi muito na negociação da Alca, para se alinhar, para poder negociar em conjunto. Quer dizer, não foi o posicionamento do Brasil, foi o posicionamento do Mercosul. O Brasil negociou com o Mercosul até o final e quem falava era o presidente de turno seja a Argentina, o Uruguai ou o Paraguai, e isso foi até o final, todas as posições que a gente assumia era como Mercosul, não assumia como Brasil. Eu acho que depois do Mercosul o papel mais importante foi dos americanos. No meio do processo eles desistiram, não falaram que desistiram, mas o que eles queriam era o que a gente chama de *free right* em negociações: não dar nada e receber a consolidação das regras. Quando eles perceberam que para receber a consolidação das regras, eles iam ter que ceder, eles desistiram.

Outro aspecto levantado pelo embaixador é sobre a extensão das negociações, afinal os Estados Unidos haviam desistido, mas prosseguiram com as discussões. Segundo Simões, isso pode ter acontecido em função de interesses pessoais do negociador Peter Algaier, que fez carreira em torno do tema da Alca:

Quem negocia são pessoas, não são máquinas, e quem negociou do lado americano desde o início foi o Peter Algaier, um funcionário de baixo escalão do USTA que terminou como segundo do USTA. Ele fez toda a sua carreira em cima da Alca, que é um tema absolutamente marginal dentro do USTA. O grande negociador do USTA negocia com a China, ele não negocia com a América Latina, o cara que negocia com a

América Latina é um sujeito que não é um dos mais promissores. Então, ele foi crescendo com o assunto e quando ele chegou a segundo da USTA foi o momento da inflexão. Ele foi um cara que não queria deixar a negociação morrer. Eu acho que em um dado momento a negociação foi até um pouco mais em função desse negócio. Os americanos tinham feito a conta, visto que eles não queriam, mas ainda houve essa coisa pessoal durante um certo tempo, que fez a negociação da Alca ter uma sobrevida.

Outra visão sobre as causas da não-assinatura foi revelada por Francisco Whitaker, um dos membros do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. Ele traz um olhar externo à Campanha Nacional contra a Alca, mas de dentro do Novo Movimento Social Global. Segundo Whitaker, a Campanha contra a Alca foi determinante para influenciar o governo Lula, principalmente porque o PT estava “engajado” na Campanha. Ressalta que, além do mais, Samuel Pinheiro Guimarães, “um confesso embaixador contrário à Alca”, foi nomeado secretário geral do Itamaraty:

Dentro do governo do Lula tinha um dos maiores inimigos da Alca, o secretário geral do Itamaraty, Samuel, que era conhecido no Itamaraty como o homem contra a Alca, obviamente ele segurou o acordo. Ele foi um dos que seguraram. Se o governo Lula tivesse assinado o acordo da Alca, tivesse deixado correr para ter que assinar, aí ele seria acusado da maior traição, porque havia um compromisso do PT e do governo com isso aí [a não-assinatura].

Conforme foi possível acompanhar pelos depoimentos e debates realizados entre os militantes da Campanha Nacional contra a Alca e também pelas comunicações dos outros entrevistados, a não-assinatura do acordo da Alca foi atribuída a três causas principais: **a influência da política externa brasileira, a influência de outros governos latino-americanos e o desinteresse do governo dos Estados Unidos.**

Dessas, na visão da grande maioria dos entrevistados, a que desponta em primeiro lugar é a influência da política externa brasileira. A partir dessa tese, surge outra indagação. O que teria influenciado na condução dessa política? E aqui aparecem mais três orientações: **a Campanha Nacional contra a Alca, o perfil dos próprios gestores da política externa, e os interesses do agronegócio brasileiro.**

Nesse caso, novamente para a maior parte dos entrevistados, a Campanha Nacional contra a Alca, sobretudo com a realização do Plebiscito Popular, foi quem mais influenciou na formulação da política externa brasileira. De modo geral, os entrevistados analisam que a opinião pública construída pelo movimento social foi utilizada na mesa de negociação sobre a Alca, ora para dirimir conflitos internos do governo ora para fortalecer o posicionamento brasileiro nas negociações hemisféricas.

O resultado do plebiscito com os dez milhões de votos, para alguns entrevistados foi também uma forma de resistir às pressões dos Estados Unidos, pois até 2002, as negociações vinham seguindo um curso dentro de certa normalidade. Após o plebiscito, que aconteceu em setembro deste mesmo ano, o cenário mudou, provocando “um desequilíbrio nas negociações”. Aqui, é preciso analisar alguns aspectos. Primeiro, era deduzível que as negociações mudassem o rumo, afinal aquele era o período de preparação das ofertas nos nove grupos negociadores, etapa fundamental para a finalização do processo negociador. Depois, houve mudança de governo com a eleição do presidente Lula, que também deu outro tom às negociações. Restaria saber, neste caso, em que medida o plebiscito influenciou no resultado dessa eleição.

Sobre a eleição do novo governo, os entrevistados acreditam que as bases que realizaram a Campanha são as mesmas que elegeram o presidente Lula, por isso seria natural que esse governo reconhecesse e contemplasse o “clamor popular”. Logo, se o governo brasileiro interferiu no resultado das negociações, para eles isso significa que a Campanha Nacional contra a Alca também exerceu essa influência.

Também o fato de a política externa ser conduzida pelo ministro Celso Amorim e pelo secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães, na visão dos entrevistados, tem um efeito prático que auxilia na condução da política externa em uma perspectiva nacionalista e desenvolvimentista:, voltada para a defesa de uma política governamental de promoção do desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização do País, linha adotada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) no caso das negociações da Alca. Essa visão de que a política externa deu o tom nas negociações a partir dela mesma é ainda mais fortalecida em razão de Samuel Pinheiro Guimarães ter assumido publicamente um posicionamento contrário à Alca, além de ter sido um dos mentores intelectuais da Campanha Nacional contra a Alca. Para muitos entrevistados, a própria composição atual do MRE expressa esse posicionamento. Por isso, necessariamente não foi a realização do plebiscito ou a Campanha em si que influenciaram na formulação da política externa do governo brasileiro. Ou seja, nessa perspectiva, o acordo da Alca também não foi assinado por não ter havido uma vontade política do governo para esse empreendimento.

Mas, para alguns entrevistados, é preciso notar que essa falta de vontade política pode ter ocorrido em função dos interesses do agronegócio brasileiro, o que representaria uma maior influência da força do mercado. Quantitativamente, essa opinião não foi significativa, haja vista que dentro do universo pesquisado poucos entrevistados opinaram nessa direção, mas há que se considerar a consistência dos argumentos aliada ao perfil desses analistas. O conteúdo da argumentação vai ao encontro de algumas declarações dos

representantes da política externa brasileira, incluindo o Presidente da República, que ponderou em seu discurso na IV Cúpula das Américas que “não faz sentido falar em livre comércio enquanto persistem os gigantescos subsídios da agricultura que desnivelam o campo de jogo”.

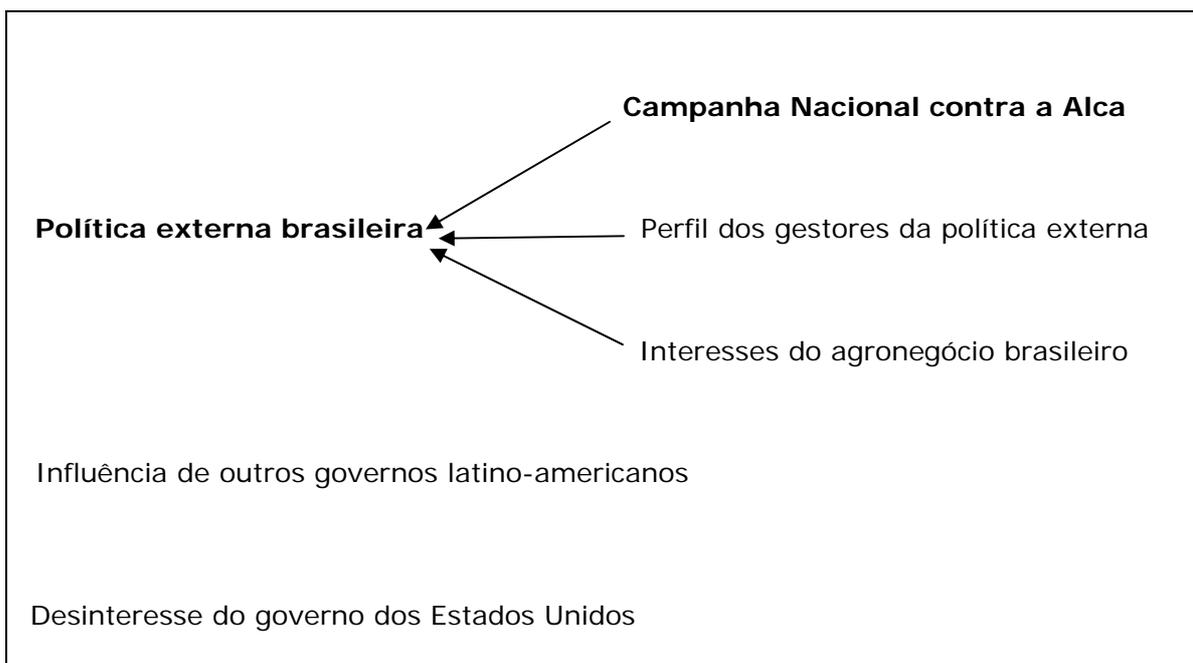
Como argumentam alguns dos entrevistados, a preocupação com os subsídios agrícolas significava a preocupação com o mercado. Para eles, se fosse resolvido o problema do subsídio agrícola, talvez o acordo tivesse sido assinado, mas não houve consenso em torno desse tema e o agronegócio percebeu que não lucraria com as condições oferecidas naquele estágio do acordo. A argumentação nesse sentido foi feita pelos representantes da Campanha que participavam mais diretamente das mesas de negociação, em âmbito interno e externo. Também alguns militantes dos comitês estaduais emitiram a mesma opinião.

Mesmo considerando que a maioria dos entrevistados acredita que o governo brasileiro, por meio da sua política externa, foi quem mais contribuiu para o desfecho das negociações, alguns deles percebem que outros governos latino-americanos também influenciaram na não-assinatura do acordo. Isso teria ocorrido em função da crise do projeto neoliberal e o conseqüente sentimento antiimperialista que se difundiu na América Latina, provocando uma alteração considerável no processo eleitoral de alguns países entre os anos 2002 e 2006, dentre eles Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Uruguai e Equador, cuja principal bandeira empunhada pelos candidatos eleitos foi o combate ao neoliberalismo. Nesse caso, para esses entrevistados, também houve uma grande influência tanto da Campanha Nacional contra a Alca como da Campanha Continental.

A outra razão apresentada pelos entrevistados como causa da não-assinatura foi a mudança de foco dos Estados Unidos em relação à Alca. Segundo alguns entrevistados, o interesse do País mudou quando foi deflagrada a Guerra do Iraque. Mas para outros militantes, foi a intransigência estadunidense em relação à suspensão dos subsídios agrícolas que levou ao recuo nas negociações.

Em um balanço geral, pode-se ilustrar os pesos dados pelos participantes da Campanha Nacional contra a Alca para a não-assinatura do acordo conforme o quadro abaixo, ressaltando-se que a principal causa para a não-assinatura foi a política externa brasileira, influenciada pela Campanha Nacional contra a Alca.

Quadro 10 - Causas da não-assinatura do acordo da Alca



7.3 Movimento nacional e integração latino-americana

O fato de o acordo da Alca não ter sido concretizado foi um dos grandes resultados obtidos pela Campanha Nacional contra a Alca. Mas, para a maior parte dos entrevistados, o principal ganho da CNA foi a construção de um movimento nacional e continental, o qual propiciou o início de uma integração latino-americana. E essa conquista se deu, segundo eles, porque houve um processo de mobilização popular na base da sociedade brasileira, fruto de um extenso trabalho educativo sobre o tema da Alca.

Na perspectiva dos comitês estaduais investigados, o principal resultado da Campanha Nacional contra a Alca foi o fortalecimento do movimento social brasileiro, principalmente a partir do processo de formação que o Plebiscito proporcionou. No geral, para esses militantes da Campanha, os cursos massivos e a politização provocada com o debate realizado em torno do tema da Alca foram fundamentais para robustecer o movimento social.

Como afirma Darli (Comitê PR), o maior resultado da Campanha Nacional contra a Alca foi a construção do próprio movimento social: “Tivemos que nos capacitar, estudar. Crescemos em termos de formação política, de consciência, de movimento. Eu

particularmente cresci muito depois da Campanha. Todos nós aqui somos frutos da Campanha contra a Alca. A Campanha trouxe uma respeitabilidade muito grande para o movimento social”.

Também para Lindomar (Comitê PA), a Campanha contra a Alca formou muitos “quadros” de militantes políticos. Segundo ele, a Campanha trabalhava “com a compreensão de que a mudança está na organização do povo. A gente dizia: olha, o Lula não muda o país, quem muda é a organização popular. A gente tinha uma clareza que não ia ser um presidente, um partido que ia mudar o país, ia ser a organização do povo, a conscientização”.

Nos termos de Marcos Silva (Comitê MA), a Campanha foi um dos maiores processos de formação vividos no País, em que se reuniu setores populares e da esquerda brasileira: “O Plebiscito da Alca foi uma experiência de unidade de ação antiimperialista. Você não formou uma plenitude, uma organização comum, mas conseguiu unidade de ação de todas as forças do país para enfrentar uma política imperialista, para fazer uma frente de batalha contra os Estados Unidos”. Também para Lourival Lopes (Comitê BA), “o principal foi a compreensão de um sentimento de nação, vamos dizer assim, que foi alimentado pela voracidade do Império, que além da Alca, queria Alcântara. Isso alimentou a resistência, no sentido dialético”.

O Plebiscito Popular foi considerado por muitos dos participantes dos comitês como o principal instrumento mobilizador da Campanha contra a Alca e, por isso, um dos ganhos mais importantes. Para Luiz Cláudio Mandela (Comitê BA), “até então, o plebiscito não se escrevia como um instrumento de democracia e de participação”, depois se passou a ter uma compreensão da força desse mecanismo. E como afirma Ruthleide Matos (Comitê PA), o plebiscito inaugurou uma nova forma de luta:

Nós, enquanto movimento social e pastorais, inauguramos outra forma de luta. Uma forma qualificada, uma forma de consulta. Nós estamos acostumados com a forma de poder da democracia representativa, onde a gente tem alguém que nos representa, mas ninguém pergunta para as pessoas o que elas pensam. A gente colocou uma nova forma de luta, que não é aquela forma única das passeatas, da greve. Nós perguntamos para as pessoas, levamos a questão para as pessoas e dialogamos diretamente. E fizemos isso nos espaços onde elas estavam. Isso era muito legal! Você não precisava juntar as pessoas numa grande sala, porque as pessoas não vêm, mas a Campanha ia até as pessoas nas feiras, nos campos, nos barcos, ia a todos os lugares. A gente aprendeu uma nova forma de luta que a gente não sabia. Uma consulta popular.

Para alguns participantes, a politização foi outro grande resultado alcançado. Segundo Célio Maranhão (Comitê BA), “uma das coisas mais positivas da Campanha foi a politização. Eu acho que houve interesse da população pela política, e essa coisa não morreu, ficou a semente. Acho que o movimento teve um efeito que a gente não sabe calcular”. Também para Fernando Carneiro (Comitê DF), “o maior resultado foi o processo, porque possibilitou ajudar na politização do nosso povo, ajudar a instigar vários movimentos, grupos sociais que nós nem conhecíamos”.

Segundo Irmã Anne Wihbey (Comitê MA), a experiência do Plebiscito Popular mudou o conceito de “política”, sobretudo com a participação da Igreja Católica.

Parte do resultado da nossa experiência com o plebiscito foi que o movimento levou a uma conscientização. Esse plebiscito empoderou, tanto com oficinas como com palestras. Ajudou o povo a entender que o movimento de massa foi um dos resultados. Além disso, a Igreja católica entrou nesse tipo de trabalho considerado político, isso mudou o conceito do que é política e do que é político, mudou o conceito porque esse plebiscito andou em cada paróquia, em cada comunidade, com muito apoio, finalmente, dos bispos do Brasil. Eu vejo que um trabalho assim coletivo dá resultados positivos e em favor do povo.

Outro participante do Comitê do Maranhão, Joilson Costa, considera que o grande resultado foi a resposta da população: “A população deu o recado dizendo: temos voz, também temos direito de falar alguma coisa. Então esse foi um verdadeiro exercício de democracia, de participação política, de chegar e dizer, espera lá, nós também queremos decidir o destino dessa nação”. Para Lázaro Costalonga (Comitê ES), “a Campanha contra a Alca foi o ápice da organização social e conseguiu fazer a mudança social através da democracia. Conseguiu eleger o governo Lula e também várias lideranças de movimentos sociais pelo Brasil todo”.

Também para Fernanda Baggio (Comitê PR), “um dos saldos foi a própria eleição do Lula. Eu acho que a Campanha contra a Alca aglutinou forças, politizou o debate, polarizou os projetos. Eu acho que Lula deve uma boa parte da sua eleição ao nosso trabalho na Campanha da Alca, não totalmente, mas uma boa parte”. Segundo ela, “a Campanha foi uma experiência extremamente democrática. Ela foi crescendo de baixo, foi uma interlocução, não houve simplesmente um ato, não era aquilo de fazer parte de um caminhão de som. Foi um processo de educação popular. A gente teve uma interlocução, a gente foi conversar. Isso eu acho que foi fundamental”.

Alguns militantes consideraram a auto-estima do movimento social também como um dos principais ganhos. Para Penha Dalva (Comitê ES), “houve o resgate da motivação, da auto-estima, de ver que a gente é capaz de fazer parte do processo”. Tânia Miranda

(Comitê PA) reflete que “durante muitos anos obedecemos a pauta de um partido, com a Campanha nós fizemos a nossa pauta, descobrimos que temos autonomia de mudar a realidade a partir de outros contextos. E está aí o resultado, antes a gente tinha costume de ver uma pessoa apenas, agora nós temos várias pessoas, temos vários movimentos, temos várias lideranças”.

Na mesma linha de pensamento, Eronildes de Jesus (Comitê RO) afirma que o fortalecimento da militância e a relação com outros movimentos e grupos sociais foi um dos grandes resultados da Campanha: “O saldo que fica é o resgate da militância interna. Aquilo que nós vivemos ali, naqueles meses todos, foi de total intensidade e sintonia nacional. E a própria relação que nós tivemos com outros movimentos, como o movimento dos sem teto e uma série de outros segmentos, acabou nos resgatando”.

Mas segundo Eronildes, após o plebiscito, ele se decepcionou muito com a condução das negociações da Alca pelo governo brasileiro: “Você acaba um processo e não vê nada acontecer depois do resultado. Todo um negócio grandioso a nível nacional e não houve recuo do governo brasileiro, as negociações e discussões continuaram, não alterou nem o calendário deles. Nós tivemos uma depressão da militância e essa foi a parte negativa”.

Mara Botelho (Comitê DF) considera que a Campanha contra a Alca foi um movimento que uniu diversas correntes e contou com uma participação variada de pessoas e entidades: “Mobilizamos o máximo possível em sala de aula, com a contribuição de alguns colegas da área de ciências sociais e de sindicatos. E esse processo deu resultado, porque eu vi os alunos se mobilizarem, eu vi pessoas participando”. Mas ela adverte que “esse movimento teve uma lacuna: nós não conseguimos dar o retorno com o mesmo empenho que preparamos o plebiscito, caiu no vazio e, de certa forma, não houve uma continuação”. Para ela, até no período entre 2002 e 2005 “a Alca não foi colocada como grande tema e a discussão ficou minimizada na sociedade”.

Segundo Ramon Freitas (Comitê RO), “o resultado principal da Campanha foi o plebiscito, com aquele processo massivo de formação e de mobilização a partir da base. Mas um processo de rápida mobilização, inclusive com a própria eleição do Lula, não significava ascensão de massas”. Para ele, a mobilização contra a Alca no Brasil teve uma influência direta da conjuntura política: “Foi muito parecido com a mobilização das Diretas, porque você tem um momento em que a conjuntura favorece, aí vem a catarse e você reage. Acho que a mobilização da Alca e a eleição do Lula serviram muito mais para extravasar uma insatisfação do que propriamente para construir o que a Consulta Popular chama de um novo projeto de Brasil”.

Mesmo que o resultado da Campanha Nacional contra a Alca nem sempre tenha sido o desejado pelos seus militantes, configurou-se uma unanimidade que o processo de formação foi um dos principais saldos desse movimento social. Essa convicção está presente tanto no grupo dos comitês estaduais, como visto nos depoimentos acima, como no grupo dos coordenadores, a exemplo do que afirma Fátima Mello (Rebrip):

Eu acho que o resultado do plebiscito influenciou muito na criação de um caldo de debate na opinião pública, agora eu acho que o grande mérito do plebiscito foi ter criado mobilização popular na base, isso sim porque o plebiscito foi o mote para o movimento popular se mobilizar e para fazer muita formação. A gente conseguiu traduzir a Alca e transformar em objeto de luta, que não é uma coisa fácil, aquilo ali tinha muita complexidade na negociação.

Na perspectiva dos representantes da coordenação, o processo pedagógico empreendido pela Campanha Nacional contra a Alca realmente gerou um debate público sobre o tema da Alca, mobilizando a sociedade. No entanto, o eco da CNA ultrapassou os muros brasileiros e provocou uma integração entre os países das Américas.

Um aspecto facilitador dessa integração, segundo os entrevistados, foi a criação de espaços de convergência, com a discussão de pautas globais e de metas comuns, como o Fórum Social Mundial, o Fórum Social das Américas, o Grito dos Excluídos Continental, os Encontros Hemisféricos de Luta contra a Alca e a Cúpula dos Povos. Esses espaços são impulsionados pela Campanha Jubileu Sul e pela Campanha Continental contra a Alca, dentre outras iniciativas.

Segundo o padre Alfredo Gonçalves, do Setor Pastoral Social/CNBB, esses espaços serviam para facilitar a discussão entre o local e o global. Ele afirma que “a década de 90 serviu muito para criar espaços de convergências, onde a discussão não era tanto particular, mas global. Então houve uma ligação entre o local e o global, entre o movimento e a rede. E você dá um salto, sai daquela visão particularista para uma visão mais Latino Americana, para uma visão mundial”.

Outro “espaço” que pode ter influenciado nessa integração, na visão de D. Demétrio Valentini, SSB/CNBB, foi o Mercosul:

O lento caminhar do Mercosul também motivou a integração. O Brasil liderou, com a Argentina, o Mercosul, e isso pesou para os países latino-americanos sentirem que se é para ter uma área de livre comércio, primeiro tem que haver um mercado comum entre eles. A existência do Mercosul foi o motivo mais objetivo, mais consistente para se opor a Alca.

Segundo Beto Almeida (Consulta Popular), a integração se deu também em função da atuação em rede, porque muitas das organizações que integravam a Campanha contra a Alca pertenciam a outras redes, como o MST, que faz parte da Via Campesina¹⁰⁶ e da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo (Cloc), com penetração em vários países do continente. Segundo ele, essa conexão ajudou a divulgar o próprio êxito da Campanha Brasileira.

Outra discussão que surgiu é de que antes havia uma articulação entre ONGs e centrais sindicais na América Latina provocada pela resistência ao Nafta, mas era “um circuito mais restrito”, segundo afirma Paulo Maldos (Cimi/Cepis). Foi a partir da Campanha Continental contra a Alca e com a realização, principalmente dos Encontros Hemisféricos, que esse intercâmbio se intensificou. Nos termos de Maldos, “a Campanha ajudou a radicalizar em relação à Alca, ajudou a integrar. O pessoal sentia que tinha um clima latino-americano contra a Alca. As pessoas conversavam em Cuba sobre o tamanho do perigo e que era necessário barrar esse negócio”.

Fátima Mello também confirma esse marco. Segundo ela, é possível contar a história da América Latina antes e depois da Campanha contra a Alca:

Antes a gente estava disperso e fragmentado, a mercê da pauta neoliberal, com ações de resistência muito fragmentadas, isoladas. Quando nos foi dada essa pauta ‘Alca: o inimigo comum ataca’, a gente se unificou em torno daquilo, que foi crucial para fazer o movimento regional renascer, só que agora que a gente derrotou, pelo menos temporariamente a Alca, existe um desafio gigantesco pela frente, que é o que passa a nos identificar, porque de um lado a região continua sob a pressão de mini-Alcas bilaterais. E muitas vezes não só bilaterais como é o caso da América Central, que está tencionada por uma Alca para a América Central. Colômbia e Peru também. Então isso nos divide. Bom, e aí qual é a nossa pauta propositiva, qual a nossa dimensão propositiva, qual o nosso projeto para a região? Então isso nos coloca num novo momento, muito mais complexo de ter que definir pautas que nos unifique pela afirmação e não só pela resistência.

Para Gonzalo Berrón (ASC), o redimensionamento da política na região latino-americana e também das ações dos movimentos sociais se deu no marco da globalização neoliberal. Segundo ele, a Campanha Continental contra a Alca teve sua parcela de contribuição, principalmente a Campanha Brasileira, com a invenção do Plebiscito Popular: “A consulta foi um invento que realmente ajudou na articulação de tudo. Também o Fórum Social Mundial foi inventado aqui. Então o FSM, a Campanha, a Aliança, que é

¹⁰⁶ A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses. No Brasil é composta pelas seguintes organizações: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Estudantes de agronomia do Brasil (Feab) e Pastoral da Juventude Rural (PJR).

uma articulação social continental, que isso você não tem em nenhum outro continente, são referências”.

De acordo com Gustavo Codas (CUT), o Plebiscito “serviu de emulação para os outros países”, mas observa que as consultas foram diferentes em cada país, dadas as variadas circunstâncias políticas e culturais. Para Codas, no geral a idéia de realizar a consulta continental trouxe muitos ganhos:

Primeiro, a idéia de consultar o povo obrigava a proposição de informar sobre o assunto. Segundo, obrigava a necessidade de formar uma espécie de camada de militantes informados e cientes do tema e capazes de enfrentar um debate sobre esse tema. Terceiro, era uma forma de divulgar o assunto que não tinha presença nenhuma no debate político nacional, apesar da sua gravidade. E quarto, era como colocar uma pressão sobre cada país para que fossem feitas ações concretas de pressão sobre os governos.

João Pedro Stédile (MST) também ressalta as diferenças das ações entre os países das Américas, mas comenta que houve uma característica comum no enfrentamento à Alca: as “pedagogias de massas”, por meio das consultas populares. Além do mais, o trabalho em rede facilitou a integração, sobretudo, com os Encontros Hemisféricos:

Em cada país houve uma sensibilização de acordo com as forças naturais de cada sociedade. Quase todos os países fizeram algum tipo de pedagogia de massas e a unidade produzida das iniciativas mexicanas, argentinas, equatorianas e brasileiras se consolidou com os encontros continentais que nós começamos a fazer em Cuba. Nós fazíamos reuniões continentais e eventualmente fazíamos outros encontros de redes mais específicas, como a Cloc, que era a rede dos camponeses, onde nós também debatíamos a Alca. A rede americana do Jubileu Sul também contribuiu muito, porque já tinha um acúmulo de articulação em torno da dívida externa.

Sobre a realização de plebiscitos populares, padre Alfredo considera um exercício de democracia fundamental no tocante à participação. E segundo ele, “a Campanha foi um dos melhores exercícios democráticos, no sentido de envolver a população na questão da Alca, com a utilização de um instrumento chamado plebiscito. Ele foi o que eu chamo de ação janela. Quanto mais você se aproxima da janela, mais o leque se abre”.

Conforme os depoimentos, tanto dos representantes dos comitês como da coordenação, os resultados da Campanha só foram possíveis graças ao processo de formação e à realização do Plebiscito Popular, encarado como uma forma de luta inaugurada no Brasil. Sabe-se que esse mecanismo popular de participação foi utilizado em

vários países da América, a partir do impulso da Campanha Continental contra a Alca, o que acabou possibilitando, na visão sobretudo dos coordenadores, uma integração inédita.

Um outro aspecto abordado foi que não houve apenas uma aproximação entre movimentos sociais, mas também entre governos. O movimento teria influenciado o processo eleitoral de alguns países e influenciado, inclusive, o presidente da Venezuela, Hugo Chavez, que recusou a Alca abertamente. No caso do Brasil, segundo os militantes, também houve uma influência da Campanha contra a Alca no processo eleitoral.

Esse entendimento de que a Campanha Nacional contra a Alca conseguiu fazer uma mudança social por meio da democracia, primeiro ocupando a esfera pública com o debate da Alca, depois influenciando no processo eleitoral de vários países pode estar demonstrando que esse casamento entre democracia participativa e representativa representa um novo contexto. E por que não dizer que pode representar o início da “nova sociedade” ou de “um outro mundo”, que paulatinamente pode sair da categoria do “possível” para a concretude do “real”, onde a principal característica passa a ser a participação democrática radical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura política contemporânea demanda a existência de uma democracia participativa. Na perspectiva contemplada nesta pesquisa, a do Movimento por uma Nova Globalização, no qual a Campanha Nacional contra a Alca se insere, foi possível observar alguns elementos que caracterizam o novo agir político e perceber as mudanças sociais provocadas por ele.

Na cultura política vivenciada pela CNA, a esfera pública tem sido ocupada por atores sociais que lutam para efetivar os valores democráticos. Eles têm se guiado pelo princípio da ampliação da democracia, da interação e da solidariedade entre países com problemas e identidades semelhantes, defendendo o respeito às diversidades sociais e culturais. A atuação desses atores é organizada em rede, reforçando a identidade coletiva, mas centrada no sujeito social e nas questões cotidianas.

A utopia dentro dessa nova cultura política e também para os atores sociais da CNA funcionou como um motor propulsor da ação política e depois se transformou no sentido da própria existência do movimento social. Trata-se da utopia de uma nova sociedade, do novo mundo, do novo sujeito social. O novo agir social é, então, construído para alcançar esse objetivo, tendo como horizonte a igualdade de direitos e a liberdade de participação política.

Nesse contexto, é possível supor que a cultura política praticada pela Campanha contra a Alca se assemelha àquela discutida por Chantal Mouffe: um projeto democrático radical e plural, baseado na articulação entre liberdade individual e liberdade política e que indica para uma cidadania pluralista e democrática. Essa concepção de cidadania consiste em um tipo de identidade política ou uma forma de identificação de pessoas e atores sociais que podem desempenhar muitos papéis ou ações diferentes e ter concepções divergentes, mas que estão ligados por uma interpretação comum de determinados valores ético-políticos.

No caso da Campanha Nacional contra a Alca, composta por um leque variado de entidades, espaços e organizações sociais, pôde-se perceber, apesar de divergências existentes dentro do próprio movimento, a presença dessa interpretação comum tanto no que diz respeito aos valores para a construção de uma nova sociedade, como em relação ao “inimigo” que ameaçava aquele projeto, o que Mouffe chama de antagonismo. Para a autora, um projeto de *democracia radical e plural* requer a existência de multiplicidade de visões e de conflitos.

Esses elementos sempre estiveram presentes na ação política da Campanha Nacional contra a Alca, o que a aproximou do exercício da democracia radical. No entanto, havia uma diferença entre o discurso e a prática da Campanha. No discurso, tanto o “inimigo”, representado pelo livre comércio, e do poder dos Estados Unidos na região, como os espaços de negociação, que eram as principais arenas de discussão sobre a Alca, deveriam deixar de existir, uma vez que poderia levar à vitória deste “inimigo”. Ou seja, o inimigo tinha que ser eliminado, mas na prática, a Campanha participou dessa arena convivendo com o pluralismo de posições, mesmo que do lado de fora das negociações empreendesse ações de protesto e negação.

Nessa visão, o pluralismo é um meio de aprofundamento da revolução democrática e a democracia radical e pede que a diferença seja reconhecida. Dessa forma, o antagonismo deve ser politizado. Os depoimentos dos entrevistados demonstraram que o antagonismo foi politizado pela CNA. Os debates, o processo pedagógico, os cursos maciços se encarregaram dessa politização. Mas não foi só isso. O próprio Plebiscito Popular fez com que os militantes debatessem, conversassem, se informassem sobre o tema, ocupando a esfera pública. Nos termos da Hannah Arendt (2003b), na esfera pública as pessoas se encontram a si mesmas no reino da opinião e não no da verdade, pois afinal cada esfera tem critérios próprios de validação e legitimação.

A disseminação do discurso da Campanha como a única verdade sobre a Alca, especialmente durante a votação do plebiscito, foi uma crítica levantada por alguns setores da sociedade. Mas no que se refere a essa questão da verdade no confronto com a política, Arendt já dizia que é a opinião e não a verdade que serve de pré-requisito a todo poder. No livro *Sobre a violência*, ao contrapor o conceito de poder ao de dominação, a autora faz uma referência a James Madison para concordar com a afirmação dele de que “todos os governos assentam-se na opinião” (2004, p. 34). “O pensamento político é representativo”, dizia ela.

A Campanha contra a Alca ocupou a esfera pública e construiu uma opinião sobre as conseqüências da implantação da Alca para a população brasileira e das Américas. E essa opinião foi baseada em uma interpretação ou em uma representação. Da mesma forma, o governo brasileiro e demais governos dos países participantes das negociações da Alca formularam e disseminaram a sua opinião entre seus pares e para toda a sociedade.

A Campanha Nacional contra a Alca conseguiu debater o tema da Alca no País, a partir dos seus comitês e organizações. Isso foi demonstrado pela pesquisa realizada, tanto por meio dos relatos e das opiniões dos entrevistados, nos debates dos grupos focais, como também pela pesquisa documental. O processo de formação empreendido pela Campanha

capacitou um grande número de participantes, os quais capacitaram outros grupos sociais. A quantidade de voluntários trabalhando durante o Plebiscito, cerca de 120 mil, também foi sintomático da preparação da população para participar do plebiscito.

Com um plebiscito organizado extra-oficialmente, considera-se que a participação de quase 10% do eleitorado brasileiro é expressiva. Foi possível depreender que a Campanha preparou bem a sua militância e demais grupos, conseguindo levar a sua opinião para a esfera pública e influenciar mais de 10 milhões de votantes, que participaram do Plebiscito de forma espontânea e não obrigatória. Esse universo está longe de representar a população brasileira, mas informa sobre a capacidade de se resgatar o político, propiciada pela ação coletiva de um movimento social que não ficou só nessa esfera, mas que ocupou também os espaços institucionais para tentar levar a sua “opinião”, a exemplo do Parlamento.

Em relação ao Parlamento, a principal interlocução da pesquisa foi com a Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca e em Defesa da Soberania, criada a partir da incidência que a própria Campanha realizou no Congresso Nacional. O desejo dos participantes da Campanha era que essa instância influenciasse o posicionamento do governo brasileiro para a não-assinatura do acordo da Alca, mas que principalmente viabilizasse a realização do Plebiscito Oficial.

Enquanto na opinião da grande maioria dos participantes da CNA o apelo para se criar a Frente Parlamentar veio da Campanha, para os parlamentares a idéia partiu deles próprios, com base no reconhecimento de que o Parlamento ao criar a Frente estava refletindo o debate da sociedade brasileira.

A pesquisa procurou entender qual a importância dessa interlocução para a Campanha, pois uma coisa é estimular a criação de um espaço institucional dentro da democracia representativa para participar do processo de mudança, como foi a criação da Frente Parlamentar, outra coisa diferente seria ocupar uma instância já existente. Na realidade, os dois processos, vindo de fora e de dentro do Congresso, se inter-relacionaram.

Foi possível perceber que o espaço da Frente Parlamentar foi ocupado pela Campanha com o objetivo principal de conseguir uma interlocução com o Poder Executivo, porque as tentativas de obter um diálogo direto com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva logo no início do seu primeiro mandato foram mal-sucedidas. À medida que o Ministério das Relações Exteriores começou a interagir com a sociedade civil, a Campanha redirecionou suas forças para o Executivo.

De qualquer forma, para a Campanha e também para os próprios parlamentares entrevistados, o papel do Parlamento no desfecho das negociações foi mínimo, apesar de entrar na soma geral dos ganhos do processo. Mas, para todos eles, a Frente e depois a

Cealca cumpriram um objetivo: debater o tema da Alca no Congresso Nacional. Nessa perspectiva, a pesquisa avaliou que mais uma esfera pública foi ocupada pela Campanha, porém, de acordo com o discurso da Campanha, a mesma desistiu de seguir participando deste espaço diante do posicionamento da Frente Parlamentar favorável ao acompanhamento das negociações e também por considerar que a Frente não cumpriu a finalidade de viabilizar o plebiscito oficial. Ou seja, diante da pluralidade de idéias nesta esfera pública do Parlamento.

Já em relação ao Poder Executivo, o pluralismo não impediu que os representantes da Campanha continuassem participando dos espaços de interlocução. Em realidade, essa instância foi a mais importante para a Campanha, dada a influência deste Poder na política brasileira, pois se sabe que o governo brasileiro é quem participa das negociações oficiais no primeiro momento, mas é o Parlamento quem ratifica ou não o Tratado ao final das negociações. Tanto em uma instância como na outra, a finalidade da Campanha Nacional contra a Alca era pressionar para a não-assinatura do acordo. No entanto, foi junto ao Poder Executivo que a Campanha jogou todas as suas cartas para influenciar no desfecho das negociações da Alca.

Nessa sentido, a pesquisa procurou compreender qual era a visão da Campanha Nacional contra a Alca sobre o resultado das negociações, haja vista a forte pressão realizada pela Campanha, sobretudo com a realização de um Plebiscito Popular. Percebeu-se, então, que para a maioria dos seus representantes a causa principal da não-assinatura do acordo foi a influência da política externa brasileira. Essa teria sofrido influência, prioritariamente, das ações da Campanha, mais diretamente do Plebiscito Popular. Os dez milhões de votos teriam ajudado a respaldar o posicionamento do governo.

Para o representante do Ministério das Relações Exteriores, o embaixador Antônio José Ferreira Simões, a ação da sociedade civil ajudou a alterar o calendário das negociações e isso teria sido fundamental para a suspensão das negociações. Mas para ele isso ocorreu por uma razão diferente da razão apresentada pela Campanha Nacional contra a Alca. Essa razão teria sido “a participação dos representantes de entidades da Campanha em audiências no Itamaraty e no acompanhamento das negociações oficiais e não o Plebiscito Popular a influenciar no processo negociador”.

Aqui aparece um choque de visão. De um lado a Campanha enfatiza como principal ação no combate à Alca o Plebiscito Popular. Atribui a este a provável influência no posicionamento do governo, demonstrando desconfiança em relação à participação nos espaços de interlocução existentes. Além do mais, a Campanha pondera que as razões que levaram o governo a se posicionar em favor da suspensão das negociações são diferentes

daquelas defendidas pelo movimento social. Por outro lado, na visão do embaixador o Plebiscito foi uma ação radical e não influenciou em nada na política externa, apostando unicamente na participação social via canais abertos pelo próprio governo.

Alguns representantes da Campanha, especialmente aqueles que participaram mais diretamente dos espaços institucionais, têm uma visão muito crítica sobre o efeito prático da participação do movimento social no processo de negociação da Alca. Eles perceberam que do lado de dentro das negociações a Campanha não conseguiu influenciar o governo e quem exercia influência na posição negociadora brasileira era a indústria, principalmente o agronegócio. Para eles, a posição da Campanha passou a ser utilizada de acordo com o interesse do governo e não porque tinha importância.

A preocupação dos representantes da Campanha é a mesma ressaltada por Melucci (1996), de que esses espaços de participação política são, muitas vezes, criados para legitimar um posicionamento prévio de um determinado grupo ou governante. Mas, como ele mesmo sugere, a participação política também abre possibilidade para que determinado grupo defenda seus interesses e exerça influência sobre decisões dentro de um sistema político. O autor adverte que é preciso observar, nesse contexto, quais são as regras e limites dessa participação.

Talvez esses parâmetros não tenham sido tão claros quanto à participação da sociedade civil no processo negociador da Alca. Isso levou a uma frustração em relação à expectativa da influência da Campanha Nacional contra a Alca nesses espaços institucionais de poder, tanto para quem estava diretamente na negociação como para os militantes dos estados e municípios. Pode-se inferir que o resultado não foi exatamente o esperado pelos participantes da CNA que era **a retirada do Brasil das negociações**. Na visão deles, o governo do presidente Lula, eleito com a ajuda dessa mesma Campanha poderia ter promovido essa retirada.

Contudo essa conclusão não desencantou os participantes da Campanha. Para eles, o grande êxito alcançado foi a realização de uma mobilização nacional que debateu um tema árido e complexo. Além do mais, a não-assinatura representou a derrota da Alca abrangente, versão apresentada pelos Estados Unidos, ou seja, não significou propriamente vencer uma guerra e sim uma batalha. A vitória completa para esses militantes seria o fim da Alca e não a suspensão das suas negociações, pois o livre mercado, ao trazer embutida a idéia de liberdade comercial, ainda continua sendo visto como algo positivo. Neste caso, a Alca não foi implantada diante de um impasse na negociação e não porque houve uma compreensão de que o livre comércio era prejudicial para a soberania dos povos, conforme a visão da Campanha.

De qualquer modo, para os militantes, as ações da Campanha contra a Alca levaram a uma quebra da hegemonia neoliberal em torno do debate do livre comércio, o que tornou possível “vencer a batalha”. E outros ganhos foram se configurando nesse cenário de guerra sinalizado pela Campanha, como o fortalecimento do movimento social, tanto nacional como continental. Dessa forma, na visão deles, foi possível construir uma integração latino-americana.

A constatação de que o principal ganho da Campanha Nacional contra a Alca não foi em si “a não-assinatura” do acordo e sim o próprio fortalecimento do movimento nacional e continental em um cenário de hegemonia do modelo liberal e de democracia representativa, demonstra que o “processo” foi maximizado em detrimento da preocupação única com o adversário.

Neste caso, a ação da CNA manteve o sentido específico do “agir”, com um potencial transformador, no sentido postulado por Hannah Arendt (2003a), da ação como a condição humana da pluralidade, a atividade política por excelência, porque só pode ser exercida na relação com o outro. A ação pode se tornar um feito como outro qualquer quando passa a ser apenas um meio para se atingir um fim. Isso acontece, segundo a autora, quando as pessoas são meramente “pró” ou “contra” os “outros” e quando entram em ação sem pressupor o pluralismo e a possibilidade de conviver com o conflito.

Em seu discurso, a CNA sempre foi contra a Alca e contra toda e qualquer forma de livre comércio, o que significava ser contra também participar das negociações sobre acordos de cooperação que facilitassem esse propósito. Mas desde que o processo negociador da Alca se tornou mais dinâmico, representantes das entidades da Campanha passaram a acompanhar as negociações de perto, mesmo marcando sua posição contrária e mesmo compreendendo que participar nem sempre implicaria em uma mudança nos moldes esperados pelo movimento. Os recursos utilizados sempre foram democráticos, chegando-se a questionar o próprio modelo político vigente com a proposta de uma reinvenção da democracia.

A despeito de não se saber ao certo o tamanho da influência da CNA no desfecho das negociações da Alca, o principal resultado foi a participação, o diálogo, a formação política. Em outras palavras, a ação e o agir coletivo. Pode-se falar de um resgate da esfera pública por meio da luta social, do “regresso do político”, no sentido empregado por Chantal Mouffe. E esse feito ocorreu para além dos espaços institucionais, a exemplo da realização do Plebiscito Popular e dos diversos encontros hemisféricos, mas também com a ocupação desses espaços, com a clara intenção de realizar uma revolução democrática.

REFERÊNCIAS

Livros e artigos

ALIANCA SOCIAL CONTINENTAL; CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA ALCA; REDE BRASILEIRA PELA INTEGRACAO DOS POVOS. **Integração na América Latina: subsídios para debater a integração dos povos**. São Paulo: Rebrip, Cadernos de Formação, 2006.

ALIANCA SOCIAL CONTINENTAL. **América: duas visões opostas**. Brasil: Friedrich Ebert Stiftung, janeiro de 2002.

_____. Declaração da II Cúpula dos Povos da América, 2001. In: **Soberania Sim, Alca Não!**. Campanha Nacional contra a Alca (org), São Paulo: Expressão popular, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003b.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ARONOWITZ, Stanley. Pós-Modernismo e Política. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ARRUDA, Marcos. **Cartas a Lula: um outro Brasil é possível**. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz Bandeira. **As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARBIERO, Alan; CHALOULT, Yves. **Poder e déficit democrático no Mercosul: estado, centrais sindicais e sociedade civil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, **Dicionário de Política**; tradução Carmen C. Varriale...[et al.]; coordenação da tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cascais – 4ª ed./ Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992, Volume dois.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. Rio de Janeiro:Vozes, 2003.

_____. **Como Fazer Teologia da Libertação**. Rio de Janeiro:Vozes, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Declaração Final do I Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca. In: **Soberania Sim, Alca Não!**. Campanha Nacional contra a Alca (org), São Paulo: Expressão popular, 2002.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA (org.). **Soberania sim, Alca não!** Análises e documentos. São Paulo: Expressão popular, 2002.

_____. **Para entender a Alca**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Assembléias populares reinventando a democracia**. São Paulo: CNBB, 2002.

_____. **Vida sim, Alca não!**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

CAMPANHA JUBILEU SUL- BRASIL (org.). **Livre Comércio**: o que está em jogo. São Paulo: Paulinas, 2004.

CHALOULT, Yves; ALMEIDA, Paulo Roberto de (orgs.). **Mercosul, Nafta e Alca**: a dimensão social. São Paulo: LTr, 1999.

CNBB. **Diretório Litúrgico**. São Paulo: Edições CNBB, 2008.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. O gosto pela política. In: ARAÚJO, Caetano Ernesto Pereira de; SANTOS, Eurico Gonzalez Cursino dos; SOUZA, Jessé; e COELHO, Maria Francisca Pinheiro. **Política e Valores**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

DIEESE. **A Alca e os trabalhadores**: riscos e desafios da integração. São Paulo: DIEESE, 2003.

GASPARI, Elio. Os plebiscitos da CNBB. In: **Folha de São Paulo**, Brasil, 1º de setembro de 2002.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOMES, Gerson. **O Brasil frente ao desafio da Alca: contribuição ao debate**. In: Comissão Brasileira Justiça e Paz. Brasília, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **Quinhentos anos de periferia**. 4ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Contraponto, 2002.

_____. Como será a Alca. In: Agência Carta Maior, 6 de março de 2002. Disponível em: www.agenciacartamaior.com.br. Acessado em: 2 de novembro de 2006.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da Libertação**. Perspectivas. São Paulo: Loyola, 2000.

JAKOBSEN, Kjeld e MARTINS, Renato. **Alca: quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, Anthony, e TURNER, Jonathan (orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

JUNIOR, Paulo Nogueira Batista. A Alca e o Brasil. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, no. 17 (48), 2003, p. 267- 293.

_____. Impasse na Alca: vale a pena continuar. In: **Revista Carta Maior**. Direto ao ponto, 11 de fevereiro 2004.

_____. O Brasil está sendo flexível na Alca. In: **Folha de São Paulo**. Dinheiro, 19 de fevereiro de 2004.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista hacia una radicalización de la democracia**. Argentina: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria. **Depoimentos e Discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

MELLO, Fátima; FARIA, Mabel de (org.). **Porque dizer não a Alca**. Rio de Janeiro: REBRIP-FASE, 2002.

MELUCCI, Alberto. **Por uma Sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MOUFFE, Chantal. **On the political: thinking in action**. Londres e Nova York: Routledge, 2006.

_____. (org.). **Desconstrucción y pragmatismo**. Buenos Ayres: Paidós, 2005.

_____. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. **Reforma política, instituições eleitorais e capital social**. Brasília: Ministério da Justiça, 2008 (mimeo).

NIKONOFF, Jacques. Altermundialistas por toda parte. In: **Le Monde Diplomatique**. Vozes da resistência, maio de 2004. Disponível em: www.diplo.uol.com.br/imprensa/923. Acesso em: 14 de junho de 2004.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. O governo do PT e a Alca: política externa e pragmatismo. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, no. 17 (48), 2003, p. 311- 329.

PORTA, Donatella della. **O movimento por uma nova globalização**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

PROSPECTIVA CONSULTORIA. **Integração regional na América Latina**: o processo real e a visão da Aliança Continental. São Paulo, agosto de 2005. Disponível em: www.rqic.alternativas.ca-forum-prospectivecut.pdf. Acesso em: 9 de março de 2008.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. **A Democratização Inacabável**: as memórias do futuro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O Fórum Social Mundial**: Manual de Uso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHERRER-WARREN, Ilse. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In: **Sociedade e Estado**. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. V. 13, n.1. Brasília: 1998.

_____. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In: **Sociedade e Estado**. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. V. 13, n.1. Brasília: 1998.

_____. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: BENTO, Antônio José Ferreira et al. **Transformações sociais e dilemas da globalização**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Redes e sociedade civil global. In: HADDAD, Sérgio (org.). **ONGs e universidades**. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SOCIEDADE E ESTADO. **Dossiê: Movimentos Sociais**. Vol. 21, nº 1.

SILVA, Suylan de Almeida Midlej e. **O pertencimento na festa: sociabilidade, identidade e comunicação na baile funk “Black Bahia” do Periperi**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996. 158 p. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo; CASTRO, Hermano; ARAÚJO, Tânia Maria de. A globalização dos Movimentos Sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. In: **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 8, nº 4, Rio de Janeiro: 2003.

TOURAINÉ, Alain. Na Fronteira dos Movimentos Sociais. In: **Sociedade e Estado**. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. V. 21, n.1. Brasília: 2006.

_____. **Um novo paradigma: para compreender o mundo hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **Igualdade e Diversidade**. Bauru, SP: Edusp, 1998a.

_____. **Poderemos Viver Juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1998b.

TRIGO, Rosa Amália Espejo. CEFURIA – **Militância e paixão: um estudo sobre a processualidade do sujeito político em contexto de formação**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. 216 p. Tese. Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo, 2007.

VIEIRA, Margarete (org.). **Grito dos Excluídos: 10 anos de luta**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

WHITAKER, Chico. **O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Edições Loyola, 2005.

Documentos

ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL. **O Capítulo de Agricultura da Alca: análise preliminar**, 2003. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 13 de agosto de 2006.

_____. **Declaração da III Cúpula dos Povos da América**. Québec, 2005. Disponível em: www.cumbredelospueblos.org. Acesso em: 9 de abril de 2008.

Documentos

ALIANÇA SOCIAL CONTINENTAL. **O Capítulo de Agricultura da Alca: análise preliminar**, 2003. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 13 de agosto de 2006.

_____. **Declaração da III Cúpula dos Povos da América**. Mar del Plata, 2005.
Disponível em: www.cumbredelospueblos.org. Acesso em: 9 de abril de 2008.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Ofício CREDN/P-501/03**, Brasília, 5 de novembro de 2003.

_____. Senado Federal. **Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2001**, Senador Saturnino Braga, Brasília, 19 de abril de 2001.

_____. Presidência da República. **Decreto que dispõe sobre a criação da Seção Nacional de Coordenação da Área de Livre Comércio das Américas**, Brasília, 1996.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Quem é quem na Alca**. Disponível em: www.mre.gov.br. Acesso em: 3 de setembro de 2006.

CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA A ALCA E VIA CAMPESINA. **Propostas Concretas da Campanha Brasileira da Alca e da Via Campesina – Brasil**, 2003.
Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 13 de agosto de 2006.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. Declaração da Campanha Nacional contra a Alca. Brasília, 16 de setembro de 2003 (mimeo).

_____. Folder Encontro de Formação de Formadores. São Paulo, julho de 2003 (mimeo).

_____. Documento oficial com o resultado do Plebiscito Popular sobre a Alca. Brasília, 16/09/2002, (mimeo).

_____. Manifesto da Campanha Nacional contra a Alca sobre a Base de Alcântara. Brasília, maio de 2002 (mimeo).

_____. Manifesto da Campanha Nacional contra a Alca sobre o Plebiscito sobre a Alca e Alcântara. Brasília, setembro de 2002 (mimeo).

_____. Resolução da Coordenação da Campanha contra a Alca, Dívida e Militarização. São Paulo, em 8 de dezembro de 2003 (mimeo).

CAMPANHA CONTINENTAL CONTRA A ALCA. Declaração Final do IV Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca. Cuba, 2005. Disponível em: www.movimientos.org/noalca. Acesso em: 9 de abril de 2008.

_____. Declaração Final do V Encontro Hemisférico de Luta contra a Alca. Cuba, 2006. Disponível em: www.movimientos.org/noalca. Acesso em: 9 de abril de 2008.

_____. Declaração Final do VI Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos, Cuba, 2007. Disponível em: www.movimientos.org/noalca. Acesso em: 14 de abril de 2008.

_____. Texto de abertura do VI Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos, Cuba, 2007. Disponível em: <http://odiario.info/articulo.php?p=400&more=1&c=1> Acesso em: 17 de março de 2008.

_____. Texto de abertura do VII Encontro Hemisférico de Luta contra os TLCs e pela Integração dos Povos, Cuba, 2008. Disponível em: <http://odiario.info/articulo.php?p=400&more=1&c=1> Acesso em: 20 de maio de 2008.

_____. Manifesto dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas. Belo Horizonte, 1997. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/bol/dsi/dsmmai97.xml> Acesso em: 12 de abril de 2008

_____. Mensagem da Mobilização dos Povos da América aos Ministros da Economia e Comércio. Quito, 2002 (mimeo).

_____. Nota divulgada pela Campanha Continental contra a Alca, Cuba, 2008. Disponível em: www.adital.com.br. Acesso em: 9 de maio de 2008.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT. Uma Outra Integração é possível. São Paulo, 1º de agosto de 2002. Disponível em: www.fpa.org.br. Acesso em: 4 de junho de 2008.
COMITÊ DAS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS. Declaração Conjunta dos Co-presidentes do Comitê das Negociações Comerciais, 2005. Disponível em: www.ftaa-alca.org. Acesso em: 7 de abril de 2008.

COALIZÃO EMPRESARIAL BRASILEIRA. **Contribuição da Coalizão Empresarial Brasileira**, 2003. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 13 de agosto de 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Posição da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil sobre a Alca**, 2003. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 13 de agosto de 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Os Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Brasil Dizem Não à Alca**, 2003. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 13 de agosto de 2006.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA CAMPANHA JUBILEU SUL/BRASIL. Relatório de Reunião da Coordenação Nacional da Campanha Jubileu Sul/Brasil. São Paulo, 10/01/2002 (mimeo).

_____. Relatório da Reunião da Coordenação Nacional da Campanha Jubileu Sul/Brasil. São Paulo, 28/02/2002 (mimeo).

_____. Relatório da Coordenação Nacional da Campanha Jubileu Sul/Brasil e Campanha contra a Alca. São Paulo, 29/04/2002 (mimeo).

_____. Relatório da Reunião da Coordenação da Campanha Jubileu/Plebiscito da Alca. São Paulo, 04 e 18/07/2002 (mimeo).

_____. Relatório da Reunião da Coordenação da Campanha Jubileu Sul/Brasil e Campanha contra a Alca. São Paulo, 20/08/2002 (mimeo).

_____. Relatório da Coordenação da Campanha Nacional da Alca, Brasília, 16/09/2002 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Coordenação da Campanha Jubileu Sul/Brasil e Campanha contra a Alca. São Paulo, 16/10/2002 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Coordenação da Campanha Jubileu Sul/Brasil e Campanha contra a Alca. São Paulo, 17/12/2002 (mimeo).

_____.Relatório da Coordenação da Campanha Nacional da Alca, São Paulo, 18/03/2003 (mimeo).

_____.Relatório da Coordenação da Campanha Nacional da Alca, Brasília, 12 e 13/05/2003 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Coordenação da Campanha Nacional da Alca, São Paulo, 11/08/2003 (mimeo).

_____.Relatório Reunião da Coordenação da Campanha Nacional da Alca, Dívida e Militarização, São Paulo, 03/02/2004 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Equipe de São Paulo da Campanha Jubileu, 14/05/2004 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Equipe de São Paulo da Campanha Jubileu, 04/06/2004 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Coordenação Nacional da Rede Jubileu Sul/Brasil e Campanha Brasileira contra a Alca, a Dívida e a Militarização, São Paulo, 18/08/2004 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Comissão Nacional da Rede Jubileu Sul/Brasil e Campanha Brasileira contra a Alca, São Paulo, 14/02/2005 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Rede Jubileu Sul/Brasil e Campanha Brasileira contra a Alca, São Paulo, 31/03/2005 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Rede Jubileu Sul/Brasil e Campanha Brasileira contra a Alca, São Paulo, 12/05/2005 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Ampliada Coordenação da Rede Jubileu Sul/Brasil e Campanha Brasileira contra a Alca, Brasília, 02/07/2005 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Rede Jubileu Brasil conta a Alca, a Dívida e a 4ª Semana Social Brasileira, São Paulo,18/07/2005 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Coordenação da Rede Jubileu Sul/Brasil e Campanha Brasileira contra a Alca, São Paulo, 24/11/2005 (mimeo).

_____.Relatório da Reunião da Coordenação da Rede Jubileu Sul/Brasil e Campanha Brasileira contra a Alca, São Paulo, 20/02/2006

_____.Relatório da Reunião da Campanha Brasileira Contra Alca/OMC, São Paulo, 11/07/2006 (mimeo).

MINISTROS DE COMÉRCIO DO HEMISFÉRIO. Declaração da III Reunião Ministerial de Belo Horizonte, 1997. Disponível em: www.alca-ftaa.org Acesso em: 7 de abril de 2008.

_____. Declaração da IV Reunião Ministerial de São José, 1998. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 7 de abril de 2008.

_____. Declaração da VII Reunião Ministerial de Quito, 2002. Disponível em: site www.ftaa-alca.org. Acesso em: 7 de abril de 2008.

_____. Declaração da VIII Reunião Ministerial de Miami, 2003. Disponível em: site www.ftaa-alca.org. Acesso em: 7 de abril de 2008.

_____. Declaração conjunta dos Co-presidentes do CNC, Washington, 2005.

PRESIDENTES DO HEMISFÉRIO. Plano de Ação da I Reunião de Cúpula das Américas, 1994. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 9 de abril de 2008.

_____. Declaração Ministerial da III Cúpula das Américas. Québec, 2001. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 9 de abril de 2008.

_____. Declaração Ministerial da IV Cúpula das Américas. Mar del Plata, 2005. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 9 de abril de 2008.

REBRIP. Posicionamento da Rebrip para a Reunião Temática de Agricultura do Comitê de Representantes Governamentais para a Sociedade Civil da Alca, 2003. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 13 de agosto de 2006.

SILVA, Luiz Inácio Lula da Silva. In: Declaração Ministerial da IV Cúpula das Américas. Mar del Plata, 2005. Disponível em: www.alca-ftaa.org. Acesso em: 3 de setembro de 2006.

Lista de Entrevistados

Beto Almeida, Brasília, 23 de junho de 2007

Deputada Dra. Clair da Flora, Curitiba, 8 de outubro de 2007

Deputada Maria José da Conceição Maninha, Brasília, 29 de maio de 2007

Deputado Antônio Carlos Pannunzio, Brasília, 19 de setembro de 2007

Deputado Edson Ezequiel, Brasília, 23 de agosto de 2007

Deputado Feu Rosa, Vitória, 23 de outubro de 2007

Deputado Jamil Murad, Brasília, 12 de novembro de 2006

Deputado Luis Greenhalg, Brasília, 5 de novembro de 2006

Deputado Max Rosenmann, Brasília, 5 de julho de 2007

Dom Demétrio Valentini, Brasília, 1º de fevereiro de 2007

Embaixador Antônio José Ferreira Simões, Brasília, 30 de novembro de 2007
Fátima Melo, por telefone, 4 de dezembro de 2007
Francisco Whitaker, Brasília, 15 de agosto de 2007
Gonzalo Berrón, São Paulo, 11 de julho de 2007
Gustavo Codas, São Paulo, 13 de julho de 2007
Isidoro Revers, Brasília, 16 de agosto de 2007
Ivo Poletto, Brasília, 25 de maio de 2007
João Pedro Stédile, Brasília, 22 de setembro de 2007
José Maria, Brasília, 22 de setembro de 2007
Luiz Alberto Moniz Bandeira, Brasília, 17 de setembro de 2007
Luiz Bassegio, São Paulo, 11 de julho de 2007
Maria Lúcia Fatorelli, Brasília, 18 de julho de 2007
Padre Alfredo Gonçalves, São Paulo, 23 de novembro de 2006
Padre Bernard, Brasília, 23 de maio de 2007
Padre Luiz Ceppi, Porto Velho, 30 de outubro de 2007
Paulo Maldos, Brasília, 21 de maio de 2007
Ricardo Gebrim, São Paulo, 12 de julho de 2007
Rosilene Wansetto, Brasília, 18 de novembro de 2006

Grupos Focais

Salvador (BA) - 2 de agosto de 2007

Célio Maranhão
Edenice Santana
José Carlos Zanetti
Lourival Lopes
Luiz Cláudio Mandela

Brasília (DF) - 30 de agosto de 2007

América Bonfim
Fernando Carneiro
Mara Fonseca
Mara Botelho
Rodrigo Ávila
Vitélío Pasa

São Luis (MA) - 24 de setembro de 2007

Francisco Elias Araújo

Hertz Dias
Ir. Anne Wihbey
Joilson Costa
Marcos Silva
Ricarte Almeida
Valdeny Barros

Belém (PA) - 25 de setembro de 2007

Ápio Nazareth Dias
José Oeiras
Lindomar de Sousa Silva
Paulo Sérgio Dutra
Raimundo Valdomiro
Ruthleide Matos
Tânia Nazarena Miranda

Curitiba (PR) - 8 de outubro de 2007

Adenival Alves Gomes
Antônio Carlos Bez
Darli de Fátima Sampaio
Fernanda Baggio
Gustavo Erwin
Waldemar Simão Júnior

Vitória (ES) - 23 de outubro de 2007

Alessandra Effgen
Ana Maria Lemos
Ana Rita Esgario
Lázaro Costalonga
Marta Falqueto
Penha Dalva Marcondes

Porto Velho (RO) - 30 de outubro de 2007

Carlos André Oliveira
Eronildes de Jesus
Marcos Sussuarana
Maysa Albuquerque
Padre Paulo Barausse
Raimunda Brito
Ramon Freitas

Sites

www.adital.com.br - Agência de Informação Frei Tito para América Latina
www.agenciartamaior.com.br – Agência Carta Maior
www.alca-ftaa.org – Área de Livre Comércio das Américas
www.asc-hsa.org – Aliança Social Continental
www.caritasbrasileira.org - Cáritas Brasileira
www.cepis.org.br - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes *Sapientiae*
www.cimi.org.br - Conselho Indigenista Missionário

www.cnbb.org.br - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
www.consultapopular.org.br - Organização Consulta Popular
www.copa.qc.ca – Confederação Parlamentar das Américas
www.cptnac.com.br - Comissão Pastoral da Terra
www.cut.org.br - Central Única dos Trabalhadores
www.dieese.org.br - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
www.fenadv.org.br - Federação Nacional dos Advogados
www.fpa.org.br – Fundação Perseu Abramo
www.gritodosexcluidos.org - Grito dos Excluídos
www.mondialisations.org – Mundialização
www.movimientos.org/noalca - Campanha Continental contra a Alca
www.mre.gov.br – Ministério das Relações Exteriores
www.mst.org.br - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
www.pastoraldomigrante.org.br - Pastoral do Migrante
www.pstu.org.br - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
www.radiomundoreal.fm - Rádio Mundo Real
www.rebrip.org.br - Rede Brasileira Pela Integração dos Povos
www.rqic.alternatives.ca - The Réseau québécois sur l'intégration continentale
www.tse.gov.br – Tribunal Superior Eleitoral
www.unafisco.org.br - Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal

ANEXOS

Roteiro das entrevistas semi-estruturadas (coordenadores da CNA)

PERFIL

Nome:

Profissão:

Idade:

Sexo:

Nacionalidade:

Endereço:

Fone:

Email:

Organização:

Cargo ou função:

Ação da entidade:

Tipo de trabalho de base:

Tempo de participação na Campanha:

Sua entidade participa de outras Campanhas, fóruns, movimentos, redes?

Sim X Não

Quais?

CAMPANHA/ENTIDADES

1. Qual a importância da Campanha para a sua organização?
2. Esta organização tem representação estadual em quantos estados brasileiros?
3. Como foi o envolvimento da rede desta organização na Campanha? Tem número aproximado de pessoas participantes?
4. Qual a real motivação da Campanha para os militantes?
5. A Campanha é formada por uma rede de entidades e organizações. O que isso significou para a Campanha Nacional contra a Alca?
6. Você acha que algumas entidades se destacaram na coordenação da Campanha?
7. Você acha que a Igreja teve um papel fundamental no fortalecimento da Campanha?
8. O que representou a criação de uma Campanha continental contra a Alca para a integração da América Latina?

ASSINATURA DO ACORDO

9. Por que o acordo da Alca não foi assinado?
10. Houve interferência do governo brasileiro?
11. Qual o papel das mobilizações sociais na não-assinatura do acordo?
12. Você acha que os interesses norte-americanos de assinatura do acordo mudaram?
13. Como o governo se comportou frente ao Plebiscito Popular e as demais mobilizações em torno da Alca?
14. Como se deram as relações entre governo e movimentos sociais?

AGENDAMENTO DO TEMA/ MÍDIA E ESTADO

15. Como a Campanha Brasileira contra a Alca influenciou no agendamento do tema junto à sociedade?
16. Como se deram os debates junto à sociedade?
17. Houve debate sobre o tema a partir de iniciativas do governo?
18. Como você avalia a participação da mídia convencional na cobertura do tema Alca? Essa cobertura foi suficiente para debater o tema junto à sociedade?

FRENTE PARLAMENTAR/ITAMARATY

19. Você acha que a Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca foi criada a partir do apelo das entidades organizadoras da Campanha Brasileira contra a Alca ou teve outro apelo?
20. Qual o objetivo de se criar uma Frente como essa?
21. A existência de uma Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca (junho 2003) e depois da Cealca (outubro 2003) foi importante para o desfecho dos processos de negociação?
22. Por que a Frente foi desativada? Você acha que isso aconteceu em função da ausência de diálogo entre a coordenação da Campanha e a própria Frente?
23. Será que houve uma descontinuidade da Frente em função da criação da CEALCA?
24. Como se deu o diálogo com o Governo em relação às negociações da Alca?
25. Qual a relação da Campanha com o Itamaraty?
26. A Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Alca (Senalca), órgão colegiado ligado ao Itamaraty criado para preparar as posições brasileiras para as negociações da Alca, mas também para fazer interlocução com a sociedade, funcionou? A sua entidade chegou a participar de alguma reunião?

IDEOLOGIA

27. Por que a Campanha é terminantemente contra a Alca?
28. A Campanha é contra outras formas de livre comércio? Por que?
29. Para a Campanha, que outra América é possível?

CONSULTA POPULAR

30. Existe um movimento que se chama Consulta Popular. Você faz ou já fez parte dele?
31. Qual a influência da Consulta Popular na Campanha Brasileira contra a Alca?

Roteiro das entrevistas semi-estruturadas (parlamentares)

PERFIL

Nome:

Partido:

Naturalidade:

Profissão:

Idade:

Sexo:

Endereço:

Escritório:

Fone:

Email:

Tempo de mandato como deputado:

Tempo de participação na Frente/Cealca:

Participou de outras Frentes?

Sim Não

Quais?

FRENTE PARLAMENTAR/ITAMARATY

32. O senhor fez parte da Frente Parlamentar de Acompanhamento das Negociações da Alca? Foi titular/relatora por quanto tempo?

33. Qual a motivação que o levou a fazer parte da Frente e da Cealca?

34. Qual o objetivo da criação da Frente?

35. Qual foi o principal apelo para se criar a Frente?

36. Até que ponto a Campanha contra a Alca influenciou na criação na Frente?

37. A Frente se transformou em Comissão Especial destinada a acompanhar as negociações da Alca? Por que?

38. A Cealca participou das reuniões ministeriais?

39. Por que não houve um relatório final da Cealca?

40. Houve diálogo entre a Frente e o Governo em relação às negociações da Alca?

41. Como se deu a relação entre Frente e Itamaraty? (Alguém representou a Cealca nas reuniões da Senalca?)

42. A Frente funcionou mais efetivamente em 2003 e 2004. Qual a causa de ela ter ficado menos ativa até o final da legislatura?

IDEOLOGIA

43. Qual a sua posição sobre a assinatura do acordo?

44. O que a Cealca defendia em relação à Alca? Era diferente da Frente?

45. Você acha que a Frente tinha relação mais estreita com a Campanha contra a Alca?

46. Qual o espaço que a sociedade civil teve na Cealca?

47. O que representou a Frente para o Parlamento Latino Americano?

48. O deputado poderia descrever as posições existentes no interior da Frente/Cealca?

49. Qual foi a representatividade da Cealca no interior do Congresso Nacional?

ASSINATURA DO ACORDO

50. Por que o acordo da Alca não foi assinado?

51. Qual o papel das mobilizações sociais na não-assinatura do acordo?

52. Qual a opinião geral do parlamento em relação às mobilizações da sociedade civil contrárias à Alca?
53. A existência da Cealca foi importante para o desfecho dos processos de negociação?
54. Como o governo se comportou frente ao Plebiscito Popular e as demais mobilizações em torno da Alca?
55. O senhor acha que os interesses norte-americanos de assinatura do acordo mudaram?

AGENDAMENTO DO TEMA/ MÍDIA E ESTADO

56. Como se deram os debates dentro do Congresso?
57. A Cealca conseguiu influenciar na agenda política do Congresso?
58. E a Campanha contra a Alca teve influência nesse agendamento?
59. Houve debate sobre o tema a partir de iniciativas do governo?

Roteiro do Grupo Focal (comitês estaduais da CNA)

QUESTÕES

Questão-chave da pesquisa:

1 - O resultado do Plebiscito Popular sobre a Alca influenciou na não-assinatura do acordo?

Assinatura do Acordo

2 - Por que o acordo da Alca não foi assinado?

3 – A Campanha dialogou com Frente Parlamentar e Governo. Vocês acham que isso influenciou na não-assinatura?

Composição do comitê

4 - Como o comitê foi composto?

Motivação

5 - Qual a principal motivação que vocês tiveram para participar das mobilizações contra a Alca?

6 - Como vocês perceberam a motivação dos grupos envolvidos? O tema da Alca pegou junto a esses grupos?

7 - Como vocês perceberam a motivação dos votantes no plebiscito?

Resultado

8 – Qual o principal resultado das mobilizações contra a Alca?

Questionário aplicado durante grupo focal

QUESTIONÁRIO - GRUPO FOCAL

Este questionário é parte de uma pesquisa de doutorado em sociologia na Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de um instrumento para identificar o perfil dos integrantes dos comitês estaduais da Campanha Nacional contra a Alca e auxiliar na compreensão das questões debatidas durante os grupos focais.

Em anexo, pedimos que você assine um termo de consentimento autorizando a utilização das informações contidas neste questionário, bem como àquelas colhidas durante o debate. Também gostaríamos de obter autorização para uso de sua imagem caso venha a ser selecionada com o objetivo de veiculação no trabalho final.

INFORMAÇÕES GERAIS

(Favor escrever em letra de forma)

- 1 - Nome do/a colaborador/a:
- 2 - Nome da organização:
- 3 - Cargo ou função que ocupa (ou ocupava) na sua organização:
- 4 - Profissão:
- 5 - Idade:
- 6 - Sexo: a) Feminino b) Masculino
- 7 - Nacionalidade:
- 8 - Endereço:

Fone:

Email:

INFORMAÇÕES SOBRE A CAMPANHA CONTRA A ALCA

- 9 - Tempo de participação na Campanha: a) do início – 2001/2002 ao fim - 2006
b) só durante o plebiscito
c) só até o plebiscito
d) depois do plebiscito até 2006
- 10 - Participou de alguma plenária nacional da Campanha?
a) sim b) não
- 11 - Se sim, quantas vezes? a)
- 12 - Na sua opinião, qual foi a importância da Campanha para a sua entidade?
a) muita b) alguma c) pouca d) nenhuma
- 13 - Quantos cursos de formação sobre a Alca você participou?
a) nenhum b) 1 c) 2 d) 3 e) 4 f) mais de 4
- 14 – Você ficou responsável por alguma urna durante o plebiscito sobre a Alca?
a) sim b) não
- 15 - Você faz ou já fez parte dele do Movimento Político Consulta Popular?
a) sim b) não
- 16 - Liste as três primeiras palavras que lhe vem à cabeça quando o assunto é Alca
a)
b)
c)